



Orientação:



UNIVERSIDADE PORTUCALENSE

Do conhecimento à prática.

AGRADECIMENTOS

Desejo exprimir os meus agradecimentos àqueles que, direta e indiretamente, contribuíram para que esta dissertação se concretizasse.

Quero primeiramente agradecer aos meus dois orientadores de dissertação, o Professor Doutor André Matos e o Professor Doutor Tiago Lopes, pelo seu trabalho incansável de acompanhamento, pelas suas sugestões de melhoria sempre oportunas e pertinentes, pelos seus conselhos sempre sagazes e ponderados e pela sua disponibilidade e paciência para comigo.

Quero, de seguida, agradecer à minha mãe por ser a minha âncora e abrigo em todo e qualquer momento.

Quero também agradecer ao meu pai pelas palavras de incentivo e pela confiança no sucesso do meu trabalho.

RESUMO:

A *Iniciativa Belt and Road (BRI)*, lançada pelo Presidente chinês Xi Jinping em 2013, é um projeto de dimensão colossal, orientado para a construção de infraestruturas e para a promoção de investimentos que permitam o estabelecimento de uma rede global de comércio que ligue a China aos países destinatários. Para incentivar a participação destes países, são associados à Iniciativa determinados objetivos que, por sua vez, são promovidos através de uma narrativa estratégica particular. Esta dissertação, tendo por base a aplicação de um enquadramento construtivista e do “*Belt and Road buy-in framework*” desenvolvido por Van Noort e Colley (2020), visa avaliar como dois Estados, Egito e Irão, rececionaram a referida narrativa estratégica. O grau de aceitação será avaliado pela análise de como as respetivas elites recebem discursivamente a narrativa, tendo em conta os argumentos apresentados e o sentimento manifestado relativamente àquela. A principal hipótese levantada é a de que tanto a perceção da existência de benefícios materiais com a participação na Iniciativa como a perceção de que a Iniciativa em si não põe em causa o sentimento de segurança ontológica são determinantes para a aceitação da *BRI* por parte destas elites, condicionando desse modo, o impacto da narrativa estratégica.

Palavras-chave: China; Irão; Egito; Iniciativa *Belt and Road*; narrativa estratégica.

ABSTRACT:

The Chinese Belt and Road Initiative (*BRI*), launched in 2013 by the Chinese President Xi Jinping, is a colossal project oriented for the construction of infrastructures and the promotion of investments, with the ultimate aim of building a global network of trade that connects China to the Initiative's eventual recipient countries. To attract the participation of these countries, certain goals are attached to the Initiative, which are, on their part, promoted through a particular strategic narrative. This dissertation, based on the application of a constructivist framework and the "Belt and Road buy-in framework" developed by Van Noort and Colley (2020), aims to evaluate how two countries, Egypt and Iran, accepted the aforementioned strategic narrative. The degree of acceptance will be evaluated through the analysis of how these countries' elites, discursively receive the narrative, given the arguments presented and the sentiment shown towards the Initiative. The main hypothesis raised is that both the perception of the existence of material benefits derived from the participation in the Initiative and the perception that the Initiative itself does not put in jeopardy the feeling of ontological security, are determinant for the acceptance of the *BRI* by these elites, thus conditioning, the impact of the strategic narrative.

Key-words: China; Iran; Egypt; Belt and Road Initiative; strategic narrative.

ÍNDICE

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	viii
ÍNDICE DE FIGURAS.....	ix
1 - INTRODUÇÃO.....	1
1.1 - Justificação, objetivos e estrutura.....	3
1.2 - O “ <i>Belt and Road buy-in framework</i> ”	6
1.3 - Hipóteses	9
1.4 - Metodologia	10
1.4.1 - A projeção da narrativa estratégica.....	10
1.5 - Projetos e investimentos específicos previstos no âmbito da <i>BRI</i> no caso do Irão e Egito.....	17
2 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO	27
2.1 - Narrativas Estratégicas: justificação	27
2.2 - Níveis das narrativas.....	28
2.3 - O “ciclo de vida da narrativa”.....	29
2.3.1 - Formação	29
2.3.1.1 - O estabelecimento dos objetivos.....	30
2.3.1.2 - O <i>soft power</i>	31
2.3.2 - Projeção	32
2.3.3 - Receção	34
3 - DIMENSÃO DISCURSIVA, PERSUASÃO E IDENTIDADE.....	35
3.1 - Eficácia e a dimensão discursiva de uma narrativa	36
3.1.1 - A relevância da preservação do sentimento de segurança ontológica	39
3.2 - A importância da linguagem na convocação de uma identidade	40
3.3 - A dimensão emocional de uma narrativa e a moldagem dos interesses da audiência que a recebe.....	41
4 - “ <i>STRIVE FOR ACHIEVEMENT</i> ” COMO ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA DO POSICIONAMENTO INTERNACIONAL CHINÊS	44
4.1 - “Rejuvenescimento nacional”: o grande propósito	45

4.1.1 - “ <i>Big Country Diplomacy</i> com características chinesas”	48
5 - A IDENTIDADE CHINESA	50
5.1 - Identidade e posicionamento.....	51
5.2 - Identidade e a sua aplicação instrumental.....	53
6 - FORMAÇÃO DA NARRATIVA E DA INICIATIVA	55
6.1 - A discordância interna em torno dos objetivos da mesma	55
6.2 - A influência de atores domésticos na formação da narrativa da <i>BRI</i>	57
6.3 - A centralização da formação da narrativa no PCC.....	58
7 - A AMBIGUIDADE ESTRATÉGICA DA BRI E O <i>SMART POWER</i> COMO GARANTIAS DE ATRATIVIDADE	60
7.1 - Soft power com características chinesas	62
7.1.1 - Cultura	64
7.1.2 - A promoção de um modelo de desenvolvimento alternativo para o mundo em desenvolvimento.....	66
7.1.2.1 - O enfoque nos aspetos ideacionais na promoção da “nova marca de desenvolvimento”	69
8 - A PROJEÇÃO DISCURSIVA DA NARRATIVA ESTRATÉGICA DA <i>BRI</i>	71
8.1 - O contexto.....	71
8.2 - O tom	72
8.3 - Avaliação dos argumentos utilizados	76
8.3.1 - Argumentos focados na China em si	76
8.3.1.1 - A identidade chinesa	77
8.3.2 - Argumentos referentes aos recursos de <i>soft power</i> : a menção à ideia de um novo modelo de desenvolvimento.....	80
8.3.3 - Argumentos referentes aos recursos de <i>soft power</i> : a cultura.....	82
8.3.4 - Argumentos referentes à Ordem Internacional.....	86
8.3.5 - Argumentos referentes a questões securitárias/geopolíticas.....	88
8.3.6 - Argumentos referentes ao multilateralismo	89
8.3.7 - Argumentos referentes a aspetos materiais.....	90
8.3.8 - Argumentos referentes ao Egito e Irão	92
8.4 - O ator, enredo e cenário da narrativa	93
8.4.1 - Cenário.....	94
8.4.2 - Ator.....	94
8.4.3 - Enredo.....	96

9 - A RECEÇÃO DISCURSIVA DA NARRATIVA ESTRATÉGICA DA <i>BR</i> /PELAS ELITES IRANIANAS E EGÍPCIAS	99
9.1 - A receção da narrativa estratégica da Iniciativa pelas elites iranianas	99
9.1.1 - O sentimento relativamente à Iniciativa	100
9.1.2 - Argumentos focados na China em si	101
9.1.3 - Argumentos referentes aos recursos de <i>soft power</i> : a menção à ideia de um novo modelo de desenvolvimento.....	104
9.1.4 - Argumentos referentes aos recursos de <i>soft power</i> : a cultura.....	105
9.1.5 - Argumentos referentes à Ordem Internacional.....	109
9.1.6 - Argumentos referentes a questões securitárias/geopolíticas.....	110
9.1.7 - Argumentos referentes ao multilateralismo	112
9.1.8 - Argumentos referentes a aspetos materiais.....	112
9.1.9 - Argumentos referentes à democracia	117
9.1.10 - Argumentos referentes ao Irão em si	117
9.1.11 - Argumentos acrescentados	118
9.2 - A receção da narrativa estratégica da Iniciativa pelas elites egípcias.....	120
9.2.1 - O sentimento relativamente à Iniciativa	120
9.2.2 - Argumentos focados na China em si	121
9.2.3 - Argumentos referentes aos recursos de <i>soft power</i> : a menção à ideia de um novo modelo de desenvolvimento.....	124
9.2.4 - Argumentos referentes aos recursos de <i>soft power</i> : a cultura.....	127
9.2.5 - Argumentos referentes à Ordem Internacional.....	129
9.2.6 - Argumentos referentes a questões securitárias/geopolíticas	131
9.2.7 - Argumentos referentes ao multilateralismo	133
9.2.8 - Argumentos referentes a aspetos materiais.....	134
9.2.9 - Argumentos referentes à democracia	140
9.2.10 - Argumentos referentes ao Egito	140
9.2.11 - Argumentos acrescentados	143
9.3 - A comparação do sentimento e argumentos utilizados.....	144
9.3.1 - O sentimento manifestado	145
9.3.2 - Os argumentos utilizados	146
9.4 - O cenário, ator e enredo	148
9.4.1 - O cenário.....	148
9.4.1.1 - A configuração da Ordem Internacional	148
9.4.1.2 - As ameaças existentes	149
9.4.1.3 - A dimensão multilateral	150
9.4.2 - O ator	151

9.4.3 - O enredo.....	156
9.4.3.1 - O novo modelo de desenvolvimento.....	156
9.4.3.2 - A cultura.....	159
9.4.3.3 - Aspectos materiais.....	163
10 - CONCLUSÕES.....	169
10.1 - A projeção da narrativa estratégica.....	169
10.1.1 - A avaliação das categorias.....	169
10.1.2 - As características gerais da narrativa projetada.....	170
10.2 - A receção da narrativa estratégica.....	173
10.2.1 - A avaliação das categorias.....	173
10.2.2 - A conceção de cenário, ator e enredo.....	175
10.3 - A colocação dos dois estudos de caso no “ <i>Belt and Road buy-in framework</i> ” e a resposta à pergunta de investigação.....	180
11 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	184
11.1 - Bibliografia.....	184
11.2 - <i>Webografia</i>	194
11.3 - Discursos Capítulo 8.....	198
11.4 - Discursos Capítulo 9: Irão.....	204
11.5 - Discursos Capítulo 9: Egito.....	210
ANEXOS:.....	214

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Siglas:

AEOI: Organização para a Energia Atômica do Irão.

ASEAN: Associação de Nações do Sudeste Asiático.

AIIB: *Asian Infrastructure Investment Bank.*

BRI: *Belt and Road Initiative.*

CFLD: *China Fortune Land Development.*

CSCEC: *China State Construction Engineering Corporation.*

EUA: Estados Unidos da América.

IRNA: *Iranian Republic News Agency.*

JCPOA: *Joint Comprehensive Plan of Action.*

MNE: Ministro dos Negócios Estrangeiros.

NAFTA: Tratado de Livre Comércio da América do Norte.

OMC: Organização Mundial do Comércio.

ONU: Organização das Nações Unidas

PCC: Partido Comunista Chinês.

RPC: República Popular da China.

SN: *Strategic Narrative*

TEDA: *Tianjian Techonological Delopment AREA.*

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1: “ <i>Belt and Road buy-in framework</i> ”. Retirado de “ <i>How do strategic narratives shape policy adoption? Responses to China’s Belt and Road Initiative</i> ” (Van Noort & Colley, 2020, p. 9)	9
Figura 1.2: Lista de projetos e investimentos no âmbito da <i>BRI</i> no Irão	21
Figura 1.3: Lista de projetos e investimentos no âmbito da <i>BRI</i> no Egito	25

1 - INTRODUÇÃO

A Iniciativa *Belt and Road (BRI)* também conhecida como “*yi dai yi lu*” [sic], apresentada ao público em 2013 pelo Presidente da República Popular da China (RPC) Xi Jinping, para além de assumidamente ser a peça central da política externa não somente de Xi Jinping, mas do próprio Partido Comunista Chinês (PCC) na atualidade, é um projeto colossal, sem precedentes na sua escala e dimensão¹ (Van Noort, 2020, p. 186; Fulton, 2017, p. 2; Clarke, 2018, p. 85). No discurso de apresentação da Iniciativa, Xi Jinping sublinhou a importância desta, como um novo “capítulo de amizade” que, com base na “solidariedade, igualdade, inclusão, aprendizagem mútua e cooperação *win-win*”, contribuiria para a solidificação da paz e da confiança entre os países parte da mesma. Por via de da construção de infraestruturas, da promoção do investimento, bem como do incentivo ao comércio, este projeto ambiciona a criação de uma rede global de contactos e ligações entre os seus participantes², que as lideranças chinesas advogam ser de carácter cooperativo associado a um modelo de desenvolvimento universalmente benéfico (Ehizuelen & Abdi, 2018, p. 286; Taylor & Zajontz, 2020, p. 28).

Através desta Iniciativa, apelidada por Xi Jinping de “Projeto do Século” as lideranças de Pequim visam replicar a milenar Rota da Seda criada pela Dinastia Han (206 a.C - 24. d.C), porém de forma readaptada ao mundo contemporâneo, através da criação paralela de uma Rota da Seda terrestre, a *Economic Belt* e de uma Rota da Seda marítima, a *Maritime Road* (Van Noort, 2020, p. 735). Através do eixo terrestre, o desejo é ligar a China, através da Ásia Central e Ocidental, à Europa. Através do eixo marítimo, o desejo é a ligação da China quer ao Sudeste Asiático quer ao Médio Oriente e Europa, mas também ao continente africano. A *BRI*, por sua vez, assenta numa série de princípios consagrados num documento lançado em março de 2015, após um ano e meio de discussão dentro das mais altas esferas do PCC, denominado *Vision and Actions on Jointly Building Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road*.

Estes princípios procuraram delinear o busílis conceptual de um plano concreto de ação da RPC dirigido aos seus parceiros no âmbito da Iniciativa, sendo esses princípios a coordenação de políticas públicas, a conectividade entre instalações, o comércio sem constrangimentos, a integração financeira e económica e conexão

¹ Calcula-se que este projeto contenha um investimento, até à sua conclusão em 2049, ano que assinala o centenário do nascimento da República Popular da China, entre 1 e 8 biliões de dólares. Destes, até agora terão sido investidos cerca de 853 mil milhões (Clarke, 2018, p. 86).

² Até agora 147 países assinaram um Memorando de Entendimento com a China para a sua entrada oficial na BRI, beneficiando na verdade, um total de 165 (Christoph, 2022). Estes representam 40% do PIB mundial, 65% da população mundial e 75% das reservas de energia conhecidas (Banco Mundial, 2018).

pessoa-pessoa e desse modo atingir resultados mutuamente benéficos (Chen et al., 2019, p. 3227). A implementação destes princípios visa ser concretizada através de seis corredores geográficos que formam a espinha dorsal da Rota da Seda terrestre, nomeadamente o Corredor Económico da Nova Ponte da Eurásia, o Corredor Económico China-Rússia-Mongólia, o Corredor Económico China-Ásia Central e Ásia Ocidental, o Corredor Económico China-Península da Indochina, o Corredor Económico China-Índia-Bangladesh e o Corredor Económico China-Paquistão, que é o elo de ligação principal entre a Rota da Seda terrestre e a Rota da Seda marítima. Corredores esses que tencionam fazer com que o projeto em si transcenda o trajeto da Rota da Seda original, alinhando desse modo o mesmo, ao nível de ambição contemporâneo de Pequim. Foram também criadas instituições com o propósito específico de facilitar os investimentos financeiros para projetos infraestruturais de tão larga escala, sendo de salientar o *Silk Road Fund*, o *China-Eurasian Cooperation Fund*, o *Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB)*, a *China Investment Corporation*, o *Export-Import Bank of China* e o *New Development Bank* (Belt and Road Initiative, 2021; Lams, 2018, p. 403).

Embora haja uma definição e uma comunicação transparente e clara dos propósitos e princípios que norteiam esta Iniciativa a nível conceptual, esta na verdade é um projeto de complexidade imensa. A aplicação efetiva da mesma, implica necessariamente a existência de uma série de objetivos e cálculos explícitos e implícitos, materiais e ideacionais, de natureza geográfica, económica, estratégica e política interligados entre si, que o discurso oficial, mais ou menos sub-repticiamente, esclarece e transmite. É este discurso, que constitui a narrativa estrategicamente calculada, que sustenta promoção desta Iniciativa como um empreendimento de benefício global e inevitável, onde a China desempenha um papel central, como promotor do seu potencial e progresso. Através desta narrativa estratégica, os líderes políticos chineses tencionam ir além de somente aliciar terceiros países a coadunarem com referida narrativa estratégica e fazê-los sentirem-se incluídos nesta. Tencionam, ultimamente, moldar a ação dos diferentes recetores dessa mesma narrativa, sendo, conseqüentemente, a participação destes na Iniciativa a verdadeira manifestação da capacidade do impacto da mesma.

Tendo em conta os aspetos supramencionados, esta dissertação, enfocada na narrativa estratégica em torno da *BRI*, tem como principal objetivo avaliar qual o impacto da projeção discursiva desta, na aceitação da Iniciativa por parte dos destinatários da mesma, ou seja, aferir a capacidade persuasiva da mesma pela forma como é recebida, também discursivamente, por terceiros.

Nesse sentido, a jusante, será primeiramente avaliado o conteúdo dessa narrativa estratégica para posteriormente ser avaliada e comparada entre dois estudos de caso em particular, Irão e Egito, a forma como a narrativa é recebida. Essa avaliação e

comparação por sua vez terão em conta o modo, como nos dois estudos de caso são percecionados os incentivos materiais de participação na Iniciativa e como a mesma condiciona o sentimento de segurança ontológica. Estes dois aspetos serão determinantes para ultimamente enquadrar Irão e Egito, no *framework* desenvolvido por Van Noort e Colley no seu texto “*How do strategic narratives shape policy adoption? Responses to China’s Belt and Road Initiative*” e que será explicado a jusante - o “*Belt and Road buy-in framework*”. Será esse enquadramento a dar resposta à pergunta de investigação “Qual o impacto da narrativa estratégica chinesa da Iniciativa *Belt and Road* na sua aceitação pelos Estados destinatários?”.

1.1 - Justificação, objetivos e estrutura

A utilização de uma abordagem direcionada pelas narrativas estratégicas tem dois objetivos nesta dissertação: em primeiro lugar, o objetivo de analisar de que forma a linguagem é co-constitutiva da ação estatal e, assim, como as narrativas são arquitetadas estrategicamente por forma a irem ao encontro de um objetivo político dentro de um contexto particular, neste caso o de promover uma iniciativa específica de política externa de um Estado - a *BRI*. Em segundo lugar, o objetivo teórico de impulsionar a teoria construtivista, através da valorização do discurso na projeção e apelo às identidades, através da conceptualização destas como recursos políticos que determinam a ação dos Estados e, conseqüentemente, como elementos mobilizadores de significados partilhados (Hart, 1992, p. 658). Através desta abordagem, é possível fazer uma ponte tática com o construtivismo mais convencional, ao considerar que a construção social é algo estratégico, pois concebe-se que os atores políticos fazem escolhas políticas calculadas racionalmente dentro de um ambiente normativo denso, tendo, desse modo, um comportamento consequencialista que tem por vista determinados objetivos e fins, sem deixarem de ser condicionados por essa mesma estrutura (Subotic, 2020, p. 66; Subotic, 2016, p. 612).

Para além disto, a utilização de uma abordagem centrada nas narrativas estratégicas, prende-se com o facto de existir uma lacuna no conhecimento quanto à avaliação de como a projeção de uma narrativa estratégica em torno de uma determinada política pública nova com dimensão internacional impacta a aceitação dessa mesma política pública, tal como Van Noort e Colley (2020) constataram em “*How do strategic narratives shape policy adoption? Responses to China’s Belt and Road Initiative*” (p. 5). O carácter inovador da dissertação relativamente ao já desenvolvido em torno da temática relaciona-se com o desejo da avaliação de como a projeção da narrativa da *BRI*, feita e sustentada na comunicação verbal em si, ou seja, no discurso

stricto sensu, e não na comunicação visual aliada a ferramentas audiovisuais cada vez mais comuns na era digital, tem esse impacto, através da avaliação da forma como a narrativa é recebida (Van Noort, 2021, p. 734).

Acresce que a avaliação da projeção da narrativa é feita não apenas por via da apreciação qualitativa dos argumentos utilizados, mas pela avaliação simultânea do tom manifestado e do contexto em que o discurso é feito. Do mesmo modo, a avaliação da forma como essa narrativa projetada é recebida também é feita além da aferição dos argumentos utilizados, tendo também em conta o sentimento manifestado pelos recetores relativamente à Iniciativa.

Por forma a atingir o objetivo já mencionado e outros subordinados, esta investigação seguirá a seguinte estrutura. Num primeiro capítulo será explicado o enquadramento teórico central desta dissertação. Primeiramente, será apresentado o conceito de narrativa estratégica e explicados os níveis e o “ciclo de vida de uma narrativa”, desde a sua formação, à sua projeção e receção, com vista a definir a dimensão estratégica de uma narrativa, a clarificar a importância destes aspetos para a mesma. Dentro destes aspetos, será explanado um conceito central desta dissertação, o de *soft power*. Conceito esse que será fundamental para a explicação dos aspetos que irão ser desenvolvidos posteriormente.

Na sequência disto, será relacionada a questão da dimensão discursiva de uma narrativa com a sua capacidade de convocar persuasão e eficácia, bem como com o conceito de identidade, através do desenvolvimento das ideias de cenário, ator e enredo. O objetivo é compreender como estas componentes se articulam e aclarar a importância da dimensão ideacional de uma narrativa, também tendo em conta o conceito de *soft power* já mencionado. De seguida, e por forma a complementar este último ponto, será apresentada a teoria da segurança ontológica e desenvolvida a ideia de que a eficácia de uma narrativa também se prende com a capacidade que esta tem para, no mínimo, não perturbar e, no máximo, preservar o sentimento de segurança ontológica das audiências à qual é dirigida. Por fim, será desenvolvido como é que o apelo a aspetos emocionais, por via da narrativa, ajuda à moldagem dos interesses daqueles que a recebem.

No capítulo seguinte, a intenção é destrinçar as motivações, o conteúdo e as características da narrativa estratégica da China relativamente à *BRI*, tendo em conta o que foi explicado no enquadramento teórico e o que consta na literatura. Em primeiro lugar, será explanada qual a orientação estratégica da *BRI* em si, atendendo à redefinição do posicionamento internacional da China com Xi Jinping, nomeadamente a orientação da política externa chinesa como um todo, pela doutrina do “*strive for achievement*”. O intuito é perceber quais os objetivos e princípios que guiaram a criação da Iniciativa. De seguida, será explorada a conceção de identidade chinesa, qual a

relação do entendimento desta com a definição do posicionamento internacional do país e como a mesma é aplicada contextual e instrumentalmente, com vista a dar flexibilidade às lideranças políticas chinesas para prosseguir determinados objetivos políticos. O objetivo é clarificar a ideia de que determinados aspetos da identidade chinesa são valorizados consoante referidos objetivos e essa valorização é condicionada também pelo interlocutor e o contexto.

Posteriormente será explicado o processo de formação da narrativa da *BRI* na China, por forma a explicar e compreender como diferentes atores domésticos conseguiram ou não influenciar essa mesma formação. Será explicitado na sequência disso que, embora os objetivos internos em torno da *BRI* sejam de natureza diversa, os objetivos mais importantes são o moldar as perceções internacionais de modo a que estas favoreçam uma imagem positiva da China e aliciar outros países a participar na Iniciativa. Depois, será aclarado como a progressiva centralização da narrativa no PCC permitiu às elites políticas perseguir esses preceitos, por via da manutenção de ambiguidade na disseminação da orientação estratégica da Iniciativa para o exterior, e da promoção da Iniciativa por via de uma estratégia, passe a redundância, de *smart power*.

Por consequência, será esclarecida a substância desta narrativa estratégica que no seu cerne, implica não somente a relevância dada à sua dimensão ideacional, mas também a sua articulação com uma dimensão mais material. Articulação essa que, como será aclarado, é capacitada pela aplicação e relevo dado a determinados recursos de poder, sendo esses recursos, no caso da dimensão ideacional, dois recursos de *soft power* chinês, a cultura e a promoção de um modelo de desenvolvimento e no caso da dimensão material, o *hard power* chinês, ou seja, as próprias capacidades materiais de Pequim. O objetivo é aclarar no que consistem especificamente estes aspetos, para posteriormente avaliar como, e se, os mesmos se manifestam por via da narrativa estratégica *per se*.

No capítulo posterior, será avaliada a forma como a narrativa estratégica da *BRI* é projetada por Xi Jinping³, através da aplicação de um método de análise do discurso, centrado no tom, no contexto e nos argumentos dados. O objetivo derradeiro é aferir como a narrativa visa ser persuasiva, avaliando o tom dos discursos, como aspetos ideacionais e materiais se relacionam e manifestam nos argumentos utilizados, como o contexto condiciona estes aspetos e inferindo qual a conceção do Presidente chinês do ator, cenário e enredo da narrativa. É de apontar que a componente do cenário é de particular relevância, dado que é na mesma que fica exposta a referida estratégia de *smart power*, o que a torna essencial para a criação de atratividade da proposta de política pública que é a *BRI*, por via da narrativa estratégica.

³ A escolha de apenas avaliar os discursos de Xi Jinping é explicada mais à frente.

De seguida, serão avaliados os discursos das elites iranianas e egípcias⁴ através da aplicação de um novo método de análise de discurso similar, mas não idêntico, ao aplicado para a avaliação da narrativa chinesa. Estes estudos de caso são selecionados em detrimento de outros pelo facto de Irão e Egito serem, primeiramente, dois países com alta importância geoestratégica para a conclusão da *BRI* e, seguidamente, serem dois países distintos entre si, pois para além de serem um país asiático e outro africano, têm relações bilaterais diferentes com a China. Essa distinção nas relações com Pequim deve-se sobretudo a especificidades, particulares a cada um destes países, nomeadamente a capacidade em termos de produção energética no caso do Irão e sobretudo a capacidade demográfica, o tamanho do mercado e o facto de ser a sede formal da Liga Árabe, no caso do Egito (Hong, 2021; El-Said, 2018).

A aplicação de referido método visa aferir como a narrativa estratégica da *BRI* foi recebida nos dois estudos de caso, através da avaliação de duas categorias: o sentimento e os argumentos utilizados. Através da avaliação individual e da comparação entre ambos os estudos de caso, visa-se, por um lado aquilatar se o sentimento relativamente à Iniciativa é “totalmente positivo”, “parcialmente positivo”, “parcialmente negativo” ou “totalmente negativo”⁵, bem como se o mesmo sofre alterações ao longo do tempo por outro, se são replicados ou não os argumentos utilizados por Xi Jinping e/ou se são introduzidos argumentos novos de natureza ideacional e material, de modo a perceber se há um entendimento diferente do cenário, ator e enredo projetados pelo Presidente chinês. Por via destas duas categorias, será possível apreciar de que modo as elites destes estudos de caso percecionam potenciais incentivos materiais para a participação do seu país na Iniciativa, bem como percecionam como a aceitação desta afeta o seu sentimento de segurança ontológica.

Estes dois aspetos, de natureza material e ideacional, por sua vez, serão determinantes para por fim, nas conclusões, enquadrar Irão e Egito, no já mencionado *framework* desenvolvido por Van Noort e Colley no seu texto “*How do strategic narratives shape policy adoption? Responses to China’s Belt and Road Initiative*” e assim avaliar o impacto da narrativa estratégica, na aceitação destes da Iniciativa, dando resposta à pergunta de investigação.

1.2 - O “*Belt and Road buy-in framework*”

Tal como Van Noort e Colley desenvolvem no seu artigo “*How do strategic narratives shape policy adoption? Responses to China’s Belt and Road Initiative*”, é

⁴ O facto de também serem escolhidas apenas as elites destes países, também será aclarado posteriormente.

⁵ Uma escala criada pelo próprio que irá ser explicada com mais pormenor a jusante.

impossível dissociar a promoção de uma política pública da sua projeção com base em aspetos materiais e ideacionais. O que conseqüentemente, confere à política pública da *BRI* em si uma dimensão dual, onde estes aspetos não se desvinculam um do outro. Tendo isso em conta, a relação entre os mesmos é particularmente importante para o cumprimento do objetivo máximo desta dissertação, nomeadamente o enquadramento dos dois estudos de caso preteridos, Irão e Egito no *framework* desenvolvido por Van Noort e Colley (2020), nesse mesmo artigo, denominado “*Belt and Road buy-in framework*”. Esse enquadramento é dado através da avaliação da forma como as elites, uma audiência muito particular dentro destes países, recebem a narrativa estratégica chinesa da *BRI*, refletindo-se isso na aceitação da política pública que é a Iniciativa por parte destas. Sendo que para tal é necessário ter em conta a relação entre os aspetos ideacionais e os aspetos materiais da narrativa estratégica.

Pegando na principal conclusão destes autores no referido artigo, de que uma narrativa estratégica justificando uma nova política pública é mais aliciante se esta prometer ganhos materiais futuros, permitindo ao ator manter a sua segurança ontológica, consegue-se estabelecer a relação entre estes aspetos (Van Noort & Colley, 2020, p. 23). Na ótica destes autores, estas questões determinam a forma como os *policymakers*, ou elites políticas⁶ dos Estados à qual a *BRI* é proposta, recebem a narrativa em torno da mesma e como aceitam/rejeitam a *BRI*, refletindo-se isso no modo como estes incentivam os seus públicos domésticos a aceitar ou rejeitar também a Iniciativa⁷.

São assim desse modo, quer interesses materiais, quer preocupações de segurança ontológica e os aspetos ideacionais subjacentes, constituídos de “forma discursiva” nas narrativas que os Estados utilizam para justificar uma nova política pública e, neste caso, para aceitarem ou não uma nova política pública (Hansen & Waeber, 2002, p. 12). É uma junção destes mesmos aspetos, que influencia as decisões das elites dos países que recebem essa narrativa e constitui o “guião” do presente, mas, sobretudo, do futuro desenrolar de eventos, ou seja, as perspetivas de benefícios ou malefícios vindouros (Van Noort & Colley, 2020, p. 8).

Os autores também reconhecem que ambos os aspetos são interativos entre si. Se uma política pública nova aparentar trazer uma promessa credível de preservação da segurança ontológica e de futuros ganhos materiais, isso potencia uma receção mais profunda da narrativa e conseqüentemente a aceitação dessa mesma política, neste

⁶ Que necessariamente são condicionadas por outro tipo de elites como as económicas, intelectuais e diplomáticas.

⁷ É importante, contudo, assinalar que nesta dissertação o enfoque estará na avaliação de como é recebida discursivamente a narrativa estratégica da *BRI* projetada pela China por parte das elites dos dois estudos de caso selecionados e não na narrativa estratégica relativa à *BRI* criada e dirigida por estas elites às suas audiências domésticas, como é feito pelos autores no seu artigo. Invariavelmente a forma como as elites recebem discursivamente a narrativa estratégica projetada, expõe esta segunda questão. Todavia, avaliar a mesma implicaria primeiramente, avaliar mais do que o discurso em si, pois seria necessária também a análise de documentos oficiais orientados para a aplicação desta política pública nos dois países e secundamente, implicaria também avaliar a dimensão doméstica da narrativa tanto no Irão como no Egito, o que, vai além dos objetivos propostos nesta dissertação.

caso da *BRI*. Todavia, se essa política pública for vista como pouco promissora em termos materiais e potencialmente contribuidora para o agudizar de um sentimento de insegurança ontológica, isso enfraquece a possibilidade de aceitação, pois torna-se inviável a sua justificação perante audiências domésticas. Do mesmo modo, o realce dado a apenas uma das questões pode levar a uma aceitação “parcial” da política pública, sobretudo se este for dado aos ganhos materiais pois, como reconhecem, os Estados recetores podem aceitar melhor uma possível situação de “insegurança ontológica, resultante de mudanças de política pública significativas do que a ganhos materiais com pouco impacto” (Ibidem).

Neste sentido, ambos os aspetos podem reforçar, ou enfraquecer, uma narrativa estratégica em torno de uma política pública, bem como podem influenciar o modo e em que profundidade e amplitude esta é recebida e, conseqüentemente, impactar a aceitação da Iniciativa. Tomando isto em consideração, os autores criaram quatro categorias, nas quais diferentes exemplos de Estados, tendo em conta a forma como as elites dos mesmos receberam a narrativa estratégica da *BRI* e posteriormente formularam a sua própria narrativa sobre a Iniciativa⁸, podem ser enquadrados no seu “*Belt and Road buy-in framework*” (Van Noort & Colley, 2020, p. 9). O objetivo derradeiro desta dissertação é enquadrar os dois estudos de caso nas suas respetivas categorias, apenas tendo em conta como a narrativa é recebida⁹ pelas elites, sendo as mesmas:

- Uma aceitação da *BRI* porque esta é vista como benéfica em termos materiais e protege a sua segurança ontológica - aceitação;
- Uma aceitação dos benefícios materiais da *BRI*, mas uma contestação da mesma no campo da segurança ontológica - aceitação parcial;
- Uma rejeição dos benefícios materiais da *BRI* e a perceção de que a Iniciativa prejudica o seu sentimento de segurança ontológica - rejeição;
- Uma aceitação da *BRI* como não prejudicial ao seu sentimento de segurança ontológica, mas fraca ou reduzida, perceção de benefícios materiais - aceitação parcial.

Estas categorias estão esquematizadas na seguinte figura¹⁰:

⁸ A avaliação dessa formulação por parte dos autores foi feita não tendo apenas por base discursos em si, mas também documentos oficiais, relatórios comunicados e artigos publicados em jornais proeminentes.

⁹ Nesse sentido, a aplicação do “*buy-in framework*” nesta dissertação é uma aplicação ajustada aos objetivos da mesma.

¹⁰ *SN* - *Strategic Narrative*.

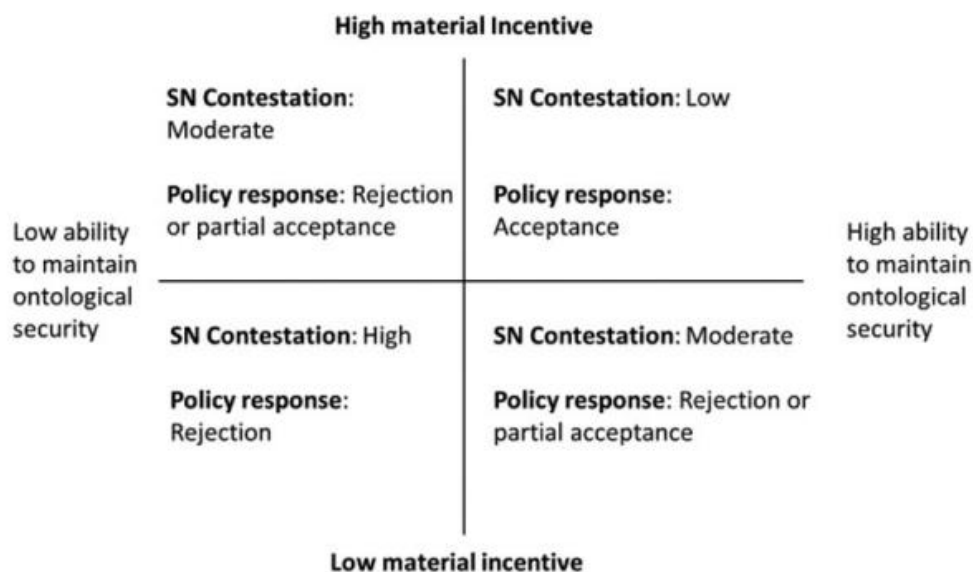


Figura 1.1: “Belt and Road buy-in framework”. Retirado de “How do strategic narratives shape policy adoption? Responses to China’s Belt and Road Initiative” (Van Noort & Colley, 2020, p. 9).

É importante notar que os autores sublinham que uma aceitação da *BRI* em termos ideacionais e, como tal, uma rejeição de que a mesma põe em causa a segurança ontológica, implica a identificação dos recetores com os valores e princípios que são projetados pela China na narrativa estratégica da *BRI*, uma vez que estes são, na sua ótica os “blocos normativos da Iniciativa” (Van Noort & Colley, 2020, p. 14). A aceitação destes valores é por sua vez dada pela avaliação dos argumentos referentes aos dois recursos de *soft power*, bem como os referentes a outros que enfatizem a dimensão mais ideacional da narrativa.

Já a aceitação em termos materiais prende-se com a manifestação clara de que a *BRI* é entendida como uma Iniciativa onde existem benefícios materiais a retirar, para aqueles que nela querem participar.

1.3 - Hipóteses

As hipóteses para responder à pergunta de investigação são as seguintes:

- 1- A narrativa não tem impacto;
- 2- A narrativa tem um impacto relativo;
- 3- A narrativa tem grande impacto.

Definidas pela colocação destes Estados dentro de uma das quatro categorias “*Belt and Road buy-in framework*”:

- Uma aceitação da *BRI* porque esta é vista como benéfica em termos materiais e protege a sua segurança ontológica - aceitação, significando que a narrativa tem grande impacto, sendo esta pouco contestada pelas elites;

- Uma aceitação dos benefícios materiais da *BRI*, mas uma contestação da mesma no campo da segurança ontológica - aceitação parcial, significando que a narrativa tem impacto relativo, sendo esta moderadamente contestada pelas elites;

- Uma rejeição dos benefícios materiais da *BRI* e a percepção de que a Iniciativa prejudica o seu sentimento de segurança ontológica - rejeição, significando que a narrativa não tem impacto, sendo esta muito contestada pelas elites;

- Uma aceitação da *BRI* como não prejudicial ao seu sentimento de segurança ontológica, mas fraca ou reduzida, percepção de benefícios materiais - aceitação parcial, significando que a narrativa tem impacto relativo, sendo esta moderadamente contestada pelas elites.

1.4 - Metodologia

1.4.1 - A projeção da narrativa estratégica

Com o objetivo de avaliar a projeção da narrativa estratégica da *BRI* na aceitação dos destinatários da mesma à Iniciativa *BRI*, a metodologia escolhida será uma metodologia de carácter hipotético-dedutivo, procurando testar-se as hipóteses supramencionadas.

A abordagem hipotético-dedutiva será escolhida com vista a avaliar a forma como é projetada a narrativa estratégica em torno da *BRI* e, assim, avaliar o impacto da dimensão discursiva, ou seja, da linguagem, na projeção da Iniciativa, através da avaliação quantitativa, com a aplicação de categorias do conteúdo qualitativo de 45 discursos oficiais do Presidente da República Popular da China (RPC) Xi Jinping, relativamente à *BRI*, entre os períodos setembro de 2013 e novembro de 2021.

Destes 45 discursos, 2 correspondem ao ano de 2013, 4 ao ano de 2014, 8 ao ano de 2015, 3 ao ano de 2016, 3 ao ano de 2017, 3 ao ano de 2018, 8 ao ano de 2019, 5 ao ano de 2020 e 9 ao ano de 2021, estando todos em inglês no seu formato original e identificados nas notas de rodapé. O facto de estarem redigidos em inglês é relevante, uma vez que comporta um significado em si mesmo, nomeadamente a ideia de que talvez exista o interesse da sua divulgação pela opinião pública mundial e como tal, uma

projeção da narrativa oficial chinesa da *BRI* a uma escala global. É importante também frisar que apenas discursos foram escolhidos para avaliar a projeção da narrativa e não documentos oficiais ou simbólicos referentes à mesma, tendo em conta a abordagem construtivista aplicada nesta dissertação, centrada na importância específica da linguagem e da comunicação verbal para a moldagem dos objetos da comunicação dos agentes (Knoblauch, 2013, pp. 303-304).

A projeção da narrativa será avaliada através do estabelecimento de três categorias: o contexto, o tom e os argumentos utilizados. Para além das categorias, será tido em conta se existem menções no discurso específicas aos dois estudos de caso desta dissertação, ou seja, Irão e Egito.

O primeiro objetivo é avaliar o contexto em que o discurso é dado. A diferença do contexto será essencial para compreender como, consoante as audiências e as circunstâncias em que o momento da comunicação é feito, o discurso é veiculado e como tal, a forma como o mesmo influencia o tom e os argumentos utilizados. Os contextos existentes são: multilateral, bilateral, doméstico, simbólico e académico.

Concebe-se para efeitos desta dissertação que um contexto é multilateral quando o número de recetores do discurso, é mais que dois e o discurso é dado no âmbito de uma Organização ou Fórum Internacional. No que diz respeito ao contexto bilateral, este existe quando o discurso é dado perante uma audiência particular, no âmbito de uma visita do Presidente Xi Jinping a um determinado país. O contexto é doméstico, quando o discurso é dirigido especificamente à população chinesa, sendo exemplo disso mesmo os discursos de Ano Novo do Presidente Xi Jinping. O contexto é simbólico quando o discurso é dado numa circunstância de celebração de uma data de particular importância simbólica e académico quando o discurso é dado numa Universidade, perante audiências internacionais.

O segundo objetivo é avaliar o tom no qual a narrativa é projetada: se assertivo, se positivo e se negativo. A avaliação do tom prende-se com a verificação do uso de determinadas expressões e modos verbais que o denunciam. Nesse sentido, sendo assertividade definida como “qualidade do que é afirmativo” ou “expressão de algo de forma convicta”, nesta dissertação toma-se a manifestação da mesma no discurso, pelo uso do modo verbal imperativo, através de expressões no seu formato original em inglês como “*must*”, “*should*” e “*need to*”, como prova de demonstração de convicção e afirmação. Do mesmo modo, o tom é positivo quando ao discurso está associado o uso de expressões que transmitam segurança e esperança, sendo neste caso as expressões “*hope*” e “*trust*”.

É vital frisar que a avaliação do tom é um aspeto complexo, uma vez que se assume que este consegue ser inferido pois o discurso em si, é, na sua totalidade, compreendido. Isto relaciona-se com o facto de todos os discursos elencados e

escolhidos para avaliar estarem em inglês, como já referido. Porém, pode existir uma versão traduzida dos mesmos que não esteja em nesta língua o que pode modificar o tom, dadas questões culturais ou linguísticas associadas. Também poderão haver aspetos dos discursos, mesmo estando estes na língua inglesa, que podem não ser totalmente entendidos. Tendo em conta o risco que esta avaliação comporta, nesta dissertação, faz-se fé na tradução para inglês existente e tenta-se inferir o tom com base nos critérios que foram identificados e definidos, confiando que os mesmos trazem o maior rigor possível à mesma.

O terceiro objetivo é avaliar os argumentos utilizados, sejam de natureza ideacional, ou material, percebendo no que consistem e quais os mais mencionados.

Os argumentos selecionados são:

- 1- Argumentos centrados na China em si, através da menção à conceção de posicionamento internacional do país na atualidade, associada a ideias como “rejuvenescimento nacional”, “*strive for achievement*”, bem como princípios que regulam esse mesmo posicionamento, bem como à manifestação de uma determinada conceção daquela que é a identidade internacional da China;
- 2- Argumentos relacionados com os dois recursos de *soft power*
 - 2.1- Um novo modelo de desenvolvimento;
 - 2.2- A cultura;
- 3- Argumentos associados ao conceito de multilateralismo;
- 4- Argumentos referentes à Ordem Internacional, como é caracterizada, porque valores se rege e se há uma crítica à mesma;
- 5- Argumentos securitários ou geopolíticos, com vista a perceber qual a perceção de ameaças por parte de Xi Jinping;
- 6- Argumentos referentes à ideia de Democracia;
- 7- Argumentos referentes especificamente ao Egito e o Irão;
- 8- Argumentos de natureza essencialmente material, associados a ideias como os benefícios económicos da Iniciativa, ou tópicos como infraestruturas, comércio e investimentos.

A apreciação dos argumentos utilizados reveste-se de particular importância, pois é através destes que se visa persuadir os recetores da narrativa, não somente coadunarem com a mesma, mas a aceitarem a Iniciativa em si. Após a categorização dos discursos, haverá uma apreciação pessoal do conteúdo de cada um deles através da análise de discurso.

Este termo “de carácter amplo para o estudo das formas como a linguagem é usada entre pessoas, quer em textos escritos ou em contextos falados” é essencial para avaliar a substância dos argumentos utilizados e extrapolar padrões da avaliação quantitativa feita previamente, uma vez que como já mencionado, a linguagem molda o significado

que os agentes atribuem aos objetos da sua comunicação, reflete a dimensão ideacional destes mesmos objetos e a forma como os agentes concebem a realidade que os rodeia (Miao, 2021, p. 165; Knoblauc, 2013, pp. 303-304).

Nesta situação específica, este conteúdo será essencial para o objetivo definitivo deste capítulo: a inferência da forma como o cenário, ator e enredo são entendidos por Xi Jinping e como estes se relacionam com os três níveis da narrativa, que irão ser explicados no enquadramento teórico.

1.4.1.1 - Justificação da escolha do autor dos discursos

A opção de apenas avaliar discursos de uma figura política, neste caso o Presidente atual da RPC e Secretário-Geral do PCC, Xi Jinping, para avaliar a forma como a narrativa da Iniciativa é veiculado, prende-se com o facto de ser este o principal responsável político pelo surgimento da Iniciativa e pela colocação da mesma como o atual corolário da Política Externa chinesa, como um dos “Dois Objetivos do Centenário” chineses e parte integrante da chamada “*Big Country Diplomacy* com características chinesas” (Yang, 2021, p. 299). Assim como tal, é o principal, embora não único, responsável pela formação da própria narrativa em torno da Iniciativa, mas também pela sua projeção.

1.4.1.2 - Justificação do período temporal escolhido

A escolha deste período temporal é essencial por duas questões. Em primeiro lugar a narrativa estratégica da Iniciativa corresponde a três fases temporais distintas entre si. A fase entre 2013 e 2016 coincide com a fase de lançamento da *BRI* e com o lançamento das primeiras Parcerias no âmbito da mesma, como tal, com a fase da sua apresentação aos públicos internacionais, de uma forma mais geral. A fase entre 2017 e 2019, coincide com os dois Fóruns da *BRI*, em ambos os anos respetivamente. Fóruns esses relevantes pois, se por um lado serviram de momento formal de firmamento da participação de determinados Estados na *BRI*, por outro foram utilizados, por parte de Xi Jinping, como plataforma preferencial de projeção da narrativa chinesa em torno da Iniciativa. A fase entre 2020 e 2021, além de coincidir com a consolidação definitiva e o ampliar de algumas Parcerias no âmbito da Iniciativa, assim como com o surgimento da pandemia Covid-19, também coincide com um crescente ceticismo de alguns países relativamente às intenções chinesas em torno da Iniciativa (Stanway, 2021).

Em segundo lugar esta escolha é essencial para perceber a evolução, num espetro alargado, da narrativa em si e como tal, avaliar que aspetos da mesma se mantiveram ou que aspetos foram incorporados, quando o foram, e se sequer o foram, permitindo assim diferir as continuidades e as alterações na substância da narrativa ao

longo do tempo. Por último, a avaliação dos discursos de Xi Jinping também tem o propósito de aclarar de que modo aspetos ideacionais e aspetos materiais relacionados com a política pública que é a *BRI*, são projetados e articulados por via da narrativa estratégica da mesma.

1.4.2 - A receção da narrativa estratégica

Após a avaliação da projeção da narrativa estratégica da *BRI* será avaliada a forma como a mesma é recebida pelos dois estudos de caso selecionados, Irão e Egito, com vista a posteriormente, comparar os mesmos e enquadrá-los no “*Belt and Road buy-in framework*”. Importa salientar que, embora a projeção da narrativa não circunscreva a mesma a uma audiência particular à qual esta é dirigida, dados os diferentes contextos nos quais a mesma é projetada, para fins desta dissertação importará avaliar a forma como a narrativa é recebida apenas pelas elites, sejam elas políticas, diplomáticas, económicas ou intelectuais, dos dois estudos de caso, até tendo em conta o já mencionado no subcapítulo 1.2.

Para tal, será aplicada uma metodologia indutiva para a análise qualitativa e comparação do discurso e apenas do discurso, das elites dos dois estudos de caso selecionados, dentro do período de setembro de 2015 até novembro de 2021, sendo selecionados 63 discursos para o primeiro caso e 25 para o segundo, feitos por diversos tipos de elites. A aplicação de estudos de caso é importante pois para além de estes serem uma “ferramenta que oferece perspetivas que outras não oferecem”, são um ponto de partida empírico para, por um lado, inferir a partir das conclusões retiradas as potenciais bases para a formação de uma teoria mais abrangente e, por outro, potenciar o desenvolvimento de uma pesquisa mais alargada e/ou aprofundada sobre a temática (Rowley, 2002, p. 16). A abordagem comparada permite retirar padrões e especificidades, em termos de semelhanças e distinções entre estes.

1.4.2.1 - Justificação do intervalo temporal e do número de discursos

Dos 63 discursos avaliados no caso iraniano, em termos temporais: 2 são de 2015, 8 de 2016, 6 de 2017, 6 de 2018, 26 de 2019, 3 de 2020 e 10 de 2021. No que concerne as elites a que correspondem, 22 correspondem a elites políticas, incluindo vários Ministros do Governo iraniano, ou seja 35% do total; 5 ao próprio Presidente iraniano (8%); 23 a elites diplomáticas, contando entre estas Embaixadores (em particular o Embaixador iraniano em Pequim) e ex-Ministros dos Negócios Estrangeiros (37%); 7 ao Ministro dos Negócios Estrangeiros (MNE), ou seja, 11%; 1 ao Vice-Ministro dos

Negócios Estrangeiros (Vice-MNE), ou seja 2%; 3 a elites económicas (5%); 2 a elites intelectuais (3%) e 1 ao Ayatollah Khamenei (2%).

Já no caso egípcio, dos 25 discursos avaliados, em termos temporais: 1 é de 2015, 1 de 2016, 4 de 2017, 4 de 2018, 7 de 2019, 3 de 2020 e 4 de 2021. No que diz respeito às elites a que correspondem: 12 correspondem ao Presidente El-Sisi, ou seja cerca de 56% dos discursos, 6 a elites políticas (24%), 4 ao Ministro dos Negócios Estrangeiros (16%) e 1 ao Primeiro-Ministro, elites diplomáticas e elites intelectuais, sendo cada caso, 4% do total de discursos.

Importa ainda salientar que o intervalo temporal dos discursos situar-se-á entre 2015 e 2021, sendo distinto do intervalo utilizado na avaliação da projeção da narrativa estratégica da *BRI* por parte de Xi Jinping, devido à escassez de dados e à barreira linguística. Foi impossível encontrar para os dois estudos de caso escolhidos, discursos situados entre 2013 e 2014, que fossem referentes à *BRI*. Além do mais a discrepância em termos do número de discursos para cada caso - sendo 63 no caso do Irão e apenas 25 no caso do Egito -, deve-se à inacessibilidade a algumas fontes de dados, à falta de material disponível e à barreira linguística. Esta discrepância é, em si um dado, e comporta um significado, mas isso não influencia o objetivo derradeiro desta dissertação, dado que o mesmo é cumprido pela avaliação da subjetividade contida no conteúdo dos discursos e não pela existência ou não de diferença do número absoluto destes.

É de apontar também que dos 25 discursos avaliados para o Egito, 12 correspondem a fontes chinesas, seja a página oficial de diversos Consulados chineses, seja a agência noticiosa estatal chinesa, *Xinhua*, sendo os restantes correspondentes a fontes egípcias. Todavia, em algumas das fontes egípcias mencionadas também há referência a fontes chinesas, o que sinaliza que as segundas, à partida, são fontes onde a informação é fidedignamente transmitida. Já no caso dos discursos encontrados para o Irão, a sua vasta maioria (61 dos 63) foi retirada de notícias do meio de comunicação estatal *Iranian Republic News Agency (IRNA)*, sendo os outros dois retirados de duas fontes internacionais, a *Reuters* e o *Financial Tribune*.

Acresce a isto que, na vasta maioria dos discursos dos dois estudos de caso, os mesmos não são feitos na primeira pessoa, mas sim na terceira, sendo as fontes, assim, indiretas. Mais uma vez, tal deve-se à falta de acesso a fontes primárias, seja pela barreira linguística, seja pela escassez de material *per se*. É também relevante referir que formalmente, as primeiras propostas de participação de ambos os países na *BRI* se firmaram a partir de 2016, sendo alargado o espetro de cooperação nos anos posteriores. Ter esse dado em mente é relevante para a avaliação do discurso ao longo do tempo.

1.4.2.2 - Explicação das categorias escolhidas

A avaliação qualitativa dos discursos das elites destes países estará centrada em duas categorias, similarmente à análise do discurso da narrativa estratégica em torno da *BRI* por parte de Xi Jinping e tendo em conta o ator veiculador, se uma elite política, se uma elite intelectual, se uma elite económica, se diplomática. Primeiramente, o sentimento relativamente à Iniciativa, avaliado por via da criação de uma escala com quatro gradações:

- muito negativo (se houver menções a palavras fortes como “ameaça”, “*debt-trap diplomacy*” ou “desafio”);
- parcialmente negativo (se houver menções a palavras como “cautela” e “prudência”);
- parcialmente positivo (se houver menções positivas ao tema, mas enquadrando-o dentro de outro(s) tido(s) como mais positivo(s) ainda);
- totalmente positivo (se não houver nenhuma menção negativa).

Seguidamente, os argumentos utilizados, com intuito de aquilatar se estes são similares aos utilizados por Xi Jinping, se são alterados e se são acrescentados novos, sejam eles de natureza ideacional ou material, por forma a inferir como os mesmos contribuem para a conceção do cenário, ator e enredo da narrativa estratégica da *BRI*. São esses argumentos iguais aos escolhidos para avaliar a projeção da narrativa estratégica da *BRI*, acrescentando argumentos centrados nos países em si e argumentos verdadeiramente acrescentados, caso existam.

Posteriormente, através da análise qualitativa do discurso, visa-se avaliar como a narrativa da *BRI* é recebida pelas elites dos dois estudos de caso, por via do sentimento revelado e argumentos, quer de natureza ideacional, quer de natureza material, utilizados, por via do modo como estes argumentos transparecem uma determinada conceção de cenário, ator e enredo da mesma, e pela forma como, transversalmente, são percecionados os incentivos materiais para e com a participação na Iniciativa bem como a aceitação da mesma afeta o sentimento de segurança ontológica. O objetivo último é, através desta avaliação, enquadrar os dois estudos de caso no já mencionado “*Belt and Road buy-in framework*”.

1.5 - Projetos e investimentos específicos previstos no âmbito da *BRI* no caso do Irão e Egito

Tendo como objetivo principal avaliar como as elites destes dois estudos de caso percecionam a *BRI*, pelo modo como recebem a narrativa estratégica acerca desta política pública, é essencial ter em conta, como já referido, quer aspetos materiais, quer ideacionais. No entanto, para além do discurso, é vital entender o impacto palpável e visível da pertença à *BRI* por parte destes Estados e como tal, quais os incentivos reais para projetos e investimentos previstos no quadro da *BRI* para estes países, pois são estes que consubstanciam, na prática, os efeitos dessa pertença.

Nesse sentido, e independentemente da forma como os mesmos são interpretados quando posteriormente for avaliado o discurso, são estes os projetos e investimentos, e como tal os incentivos materiais, previstos e já existentes em ambos os países no quadro da sua participação na Iniciativa.

1.5.1 - Projetos e investimentos previstos no âmbito da *BRI* no caso do Irão

No que diz respeito a projetos e propostas de investimentos para a participação do Irão na *BRI*, é importante notar que os mesmos se revestem de características muito singulares. A substância dos mesmos começou a ficar explicitada em 2016, aquando da visita de Xi Jinping a Teerão, a primeira visita de um Presidente chinês a tal capital desde 2002, e a subsequente assinatura de uma Parceria Estratégica Abrangente¹¹ entre ambos os países. De 17 acordos assinados entre o Presidente Xi Jinping e o então Presidente iraniano, Hassan Rouhani, a grande maioria seria referente ao aprofundar de laços económicos, sendo também, no entanto alguns referentes ao reforço das relações políticas entre ambos os Estados (Islamic Republic of Iran's Presidency Website, 2016). O que incluiria um acordo no valor de 600 mil milhões de dólares a ser cumprido até 2026, bem como o reconhecimento formal da participação do Irão na *BRI*.

Isso garantiria a Teerão condições preferenciais para o investimento direto chinês em três áreas em particular, nomeadamente a construção de infraestruturas - sendo de especial importância as infraestruturas associadas ao fornecimento de energia e as vias

¹¹ "Parceria Estratégica Abrangente" é um conceito diplomático utilizado pelas lideranças políticas chinesas para sinalizar o mais alto nível de prioridade na relação com um país parceiro, bem como uma evolução formal na relação pré-existente com o mesmo, fosse uma "Parceria Estratégica" ou uma "Parceria". Para mais informações ver: Feng Zhongping and Huang Jing, "China's strategic partnership diplomacy: engaging with a changing world" (June 27, 2014), European Strategic Partnership Observatory Working Paper No.8, disponível em SSRN: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2459948.

de comunicação¹²- finanças e a cooperação energética. É também relevante salientar projetos relacionados com a energia nuclear, especificamente a assinatura de um contrato relativo à construção de duas centrais nucleares de 1000 megawatts, a construção de várias centrais nucleares de 100 watts, e um projeto de redesenho e reconstrução do reator nuclear na cidade de Arak pela *China National Nuclear Corporation* e a Organização para a Energia Atômica do Irão (AEOI). Reator esse que, na sua configuração original, estaria a potenciar a capacidade do Irão de enriquecer urânio ao ponto de poder ser usado numa arma nuclear e como tal, entraria em conflito com as prerrogativas do *Joint Comprehensive Plan of Action (JCPOA)*, vulgo, Acordo Nuclear (Nuclear Threat Initiative, 2022; Reuters, 2017; Butch, 2021).

Também deve ser frisado que, devido ao condicionamento imposto pelas sanções americanas ao Irão, dada a questão do desenvolvimento do seu programa nuclear, a dimensão financeira, sobretudo a partir de 2017, tornar-se-ia um incentivo material fundamental para a cooperação de Teerão com a China e sobretudo, para a participação do país na *BRI*. Através do estabelecimento de linhas de crédito diretas, por via de empréstimos de bancos chineses, seria permitido o financiamento de consórcios entre empresas iranianas e chinesas. As taxas de juro reduzidas permitiriam às empresas iranianas realizar a maior parte das suas transações financeiras, por via de múltiplas outras moedas internacionais que não o dólar americano, bem como ajudariam ao avançar de determinados projetos de construção de infraestruturas (Butch, 2021).

Por exemplo, o Banco para o Desenvolvimento da China, um banco estatal, emprestaria cerca de 18 mil milhões de dólares ao Irão para projetos de construção e produção e a empresa de investimento pública chinesa *China International Trust and Investment Corporation Group*, emprestaria “dezenas de milhares de milhões de dólares” para o investimento em projetos relacionados com a gestão de recursos aquíferos, energia, transporte e ambiente (Ibidem). Outro exemplo é o Banco de Importações-Exportações da China que, até 2017, garantiria cerca de 9 mil milhões em empréstimos para financiar 26 projetos no Irão, em áreas como a energia e a indústria petroquímica, bem como o financiamento no valor de 1.5 mil milhões de dólares, em conjunto com a *China National Machinery Import and Export Corporation*, do projeto de eletrificação da autoestrada Teerão-Mashad.

Seriam ainda estabelecidas linhas de crédito para o investimento em outros projetos, como hospitais de alta capacidade, estradas, autoestradas, serviços de metro e linhas ferroviárias. São exemplos concretos desses projetos: a construção de uma

¹² No que diz respeito às vias de comunicação, em particular redes ferroviárias, a promessa de investimento chinês nesta área seria de particular importância para Teerão e Pequim, uma vez que no caso dos primeiros, tal investimento permitiria ao país cumprir os seus objetivos de expansão desta rede, nomeadamente que a mesma atingisse os 25.000km até 2025 e no caso dos segundos, potenciará a criação de conectividade com outras redes ferroviárias já estabelecidas ao longo da Rota da Seda terrestre, facilitando o comércio de bens e a conectividade dentro da *BRI* (Butch, 2021).

linha de comboios de alta velocidade de 415 km entre Teerão e Isfahan pela empresa chinesa *China Railway Engineering Group*; o desenvolvimento de uma rede ferroviária a ligar as cidades de Teerão, Hamedan e Sanandaj , por via da assinatura do contrato no valor de 845 milhões de dólares com a empresa estatal chinesa *China National Industry Corp* e o desenvolvimento de uma outra rede ferroviária na parte ocidental do Irão, cuja extensão seria de 263 km e cujo objetivo seria ligar as cidades de Kermanshah e Khosravi, através do estabelecimento de um contrato no valor de 513 milhões de dólares com a *China Railway Construction Corp*. Seriam também assinados múltiplos Memorandos de Entendimento para o reforço da pesquisa em diversos campos científicos como a nanotecnologia e a medicina (Sheikhi, 2016; Tianyang, 2019).

Estes incentivos seriam politicamente reforçados quando, a 27 de março de 2021, um suposto esboço de um novo documento referente a um acordo sobre o aprofundamento da Parceria Estratégica Abrangente foi tornado público, por via de uma fuga levada a cabo por parte de Saeed Khatibzadeh, o porta voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros iraniano. Esta fuga não revelaria detalhes particulares deste novo acordo, nomeadamente a quantificação dos “recursos financeiros e económicos alocados”, bem como a existência de contratos entre as partes, porém apresentaria, ainda que de forma vaga, que estaria previsto um investimento por parte da China no Irão, durante um período de 5 anos, de cerca de 400 mil milhões de dólares, em troca, alegadamente, de fornecimento de petróleo por parte do Irão à China nos próximos 25 anos (Fassihi & Myers, 2021).

Este acordo simbolicamente assinado na data da celebração do 50º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre ambos os países, que o Irão apelidaria de “acordo de cooperação estratégica”, não seria considerado nem uma aliança, nem um pacto, nem legalmente vinculativo, dado que representantes de ambos os países admitiriam isso mesmo (Iran International, 2021). Reza Zabib, membro do Ministério dos Negócios Estrangeiros iraniano apelidou o acordo de “documento não-vinculativo” na sua conta de Twitter e o porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros chinês, Zhao Lijian, disse numa conferência de imprensa a 29 de março que o acordo “(...) não inclui nem contratos e objetivos quantitativos específicos, nem é direcionado a nenhuma terceira parte (...)” (Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China, 2021).

Supostamente, estaria previsto que do total de 400 mil milhões de dólares deste acordo, 280 mil milhões seriam alocados para o desenvolvimento das indústrias petroquímicas, petrolíferas e de gás natural iranianas, bem como das indústrias associadas a energias renováveis como a energia solar e hidroelétrica. Os restantes 120 mil milhões estariam destinados para a modernização e atualização das infraestruturas digitais, de manufatura e de comunicação do país, tudo projetos

enquadrados dentro do âmbito da *BRI*¹³. Importa salientar que envolvendo atores públicos e privados de ambos os lados, cerca de 100 projetos estariam preconizados neste novo acordo, relacionados com uma pletera de áreas além das já mencionadas, incluindo a provisão de medicamentos e vacinas, de investimentos no setor bancário iraniano e a garantia de condições comerciais preferenciais para Teerão (Dudgeon, 2021).

A questão das vacinas surgiria como um incentivo para a cooperação no quadro da *BRI* entre ambos os países, pois o mesmo deriva do contexto específico despoletado a partir de 2020 - o surgimento da pandemia da Covid-19. O número de vacinas doadas por Pequim, as vacinas *Sinopharm* produzidas na própria China, à data de fevereiro de 2021 rondaria as 250.000 doses que, apesar de ser um número significativo, despoletou alguma crítica por parte de oficiais iranianos quanto à sua pequena dimensão, comparativamente ao número de vacinas encomendadas - cerca de três milhões (Islamic Republic News Agency, 2021; Iran International, 2021). Não obstante, a outubro de 2021, a China já havia fornecido cerca de 83,175,996 doses de vacinas ao Irão, constituindo esse número cerca de 89.6% do total de vacinas fornecidas ao país, eclipsando as três milhões de dose previamente prometidas (United States Institute of Peace, 2021).

Tendo em conta o apresentado, no que diz respeito aos incentivos materiais e projetos e investimentos previstos no quadro da participação do Irão na *BRI*, os mesmos para além de vastos e diversos, são direcionados especificamente para a construção de infraestruturas, mas também para o potenciamento de uma relação bilateral mais aprofundada em termos financeiros entre ambas as partes, por via da facilitação do investimento chinês em solo iraniano. Também no âmbito dos mesmos estão previstos alguns projetos de valor simbólico assinalável, especificamente aqueles referentes à área da energia nuclear. A dimensão pandémica é também ela relevante no que concerne a estes incentivos, com especial destaque para a questão do fornecimento da vacina *Sinopharm* por parte de Pequim a Teerão.

1.5.2 - Estado atual dos projetos previstos no caso do Irão

Com isto em consideração, este é o estado, à data da escrita desta dissertação, dos projetos previstos no âmbito da *BRI* no caso do Irão.

¹³ Particularmente da dimensão digital da *BRI* bem como da sua dimensão “verde” associada à sustentabilidade e não somente no que concerne ao desenvolvimento do setor das energias fósseis.

Projeto	Estado	Empresa chinesa associada
Eletrificação da linha de comboios de alta velocidade entre Teerão e Mashhad	Iniciado	<i>China National Machinery Import and Export Corporation</i>
Linha de comboios de alta velocidade de 415 km entre Teerão e Isfahan	Iniciado	<i>China Railway Engineering Group</i>
Rede ferroviária a ligar as cidades de Teerão, Hamedan e Sanandaj	Iniciado	<i>China National Industry Corp</i>
Rede ferroviária de 263 km na parte ocidental do Irão, nomeadamente a ligar as cidades de Kermanshah e Khosravi.	Iniciado	<i>China Railway Construction Corp</i>
Redesenho e reconstrução do reator nuclear de Arak	Adiado	<i>China National Nuclear Corporation</i>

Figura 1.2: Lista de projetos e investimentos no âmbito da *BRI* no Irão.

1.5.3 - Projetos e investimentos previstos no âmbito da *BRI* no caso do Egito

Os incentivos materiais específicos para a participação do Egito na *BRI* são, tal como no caso iraniano, revestidos de características muito específicas. No cerne destes incentivos, estariam e ainda estão, projetos de construção de infraestruturas, onde determinadas empresas chinesas reguladas pelo Estado seriam parte central da concretização dos mesmos, potenciada por estas, a mesma facilidade no investimento potenciada pela criação de linhas de crédito diretas, como no caso iraniano. Efetivamente, no âmbito da Iniciativa em geral, o Egito tornar-se-ia num dos maiores recetores de contratos no setor da construção, contando com 13.3 mil milhões de dólares entre 2014 e 2017 (Joy-Perez & Scissors, 2018, p. 5).

Dos projetos previstos pela participação do Egito na Iniciativa, é de salientar a construção da Zona de Cooperação Económica Conjunta no Canal do Suez, que havendo sido iniciada em 2008, visaria tornar-se numa zona industrial ainda mais alargada que ocuparia um terço do Canal, bem como sinónimo de criação de emprego e do envolvimento direto de empresas chinesas em solo egípcio (Calabrese, 2020). A mesma, localizada no distrito Sokhna na Província do Suez, a 120 km do Cairo, contava, já em 2019, com cerca 68 empresas das mais variadas áreas de produção, bem como com a criação de 10.000 novos postos de trabalho, contribuindo para que de facto o Canal do Suez se tornasse numa efetiva Zona Económica Especial (ZiroMwatela & Changfeng, 2016, p. 13; Godement et al., 2017, p. 9).

No âmbito desta Zona estariam de uma forma geral previstos projetos de infraestruturas específicas financiados por empresas chinesas, como um complexo petroquímico, uma refinaria, uma fábrica de placas de gesso construída pela *Taishan Gypsum Co. Ltd*, uma fábrica de produtos não têxteis construída pela *Xiamen Yanjiang New Materials* e a criação de uma zona industrial de produtos têxteis pela *Shandong Ruyi Technology Group Co* (Nyabiage, 2022; Xinhua, 2021; Zawaya, 2018; Al-Youm, 2018). É importante apontar que a principal empresa chinesa envolvida neste empreendimento, de uma forma geral, seria a *TEDA Investment Holding Co. Lda*, uma empresa pública chinesa, responsável pelo desenvolvimento na própria China, especificamente na Província de Tianjian, da *Tianjian Techonological Delopment AREA (TEDA)*, o maior centro de manufatura e logística do país (Wakelin-King, 2015).

São de salientar ainda a construção de um comboio elétrico, prevista num contrato assinado entre o Egito e a *Aviation Industry Corporation of China* e o *China Railway Group*, onde estaria assegurado o empréstimo de 1.24 mil milhões de dólares por parte de referida empresa; o início da linha ferroviária elétrica de alta velocidade entre Ain Sokhna e El Alamain, que ligaria o Mar Vermelho ao Mediterrâneo, através de um consórcio entre as empresas chinesas, *China Civil Engineering Construction Corporation* e *China Railway Construction Corporation Limited* e a empresa egípcia *Samcrete Engineers and Contractors S.A.E*, bem como a Organização Árabe para a Industrialização; a assinatura do contrato de desenvolvimento de um terminal de contentores na Base Naval de Abu Qir, na costa central do Mediterrâneo, financiado pela *Hutchison Ports*, uma empresa sediada em Hong Kong; a construção do maior parque industrial têxtil no Egito na cidade de Sadat, financiado maioritariamente pela empresa chinesa regulada pelo Estado, *Niangxia Mankai Investment Company*; a construção de uma fábrica de manufatura de televisões na província de Beni Suef, financiada pelo *Konka Group* chinês e o desenvolvimento um sistema de transporte ferroviário leve eletrificado a opera na linha entre El-Salam, a Nova Capital Administrativa e a 10ª Cidade do Ramadão, iniciado em 2022, por via de um contrato entre a *Egyptian National Authority for Tunnels* e o consórcio de empresas públicas chinesas *AVIC International Holding Corporation* e a *China Railway Engineering Corporation* (Refinitiv, 2019, p. 8; El-Sheikh, 2022; Hurtchison Ports, 2020; Egypt Today, 2022).

Outros projetos que existem são: um projeto hidroelétrico de armazenamento de água em Ataqa no valor de 2.7 mil milhões de dólares financiado por um consórcio entre o Governo egípcio e a empresa chinesa *Sinohydro Corporation*, a iniciar em 2024 e a construção de uma central energética alimentada a carvão em Hamrawei, resultante de um consórcio entre empresas chinesas e egípcias, nomeadamente a *Shanghai Electric* e a *Dongfang Electric Corporation of Sichuan* chinesas com a *Hassan Allam*

Construction egípcia. Este projeto estaria avaliado no valor de 4,4 mil milhões de dólares (Global Construction Review, 2018; Al-Youm, 2018; El-Bakry, 2019; Container Management, 2020; Kamel, 2019; Kwong & Huifeng, 2016).

Um outro projeto de alta importância é o da construção da Nova Capital Administrativa do Egito, localizada a 30km de Cairo. Em 2016, seria assinado um contrato com a *China Fortune Land Development (CFLD)* no valor de 20 mil milhões de euros, concedendo a esta empresa estatal chinesa a primazia no desenvolvimento e gestão de cerca de 57 dos 700 km² desta Nova Capital Administrativa (Rogers, 2016). Também, no âmbito deste megaprojeto, ficaria prevista a construção de um Novo Distrito de Negócios Central, sob a alçada da empresa chinesa *China State Construction Engineering Corporation (CSCEC)* a partir de 2022 (Xinhua, Feature: Chinese-constructed CBD project in Egyptian capital boosts local development, 2022; Devonshire-Ellis, 2022).

No entanto, a construção de infraestruturas, bem como o reforço das capacidades de produção das indústrias de manufatura, apesar de serem os principais não seriam, nem são, os únicos incentivos específicos para a participação do Egito na *BRI* (Calabrese, 2020). Em 2018, o país já tinha 1080 empresas chinesas a operar no seu país nos mais diversos setores, desde o investimento ao comércio e das infraestruturas de comunicação à energia (CGTN, 2018). No ano seguinte, esse número aumentaria para 1500 (Yan, 2019).

Paralelamente, a aposta no reforço do comércio bilateral, também seria algo importante para o cumprimento de referidos propósitos, algo que se demonstrou pelo aumento do volume de trocas entre ambos os países. De facto, em 2017 esse volume havia chegado aos 11 mil milhões de dólares, mais dois mil milhões do que em 2011, atingindo em 2020 os 14,56 mil milhões (“Economic Relations with China”, 2021; Refinitiv, 2019, p. 9; Egypt Today, 2021). O valor das exportações diretas do Egito para a China também aumentaria, sendo que em 2018 esse valor atingiria os 1.37 mil milhões de dólares, praticamente o dobro comparado a 2015. Eventualmente a China tornar-se-ia o principal parceiro comercial do Egito e o Egito o quarto parceiro comercial da China, representando o país africano, cerca de 35% do total de comércio efetuado pela China com o Norte de África (Country Profile: Egypt, 2020).

É também relevante apontar que tal como no caso iraniano, outro incentivo material para a cooperação entre ambos os países no âmbito da Iniciativa seria, e é, dado o contexto de pandemia, o fornecimento de vacinas por parte da China ao Egito. A 23 de fevereiro de 2021, esse fornecimento rondaria as 350 mil doses, transformando-se o mesmo em cerca de 850.000 a meio do ano e nos 4.3 milhões em outubro (Reuters, 2021; Reuters, Egypt receives 2.2 mln AstraZeneca and Sinopharm vaccine doses, 2021; Egypt Today, 2021). O acordo entre as autoridades egípcias e chinesas seria para

que o fornecimento fosse de cerca de 20 milhões de doses, havendo para além desse fornecimento, o acordo para a produção local dessas mesmas vacinas em território egípcio, com a China a fornecer a matéria-prima para a sua produção e o Egito com a responsabilidade de distribuir essas mesmas vacinas pela sua população e para outros países africanos. O objetivo seria duplicar o número de doses encomendadas (Reuters, Egypt to start local production of Sinovac vaccine mid-June- minister, 2021).

Nesse sentido, no caso egípcio, para além do investimento por parte da China, também numa lógica de financiamento por via de crédito direto pelas empresas e grupos chineses como no Irão, o número de projetos, quer referentes à construção de infraestruturas, sejam elas, vias de comunicação ou de produção energética, quer referentes ao reforço das capacidades industriais egípcias, é, para além de mais detalhado e preciso do que no caso iraniano, mais alargado. Acresce a isto o número de projetos simbólicos também ele elevado, bem como o significativo volume de comércio entre ambas as partes. O volume de vacinas fornecidas é, no entanto, mais reduzido que no caso do Irão, porém o incentivo à produção em solo egípcio da vacina da Sinopharm e a autorização da distribuição dessa mesma vacina para outros países no continente africano, salienta como a questão da cooperação ao nível da saúde, é mais alargada e profunda no caso egípcio. O que demonstra a extensão dos incentivos materiais para a participação do Egito na Iniciativa e a consequente importância dada à mesma por parte de Pequim.

Não obstante, os incentivos para a participação do Irão na Iniciativa são também eles diversos e extensos, porém esta diferença pode ser justificada não tanto pela localização geoestratégica e riqueza em termos de recursos naturais do Egito, dado que isso são características comuns a ambos os países, mas sobretudo pela diferença na sua dimensão demográfica. O Egito, com cerca de 107 milhões de habitantes, tem mais 20 milhões de habitantes que o Irão, sendo desse modo um mercado maior e com mais recursos humanos (Worldometer, 2022; Worldometer, Egypt Population, 2022).

1.5.4 - Estado atual dos projetos previstos no caso do Egito

Tomando em consideração o apresentado, este é o estado atual de alguns dos projetos e investimentos previstos no caso do Egito, no âmbito da *BRI*.

Projeto	Estado	Empresa chinesa associada
Zona Económica Conjunta no Canal do Suez	Iniciado	Maioritariamente a <i>TEDA Investment Holding Co. Lda.</i>
Zona industrial para produção têxtil	N/S	<i>Shandong Ruyi Technology Group Co.</i>
Fábrica de placas de gesso na Zona Económica do Suez	N/S	<i>Tai Shan Group</i>
Fábrica de produtos não têxteis na Zona Económica do Suez	N/S	<i>Xiamen Yanjiang New Materials</i>
Comboio elétrico	Iniciado	<i>Aviation Industry Corporation of China e o China Railway Group</i>
Linha ferroviária elétrica de alta velocidade entre Ain Sokhna e El-Alamein	Iniciado	<i>China Civil Engineering Construction Corporation e China Railway Construction Corporation Limited</i>
Terminal de contentores na Base Naval de Abu Qir	Iniciado	<i>Hutchison Ports</i>
Parque industrial na cidade de Sadat	Iniciado	<i>Niangxia Mankai Investment Company</i>
Fábrica de manufatura de televisões na província de Beni Suef,	Iniciado	<i>Konka Group</i>
Sistema de transporte ferroviário leve eletrificado a operar na linha entre El-Salam, a Nova Capital Administrativa e a 10ª Cidade do Ramadão	Iniciado	<i>AVIC International Holding Corporation e a China Railway Engineering Corporation</i>
Central energética alimentada a carvão em Hamrawei	Adiado	<i>Shanghai Electric e Dongfang Electric Corporation of Sichuan</i>
Distrito de Negócios Central na Nova Capital Administrativa	Iniciado	<i>China State Construction Engineering Corporation (CSCEC)</i>

Figura 1.3: Lista de projetos e investimentos no âmbito da BRI no Egito.

Comparativamente ao Irão, existem muito mais projetos iniciados no caso do Egito no âmbito da *BRI*, sendo que, devido à falta de informação, é difícil conceber qual o número exato dos mesmos.

2 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1 - Narrativas Estratégicas: justificação

Tendo como objetivo de avaliar como a projeção de uma narrativa estratégica sobre uma particular política pública, com carácter internacional, tem na aceitação de terceiros dessa mesma política pública e, como tal, compreender como a narrativa estratégica da *BRI* influenciou a aceitação de outros Estados da Iniciativa e se viu refletida nas suas próprias narrativas estratégicas sobre a Iniciativa, é importante definir primeiramente o conceito de narrativa estratégica em si.

Narrativas são, como amplamente se pode definir, “estruturas de discurso ou histórias que dão às pessoas um determinado significado sobre o mundo”, através do “estabelecimento de uma sequência de eventos temporal e causalmente ligados entre si, escolhidos e avaliados como contendo um significado para uma audiência particular” (Yang, 2021, p. 301; Van Noort, 2020, p. 3). A natureza estratégica de uma narrativa deve-se ao facto de esta ser deliberadamente construída, por parte das elites políticas de um país, para a concretização de fins políticos específicos. Narrativa estratégica pode assim ser definida como a utilização de uma narrativa, por parte de um determinado ator político, durante um contexto específico, para o cumprimento de fins políticos estrategicamente definidos. Ou como Miskimmon, O’loughlin e Roselle (2014) definiram:

Strategic narratives are a means for political actors to construct a shared meaning of the past, present, and future of international politics to shape the behavior of domestic and international actors (...) and are used to legitimate action and reinforce domestic support as well as being instrumentalized to challenge the counternarratives of foes (p. 57).

Assim, a opção de uma abordagem direccionada pelas narrativas estratégicas serve o propósito de analisar, como as narrativas são arquitetadas estrategicamente por forma a irem ao encontro de um objetivo político dentro de um contexto particular, neste caso o de promover uma iniciativa específica de política externa de um Estado - a *BRI*. Tal promoção é assente, como já desenvolvido na Introdução, na valorização por via do discurso das identidades, através da conceptualização destas como recursos políticos que determinam a ação dos Estados e, conseqüentemente, como elementos mobilizadores de “significados partilhados” (Hart, 1992, p. 658).

No entanto, antes de avaliar de que modo e recorrendo a que recursos se podem encontrar os “significados partilhados” desejados para o cumprimento dos fins de uma narrativa, é necessário saber quais são esses fins, tendo em conta o nível em que a narrativa assenta e como é apresentada.

2.2 - Níveis das narrativas

O primeiro nível são as narrativas sistêmicas, ou macronarrativas, que descrevem “como o mundo está estruturado, quem são os atores nesse mundo e como este funciona” (Roselle, Miskimmon & O’loughlin, 2014, p. 76). Exemplos de narrativas sistêmicas seriam as narrativas da Guerra Fria, apresentando uma definição de como o sistema internacional funcionava de forma bipolar entre dois lados ideologicamente antagônicos, liderados por duas superpotências nucleares; a narrativa da Guerra ao Terror, assente na ideia maniqueísta do confronto entre duas partes opostas, onde de um lado residia o Bem, encabeçado pelos Estados Unidos da América (EUA), cujo papel seria o de agirem como paladinos da defesa da democracia e dos Direitos Humanos e do outro atores não-estatais apelidados de terroristas, que só visavam causar o caos e destruir a vida e forma de civilização Ocidental; bem como a narrativa da ascensão da China, como uma ameaça securitária e civilizacional à Ordem Internacional vigente, onde a única consequência possível seria o enclausuramento da China e dos EUA na “Armadilha de Tucídides e o surgimento de uma nova Guerra Fria (Zalman & Clarke, 2009, p. 112; Mearsheimer, 2021).

Num segundo nível estão as narrativas nacionais, as “narrativas biográficas” dos Estados sobre si mesmos, sobre o seu passado, os seus valores e objetivos (Roselle, Miskimmon & O’loughlin, 2014, p. 76). Estas narrativas definem a história de um grupo nacional, ou atribuem um “significado coletivo” para o situamento espaço-temporal de um Estado, definindo o seu passado, presente e futuro (Berenskoetter, 2014, p. 282). Contêm algumas componentes que permanecem, como o facto de serem altamente padronizadas, sendo internalizadas de modo a servirem de “equipamento mental para a interpretação de eventos” (Feldman, 2001, p. 129). A definição da autobiografia de um estado, depende da forma como a sua identidade é entendida, o que faz com que este nível de narrativa se relacione diretamente com os outros dois. São exemplos de narrativas nacionais a narrativa do excecionalismo americano, a narrativa do conflito israelo-árabe em que ambos os lados se recusam a aceitar a existência do Estado contrário, ou a narrativa Palestiniana de constante resistência ao que apelidam de “ocupação” israelita do seu território, por ser negada a possibilidade da nação palestiniana se estabelecer como um Estado (Auerbach, 2010, p. 100).

Num terceiro nível existem as “*issue narratives*”, ou narrativas relativas a um problema específico, que geralmente estão subjacentes a uma proposta de política pública nova. Narrativas essas que definem “o porquê de uma política pública ser necessária e normativamente desejável e como será implementada ou concretizada de forma bem-sucedida” (Roselle, Miskimmon & O’loughlin, 2014, p. 76). Estas narrativas, em si, definem o problema e conseqüentemente a ação governamental a ser tomada,

bem como quais os atores importantes a tomar ação (Miskimmon, O’loughlin & Roselle 2014, p. 146). São narrativas que estão muito interligadas à ideia de legitimidade de políticas públicas, ou seja, ligadas à ideia de tornar aliciente uma determinada política pública e da necessidade de a ter que a explicar ao público em geral e às elites políticas.

No caso da *BRI*, há uma mistura dos três níveis de narrativas. Se, por um lado, existe uma determinada concepção do sistema internacional que se conjuga com uma definição que, como veremos, é mais instrumental do que estrutural da identidade nacional do país, ou seja, articulam-se narrativas internacionais e nacionais específicas, por outro, estas propulsionam a forma como é apresentada a *issue narrative* da *BRI* que será explicada a jusante. O que é relevante é que, sendo a narrativa da *BRI* em torno da proposta de uma política pública nova, a sua eficácia prende-se com a forma como através desta, se consegue tornar a Iniciativa em si aliciente para aqueles a rececionam. Esta relação entre os três níveis das narrativas, bem como a capacidade de aliciação da narrativa, prendem-se e manifestam-se através da forma como o cenário, ator e enredo da mesma são projetados. Um aspeto que também será aquilatado e detalhado a jusante.

2.3 - O “ciclo de vida da narrativa”

Se o propósito de uma narrativa estratégica é condicionar e moldar a ação daqueles que a rececionam a agir, de uma determinada maneira, ou a redefinir os seus interesses, indo ao encontro de fins políticos definidos, através da criação de significados partilhados, o cumprimento do mesmo depende, segundo a literatura da forma como a narrativa em si consegue ser eficaz.

A eficácia de uma narrativa está diretamente relacionada com, primeiramente, o que se pode considerar o seu “ciclo de vida”, ou seja, com as componentes da sua comunicação (Van Noort, 2020, p. 736). Seguindo a conceptualização cíclica de uma narrativa dada por Alister Miskimmon, Ben O’loughlin e Laura Roselle, os componentes essenciais de uma narrativa são três: a formação da narrativa, a sua projeção e a sua receção.

2.3.1 - Formação

No que diz respeito à formação da narrativa, tal como os autores apontam, esta componente tem a ver com “o entendimento dos objetivos estratégicos dos atores e com os tipos de comunicação veiculados por estes (Miskimmon, O’loughlin & Roselle, 2014,

p. 11). Esses objetivos, que podem ser de curto e longo prazo, podem variar entre si, podendo ser a definição da agenda, a legitimação, a diversão das atenções, o reforço da popularidade ou a procura de mobilização política. Os tipos de comunicação envolvem a manipulação, a força representativa, a coerção e também a persuasão. De forma natural, a definição dos objetivos em si tem impacto na forma de comunicação escolhida para veicular a narrativa estratégica.

2.3.1.1 - O estabelecimento dos objetivos

A definição dos objetivos de uma narrativa, particularmente os de uma dirigida a uma determinada política pública, depende do modo como os atores políticos que a desejam veicular conseguem influenciar domesticamente a sua construção e condicionar os vários processos, desde a definição da agenda, a tomada de decisão e a sua implementação. Este grau de condicionamento varia consoante a legitimidade política que é atribuída a essa política pública (Miskimmon, O'loughlin & Roselle, 2014, p. 12). A legitimidade em si depende da forma como os atores conseguem convencer outros, através da comunicação política, de que essa política pública é não somente exequível e serve os seus interesses, como também “normativamente desejável” (George in Miskimmon, O'loughlin & Roselle, 2014, p. 13; Roselle, 2006, p. 2). Por outras palavras, a definição dos objetivos de uma narrativa estratégica e a criação de legitimidade dos mesmos, dependem da incorporação destes dentro de moldes aceitáveis por outros atores, ou seja, da forma como os mesmos ecoam uma narrativa que seja, em si, “aceitável” como um reflexo de uma forma convencional de “descrever problemas” (Miskimmon, O'loughlin & Roselle, 2014, p. 13). O que é uma dinâmica em constante evolução e construção e implica adaptações e reformulações recorrentes.

Esta necessidade deriva daquele que é um processo reconhecido pela literatura construtivista como essencial, o processo de *altercasting*. Este é um processo de socialização entre atores sociais, passe a redundância, através do qual são criadas expectativas quanto à apropriação do comportamento do outro, tendo em conta interesses particulares (Schafer & Walker, 2006 p. 128; Harnisch, 2011, p. 5). Essas expectativas nascem então da interação entre os atores sociais. Assim sendo, é importante considerar que, na convocação de legitimidade política de uma narrativa, especificamente uma narrativa direcionada para a implementação de uma determinada política pública, a forma como esta é apresentada e quais as expectativas que outros atores criam em torno da sua construção, especialmente dos seus objetivos.

Embora a formação das narrativas estratégicas direcionadas para políticas públicas seja uma dinâmica essencialmente doméstica, a convocação da legitimidade dessas mesmas narrativas, bem como dos objetivos que a subjazem nunca deve ser

algo descurado daquilo que é uma gestão a longo prazo das “percepções internacionais” relativamente às mesmas (Miskimmon, O’loughlin & Roselle, 2014, p. 17). Especialmente, se essa política pública for, em si, uma política com dimensão internacional. Nesse sentido, é necessária tornar atrativa essa narrativa e a política pública que a mesma promove ao nível internacional também, algo que dificilmente é feito através da coerção. É aqui que a ideia de *soft power* é essencial.

2.3.1.2 - O *soft power*

Soft power ou poder cooperativo, como definido por Joseph Nye, é, contrariamente ao que concepções mais tradicionalistas de poder defendem, não a capacidade de “comandar” atores a agir de forma coerciva, mas a habilidade de alterar o que outros querem, através da capacidade de ser atrativo (Nye, 1990, p. 167). A convocação desta atratividade, para Nye, era a forma mais arguta de exercer poder num panorama internacional novo, surgido no final da Guerra Fria, bastante distinto da lógica mais clássica, onde os Estados eram não somente os atores mais importantes, mas os únicos atores com peso internacional e onde o militar tomava conta do *rationale* estratégico por trás do seu comportamento. Panorama esse que alterou a concepção de poder tornando-o “menos transferível, menos coercivo e menos tangível” (Ibidem). O objetivo final passou a ser criar legitimidade e não coagir outros a agir de uma maneira e só convocando atratividade, através de uma série de recursos intangíveis, que Nye enumera como sendo a cultura, a ideologia e as instituições, é que tal seria possível (Idem, p. 168).

O que Nye, bem como outras concepções de *soft power* subsequentes descuram, mas que outros autores como Hayden acrescentam, é que é necessário, sobretudo num contexto de formação de uma nova política pública de dimensão internacional, não somente incorporar, mas compreender como estes recursos intangíveis, são estrategicamente convocados e estão relacionados com a capacidade retórica dos atores que os convocam, demonstrada pela forma como estes utilizam a persuasão como forma de comunicação (Hayden, 2012, p. 60).

Hayden define políticas públicas em si como “argumentos estratégicos em apoio de ações de *soft power* que são compostas por assunções sobre a natureza da agência (atores), veículos apropriados de influência (papéis e enredo) e resultados atingíveis (objetivos futuros) (Hayden citado por Miskimmon, O’loughlin & Roselle, 2014, p. 13). São em si, assim, narrativas estratégicas. Desse modo, se o objetivo dos atores que as formam é influenciar determinadas audiências a coadunarem com as mesmas, se essas audiências forem internacionais, geralmente este objetivo é um objetivo de longo prazo,

em que a narrativa estratégica visa ser projetada por via da persuasão e, como tal, por via da aliciação e não da coerção.

Em suma, a definição dos objetivos de uma narrativa estratégica em torno de uma política pública é um processo que depende da interação entre vários atores ao nível doméstico, podendo ser influenciada por múltiplas fontes. A natureza dos objetivos variará consoante a legitimidade conquistada a nível interno, tendo em conta a influência do processo de *altercasting*. Naturalmente que a promoção de uma política pública, seguindo a conceção de Hayden é, em si, uma narrativa estratégica. Se essa política pública tem uma dimensão internacional, um dos objetivos será não somente aliciar audiências internacionais a aceitarem a mesma, mas também criar uma imagem positiva no longo prazo do ator que as veicula. Isso por um lado motiva a escolha da persuasão como tipo de comunicação e por outro, depende da forma como os recursos de poder, especificamente de *soft power*, são convocados na comunicação dessa política pública internacional. É esta última conclusão, a questão tida como mais revelante, no que diz respeito à formação de uma narrativa, nesta dissertação, uma vez que a mesma tem impactos que transcendem a formação em si.

2.3.2 - Projeção

A segunda componente do processo comunicativo de uma narrativa, que tem impacto na forma como esta pode ou não ser eficaz, é a sua projeção. Compreender como é projetada uma narrativa, no contexto do século XXI, é algo que para alguns autores nunca pode ser algo absorto do entendimento de qual a “ecologia dos meios de comunicação” onde esta é veiculada. Essa ecologia, para além de ser determinante no sucesso da veiculação da narrativa, condiciona a amplitude e profundidade da mesma, impondo desafios e oportunidades, determinando assim também o “meio a mensagem” (Miskimmon, O’loughlin & Roselle, 2014, p. 14; McLuhan, 1994, p. 3). Por ecologia dos media, podemos entender “todo o complexo de relações interdependentes através das quais a comunicação é gerada, circula e é interpretada na política mundial” (Miskimmon, O’loughlin & Roselle, 2014, p. 57).

Uma ecologia facilmente identificável como local ou nacional durante o século XX, mas que, com a proliferação de novos processos de comunicação nos finais desse século e início do séc. XXI, se tornou progressivamente mais draconiana no funcionamento e complexa de compreensão. O disseminar das novas tecnologias de informação, o nascimento das redes sociais e a transformação da Internet numa plataforma generalizada de comunicação no início da década de 90, desconstruiu o que se tomava como certo relativamente à forma como se acedia e propagava informação.

A Internet, como estrutura aberta, descentralizada, horizontal e anarquicamente organizada, nascida (não somente) do impulso criativo da sociedade civil substituiria uma hierarquia de controlo e censura de informação previamente existente, monopolizada pelos “guardiões” estatais (Fukuyama, 2018, p. 20). Quebrando constrangimentos físicos, políticos e materiais, a Internet possibilitou o acesso indiscriminado ao mundo digital, contribuindo para encurtar a distância entre o poder político e a sociedade civil, granjeando assim, mais transparência a esta relação. Permitindo a contração do tempo, através da circulação da informação a uma velocidade sem precedentes, esta tornou-se numa potencial Ágora de debate público, num “tom vernacular”, sobre o poder político (Gurevitch, Coleman & Blumler, 2009, p. 172).

O principal desafio para a comunicação política, desse modo, derivado do nascimento do mundo digital, é a forma como este afeta a circulação e a eficácia das mensagens veiculadas, ou seja, como afeta a projeção de narrativas e a sua receção também (Idem, p. 171; Brown *in* Miskimmon, O’loughlin & Roselle, 2014, p. 16). Se meios de comunicação tradicionais como a televisão e a rádio facilitavam a compreensão do processo de comunicação, sendo uma mensagem veiculada e, subsequentemente, aceite ou rejeitada, a dimensão digital, dada a questão da interatividade constante entre atores políticos e a sociedade civil, impõe que no próprio processo de projeção de uma determinada mensagem política, ou seja, uma narrativa, esta possa vir a ser celeremente disrompida (Gurevitch, Coleman & Blumler, 2009, p. 172). Tal como Gurevitch, Coleman & Blumler (2009) colocam: “Whereas political actors were once concerned to produce polished, finished performances for public consumption, contemporary politicians are compelled to think about interactive audiences and their capacity to question, challenge, redistribute, and modify the messages that they receive” (p. 171).

Assim, o novo ambiente digital, sobretudo, dentro de uma mais complexa ecologia da comunicação, permite um desafiar mais recorrente e amplo da narrativa política veiculada (Lilleker, 2015, p. 109). Esse ambiente empoderou novos atores, dando-lhes palco e ferramentas para que possam projetar a sua voz e visão sobre os assuntos políticos, ajudando a transformar um processo outrora unidirecional (de comunicador para audiência) num processo constantemente interativo e multidirecional (Miskimmon, O’loughlin & Roselle, 2014, p. 16). Os “corações e mentes” de uma determinada audiência podem ser conquistados a partir de “regiões, setores globais, diásporas, salas de estar e espaços de interação em todo o lado”, o que influencia a forma como determinada história pode ser contada e como aspetos e imagens particulares da mesma podem ser propositadamente mencionados ou omitidos, sem que haja um controlo sobre isso (Idem, p. 17).

2.3.3 - Recepção

Naturalmente que esta diversidade, para além da própria “ecologia dos media” tal como já mencionado, não afeta apenas a projeção da narrativa, mas também a sua recepção, afetando em última instância a forma como esta pode ser eficaz ou não. Isto tem a ver com o facto de que, tentar gerir a forma como uma audiência específica recebe uma narrativa estratégica particular, depende da compreensão de quem compõe essa audiência- se um público global ou doméstico, se as elites de um país ou a sua sociedade em geral- e depende também, de uma análise prévia de quais os comportamentos, posturas e opiniões relativamente ao assunto em particular (Miskimmon, O’loughlin & Roselle, 2014, p. 16). Saber a composição dessa audiência torna-se cada vez mais complexo e essa mesma audiência é hoje, mais do que nunca, de uma variedade imensa de aspirações, o que significa que um assunto particular projetado através de uma narrativa poderá ser objeto de opiniões e interpretações distintas (Ibidem).

A adicionar a esta ideia da diversidade, potenciada pelo comprimido do tempo e espaço na era digital, num ambiente tão diversificado, onde tantos atores têm influência sobre a forma como são projetadas as narrativas, está a ideia de que a capacidade dos atores estatais e elites políticas que veiculam essas mesmas narrativas, de convocar “legitimidade, autoridade e responsabilização” sobre as mesmas, está, mais do que nunca, fragilizada (Idem, p. 17). Isso deve-se ao facto de, não somente a sociedade civil poder, devido à “nova ecologia dos media”, comunicar diretamente entre si sem intermediários estatais, como poderem mais facilmente surgir narrativas concorrentes a algumas narrativas estatais, devido a essas mesmas ferramentas, como já mencionado (Ibidem). O que, por consequência, determina que no processo de recepção, esta narrativa esteja remisturada e por vezes distorcida. Desse modo, os atores políticos, têm que ter em conta uma multitude de fatores para condicionar a forma como as audiências requeridas, recebem as narrativas dirigidas a si. Como Miskimmon, O’loughlin & Roselle (2014) referem:

To explain how audiences receive and interpret narratives requires a thorough understanding of the media ecology those audiences inhabit, the cultural context that causes audiences to be pulled toward certain narratives, and the political context in which leaders are pushing various narratives toward those audiences (p. 18).

3 - DIMENSÃO DISCURSIVA, PERSUASÃO E IDENTIDADE

Tendo em conta o apresentado no capítulo anterior, é possível realizar três inferências. Primeiramente, que convocar a eficácia de uma narrativa depende dos objetivos estabelecidos na sua formação, uma vez que estes condicionam o tipo de comunicação escolhido. Se um desses for o de moldar positivamente as percepções da audiência que recebe essa narrativa de forma a que estas sejam favoráveis ao ator que veicula a narrativa, o tipo de comunicação mais eficaz é a persuasão, potenciada pela convocação de recursos de *soft power* que a auxiliem, de modo a tornar a narrativa o mais atrativa possível. Segundamente, que neste mundo digitalizado é dada importância mais à forma como uma narrativa é visualmente projetada do que aos argumentos lógicos dados para a sustentar (Salmon, 2012 citado por Serée-Chaussinand, 2015, p. 95). E terceiramente, que as audiências que recebem essa mesma narrativa são cada vez mais difíceis de discernir, na sua composição e aspirações e, conseqüentemente, na sua receção.

Nesta dissertação, toma-se o primeiro ponto como importante na convocação da eficácia de uma narrativa. No entanto, embora se reconheça a importância de ter em consideração a capacidade providenciada pelas novas ferramentas digitais para que atores novos que outrora não tinham capacidade para tal, influenciem a narrativa, é levantada a hipótese que, tão ou mais importante que o meio onde a narrativa em si é projetada, é essencial para a convocação da eficácia de uma narrativa, a dimensão discursiva da mesma através dos atores que a veiculam.

É através da linguagem em si, que os agentes moldam o significado atribuído aos objetos da sua comunicação. Esta reflete a dimensão ideacional destes mesmos objetos e a forma como os agentes concebem a realidade que os rodeia, ajudando em última instância a estabelecer as regras dessa mesma realidade e, desse modo, a definir as estruturas sociais em que se enquadram (Knoblauch, 2013, pp. 303-304). A linguagem é assim, na perspectiva construtivista, utilizada pelos agentes com vista a influenciar a ação de outros agentes, na procura do estabelecimento de significados coletivamente partilhados. O seguimento ou não das regras estabelecidas, determina a prática dos agentes e por sua vez molda a estrutura social em que estes interagem. Esta ligação simbiótica entre linguagem e regras é, seguindo a conceção de Nicholas Onuf, o meio através do qual “agentes e estrutura se constituem mutuamente” e como tal, a forma como o mundo material é concebido como uma junção entre os agentes sociais e o mundo social, ou por outras palavras, o meio por onde são construídos significados coletivamente partilhados (Onuf, 1989, pp. 48-50).

Tendo isto em conta, de acordo com esta conceção é através da linguagem que se consegue efetivamente moldar as perceções das audiências que recebem a narrativa e como tal, se conseguem tornar as narrativas persuasivas, e em última instância, eficazes. No entanto, reconhecendo que é difícil identificar de forma clara quem compõe essas audiências e subseqüentemente quais as aspirações das mesmas, serão tidas como as mesmas, as elites dos estudos de caso selecionados, e não a sociedade em geral, um tópico que será abordado mais à frente.

3.1 - Eficácia e a dimensão discursiva de uma narrativa

Determinados autores, tomando em consideração o peso da linguagem, enfocando-se mais no agente responsável pela comunicação do que ao discurso em si, apontam para as qualidades da retórica desenvolvidas por Aristóteles como o aspeto mais importante para garantir a eficácia de uma narrativa estratégica. São essas qualidades o *ethos* (a credibilidade de quem a veicula), o *pathos* (a capacidade de apelar às emoções) e o *logos* (a capacidade de argumentar logicamente ou o “apelo aos factos”) (Casebeer & Russell, 2005, p. 13; Bevan, Colley & Workman, 2020, p. 5).

Outros vão além da retórica em si e reconhecem que, embora as narrativas sejam uma forma única de comunicação, e que o objetivo estratégico das mesmas também varie entre si (podendo ser económico, militar, social), a eficácia destas depende de certos aspetos aplicáveis a outras formas de comunicação, como a consistência da narrativa, uma “credível promessa de sucesso, a definição clara de objetivos, o acautelamento de respostas negativas e a clareza do seu propósito” (Ringsmose & Børgesen, 2011, p. 506; Coticchia, 2015, p. 56).

Numa perspetiva distinta, outros autores apontam para a capacidade de convocar uma coerência articulada e uma ligação de aspetos específicos de uma narrativa, por via da comunicação verbal, como o fator essencial para que esta seja eficaz e ultimamente, persuasiva, sendo esses elementos, neste caso “imagens-lugar” que visem perdurar através do tempo, potenciadas pela aplicação dos recursos de *soft power* ao discurso e a criação de um cenário, atores e enredo coerentes da mesma (Miskimmon, O’loughlin & Roselle, 2014, p. 5; Schmitt, 2018, p. 490; Van Noort, 2020, p. 187).

Será uma articulação entre a segunda e terceira perspetivas apresentadas, o aplicado para abordar a temática desta dissertação. Tal deve-se ao facto de o autor entender que, tendo em conta a literatura, é sobretudo através de uma convocação coerente de cenário, ator e enredo, em conjunto com a utilização de “imagens-lugar” que visem perdurar através do tempo, providenciada por determinados recursos de *soft*

power, convocados através da linguagem verbal, que se garante não somente a durabilidade da narrativa, permitindo que esta acautele respostas negativas, mas também que esta seja verdadeiramente eficaz, persuasiva e moldadora dos interesses daqueles que a recebem.

Adiciona-se a ideia de que esta convocação coerente tem que ser compatível com uma determinada conceção de identidade¹⁴ por parte do ator que veicule a narrativa que ecoe e seja aceite por aqueles que a rececionam, por modo a tornar a narrativa mais atrativa e com vista à geração ou preservação de opiniões positivas sobre o ator veiculador. Isto vai ao encontro da perspetiva de Wendt de que identidades são “expetativas e entendimentos específicos de um determinado papel relativamente estáveis que um ator adquire sobre si mesmo”, através da participação em “significados coletivos” (Wendt, 1992, p. 397). Como tal dependem não somente de aspetos permanentes, intrínsecos e específicos de uma sociedade ou cultura, mas também da socialização e interação entre atores a nível internacional.

No que diz respeito ao ator, enredo e cenário, é através da narrativa que se cria a ligação lógica entre estes e é esta ligação lógica que justifica e denuncia a tónica dessa mesma narrativa. Por via de uma narrativa, expõe-se como um ator, geralmente aquele que a veicula, se define e como conseqüentemente leva ou deseja levar a cabo a cabo determinadas ações (enredo) dentro de um “mundo” ou ambiente, entendido e descrito de uma determinada forma (cenário) (Van Noort & Colley, 2020, p. 6)¹⁵. Desse modo, a conceção destas três componentes relaciona os já explicados três níveis das narrativas, uma vez que um cenário é entendido como enquadrado numa narrativa sistémica e o ator é caracterizado dentro de uma narrativa nacional. Esta conceção de ator, enredo e cenário por sua vez, deve ser coerente com todos os outros aspetos que subjazem a narrativa, inclusive a quem ela é dirigida, pois a mesma deriva de uma determinada conceção de identidade como referido, que traz consigo determinadas expetativas e necessidades (Roselle, Miskimmon & O’loughlin, 2014, p. 76).

Já a questão das “imagens-lugar” é particularmente relevante uma vez que esta dimensão mais visual da linguagem permite “dar significado às políticas públicas, especificamente devido à dimensão geográfica dos desenvolvimentos estrangeiros” (Van Noort, 2020, p. 189). Permite justificar essas políticas, com base em aspetos já presentes no imaginário histórico daqueles que recebem uma narrativa e assim, tornar mais aliciante a sua participação numa política pública no presente. Esta invocação facilita em determinada medida, o reforço de narrativas nacionais ou identitárias,

¹⁴ Esta, por sua vez é o que torna a narrativa mais atrativa pois é influenciada pelos valores, instituições e cultura de uma sociedade, ou seja, pelos recursos de *soft power* de um Estado. É através do apelo a estes mesmos recursos, que se consegue apelar a que aspetos identitários, passíveis de serem aceites, sejam convocados numa narrativa estratégica.

¹⁵ Esta conceção das componentes da narrativa não é uniformemente adotada no âmbito da literatura. Por exemplo Roselle, L., Miskimmon, A., & O’loughlin, B. (2014), no seu artigo “*Strategic narrative: A new means to understand soft power*” sugerem como componentes ator, cenário, ação/conflito e resolução (p. 75). Todavia, nesta dissertação adota-se a conceção feita por Van Noort e Colley (2020).

dependendo da forma e através de que recursos de *soft power*, que os atores políticos consideram ser definidores dessa identidade, a mesma é feita, sendo um recurso de particular importância, a cultura.

A cultura como um recurso intangível e específico demarca uma determinada visão que os Estados, ou atores políticos, têm sobre si mesmos e a invocação de imagens lugar contextualiza essa mesma visão, bem como as ações que os atores visam tomar em função da mesma (Idem, p. 190). Além do mais, invocações deste tipo naturalmente que propõe em si, uma determinada “construção de poder”, ou várias (Idem, p. 189). Segundo a conceptualização de Barnett e Duval (2005) poder é “a produção nas, e através das, relações sociais, de efeitos que moldam a capacidade de outros atores de controlar o seu destino” (p. 45). A forma como esse poder é exercido depende do tipo de relações através das quais as capacidades dos atores são afetadas e a especificidade dessas relações.

Os autores definem uma taxonomia de poder compreendendo o poder compulsório, institucional, estrutural e produtivo (Idem, pp. 48-49). Os dois primeiros referem-se a relações diretas de poder, sendo que o primeiro se refere com o controlo direto que um ator tem sobre o outro e o segundo também, mas através de mecanismos institucionais. Os dois seguintes têm uma natureza mais difusa, sendo que ambas as formas de exercício de poder se sobrepõem uma à outra. O poder estrutural opera em relações constitutivas mútuas, estabelecidas de forma direta e por motivos específicos, produz e reproduz posições de domínio e subordinação que os atores ocupam; o poder produtivo “opera a partir de relações constitutivas difusas para produzir as capacidades sociais situadas dos atores” (Ibidem).

A sua distinção está evidente na forma como estes são exercidos. O poder estrutural é exercido através de relações estabelecidas sobre uma forma de domínio, ou seja, relações estruturais diretas, embora não da mesma maneira que o poder compulsivo, pois os atores sujeitos, ou subjugados, a esse poder não têm necessariamente a percepção que o estão a ser. O poder produtivo opera sobretudo em “processos sociais mais difusos” através da linguagem e do discurso e a partir do estabelecimento “sistemas de significado” e redes de “forças sociais que se moldam perpetuamente umas às outras”, e não de estruturas (Idem, p. 55).

Assim, a evocação de “imagens-lugar” é complexa por natureza, pois chama a si múltiplas construções de poder. As narrativas são utilizadas para moldar o significado destas “imagens-lugar” seja do passado, no presente e até para o futuro e como assentes na linguagem, e sustentadas em determinados recursos que encapsulem uma determinada visão de identidade, são segundo a taxonomia apresentada anteriormente, mais uma forma de exercício de poder produtivo. A persuasão das narrativas depende, então também, de como é transposto o imaginário do passado histórico para o presente

e como é projetado para o futuro, ou seja, da forma como “sistemas de significado” são criados e aceites, por via da linguagem (Van Noort, 2020, p. 191). A utilização de uma outra forma de poder, o *soft power*, é determinante também, assim no exercício do poder produtivo.

3.1.1 - A relevância da preservação do sentimento de segurança ontológica

Tendo em conta o explicado anteriormente, e por outras palavras, para o cumprimento dos fins da narrativa é necessário criar “sistemas de significado” que garantam a sua perduração, através de “imagens-lugar que sejam aceites através do exercício do poder produtivo e da aplicação de determinados recursos de *soft power*, em particular a cultura, bem como enquadrar a mesma e estes aspetos, numa determinada conceção coerente de ator, enredo, cenário, que assente numa conceção de identidade que seja vista como compatível com a conceção de identidade da audiência que a receciona. Esta compatibilidade é essencial, pois isso impede que a narrativa seja interpretada como uma ameaça ao sentimento de segurança ontológica dessa mesma audiência (Idem, p. 34).

Segundo a teoria da segurança ontológica, o comportamento internacional, neste caso dos Estados, reflete e intende não somente preservar o sentimento de segurança física, mas o sentimento de segurança ontológica- a segurança do ser- ao longo do tempo (Mitzen, 2006, p. 364). Essa segurança ontológica é “narrativamente constituída” assentando em histórias, compatíveis com determinadas conceções de identidade e expectativas que constituem um “sistema de certeza”, relativamente ao comportamento do “*self*” e do “*other*” (Rumelili, 2015, p. 57). Algo que revela o princípio da alteridade, ou seja, como o “*other*” estabelece os limites do “*self*” e como esses limites são aceites. Desse modo, segundo a teoria, os Estados procurarão interagir com outros que garantam, ou que pelo menos não ponham em causa, a sua preservação (Steele, 2008, p. 32).

Criar as condições para que os recetores não sintam que a sua segurança ontológica está em causa, e como tal criar condições para que outros “possam experienciar eventos” com um determinado significado, que seja percecionado como benéfico e compatível com a sua identidade, depende do modo de como a linguagem é veiculada numa narrativa, especialmente se esta for relativamente a uma nova política pública (Banerjee, 2015, p. 286).

3.2 - A importância da linguagem na convocação de uma identidade

É através da linguagem que a narrativa é moldada, pelos atores que a transmitem, por forma a conseguir ter uma capacidade agregadora das “histórias individuais”. A linguagem permite ao ator que forma a narrativa ativar os diferentes recursos de *soft power* na sua comunicação com o ator que recebe e como tal, permite à narrativa ser mais persuasiva. A linguagem também permite, pela aplicação desses recursos, especificamente a cultura, a convocação de “imagens-lugar” que potenciem a partilha de “sistemas de significado” sobre o passado e o futuro e assim permitir ao ator exercer o poder de forma produtiva e conseqüentemente, aumentar a capacidade de persuasão da narrativa. Permite também uma criação coerentemente articulada, entre um ator, um enredo lógico e um cenário específico. Habilita desse modo convocar aspetos que sejam interpretados como coerentes com uma conceção específica de identidade nacional particular de quem projeta essa mesma narrativa, e com conceções específicas de identidade de quem a receciona, preservando a sua segurança ontológica (Tsygankov, 2017, p. 22).

As conceções específicas de identidade e história nacional das audiências às quais é direcionada a narrativa, por sua vez derivam, em parte, de “metanarrativas” maiores e “mitos políticos” existentes dentro de uma cultura particular. Estas metanarrativas ou mitos são relatos acerca do desenrolar de eventos ao longo do tempo, mas contrariamente às narrativas estratégicas, que são construídas num momento ou contexto específico com um objetivo particular, o de influenciar uma audiência, os mitos têm um carácter “semipermanente”, sendo impossível atribuir à sua “construção” um único ator (Ibidem).

O seu conteúdo cristaliza-se ao longo do tempo, mas nunca de forma estática, pois estes são atualizados constantemente por diversas fontes e atores, com vista a ir de encontro às necessidades de uma comunidade política (Schmitt, 2018, p. 488). São desse modo e si narrativas que se vão sedimentando e que pela sua durabilidade, revelam um sentido de identidade praticamente inalterado partilhado por uma determinada sociedade ao longo de séculos, por vezes milénios (Shenhav, 2015, p. 2).

Interconectar uma determinada narrativa estratégica com um mito político ou história existente, numa ou em várias sociedades em concreto, nas quais o Estado que a projeta também se insere, ou, através de uma narrativa estratégica específica, invocar constantemente um mito já existente, que ecoe nas conceções da audiência recetora da narrativa sobre o mesmo, é uma forma segura de garantir pelo menos a sua aceitação, uma vez que estes, pelo seu carácter duradouro, trazem um sentido às comunidades humanas (McGee & Nelson, 1985, p. 139).

Os mitos ajudam a criar uma memória coletiva e, como tal, um significado coletivo permanente, compatível com uma determinada concepção de segurança ontológica (Ibidem; Hammack & Pilecki, 2021, p. 76). Esta sinestesia constante entre narrativa estratégica e mito ajuda a que as próprias narrativas, cujo objetivo é o de preservar a sua longevidade, redefinem de forma perene os interesses de quem as rececionam e possam também elas ser aceites como factos sociais, acabando por constituírem também elas, determinadas concepções de identidade nacional praticamente incontestadas (Van Noort, 2020, p. 8).

Em suma, a linguagem tem que ser veiculada, de modo que a narrativa ecoe nestas histórias e dê um significado a quem o Estado ou país é (*self*), que seja visto como compatível com concepções específicas de identidade do outro (*other*), por modo a garantir a permanência da sua segurança ontológica. Assim sendo, para o ator que forma e projeta uma determinada *issue narrative*, é essencial encaixar, por via da linguagem, a proposta de política pública em concepções específicas de identidade que sejam, pelo menos em teoria, consistentes com expectativas criadas relativamente ao seu comportamento, por parte do ator ou audiência que recebe essa mesma narrativa (Skonieczny, 2020, p. 81; Hopf, 1998, p. 172).

3.3 - A dimensão emocional de uma narrativa e a moldagem dos interesses da audiência que a recebe

Como apresentado, a linguagem é essencial para primeiramente aumentar a capacidade persuasiva de uma narrativa, através da convocação de recursos de *soft power*, secundamente para, através da projeção coerente de um determinado ator, enredo e cenário, assim como concepções de imagem-lugar lógicos e compatíveis com esses recursos dentro de uma narrativa estratégica, por um lado, criar “sistemas de significados” compatíveis com o sentimento de segurança ontológica daqueles que a rececionam, e por outro garantir que a narrativa tem durabilidade.

No entanto, não bastam somente estes aspetos, segundo a literatura, para garantir a eficácia de uma narrativa. É preciso enquadrar a tentativa de moldagem dos interesses da potencial audiência que recebe a narrativa, que pode ou não ser feita através de determinados recursos de *soft power*, numa determinada concepção de identidade, sobretudo por via, daquilo que a literatura aponta, do enfoque em aspetos mais emocionais ligados à mesma.

Finnemore (1996) argumentava que os interesses estatais não são algo inato ou um “dado adquirido”. Para além de estarem completamente em mutação, são resultado da socialização dentro do Sistema internacional (p. 5). Skonieczny (2020) adiciona que

estes interesses têm, por sua vez, de encaixar numa história nacional sobre si mesmo, ou seja, para além de serem moldados constantemente, têm que ter determinada coerência com as concepções de identidade do Estado em questão, mas também devem ser construídos, se com intenção de projetar uma nova Iniciativa de política externa, em relação a outros Estados (p. 77). A identidade, nesta lógica, mais do ontológica, é socialmente criada. Desse modo, e segundo a teoria construtivista, interesses e identidades estão sempre ligados sendo que os primeiros estão sedimentados nas segundas, o que define em grande parte, a forma como os Estados veiculam narrativas estratégicas (Wendt, 1992, p. 393; Goldstein, 2008, p. 93).

Se, ultimamente, através de uma narrativa estratégica, um ator visa moldar os interesses do outro, sobretudo se esta narrativa for em torno de uma política pública nova, a melhor forma de o fazer é ligar a mesma política pública com valores, naturalmente derivados de uma identidade particular, com os quais a audiência mais facilmente se pode relacionar (Banerjee, 2015, p. 286). O apelo a esses valores, conseqüentemente, impacta o “conteúdo emocional de uma narrativa”, particularmente se este apelo for feito com base em estereótipos negativos sobre outro ator que a audiência também aceite como tal, que por oposição, tem valores antagónicos (Skonieczny, 2020, p. 82; Tsygankov, 2016, p. 4).

Destarte, uma narrativa enfocada em aspetos que apelam mais às emoções, diretamente relacionados com questões de identidade, através da criação estereótipos negativos relativamente ao outro, é mais eficaz na moldagem dos interesses daqueles que a recebem, do que uma narrativa somente focada em aspetos materialísticos. Tal deve-se ao facto de as emoções, uma característica recalcitrante e totalmente incontornável da natureza humana, serem essenciais para a preservação do sentimento de segurança ontológica (pp. 82-83; Van Noort & Colley, 2021, p. 3).

No artigo “*Constructing NAFTA*” Skonieczny vai ao encontro deste ponto, ao concluir que a iniciativa NAFTA foi bem aceite pela opinião pública nos Estados Unidos, não tanto pelas particularidades específicas ou potenciais benefícios materiais que a mesma oferecia, mas por ser publicitada e projetada na arena pública, onde debates a favor e contra determinadas iniciativas de política externa são constantes e onde, por consequência, “diferentes grupos ativam e desativam diferentes aspetos da identidade do Estado de si mesmo e a identidade do outro”, à volta de uma imagem estereotipada negativamente, do México (Skonieczny, 2020, p. 82; Skonieczny, 2001, p. 451)

Scoziczny (2020) dá outro exemplo explicativo desta ideia, quando fala de como o Presidente Clinton tentou aliciar o Congresso americano a aceitar o reforço dos laços económicos com a China, nomeadamente a aceitação de *Permanent Normalized Trade Relations* (p. 83). Clinton fê-lo por via de uma campanha pública de disseminação de uma imagem negativa da China, sustentada numa narrativa onde o enfoque era dado a

argumentos que caracterizavam Pequim mais como um adversário, díspar nos valores e uma potencial ameaça securitária, do que como vantajoso aliado, vindo que os argumentos meramente económicos se revelavam insuficientes. Assim, a assinatura do acordo comercial e a obtenção do estatuto de “*most favoured country*”, foram consequências, em grande parte, da projeção por via narrativa de como os mesmos seriam benéficos para a proteção da segurança ontológica dos Estados Unidos, pois ajudariam a manter um Estado tido como avesso aos valores ocidentais em condições de ser vigiado de perto, indo ao encontro de determinada perceção negativa da audiência em questão sobre a China (Idem, p. 84).

Tsygankov (2017), no seu artigo “*The dark double: the American media perception of Russia as a neo-Soviet autocracy, 2008–2014*” chega a conclusões semelhantes às referidas anteriormente. Na sua pesquisa em torno da narrativa americana relativamente à Rússia nas datas referidas, este concluiu que uma narrativa específica sobre a Rússia, chamada “narrativa da Rússia Autocrática” tornou-se a narrativa dominante em circulação nos media americanos por via da combinação de três componentes. O primeiro, a projeção de uma imagem da Rússia como um país “atrasado/inferior”. O segundo, a projeção da Rússia como uma ameaça securitária aos EUA. O terceiro a projeção da Rússia como um país onde os Direitos Humanos são oprimidos. Todas estas componentes iam o encontro de conceções da Rússia que eram vistas como contrastantes com os valores americanos (p. 5). Embora a narrativa em si, não fosse em torno de uma política pública, esta foi construída com base numa lógica maniqueísta fortemente carregada de teor emocional, onde a Rússia é apresentada como um ator com uma identidade diametralmente oposta à dos EUA, que por consequência “obstruía os valores democráticos e as políticas americanas no mundo (p. 3). A aceitação da mesma e a sua transformação na “narrativa dominante” demonstra como esta ecoou nas perceções da audiência.

Esta “biografia do outro” criada a partir, e devido, a caracterizações identitárias, dá um maior relevo às narrativas e ajuda à promoção de determinadas políticas públicas, uma vez que a mesma é geralmente “construída a partir de atalhos ou estereótipos, que são facilmente lembrados e reativados na imaginação pública”, envoltos numa separação maniqueísta dos protagonistas. Assenta, nesse sentido, numa dimensão mais emocional e diretamente relacionada com o sentimento de segurança ontológica da audiência, seja ela nacional ou internacional (Van Noort & Colley, 2021, p. 3).

4 - “STRIVE FOR ACHIEVEMENT” COMO ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA DO POSICIONAMENTO INTERNACIONAL CHINÊS

Tendo a narrativa estratégica de uma determinada política pública como principal intento a aceitação da audiência à qual é dirigida da referida política pública, a narrativa da *BRI* pode ser considerada uma narrativa estratégica com essas características. No entanto, pela escala da Iniciativa em si e pela sua abrangência em termos globais, a mesma não é somente orientada por este objetivo. É orientada por linhas doutrinárias gerais mais abrangentes, que definem o posicionamento internacional do país e como tal, o comportamento em termos de política externa por parte da China, nomeadamente a abordagem diplomática e económica do “Império do Meio” com públicos e audiências internacionais (Rolland, 2017, p. 114; Kerr citado por Xiaoming, 2015, p. 226). Sendo essas linhas gerais altamente promovidas e centradas na figura de Xi Jinping.

Este posicionamento atual da China em termos de política externa, no qual se enquadra a forma como a *BRI* é projetada para o Mundo, começou a ser conceptualmente desenhado num discurso feito por parte de Xi Jinping no *Peripheral Diplomatic Work Forum* de Pequim em 2013. Um momento que marcaria uma mudança, que havia sido progressivamente posta em marcha por Hu Jintao, relativamente à abordagem dos seus antecessores, à política externa do país (Pu, 2017, p. 132; Poh & Li, 2017, p. 85). Centrando-se no slogan de “*strive for achievement*”, ou “*fen fa you wei*” [sic], Xi Jinping distanciou-se da doutrina de política externa lançada por Deng Xiaoping na sequência dos massacres da Praça de Tiananmen em 1989 e mantida pelos seus sucessores - a de “*keeping a low profile*” ou “*tao guang yang hu*” [sic] (Ferdinand, 2016, p. 941; Wei, 2020, p. 420).

Uma doutrina que encapsulava uma abordagem à política externa por parte da China, de natureza cautelosa e pouco enérgica, e sinalizava desse modo, o enfoque das lideranças chinesas, num contexto de isolamento internacional, em matérias de carácter doméstico, especialmente o desenvolvimento social e económico do país. Ou como Ferdinand (2016) define: “Coldly observe, secure our positions, cope calmly, conceal our capabilities and bide our time, keep a low profile, never take the lead and make a contribution” (p. 942).

Doutrina essa que, começando a ser questionada quer pelas elites políticas chinesas, quer por académicos, já no início da década de 2000, tornar-se-ia vista como obsoleta e inadequada à “China do Século XXI”, especialmente na segunda década desse século, sendo refinada em vários documentos estratégicos chineses. Por exemplo em 2011, quer no “*White Paper on China’s Peaceful Development*” e no “*White Paper on China’s Diplomacy*”, a mesma foi substituída por um novo termo, “*proactively*

attaining achievement” ou “*ji ji you wei*” [sic], demonstrando uma maior vontade de mudar a postura chinesa, que seria consagrada pela nova doutrina do “*strive for achievement*”, desenvolvida por Xi Jinping (Wei, 2020, p. 420). Esta serviria, e serve, como um mantra que sinalizaria não somente às elites políticas chinesas, mas às audiências internacionais, um novo nível de ambição internacional, condizente com a escala do crescimento económico meteórico do país das décadas antecedentes e com o novo ambiente internacional, que para além de impor novos desafios à China, lhe exigia uma nova postura (Yan, 2014, p. 154).

4.1 - “Rejuvenescimento nacional”: o grande propósito

As principais diferenças entre ambas as doutrinas, encontram-se nos seus objetivos. Enquanto a doutrina de “*keeping a low profile*” era essencialmente orientada para o cultivo de relações pacíficas na periferia imediata da China, com vista a promover o desenvolvimento económico, a doutrina de “*strive for achievement*”, embora reconheça esta estabilidade regional como essencial, procura a mesma e a estabilidade a nível global, por um motivo essencial - a concretização do “rejuvenescimento nacional” nacional do país, ou “*weida fuxing*” [sic], com vista ao cumprimento do “Sonho Chinês” (Yan, 2014, p. 166; Kerr citado por Xiaoming, 2015, p. 227).

O “Sonho Chinês” é um jargão ideológico adotado pelas lideranças do PCC, associado diretamente à procura do “rejuvenescimento nacional” do país. Embora este slogan seja pela primeira vez promovido de forma evidente por parte de Xi Jinping, a ideia de rejuvenescer o país é algo já recorrente no discurso das elites políticas do PCC, especialmente desde Deng Xiaoping. Líderes políticos têm usado esta ideia para alimentar uma narrativa que “reforce a sua legitimidade, promova os seus interesses, encoraje o espírito nacionalista e mobilize apoio das massas para a mudança social”, galvanizando desse modo a vontade coletiva, para o cumprimento das aspirações destes e do Partido (Wang, 2013, p. 12).

No entanto com Xi Jinping, este conceito tomou toda uma nova dimensão, sendo assumidamente adotado, devido, particularmente, a dois fatores. O primeiro desses é o crescimento das capacidades materiais do estado chinês ao longo das últimas três décadas, potenciado sobretudo pelo sucesso económico meteórico do país, por via da abertura gradual da China ao Mundo, pela entrada do país da Organização Mundial de Comércio (OMC) em 2001 e pelo aumento das trocas comerciais da China com o resto do Mundo. O segundo é o término da unipolaridade americana dos anos de 1990 (*Pax Americana*), que potenciou uma maior dispersão do poder, tornando o custo da China se tornar um ator global, com afirmação regional, menor (Pedersen, 2019, p. 108).

A forma como a ideia de “rejuvenescimento nacional” se tornou diretamente associada ao cumprimento do “Sonho Chinês” foi algo que Xi Jinping, ainda antes de se tornar formalmente o Presidente da RPC eleito no 18º Congresso do PCC, mas já como Secretário-Geral do PCC, num discurso aquando de uma exibição no Museu Nacional da China a 29 de novembro de 2012, denominada “A Estrada para a Renovação”¹⁶, apresentou como tendo características muito próprias, despoletadas pela história recente do país. Esse rejuvenescimento, nas próprias palavras de Xi Jinping, passaria pelo “finalizar da construção de uma sociedade moderadamente próspera em todos os aspetos até 2021”, aquando da celebração do centenário do PCC e pelo “objetivo de transformar a China num país socialista moderno, que seja próspero, forte, democrático, culturalmente avançado e harmonioso até 2049, aquando do centenário do nascimento da República Popular da China” (Achieving Rejuvenation is the Dream of the Chinese People, 2012).

A concretização desse rejuvenescimento, mais uma vez nas próprias palavras de Xi Jinping, seria “o maior sonho do povo chinês desde o advento dos tempos modernos”, centrado na “revisão do passado, na observação do presente e na projeção do futuro” e como tal, condicionado e influenciado não somente pelo desejo histórico do povo chinês da sua concretização, mas por novas expectativas, criadas externamente, quanto à necessidade de a China assumir um papel mais ativo a nível internacional. Este sonho seria então transversal a todos os empreendimentos, domésticos e exteriores das lideranças políticas do país, redefinindo a forma como a política externa deveria ser abordada, sinalizando uma maior aspiração em termos internacionais e, pela primeira vez, igualando em termos de importância estratégica o cumprimento dos objetivos internacionais do país com a continuação do crescimento económico ao nível doméstico (Xiaoming, 2015, p. 228). Por outras palavras, por via desta abordagem, Xi Jinping estaria a estabelecer que a procura pela garantia do desenvolvimento interno e da segurança externa, eram duas prioridades de igual e elevada importância na agenda do Partido (Bakken, 2019, p. 108).

O que também significa que, pela primeira vez, um líder chinês assumiria o desejo efetivo de revitalizar a glória da civilização chinesa, servindo-se de aspetos traumáticos na História do país como o “século da humilhação”¹⁷, como catalisadores para a recuperação do estatuto outrora perdido pelo país. Essa revitalização visando granjear

¹⁶ Este conceito político-filosófico representa, grosso modo, uma evolução da *Teoria das Três Representações* ou *sange daibiao* [sic], proposta por Jiang Zemin logo no começo do século XXI. Segundo esta teoria, para a perduração do PCC e para a unidade e coesão nacional serem garantidas neste novo século, é-se exigida uma liderança forte por parte do Partido. Na celebração do 80º aniversário do nascimento do mesmo em 2001, Jiang Zemin apresentou aquelas que seriam as três representações que o PCC deveria garantir, de modo a cumprir estes desígnios, nomeadamente, “representar os requerimentos para o desenvolvimento das forças produtivas avançadas da China, a orientação da cultura avançada da China e os interesses fundamentais da vasta maioria da população chinesa” (Bakken, 2002, p. 115). A “Estrada para a Renovação” e, como tal, para o “rejuvenescimento nacional”, passa então necessariamente pela procura ativa do mesmo por via do PCC.

¹⁷ Um período de aproximadamente cem anos iniciado no século XIX e terminado com o nascimento da China Comunista (1839-1949), considerado um período de vilipendiação e dominação da sociedade e economia chinesas pelos imperialismos ocidental e japonês (Weissmann, 2015, p. 154).

à China um papel preponderante não somente ao nível regional, mas também ao nível global, é baseada nestes preceitos, mas também naquele que pode ser considerado um desvio ideológico, embora não assumido, baseado em conceitos mais tradicionalistas, no que diz respeito à condução da política externa chinesa por parte de Xi Jinping relativamente aos seus antecessores (Wang, 2013, p. 4).

Estas concepções de política externa mais tradicionalistas, impelidas por uma corrente de académicos pertencentes à denominada “escola sinocêntrica de *tianxia*” como Zhao Tingyang e Yan Xuetong, baseiam-se na ideia que determinados conceitos que foram aplicados durante o período imperial com vista a regular a condução da política externa chinesa, deveriam ser renascidos, pois com eles trazem a legitimidade e a capacidade da China cumprir os seus desígnios modernos (Kaminski, 2019, p. 9). O principal desses conceitos é o de *tianxia* ou *todos sob o céu*, criado sensivelmente durante a Dinastia Zhou (1056 a.C - 256 a.C).

Sob este conceito a Dinastia Zhou e subseqüentes dinastias visaram legitimar a ideia da existência de uma ordem política na Ásia, através de uma organização teoricamente idealizada das comunidades políticas do continente em cinco círculos concêntricos e hierarquicamente estruturados. No círculo central estaria o imperador, divinamente ordenado, que por via da “autocultivação e da sua autoridade moral, desenvolveu a visão e o conhecimento para governar efetivamente”; nos círculos seguintes estariam os senhores e as zonas pacíficas, definidos pela sua aceitação da cultura chinesa e os restantes dois eram as duas “zonas bárbaras”, uma zona controlada e uma selvagem, sendo que a primeira demonstrava a sua lealdade para com o círculo central por via de tributos e rituais e a segunda era controlada pela força.

Através desta divinização do papel do imperador e da atribuição de superioridade moral à sua conduta, estava legitimado o ideal político supremo: a liderança de “todos sob o mesmo céu”, que apesar de hierarquicamente justificada, era inclusiva segundo este conceito, pois “abraçava” e atraía tudo e todos, fosse por via da autoridade moral, fosse por via da subjugação. O que autores como Zhao Tingyang afirmam é que a regulação da conduta internacional da antiga China imperial por este conceito coincidiu com o pico do seu poder. Não somente convergiu com um período de apogeu em termos de prosperidade doméstica, como permitiu a aplicação de um modelo baseado em regras morais, para uma hegemonia regional pacífica. É essa a justificação para a sua revitalização para o presente, tendo em conta, no entanto, que a escala não se cinge ao nível regional, mas é alargada ao nível global (Tingyang, 2009, p. 11).

4.1.1 - “*Big Country Diplomacy* com características chinesas”

Por consequência destas influências, as novas intenções a nível de política externa, transformar-se-iam no *ethos* assumido de uma nova conduta diplomática chinesa, sobretudo a partir de 2013, vocacionada para a transformação do “Sonho Chinês”, no sonho de toda a Humanidade.¹⁸ Uma diplomacia de características mais sofisticadas, estratégicas e dinâmicas, adaptadas ao contexto e circunstâncias chinesas, que se aprimoraria nos anos subseqüentes – uma “*Big Country Diplomacy* com características chinesas” (Swaine, 2014, p. 13).

Esta seria vista como essencial para que a China pudesse prosperar num ambiente internacional com ameaças mais imprevisíveis e com uma distribuição de poder mais dispersa, comparativamente ao mundo unipolar da década de 90, cujo polo eram os Estados Unidos da América. Também seria assumida como vital para o avançar dos interesses chineses, para a mitigação dos riscos e para a maximização dos benefícios. Guiada por quatro princípios fundamentais, sendo eles, *gin* (estar perto), *cheng* (ser credível), *hui* (beneficiar) e *ron* (ser inclusivo), intendia a concretização de objetivos mais específicos desta China com um desejo de assumir maior preponderância como: a consolidação de uma vizinhança amigável; a proteção da soberania nacional da segurança e do desenvolvimento como supramencionado; a melhoria das relações políticas com os países próximos da China; o aprofundar de situações de benefício mútuo; o estabelecimento de relações culturais próximas e ultimamente a condução das perceções internacionais de forma favorável (Jiechi, 2013).

Pautaria desse modo uma nova conduta chinesa, sustentada na promoção de iniciativas e abordagens que primassem pela demonstração da abertura de Pequim à harmonização, sempre que possível, dos interesses chineses com os interesses de outros países, não somente na sua vizinhança imediata, mas também no forjar de uma comunidade de interesses partilhados intimamente ligada, através do fomentar de relações com as grandes potências e países em desenvolvimento (Ibidem).

Seria a *BRI*, na ótica de Xi Jinping o principal veículo para a concretização destes mesmos objetivos e como tal, o principal veículo para moldar “o ambiente internacional numa direção favorável” às aspirações chinesas de “*striving for achievement*” (Yan, 2014, p. 166; China Council for International Cooperation on Environment and Development, 2013). A mesma, que já havia sido apresentada pela primeira vez no

¹⁸ Esta transformação do “Sonho Chinês” no sonho de toda a Humanidade passa pela ideia do *tianxia* e pela lógica de que por uma conduta ativa e responsável, a China está a assumir responsabilidades que um país com o seu estatuto deve ter e tal é algo desejável, uma vez que o país não se inibe de ser um provedor de bens públicos e um promotor do desenvolvimento ao nível global. Desse modo, o cumprimento do “Sonho Chinês” é algo que favorece toda a Humanidade, uma vez que *todos estão sob o mesmo céu*. A China ao assumir maiores responsabilidades e protagonismo está a zelar não só pelo seu desenvolvimento, crescimento económico e segurança, mas também pelo mundo todo, uma vez que se assume como um “provedor de bens globais”. Consequentemente isto reforça a lógica de superioridade moral que está subjacente ao conceito de *tianxia* (Tingyang, 2009, p. 11).

Cazaquistão, em setembro de 2013, nomeadamente a sua dimensão terrestre e na Indonésia, no início de outubro desse mesmo ano, nomeadamente a sua dimensão marítima, é pela primeira vez no *Peripheral Diplomatic Work Forum*, assumida por parte de Xi Jinping como a grande Iniciativa a partir do qual a nova diplomacia chinesa deveria ser prosseguida (Iida, 2020, p. 12).

Algo que seria secundado pelas lideranças políticas chinesas como um todo. Logo no 18º Comité Central do PCC, quando Xi Jinping assumiu a Presidência do país, foi assinada uma resolução histórica, que incluiu a *BRI* como um aspeto central com vista “introdução de novas reformas compreensivas na China”. Também em 2014 isto ficou demonstrado quando no 8º encontro do Grupo Central de Liderança em Assuntos Económicos e Financeiros, se reuniu especificamente para deliberar sobre a *BRI* e o início da sua materialização (Mingjiang, 2015, p. 1).

Este repensar do posicionamento internacional chinês por parte de Xi Jinping passa como visto, pelo assumir que a China se revia a si mesma de forma diferente na atualidade, comparativamente ao passado recente. O crescimento da capacidade material da China e a progressiva dispersão do poder ao nível internacional contribuíram para essa alteração, não apenas na perceção das lideranças políticas sobre o papel que o país deveria assumir a nível internacional, mas sobretudo na postura. Enquanto que o antecessor de Xi Jinping, Hu Jintao, optou por uma doutrina mais passiva-reativa, cujo principal objetivo era sustentar o desenvolvimento económico chinês e controlar os impactos da chamada *Tese do Medo Amarelo*, que nos anos 1990 incitou a uma narrativa apocalíptica sobre o “problema” da China surgir no plano internacional, sendo este condicionado pela organização e distribuição de poder a nível internacional já descrita, Xi Jinping adotaria uma postura distinta. Este servir-se-ia do crescimento da capacidade material do país, para usar a integração económica preconizada pelo liberalismo, como forma de alavancar os interesses chineses e minorar a resistência a esses mesmos interesses (Pederson, 2019, pp. 110-111).

Por consequência, através deste novo posicionamento internacional, o Presidente chinês estaria a lançar a ideia de que a China queria e quer assumir uma identidade distinta a nível internacional.

5 - A IDENTIDADE CHINESA

Tal como desenvolvido no enquadramento teórico, na ótica construtivista de Wendt, identidade são “expetativas e entendimentos específicos de um determinado papel relativamente estáveis que um ator adquire sobre si mesmo”, através da participação em “significados coletivos” e através de “significados intersubjetivos” (Wendt, 1992, p. 397). A estabilidade desses entendimentos é algo que, como Wendt reconhece, granjeia uma determinada conceção de identidade de coerência, no entanto, é também algo constantemente influenciado por fatores externos, i.e., o ambiente internacional, e como tal sujeito a alterações e readaptações.

Nesse sentido, compreender a identidade de qualquer cultura ou sociedade - neste caso da chinesa -, é compreender que primeiramente, a mesma não é estática, apesar de manter determinados elementos e especificidades intrínsecos e seguidamente, que a sua constituição é heterogénea, pois dependente de significados atribuídos e derivados de interações, expetativas e eventos exteriores (Ibidem). O que vai de encontro à ideia desenvolvida no enquadramento teórico, da ligação entre uma narrativa nacional que potencialmente define essa identidade e uma narrativa sistémica na qual, a mesma, necessariamente, se enquadra (Roselle, Miskimmon & O’loughlin, 2014, p. 76).

Isso explica a natureza dual de dois aspetos que ainda hoje são motivo de debate interno, daquela que deve ser a identidade que a China deve projetar para o exterior¹⁹. Estes dois aspetos referem-se a duas visões e perceções dicotómicas que a China tem tido historicamente sobre si mesma, nomeadamente uma visão de auto superioridade e uma visão de auto inferioridade (Weissmann, 2015, p. 153). Por um lado, a visão de superioridade²⁰ reflete a ideia do sinocentrismo, uma milenar e duradoura ideia simbioticamente ligada à psique política chinesa desde há séculos, que dita que a China por estar no “Centro do Mundo”, tem o direito de o governar. Por outro, a visão de inferioridade deriva do crónico sentimento de insegurança e da sensação de estado de ameaça permanente, resultante de uma experiência histórica mais recente, na qual a interferência externa constante e as relações com o exterior, se transformaram numa perceção negativa sobre as mesmas, resultando na vilipendiação da honra do país no chamado “século da humilhação”. Estão assim diretamente associados a esta visão de

¹⁹ Importa ressaltar que a ideia de uma identidade chinesa é algo que é diretamente condicionado pelo predomínio quase total (cerca de 92% da população da China) da etnia *Han*. Dado que esta etnia tem tanta preponderância, inclusive dentro dos mais altos círculos políticos e económicos do país, a mesma tem tentado criar a noção de que a sua identidade étnica se mistura com a identidade nacional da China, relegando para plano secundário os demais projetos identitários existentes dentro da China, que constituindo cerca de 8% do total da população, são cerca de 100 milhões de pessoas. A saber as restantes identidades étnicas ou nacionais são: *Zhuang, Manchu, Hui, Miao (Hmong), Uighur, Yi, Tujia, Mongol* e Tibetana (Rae & Wang, 2016, p. 488).

²⁰ Estando conceitos como o de *tianxia* diretamente associados à mesma.

auto inferioridade, significados negativos quanto ao impacto que o mundo exterior teve na China (Zhimin, 2005, p. 34; Weissmann, 2015, p. 153).

Esta dualidade dicotômica, como aspeto recalcitrante e com constante influência, sobre qual o entendimento que as lideranças políticas chinesas foram tendo sobre qual a identidade que a China deveria projetar para o exterior, influenciou, por consequência, a conceção quanto ao posicionamento internacional que o país deveria assumir (Holsti, 1970, p. 234). Embora identidade e posicionamento sejam ideias distintas entre si, sendo a primeira menos mutável e o segundo mais camaleónico, uma tem diretamente impacto na outra, pois é a definição de uma identidade que determina qual o posicionamento internacional que um país segue (Pu, 2017, p. 133). Perceber que os entendimentos por parte das elites políticas acerca da identidade que a China deveria assumir a nível internacional foram evoluindo e reformulando-se, ajuda a compreender que os entendimentos sobre o próprio posicionamento internacional do país foram simultânea e necessariamente acompanhando essas alterações, como de algum modo já explicado anteriormente (Ibidem).

5.1 - Identidade e posicionamento

Se no final da década de 90, com o final da Guerra Fria, a China com Deng Xiaoping assumiu-se como uma “potência responsável”, disposta a abrir-se ao mundo e incluir-se dentro da Comunidade Internacional mas de forma cautelosa, temendo uma invasão por causa da questão de *Xinjiang* e do Tibete, ou uma interferência direta como acontecera nos últimos meses antes do colapso da URSS, através de um posicionamento orientado pela doutrina de “*keeping a low profile*”, o seu sucessor Chen Yu, demonstraria a vontade de sinalizar um desejo de maior envolvimento internacional da China através do lançamento da estratégia “*Going Global*” em 2000 (Goldstein, 1998, p. 36; Jisi, 2011, p. 70; Yan, 2014, p. 176). Esta seria uma estratégia orientada pelo intento de direccionar o investimento chinês para o estrangeiro e de interligar cada vez mais, num mundo progressivamente interdependente, a China a mercados e parceiros globais. O crescimento económico chinês e a ascensão internacional do país influenciaram o desejo de um posicionamento com maior relevância, que refletisse uma identidade reformulada - a de “potência emergente” (Ikenberry, 2008, p. 24).

Uma identidade, que segundo alguns pensadores da política externa chinesa como Deng (2014) e Etzioni (2011), se alteraria nas últimas duas décadas para uma lógica de revisionismo à ordem liberal internacional e “pós-responsabilidade” (Deng, 2014, p. 118; Etzioni, 2011, p. 553). Esta alteração na perceção e no comportamento internacional de Pequim, mais assertivos e com um pendor mais nacionalista seria

resultado da alteração do paradigma internacional, sobretudo a partir da crise de 2008. Tal crise, que revelou a fragilidade do sistema monetário e financeiro internacionais e, como tal, do dólar americano, foi interpretada como uma falência sistêmica de uma Ordem Internacional frágil (Zhang, 2009, p. 23). Esta interpretação levou a uma nova postura de Pequim no cômputo Internacional, e como tal a uma nova forma de se posicionar, propulsão pelo desejo de criar uma ordem internacional, econômica e política, alternativa à ordem americana existente.

A ideia da reformulação do posicionamento internacional chinês, inicialmente lançada pelo Presidente Hu Jintao, através da sua defesa de uma ordem internacional verdadeiramente democrática e harmoniosa, foi reforçada por Xi Jinping, sobretudo no início da segunda década do século XXI, quando em Davos em 2011, assumiu o desejo de criação de liderança de uma ordem alternativa, relançando os de forma substantiva o debate sobre a Nova Ordem Econômica Internacional²¹ (Michalski & Pan, 2017, p. 618). Uma alternativa que encapsulava a visão de uma ordem internacional mais justa, inclusiva e promotora do desenvolvimento efetivo e substantivo. Uma alternativa que em 2013, se tornaria oficialmente orientada por uma nova doutrina que redefiniria o posicionamento internacional de Pequim, a doutrina de “*strive for achievement*”.

Esta doutrina, apesar de ambiciosa, encapsulava o desejo de a China assumir mais responsabilidades como “grande potência responsável” ou “potência com estatuto” e não como superpotência já estabelecida. Internamente a conotação de superpotência é associada a ideias como “imperialismo” e “hegemonia” e como tal, mesmo existindo uma vontade maior de a China assumir um papel com dimensão sem precedentes a nível internacional, essa não se materializou - algo que é discutível -, na assunção de referido estatuto (Pu, 2017, pp. 139-140).

No entanto, é importante sim salientar, que esta nova conceptualização do posicionamento internacional chinês e como tal, da identidade chinesa, era resultado, para além das próprias aspirações do país, de novas expectativas referentes a esse novo papel que este visava assumir (Thies, 2010, p. 9). A política externa chinesa do país, nomeadamente a sua diplomacia, por consequência, tornar-se-ia um reflexo dessas mesmas expectativas e a materialização deste papel e desta nova identidade (Harnisch 2011, p. 3; Michalski & Pan, 2017, p. 617).

²¹ Uma ordem sustentada na defesa do direito ao desenvolvimento equitativo, justo e equilibrado, com base nas características e circunstâncias nacionais e não imposto por políticas de poder e grandes ideologias. Estas ideias são uma revitalização moderna da proposta lançada pela antiga Primeira-Ministra indiana Indira Gandhi, no paradigma do Movimento dos Não-Alinhados durante a Guerra Fria, de uma Nova Ordem Econômica Internacional. No âmbito deste Movimento em 1982, Indira Gandhi prostrou-se a receber em Nova Deli o “diálogo Sul-Sul”, um momento simbólico que consagrou a ideia de “não-alinhamento econômico” e um momento que reforçou o apelo aos países “não alinhados”, para que não cedessem à pressão ideológica imposta pela lógica bipolar de Guerra Fria, mantendo-se no seu próprio percurso para o desenvolvimento. Posteriormente na Cimeira de Nova Deli em 1983, no âmbito deste mesmo Movimento, foi elaborada uma “declaração econômica” onde ficou assertado que a promoção do desenvolvimento deveria ter por base a cooperação internacional efetiva através de “consultações globais e negociações nos campos do comércio, finanças e outros”, formalizando o referido apelo de Indira, ao compromisso com esta Nova Ordem Econômica Internacional (Mehrish, 1985, pp. 512-513).

A *BRI*, lançada em 2013, seria o corolário desta política externa e, como tal, o exemplo paradigmático de uma identidade reformulada. Esta Iniciativa seria assumida, desde o momento da sua criação, como a plataforma preferencial para o cumprimento dos objetivos de uma “*Big Country Diplomacy*”, mais abrangente e intencionada a granjear ao país, um papel de preponderância, manifestando simultaneamente um recalibrar da estratégia “*Going Global*”, já mencionada (Changfeng & ZiroMwatela, 2016, p. 10).

5.2 - Identidade e a sua aplicação instrumental

No entanto, como já mencionado anteriormente, o ênfase dado à identidade da China como “grande potência responsável” ou “potência com estatuto” como forma de justificar a *BRI*, e como forma de justificar este posicionamento internacional de prossecução do “Sonho Chinês”, é uma ênfase dada de forma instrumental. Dentro das elites políticas e intelectuais chinesas, concebe-se que a identidade chinesa, “mais do que simbólica é instrumental”, e como tal, deve ser entendida de forma contextual e diferentes aspetos da mesma podem ser ativados e desativados, racionalmente, para servir objetivos políticos distintos e particulares (Pu, 2017, p. 138). No caso particular da *BRI*, o objetivo último é aliciar outros países a participar na Iniciativa, através da projeção da imagem de uma China que quer assumir mais responsabilidades na criação de uma ordem mais justa e benéfica, por via da recuperação de um legado histórico. Não obstante, a identidade projetada pode sofrer nuances na sua conceptualização, consoante os interlocutores e contextos específicos aos quais é apresentada (Pu, 2017, p. 144; Wend, 1992, p. 392; Andornino, 2018, p. 8).

Isto relaciona-se com a ideia que Pu (2017) apresentou de que a China, na conceção e projeção da sua identidade perante outros, é influenciada pela existência de diferentes “possíveis eus”, que, tendo em conta as expectativas e significados das suas interações, são diretamente resultados de questões em torno do entendimento sobre o que o país se deve tornar, no que se gostaria de tornar e no que tem medo de se tornar (p. 144).

Assim dependendo do contexto e do interlocutor, estes “eus” são ativados para servir propósitos políticos específicos. Exemplifica isto mesmo o facto de a China, em matérias em que procura alhear-se de responsabilidades, como as alterações climáticas, enfatiza a sua identidade de “país em desenvolvimento” e em matérias em que deseja ter preponderância e prestígio, como tal na promoção da sua liderança em determinadas iniciativas ou na promoção do seu papel como contribuidor líquido para a

segurança internacional, sublinha a sua identidade como “grande potência responsável” (Ibidem).

A procura de um posicionamento internacional assumidamente orientado pela doutrina de “*strive for achievement*” por parte de Xi Jinping, é reveladora desta ativação instrumental de vários aspetos da identidade chinesa, de forma articulada, com um propósito particular. A ideia de “rejuvenescimento nacional” em si, como já explicado, é uma ideia já antiga na psique política chinesa, associada amplamente a um desejo do país recuperar o seu estatuto de “estado mais avançado do mundo” e como tal, uma preponderância internacional que se havia perdido durante séculos (Yan, 2014, p. 164). Reativa a tal visão de auto superioridade já mencionada, mas também se associa a uma redefinição da visão de auto inferioridade, onde a China, quer proactivamente cultivar uma relação particular e pacífica com o exterior, dadas as suas responsabilidades internacionais, mas sempre tendo em conta o seu passado histórico recente. Desse modo articula dois aspetos distintos da identidade chinesa.

A *BRI* como epítome deste posicionamento na ótica de Xi Jinping, é assim também uma plataforma particularmente importante para a ativação de determinados aspetos da identidade chinesa, de forma instrumental.

6 - FORMAÇÃO DA NARRATIVA E DA INICIATIVA

6.1 - A discordância interna em torno dos objetivos da mesma

Tendo em conta o apresentado anteriormente, é importante sublinhar como o entendimento da identidade chinesa numa lógica instrumental, pode condicionar a forma como a mesma é projetada, pois para além dessa projeção ser influenciada pelo objetivo político para o qual a mesma se orienta, também o é pelo contexto e pelos interlocutores. Desse modo, apesar de, em teoria, a *BRI* ser uma Iniciativa que deve ser promovida por uma narrativa que enfatiza a identidade chinesa como “grande potência responsável”, dado que há o desejo das lideranças políticas chinesas de fazer prevalecer este aspeto da identidade chinesa no presente e dado que a natureza do funcionamento do Estado chinês é vertical e centralizada, sendo as decisões impostas numa lógica *top-down* e não negociadas, é importante sublinhar que por um lado, discursivamente isso pode não se ter materializado de forma tão linear, tendo em conta determinados contextos e interlocutores²², e por outro, domesticamente, desde o início existiam diferentes entendimentos quanto a esta questão (Hill, 2016, p. 243).

No que concerne este último ponto é relevante apontar que alguns académicos como Ly (2021), Mingjiang (2015) e Zhou e Esteban (2018) coadunaram com a ideia de que a *BRI* deveria sinalizar um novo nível de ambição, vendo a Iniciativa como uma oportunidade sem precedentes para reformar a ordem internacional e um veículo para um compromisso progressivamente mais aprofundado da China com as suas responsabilidades internacionais (Ly, 2021, p. 4; Mingjiang, 2015, p. 3; Zhou & Esteban, 2018, p. 496). Na mesma onda de pensamento, mas numa lógica mais cautelosa, outros académicos como Wei (2020) defenderam que a Iniciativa poderia introduzir reformas e melhorias incrementais, mas não deveria derrubar o sistema internacional existente, de forma a trazer mais proeminência ao estatuto internacional da China, mas uma proeminência conquistada dentro, e não através da contestação, do sistema existente (p. 421).

Outros autores, especialmente académicos militares como Clemens (2015), Tsui et al. (2017), focaram-se mais no potencial que a Iniciativa poderia trazer relativamente ao reforço das capacidades militares de Pequim, pela sua amplitude geográfica. A ideia central era de que a Iniciativa, poderia ser uma janela de oportunidade para o aumento da projeção de forças do *People's Liberation Army*, como forma de proteger os interesses chineses no estrangeiro (Clemens, 2015, p. 5; Tsui et al., 2017, p. 36). Acrescentando nessa medida, a necessidade da ênfase da identidade da China, mais

²² Esta questão é algo que será demonstrado aquando da avaliação da narrativa estratégica de Xi Jinping.

do que como potência militar, como uma efetiva grande potência com capacidade de defender os seus interesses. Esta perspetiva é algo que nos anos subsequentes ao lançamento oficial da Iniciativa se tem vindo a materializar, o que tem motivado a desconfiança das reais ambições da China sobretudo em termos regionais e ao levantamento de teorias sobre as reais intenções chinesas por trás da *BRF*²³.

Do mesmo modo, também as lideranças políticas chinesas, nomeadamente Xi Jinping, não se têm alheado de flexionar o músculo militar do país como forma de afirmação do estatuto deste perante a Comunidade Internacional. Um exemplo recente disto mesmo foi a imensa parada militar em Pequim, organizada a respeito da celebração do 70º aniversário do nascimento da RPC em 2019, que para além da sua dimensão em si, teve como principal objetivo, nas próprias palavras de Xi Jinping, demonstrar ao mundo que “nenhuma força conseguiria abalar o estatuto da grande nação chinesa (Graham-Harrison, 2019). Na mesma medida, em 2021, aquando da celebração dos 100 anos do nascimento do PCC, Xi Jinping, numa outra parada militar afirmou que “um país forte, deve ter um poder militar forte pois apenas esse modo consegue garantir a segurança da nação”, reforçando esta perspetiva (Xinhua, 2021).

Contudo, autores distintos como Zeng (2019) defenderam que a *BRI* deveria ser somente mais uma ronda de abertura da China ao mundo e não um grande plano geopolítico da alteração da configuração da ordem internacional (Zeng, 2019, p. 208). Ainda na mesma medida, mas com uma perspetiva diferente, outros autores como Ohachi (2018) e Hu, Wang & He (2020) defenderam que, através da Iniciativa, a China deveria inicialmente priorizar o desenvolvimento doméstico do país, canalizando o grosso dos investimentos para determinadas províncias e regiões²⁴, antes de se orientar para a sua dimensão internacional (Ohachi, 2018, p. 90; Hu, Wang & He, 2020, p. 8).

A existência de variadas perspetivas quanto aos objetivos da Iniciativa em si e quais os aspetos da identidade chinesa que esta deveria enfatizar, viu-se refletida na forma como esta foi exposta ao mundo desde a sua inepção, e como tal, na forma como a narrativa estratégica desta foi formada. Desse modo é relevante perceber o impacto de diversos atores domésticos na formação da narrativa estratégica da *BRI*. Apesar de existir esse impacto este, sendo residual por se diluir devido ao facto da

²³ Uma das principais teorias em torno desta ideia, que tem vindo a ganhar força no pensamento estratégico de um país particular, a Índia, é a chamada “Teoria da *String of Pearls*”. De acordo com esta teoria, a China por via dos seus projetos de construção de infraestruturas, alguns deles de caráter militar, em pontos estratégicos de vários países vizinhos da Índia nas margens do Oceano Índico, como o Paquistão, o Djibouti, o Myanmar ou o Sri Lanka, tem como objetivo primário garantir o controlo das principais rotas marítimas deste Oceano e assim, controlar as principais rotas de comércio e transporte de energia a nível mundial. Convém recordar que pelo Índico passa cerca de 80% de todo o comércio marítimo de petróleo do mundo através de três pontos de estrangulamento essenciais: o Estreito de Malaca, o Estreito de Ormuz e o Estreito de Bab El-Mandeb. Por via desta estratégia, a China procura garantir a sua supremacia, não só económica, mas também militar, nesta região do globo (Khan & Khalid, 2018, p. 245).

²⁴ Por exemplo Hu, Wang e He (2020) no seu artigo “*Comparative Advantages of Free Trade Port Construction in Shanghai under the Belt and Road Initiative*”, discorrem sobre as vantagens económicas para a China do desenvolvimento do Porto de Comércio Livre em Xangai sob a *BRI*, advogando que “pela sua localização estratégica, este Porto seria vital para a *BRI* como um todo, uma vez que Xangai é uma cidade com “grande força económica e imenso potencial de desenvolvimento” (p. 13). Para mais detalhes, consultar referido artigo.

formação da narrativa, bem como a projeção dos objetivos da Iniciativa, se ter centralizado, progressivamente, no PCC. Não obstante, dois objetivos comuns aos vários atores domésticos e às elites chinesas acabariam por prevalecer: o desejo de moldar as perceções internacionais de modo a que estas favoreçam uma imagem positiva da China e o de aliciar outros países a participar na Iniciativa. Será importante explicar como, estrategicamente, estes seriam prosseguidos.

6.2 - A influência de atores domésticos na formação da narrativa da *BRI*

Para compreender o processo de formação da narrativa da *BRI* e dos seus objetivos, é necessário, não somente ter em conta que a mesma é uma proposta de política pública única no seu alcance, mas sobretudo que, como proposta de política pública em si, está sujeita ao processo de formação que qualquer outra política pública que se verifica na China.

Este é um processo fortemente centralizado no topo das lideranças políticas, dada a natureza autoritária do regime político chinês, mas onde múltiplos atores participam e digladiam-se e fazem acordos entre si, para que o mesmo sirva os seus próprios interesses e para que, a narrativa política que promova a mesma, se encaixe em moldes aceitáveis, nas expetativas que estes criaram para a mesma (Zeng, 2019, p. 2; Miskimmon, O'loughlin & Roselle, 2014, p. 13). Isto, tal como desenvolvido no capítulo da formação de narrativas estratégicas, relaciona-se com o processo de *altercasting*, onde expetativas de múltiplos atores domésticos são importantes, pois a criação da legitimidade política para a formação dos objetivos de uma política pública e naturalmente da narrativa estratégica da mesma, depende disso mesmo (Schafer & Walker, 2006, p. 128).

Acresce ainda a isto o facto de esta política pública em si, ser uma política de escala imensa, o que significa que o volume do investimento envolvido na mesma é, em si, também de tamanho colossal e os potenciais benefícios disso tornam-se num aliciante para a competição entre atores domésticos (Zeng, 2019, p. 211; Poh & Li, 2017, p. 90). Tal como Zeng (2019) nota, onde isto se tornou mais evidente foi no caso específico de algumas províncias chinesas que procuraram, desde 2013, fazer lobby perante o Governo central em Pequim, com vista a garantir dividendos relativamente superiores aos de outras províncias dentro da Iniciativa (p. 212). Obter um lugar preferencial num projeto com esta dimensão, traduzir-se-ia na obtenção de mais benefícios económicos, bem como incentivos ao investimento como apoio financeiro ou isenção de impostos.

Um exemplo específico que encapsula esta ideia, foi a tentativa de várias províncias de lançar uma campanha de relações públicas sobre a origem geográfica da Rota da Seda Clássica, alegando que a mesma se encontrava no seu território e que tal era justificação para um tratamento preferencial e prioritário dentro da moderna *BRI*. A Província Shaanxi²⁵, a Província Henan, a Província Shandong e a Província Hebei alegavam que as suas cidades, Xi'na, Luoyang, Qingdao e Huanghua eram, respetivamente, esses pontos de origem da Antiga Rota da Seda terrestre. Outras províncias como Fujian, Guangdong e Jiangsu, procuraram provar que o ponto de origem da Antiga Rota da Seda marítima era no seu território (Zeng, 2019, p. 212). Eventualmente apenas 15 províncias seriam convidadas no final de 2013 para fazer parte do simpósio que constituiria o modelo original da *BRI*, por parte da Comissão de Desenvolvimento e Reforma, sendo por exemplo a província de Shandong excluída (Idem, p. 213). Estas tentativas de garantir primazia simbólica são assim um exemplo claro de como as várias províncias tentaram condicionar a narrativa central do governo de Pequim a seu favor.

Contudo, o impacto substancial em termos práticos destas tentativas de atores domésticos de condicionar a direção da narrativa oficial, acabou por ser marginal, acabando por prevalecer uma narrativa de carácter mais monolítico e linear, veiculada de forma *top-down*.

6.3 - A centralização da formação da narrativa no PCC

A partir de 2015, com o lançamento do *Visions and Action Plan* da *BRI*, marcou-se uma tentativa mais concreta do governo central em Pequim de limitar a influência de atores domésticos na narrativa oficial que as lideranças políticas queriam transmitir em torno da *BRI* (Zeng, 2019, p. 4). O passo fundamental na tentativa de estabelecer um controlo mais efetivo sobre a formação da narrativa, passaria pelo institucionalizar a Iniciativa em si, no âmbito das mais altas esferas do PCC, e como tal pelo centralizar da responsabilidade do desenvolvimento e da promoção da narrativa estratégica da *BRI* nessas mesmas lideranças. São exemplos disto a inclusão da Iniciativa, sob a forma de um capítulo completo, no 13º Plano Quinquenal em 2016 bem como na incorporação da mesma em 2017 na Constituição do Partido (Zhao, 2020, p. 321).

No mesmo sentido, foi estabelecida uma hierarquia governamental de controlo sobre a aplicação e design dos objetivos e dos projetos da Iniciativa. Foi criado para liderar essa hierarquia o “Pequeno Grupo de Liderança Central para o Desenvolvimento

²⁵ Na verdade, no próprio discurso de apresentação da Iniciativa em 2013 no Cazaquistão, o Presidente Xi Jinping, originário da província de Shaanxi alegou que esta província era o “ponto de partida da Antiga Rota da Seda” (Jinping, 2013).

da *BRI*” composto por membros do Comité Central do PCC, bem como membros do Politburo do Partido. Foi estabelecida também para o auxílio da atuação deste “Pequeno Grupo”, a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma, apoiada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e pelo Ministério do Comércio. Em 2018, com a intenção de controlar a disseminação das mais importantes decisões e questões relativamente à *BRI* para o estrangeiro e alargar esta centralização da narrativa estratégica da *BRI*, foi criada a Administração de Cooperação de Desenvolvimento Internacional do Estado (Ibidem).

A progressiva centralização desenvolvimento da Iniciativa em si em órgãos e corpos institucionais do PCC, supervisionados e orientados pelo criador da Iniciativa, Xi Jinping, potenciou assim a minimização e a diluição da influência desses atores domésticos na formação da narrativa e dos seus objetivos. Não obstante, essa centralização, potenciou, segundo a literatura, a prossecução dos já mencionados objetivos que seriam comuns quer às lideranças políticas chinesas, quer aos diferentes atores domésticos, nomeadamente o de aliciar países a tornarem-se beneficiários desta e conduzir as perceções destes de forma favorável a Pequim. Tal potenciação, seria e é procurada pela procura ativa por parte destas elites políticas, em especial de Xi Jinping, da preservação da ambiguidade estratégica da *BRI* e pela adoção de uma estratégia de *smart power*.

7 - A AMBIGUIDADE ESTRATÉGICA DA *BRI* E O *SMART POWER* COMO GARANTIAS DE ATRATIVIDADE

A centralização da formação e promoção da narrativa nas lideranças chinesas, como explicado, condicionou a forma como eram disseminados os objetivos estratégicos da Iniciativa em si. No entanto a forma e a natureza desta orientação estratégica é algo difícil de definir, como a literatura reconhece.

Apesar da associação do cumprimento da mesma a uma retórica socialista abstrata, um aspeto permanente no discurso das elites chinesas desde o nascimento da RPC, bem como a novos aspetos e slogans, reconhecíveis e associados a uma determinada conceção de posicionamento internacional, como a ideia de “rejuvenescimento nacional e “Sonho Chinês”, a Iniciativa desde a sua origem, carece de uma definição estratégica claramente veiculada por via da narrativa (Lams, 2018, p. 3). Tal como Zeng (2019) afirma, a *BRI* “foi posta em prática como uma ideia alargada e vaga, sem um esquema específico que a orientasse desde a sua origem” e não como um plano “bem desenhado e claramente definido” (p. 2).

O que se manifesta por exemplo na ausência de uma definição explícita da extensão efetiva da mesma a nível internacional, bem como na ausência de uma definição dos seus propósitos reais, que apesar de conceptualmente apresentados, na prática, nunca foram efetivamente definidos (Shepard, 2017). Tem assim uma ambiguidade estratégica, que, assemelhando-se à questão da valorização contextual de determinados aspetos da identidade chinesa, é aplicada de forma propositada e instrumental, por parte das elites políticas para o cumprimento dos fins da narrativa em si (Braga & Sangar, 2020, p. 5).

Ter ambiguidade estratégica na proposta de um esquema político ou económico de dimensão internacional, onde múltiplos atores distintos participam, ou seja, ser incapaz de clarificar uma posição específica dentro de possíveis alternativas e objetivos referentes aos meios a aplicar para fins concretos, serve o propósito de abrir a interpretações quais essas alternativas e esses objetivos, aos múltiplos constituintes dessa mesma política (Jarzabkowski et al., 2010, p. 240; Gaddis, 2017, p. 35). O que por sua vez motiva a uma ação coletiva desses mesmos constituintes e cativa a participação destes na Iniciativa (Braga & Sangar, 2020, p. 5). Isto para além de ser frutífero para a aceitação de projetos dentro da Iniciativa em si, permite às lideranças políticas chinesas ter mais flexibilidade na gestão das perceções internacionais quanto à narrativa da Iniciativa, pois ao não tomar uma posição concreta, conseguem promover a imagem de uma China aberta à colaboração internacional, através do impulso, mas

não da imposição de uma Iniciativa de caráter construtivo e benéfico para os seus participantes (Lams, 2018, p. 5).

Porém, esta fluidez semiológica acarreta em si riscos, pois reduz a certeza e a previsibilidade das intenções e ações de Pequim. Um aspeto fundamental para colmatar isto mesmo e vital para o aliciamento de outros Estados a coadunar com a visão sobre a *BRI* que a China quer transmitir é, em teoria, a ideia de que associado à não imposição de uma agenda, os intervenientes que fizessem parte deste processo teriam ganhos económicos, dos quais os demais Estados que não participassem ficariam marginalizados, através da promoção de uma ideia que será desenvolvida a jusante, o Consenso de Pequim.

Para fazer valer esta ideia, a China serve-se daquilo que alguns autores como Mustafa Yağci designam por uma estratégia de *smart power*. *Smart power*, de acordo com a conceção de Nye é uma combinação entre elementos de *soft power*, ou seja, a capacidade de convocar atratividade sem impor vontade, e elementos de *hard power*, ou seja, as capacidades materiais (Nye, 2009, p. 160). Yağci (2018) advoga, seguindo esta lógica, que a China persegue uma diplomacia económica orientada pelo *soft power*, justificando os investimentos e projetos dentro da Iniciativa como sendo direcionados para o benefício universal dos seus participantes, enquadrando-os no referido Consenso de Pequim, estando simultaneamente dependente da aplicação de recursos de *hard power*, nomeadamente a sua capacidade económica e financeira²⁶, para a efetividade desta estratégia (p. 76).

Nesse sentido a China para tornar a proposta de política pública mais atrativa, e como tal persuadir outros Estados a participar na mesma, serve-se de ambas as formas de exercer poder de forma sinérgica. Aplicando os seus recursos de *soft power* ao seu discurso e à forma como conduz a sua diplomacia económica, as lideranças políticas visam moldar a imagem de Pequim de forma positiva, perante a audiência recetora, da sua narrativa (Lams, 2018, p. 3). Ao aplicar os recursos de *hard power*, estas procuram consubstanciar a narrativa, com dividendos materiais e palpáveis para os participantes. Ultimamente é através da articulação destas duas formas de poder que Xi Jinping projeta o enredo da narrativa estratégica, e como tal, a componente da narrativa essencial para a aliciação de outros Estados a aceitarem a Iniciativa.

²⁶ A aplicação destes recursos por sua vez é feita através de instituições cuja criação ou foi feita ou foi impulsionada maioritariamente por Pequim, com o propósito de financiar projetos no âmbito da *BRI* e além desta. Estas instituições por sua vez têm canalizado volumes imensos de fundos para o efeito. Por exemplo de acordo com dados da Reuters, de 2013 a 2019 só o *China Development Bank* providenciou cerca de 190 mil milhões de dólares para o financiamento de mais de 600 projetos no âmbito da *BRI* (Reuters, 2019). Outros exemplos de instituições financeiras cujos fundos são maioritariamente de origem chinesa e cuja direção dos investimentos é particularmente a *BRI* são: o *Silk Road Fund*, o *China-Eurasian Cooperation Fund*, o *Asian Infrastructure Investment Bank*, a *China Investment Corporation*, o *Export-Import Bank of China* e o *New Development Bank*.

Pequim tem incentivado os diferentes Estados que querem ser membros da *BRI* e que querem beneficiar de projetos e investimentos no âmbito da mesma e até, que querem beneficiar de investimentos e projetos no âmbito de outras iniciativas, a fazer parte destas instituições, particularmente o *AiIB*, garantindo a facilitação e a criação de condições mais favoráveis para os mesmos.

Para então conseguir ter em conta como esta estratégia de *smart power* se manifesta por via da narrativa estratégica da *BRI*, é necessário entender como os recursos de *soft power* são incorporados no discurso e quais as intenções das lideranças políticas chinesas, segundo a literatura, com a associação dos mesmos à Iniciativa em si. Tendo também em conta, que o entendimento de *soft power* chinês, é um entendimento desta forma de exercício de poder, como algo com características específicas.

7.1 - *Soft power* com características chinesas

Traduzido na China como “*ruan shi li*”, “*ruan li liang*” ou “*ruan quan li*” [sic], *soft power* é interpretado, quer por académicos chineses, quer pelas elites políticas, como um conceito distinto da tradicional definição de Nye, desenvolvido de modo a adaptar-se às características chinesas” (Wang & Lu, 2008, p. 426; Glaser & Murphy, 2009, p. 10). De uma forma geral, o conceito, tem sido alvo de debate dos círculos académicos chineses desde a década de 90, equivalendo essencialmente à ideia de poder “intangível, não-quantificável, não-material ou espiritual”, estando a sua grande novidade na ideia de que o exercício do mesmo é um “todo orgânico” que se desenvolve quer pela política doméstica, quer pela política externa do país (Wang & Lu, 2008, p. 427; Cho & Jeong, 2008, p. 456; Glaser & Murphy, 2009, p. 11; Vuving, 2009, p. 3). Este é um poder que permite “subjugar” sem luta, de forma mais nobre, em vez de forma bruta, distinto pois baseado em valores e princípios particulares da civilização chinesa (Ibidem).

Mas mais importante, *soft power* é descrito como a capacidade de conseguir persuadir através da razão e de convencer por via de princípios morais, tendo também em conta as influências confucionistas e as ideias de harmonia, devoção filial e virtude moral e espiritual transmitidas pelo “Grande Mestre” (Garrard & Murphy, 2021, p. 27). Essa persuasão por via dos princípios, só é possível se aqueles que são os alvos do exercício do *soft power*, se sentirem alinhados com os mesmos, ou se pelo menos, não sentirem que estes põem os seus próprios princípios em causa, i.e, não giram insegurança ontológica (Miskimmon, O’loughlin & Roselle, 2014, p. 13)

Além do mais, o *soft power* tem um valor em si por ser único na sua conceção e a sua associação a estes princípios, revela como o mesmo é um mecanismo de transmissão do que é “ser chinês” e como tal, um mecanismo de transmissão da identidade chinesa. A crescente valorização académica e política do *soft power* como um conceito que deve nortear a conduta internacional de Pequim, transparece a ideia de que o exercício de *soft power* é essencial, não só para a transmissão dessa

identidade, mas sobretudo para a sua valorização no cumprimento de objetivos e fins específicos que a mesma orienta (Wuthnow, 2008, p. 4).

O exercício do *soft power* é por sua vez possibilitado pela aplicação de determinados recursos do qual este “emana”, que a literatura reconhece como não sendo consensuais²⁷, mas que são entendidos pelo autor como a cultura, a promoção de um modelo de desenvolvimento alternativo para o mundo em desenvolvimento ancorado em determinados valores e as instituições domésticas. O propósito dos mesmos varia consoante o contexto em que são aplicados e, como já referido, do aspeto da identidade que visa ser enfatizado. Na *BRI*, a China procura aplicar especificamente os três recursos de modo a aliciar os destinatários da Iniciativa a aceitarem a mesma, cumprindo desse modo o seu objetivo estratégico com a narrativa da *BRI*, no entanto nesta dissertação o enfoque será dado a apenas dois destes recursos, nomeadamente a cultura e a promoção de um modelo de desenvolvimento, dados os dois estudos de caso que também se pretende avaliar.

Se para a eficiência do *soft power* é necessário criar atratividade sem pôr em causa a segurança ontológica do “outro”, a aplicação destes dois recursos visa criar a mesma de duas maneiras. Pequim quer servir-se da ideia de que a Rota da Seda é um espaço cultural por excelência, com vista à projeção de “imagens-lugar” que ajudem a criar “sistemas de significado” em torno da história da Rota da Seda, e que potenciem e preservem, por consequência, a prevalência de imagens positivas mitificadas de Pequim, pelo seu contributo para essa mesma História e consequentemente, para a reencarnação moderna da Rota. Quer assim, enquadrando nas tipologias de poder apresentadas no enquadramento teórico, exercer poder produtivo para criar esses sistemas. Pequim quer também servir-se da promoção de um modelo de desenvolvimento especificamente direcionado para o mundo em desenvolvimento, para demonstrar aos países menos desenvolvidos que se prostra a ser líder não só da sua promoção, mas do seu estabelecimento, por via da *BRI*, e que o mesmo é justo, pois ancorado em determinados valores (Wuthnow, 2008, p. 9; Wang & Lu, 2008, p. 428; Tella, 2016, p. 133).

É necessário então compreender com maior detalhe esses dois recursos de *soft power* apresentados e os tais propósitos da sua aplicação.

²⁷ Os diversos autores divergem na sua conceptualização destes recursos, alternando o foco entre aspetos mais domésticos e outros mais relacionados com o exterior (Vuving, 2009, p. 3). Outro exemplo, são autores como Gill e Huang (2006), que consideram que estes recursos são a cultura, a ideologia política e a diplomacia, enfatizando aspetos quer domésticos, quer relacionados com a condução da política externa de Pequim (p. 19). Outros como Wuthnow (2008) consideram que os mesmos são especificamente a cultura, a promoção da China como líder de um novo modelo de desenvolvimento e a afirmação da China como potência responsável, enfocando-se mais em aspetos relacionados com o exterior (p. 20). Outros como Wang & Lu (2008) falam em elementos mais relacionados com a dimensão doméstica, como cultura, instituições domésticas e valores como as reais fontes de *soft power* (p. 428). É, no entanto, importante sublinhar que a cultura é o aspeto mais comumente enfatizado, sinalizando de modo evidente como a ideia de *soft power* como influência cultural, é dominante na conceptualização do *soft power* chinês (Vuving, 2009, p. 3).

7.1.1 - Cultura

O primeiro recurso de *soft power* é a cultura. Desde as tradições às práticas, da língua à História, bem como das ciências às artes, o valor da cultura chinesa é visto como algo omnipresente ao longo da história chinesa e determinante na distinção da China como uma civilização com raízes históricas milenares e valores únicos (Wang & Lu, 2008, p. 428; Gill & Huang, 2006, p. 18). A cultura é encarada como a fonte do real poder de um Estado e como tal, uma fonte de competição entre entidades na arena internacional, tornando desse modo fazer prevalecer os valores culturais um imperativo. Também é vista em determinada medida como o principal veículo através do qual a China pode gerir da melhor forma as suas relações externas, pois permite criar empatia e entendimento, por parte de públicos internacionais em torno daquilo que é a “visão chinesa” do mundo (Glaser & Murphy, 2009, p. 10; Tella, 2016, p. 133).

Através da associação da cultura chinesa à *BRI*, Pequim intende ir além de transmitir corretamente essa cultura. Intente também criar “sistemas de significado” por via da projeção de determinadas “imagens-lugar” que sobrevalorizem o valor da cultura chinesa e da China em si, para o legado e o futuro da Rota da Seda (Zeng, 2019, p. 3; Wuthnow, 2008, p. 10). Autores acreditam que a apropriação da ideia da Rota da Seda, um conceito cuja origem até é ocidental, numa tese orientalista²⁸ mais ampla, na qual é enfatizado o papel da China não só na criação, mas na preservação deste legado para o Mundo, visa ir além de garantir a transmissão da cultura chinesa *per se*. Tem como objetivo “evocar imaginações historicamente positivas”²⁹ sobre a China e sobre a Rota da Seda Clássica como um espaço de interação entre várias antigas culturas e civilizações, que blindem as aspirações modernas de Pequim contra potenciais críticas de ambição geopolítica (Zeng, 2019, p. 2).

Por via de um uso seletivo da História, Pequim tem a intenção de criar, e não impor, “sistemas de significado” que ajudem a “moldar a sua relação com o resto do mundo” e a sustentar uma determinada imagem de liderança bem-intencionada, que não intende apenas fazer prevalecer a ideia da Rota da Seda Clássica como um espaço mitificado onde culturas distintas puderam historicamente interagir e cooperar, sendo tratadas como iguais e tornando-se conseqüentemente prósperas, mas ampliar o potencial e a durabilidade da aceitação da sua metamorfose atual (Van Noort, 2019, p. 192; Sem, 2014; Zeng, 2019, p. 2).

²⁸ Pois sustentada em determinados valores orientais já descritos como o confucionismo e até mesmo o taoísmo.

²⁹ Essas evocações passam por um reescrever da História, atribuindo à China um papel preponderante e absolutamente central na Rota da Seda Clássica, coisa que factualmente não se verificou, uma vez que a China não era nem sequer o principal nóculo da mesma, mas sim a Índia, nem era tida como um Império preocupado com noções de equidade e benefícios mútuos.

Pequim pretende assim, servir-se da cultura, para, como de acordo com o enquadramento teórico, exercer poder de forma produtiva perante os seus interlocutores (Bernett & Duval, 2005, p. 48). Ao reescrever o seu papel na Rota da Seda Clássica, mitificar o valor desta e enaltecer a ideia de que a atual *BRI* é uma versão moderna e melhorada da mesma, onde culturas distintas podem continuar a cooperar e a ser respeitadas, a China pretende germinar significados partilhados que ajudem a não perturbar o sentimento de segurança ontológica dos Estados que se sentem também parte deste legado.

Desse modo, a Iniciativa é encarada, segundo aponta a literatura, como um “construto geocultural”, onde a romantização dos benefícios do passado da Rota da Seda, é transposta para uma certeza inquestionável do potencial futuro da sua nova encarnação. Tal deriva sobretudo do facto de Pequim se prostrar a ser líder desta “reencarnação”, tendo em consideração os Estados que também contribuíram para a História da Rota e o desejo destes continuarem a colaborar dentro da mesma. (Andornino, 2017, p. 8). O enfoque na cultura, por via da Iniciativa é essencial pois, como alguns autores afirmam, permite a Pequim afirmar-se como um “estado civilizacional”, uma “*cultural major power*” e um “império do espírito”, com “estatuto de herança mundial” e assim enfatizar positivamente determinados aspetos da sua identidade diretamente associados à sua cultura (Winter, 2016; Eisenman, 2019, p. 11; Winter, 2016; Winter, 2020, p. 2; Gaddis, 2017, p. 115).

Intende, desse modo, criar determinadas expectativas em torno do papel atual da China, e como tal, encoraja o potencial da revitalização e do apego a visões de auto superioridade chinesa, como a ideia milenar do sinocentrismo e o conceito de *tianxia*, já explicados no subcapítulo anterior, que enfatuem estes aspetos identitários. A China como “Império do Meio”, estando no centro do Mundo, não somente tem o dever e o direito a ter um papel líder e de governo do mesmo, como é a única potência capaz de providenciar de forma justa, beneficiando todos, dado o seu legado histórico (Zhimin, 2005, p. 34; Zeng, 2019, p. 1).

Será importante compreender como estas questões são transpostas para o discurso, pois só através da linguagem, estes aspetos ideacionais e identitários, como visto no enquadramento teórico, conseguem ser efetivamente convocados. Além do mais é só através da avaliação da linguagem que se consegue perceber de que modo a aplicação de “imagens-lugar” na busca de significados partilhados, se manifesta como um exercício de poder produtivo, como também desenvolvido no enquadramento teórico.

7.1.2 - A promoção de um modelo de desenvolvimento alternativo para o mundo em desenvolvimento

O segundo recurso de *soft power* é a promoção de um modelo de desenvolvimento alternativo, na abordagem chinesa com o mundo em desenvolvimento, com vista a cultivar uma imagem de Pequim, como paladina desse mesmo mundo (Wuthnow, 2008, p. 12). Essa promoção, centrada na ideia da “aproximação do Sul com o Sul”, tem, desde há cinco décadas, como cerne a “não imposição de valores como regras de interação” como um valor em si, na procura do objetivo referido (Tella, 2017, p. 143; Mohan & Power, 2008, p. 23).

No entanto a abordagem na promoção deste mesmo modelo, foi algo que progressivamente foi evoluindo. Mantendo-se a ideia central de que esta é uma abordagem primordialmente económica, em que a China se apresenta puramente como um parceiro de negócios com os seus próprios interesses, mas com potencial para, através da economia, encontrar novas formas de os ampliar, a mesma foi-se transformando de uma abordagem na promoção de um modelo alternativo, para uma abordagem de manifestação efetiva do estabelecimento de um novo modelo, com a China como líder do mesmo (Wuthnow, 2008, p. 15; Sun & Zoubir, 2015, p. 907). A *BRI* seria, como vai ser explicado mais à frente, não somente a o exemplo mais concreto dessa evolução e o zénite simbólico da vontade da China de se afirmar como a efetiva líder de um novo modelo de desenvolvimento, mas a plataforma na qual as lideranças chinesas procuraram, e procuram, em teoria, convencer outros disso mesmo.

A evolução da abordagem chinesa na promoção de um modelo de desenvolvimento, é algo que foi sendo sinalizado através das várias reformulações do posicionamento internacional do país, que como já visto, são consequência das, também constantes, metamorfoses do entendimento das lideranças políticas de qual deveria ser a identidade que a China deveria projetar para o exterior.

Se o posicionamento internacional chinês com Deng Xiaoping de “não procurar liderança (*“budangtou”*), refletindo uma identidade menos proativa a nível internacional, pressupôs um cultivo tímido no mínimo, ou inexistente no máximo, da promoção do papel de liderança chinês do mundo em desenvolvimento, com o redirecionar do mesmo a partir de Jeng Zemin na procura de que a “China conduzisse o Mundo” (*“yu shijie jiegou”*) e “construísse uma nova Ordem Internacional”, a vontade de assumir esse papel tornou-se mais visível (Ding, 2008, p. 196). Com Hu Jintao, em 2005, por altura dos 50 anos da Conferência de Bandung, foi revelado o desejo definitivo das lideranças chinesas, embora com algumas reservas, de assumir o mesmo (Ibidem).

O que se manifestou na projeção de uma identidade, associada à procura de maiores responsabilidades internacionais na construção de um “mundo harmonioso”

(*hexie shijie*). Embora essa identidade ainda se centrasse na ideia de que a China era também ela um país em desenvolvimento, tinha a ela associada o intento de efetivar um desempenho mais ativo na “condução dos destinos” do mundo em desenvolvimento como um todo. A mesma foi sustentada em dois valores essenciais, que embora não visassem ser impostos, eram encarados como legitimadores axiológicos da vontade de assumir esse desempenho (Zheng & Tok, 2007, p. 1; Ding, 2008, p. 197).

O primeiro deles seria o “desenvolvimento científico, coordenado e completo”, um desenvolvimento sustentado e sustentável evitando elevados custos ambientais, mas também sociais. O segundo seria o credo confucionista da harmonia, ou seja, o zelo pela primazia do bem comum dentro de uma sociedade, com vista a “minimizar os danos nas relações entre indivíduos, entre estes e o meio que os rodeia, com a sociedade em que se inserem e entre Estados”, como caminho preferencial para esse desenvolvimento (Zheng & Tok, 2007, p. 4; Wuthnow, 2008, p. 15).

Com Xi Jinping revelou-se a última metamorfose desta vontade, manifestada pelo reformular do posicionamento internacional do país do “desenvolvimento harmonioso” para o “*strive for achievement*” na procura do “Sonho Chinês”. Esta reformulação tem subjacente a projeção estratégica da identidade da China, em teoria, como de “grande potência responsável”, como já desenvolvido. Porém, essa identidade, como visto, é uma identidade que é entendida de forma contextual e instrumental. Nesse sentido, relativamente ao tópico do desenvolvimento, a mesma, ao invés de assumir apenas esta configuração, também pode assumir configurações distintas que se relacionem diretamente com o mesmo, sendo enfatizado o estatuto da China como país em desenvolvimento e como líder de um modelo novo. No entanto, é transversal a ideia de que a China, assumindo este posicionamento internacional, se estaria a assumir simultaneamente como o país responsável não somente pela liderança, mas pela construção de um efetivo novo modelo de desenvolvimento e não como um país em desenvolvimento ainda com reticências de o fazer (Kennedy, 2010, p. 468).

Tal assunção seria catapultada por determinados eventos no Sistema Internacional, já referidos, sobretudo a crise financeira de 2008. Esta crise, pondo a nu as fragilidades do Consenso de Washington, ou modelo americano de desenvolvimento, baseado em práticas neoliberais, danosas para os outros Estados na ótica chinesa, pois intrusivas nos seus assuntos internos e propensas ao unilateralismo, protecionismo, imposição de vontade e confrontação, acelerou a predisposição sínica à criação de um novo Consenso, ou seja, de um novo modelo já mencionado anteriormente que ficaria cunhado pelo antigo editor da revista Time, Josua Cooper Ramo, o Consenso de Pequim.

O mesmo estaria sustentado numa série de valores, que embora antigos, eram também eles ampliados, por forma a potenciar exponencialmente a legitimidade da

imagem de Pequim perante o mundo em desenvolvimento. Seriam os mesmos: o respeito pela soberania, pela resolução pacífica de diferendos e pela coexistência pacífica como princípios basilares (os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica); a ideia do desenvolvimento baseado na inovação, a medição do sucesso económico não por indicadores como o crescimento do PIB per capita mas pela sustentabilidade e nível de igualdade deste mesmo desenvolvimento; a ideia de uma paz baseada no desenvolvimento e não na democracia, a necessidade de cooperação *win-win*, a ideia de autodeterminação da China e de outros Estados relativamente aos EUA e a defesa de uma “globalização pelos próprios termos”, em que cada Estado tem a liberdade de fazer escolhas adequadas às suas necessidades e capacidades, bem como a flexibilidade de alterar o seu próprio percurso para o desenvolvimento (Kennedy, 2010, p. 468; Eisenman, 2008, p. 16; Ding, 2008, p. 197; Breslin, 2009, p. 23; Michalski & Pan, 2017, p. 618; Vohra, 2021).

A *BRI* seria e é, na ótica de alguns autores, a principal via para o estabelecimento deste modelo, com Xi Jinping a assumir desde a sua criação o desejo de esta ser uma bandeira de uma “nova marca de desenvolvimento” (Sevilla, 2019, p. 196; Eisenman, 2017, p. 9). Ao invés de negar os benefícios da ordem liberal, Pequim encoraja, na verdade, os Estados participantes da Iniciativa a abraçar a sua proposta de reforma da mesma, garantindo que a mesma se sustenta em princípios e valores mais justos, derivados desse Consenso de Pequim (Yağcı, 2018, p. 76; Liu, Dunford & Gao, 2018, p. 1212). Através da valorização extensiva da participação do mundo em desenvolvimento na Iniciativa, com países menos desenvolvidos a serem convidados a constituir a vasta maioria dos participantes na mesma, e como tal a serem os potenciais principais beneficiários dos investimentos e projetos no âmbito desta, Pequim estaria a lançar as fundações económicas e diplomáticas para a criação dessa marca. Fundações essas, cuja intenção seria sustentar a imagem da China como um Estado com um papel central, pivotal e de “liderança em construção”, pois interconectada, e nunca com base na imposição (Wang, 2016, p. 461; Taylor & Zajontz, 2020, p. 28; Clarke, 2018, p. 86; Andornino, 2017, p. 8).

No prefácio do *Visions and Action Plan* de 2015, o documento que apresentou os fundamentos da aplicação da *BRI*, o tópico da correção daquilo que é apelidado de “desenvolvimento desigual”, é o tópico amplamente mais repetido, juntamente com a ideia de promoção de uma cooperação verdadeira e mutuamente benéfica. Os Corredores para onde grande parte dos investimentos seriam canalizados, também apresentados neste documento, seriam na sua maioria compostos por países em desenvolvimento, que desempenhariam o papel de países de trânsito³⁰. O que

³⁰ São exemplos o Corredor Económico China-Península da Indochina, o Corredor Económico Bangladesh-China-Myanmar ou o Corredor Económico China-Paquistão.

sinalizaria o ênfase colocado pelas lideranças de Pequim nesta ideia e como tal, sinalizaria aos países em desenvolvimento que ambicionassem, e ambicionem, ser parceiros no âmbito da *BRI*, o compromisso de Pequim, pelo menos no âmbito conceptual, teórico e material, nesse sentido (Action Plan on the Belt and Road Initiative, 2015).

7.1.2.1 - O enfoque nos aspetos ideacionais na promoção da “nova marca de desenvolvimento”

Embora não se assuma que o desejo é estabelecer de facto o Consenso de Pequim, de forma oficial, o compromisso conceptual com a ideia de uma nova marca de desenvolvimento e a vontade manifestada de lançar reais fundações da mesma, através de projetos e investimentos no âmbito da Iniciativa centrados no mundo em desenvolvimento, revelam, pelo menos, o desejo de estabelecer uma alteração real na forma como o desenvolvimento é promovido. Uma alteração que é justificada, pois baseada em determinados valores. Valores esses que, como demonstrados são tidos como antagónicos dos valores que sustentam a ideia de desenvolvimento *status quo* que Pequim visa substituir. Como tal, são baseados numa conceção negativa sobre o ator que mais responsabilidade tem na promoção e manutenção destes mesmos valores (Skonieczny, 2020, p. 81).

Como essa ideia de desenvolvimento estabelecida é encarada como danosa para os países com menos capacidades, a associação da promoção de uma nova marca distinta alicerçada em outros valores que respeitam a condição destes países, intende apelar à rejeição e/ou à condenação, dos outros valores, por parte desses Estados e a que estes questionem a sustentabilidade da manutenção da “marca vigente” (Duggan, 2020, p. 844). Pequim pretende assim, ativar emocionalmente estereótipos negativos sobre quem sustenta a ideia de desenvolvimento “estabelecida”, para que estes Estados questionem a sustentabilidade da mesma e concebam os valores que a China deseja projetar, como condizentes, ou pelo menos não agravantes, do seu sentimento de segurança ontológica (Skonieczny, 2020, p. 82; Tsygankov, 2016, p. 4).

Em suma, tendo em conta o apresentado, é importante concluir que a associação da Iniciativa a determinados recursos de *soft power* visa enfatizar o valor dos aspetos ideacionais na potencial promoção da mesma. Através da cultura, as lideranças chinesas intendem, segundo a literatura, a criar “sistemas de significado”, por via da projeção de determinadas “imagens-lugar” que mitifiquem o legado da Rota da Seda e como tal, que e reescrevam o papel da China na contribuição para este, bem como o de outros que contribuíram para o mesmo, de modo a incentivá-los a fazerem parte da concretização da versão moderna da mesma e a aceitar a liderança chinesa no cumprimento desse fim, como natural, devido a essa mesma cultura.

Através da promoção da Iniciativa como plataforma do estabelecimento de um novo modelo de desenvolvimento ancorada em determinados valores, as lideranças intendem projetar a sua vontade na liderança de um novo modelo, que estes entendam como benéfico e compatível com as suas próprias aspirações. Através da aplicação da sua capacidade económica e financeira, Pequim visa sustentar materialmente estes aspetos e, desse modo, exercer *smart power*.

Assim, por via destes recursos, a China tem como principal objetivo não perturbar, ou reforçar, o sentimento de segurança ontológica dos possíveis participantes da Iniciativa, ao mencionar aspetos com os quais os mesmos se possam relacionar e possam, credivelmente, gerar expectativas positivas quanto ao papel de liderança chinês.

Será então importante compreender como, por via da linguagem, estes aspetos se manifestam. Será importante compreender como e se os mesmos, que a literatura vê diretamente ligados à Iniciativa, são utilizados estrategicamente na narrativa da *BRI*, e como tal se a narrativa em si coaduna com a perspetiva de Hayden de que a invocação destes recursos de *soft power* torna uma narrativa mais persuasiva e eficaz. Será particularmente relevante isto, pois os dois estudos de caso desta dissertação, nomeadamente o Egito e o Irão são, não somente dois países em desenvolvimento centrais na visão de Pequim para a *BRI*, mas também foram duas civilizações centrais na Rota da Seda Clássica. Será também relevante compreender se de facto, por via do discurso, a identidade projetada por Xi Jinping é a identidade de “grande potência responsável”, ou se há diferentes conceptualizações da mesma, consoante o contexto e interlocutores.

Estes aspetos, em relação com outros que também irão ser avaliados, contribuirão para a definição do cenário, ator e enredo da narrativa estratégica da *BRI*.

8 - A PROJEÇÃO DISCURSIVA DA NARRATIVA ESTRATÉGICA DA *BRI*

Tal como referido anteriormente, neste capítulo será avaliada a forma como é projetada a narrativa chinesa em torno da *BRI*, através da análise qualitativa do conteúdo de 45 discursos proferidos por Xi Jinping entre 2013 e 2021, por via da aplicação de três categorias: o contexto, o tom e os argumentos utilizados. Para além das categorias, será tido em conta se existem menções no discurso específicas aos dois estudos de caso desta dissertação, ou seja, Irão e Egito. O objetivo definitivo deste capítulo é inferir através da avaliação destas três categorias, um cenário, ator e enredo da narrativa³¹.

8.1 - O contexto

No que diz respeito ao contexto ao contexto, a vasta maioria dos discursos, 73% (33 de 45), é feita num contexto multilateral, sendo em 51% (14) desses discursos a audiência asiática³² e nos restantes, uma audiência multilateral internacional diversa, tendo também em conta que 9% dos mesmos, ou seja, 3 discursos, são dados no contexto do Fórum da *BR*³³. As temáticas destes contextos variam e articulam-se entre si: em 70% dos discursos, (23 do total de 33)³⁴, a temática é a economia; em 42% dos discursos (14 do total de 33)³⁵, uma das, ou a temática central, é o desenvolvimento, incluindo os 3 discursos dos Fóruns da *BRI*; em 9% dos discursos, (3 do total de 22)³⁶, a temática é a sustentabilidade; em 9% dos discursos a temática é essencialmente política³⁷; em 3% dos discursos, (1 do total de 33), a temática central é a segurança³⁸ e noutro discurso³⁹ a temática específica é a cultura.

Acresce a isto que 7% do total de discursos (3 no total de 45) são dados num contexto bilateral⁴⁰; 8% dos discursos, (4 no total de 45)⁴¹, são dados num contexto nacional, em que a audiência é ela doméstica; 2%, (2 do total de 45)⁴², são dados em contexto académico e

³¹ Cfr. nos Anexos, Tabela 1 com a identificação das categorias criadas e a sua aplicação aos discursos analisados.

³² Para consultação de cada um dos discursos, ir a referências bibliográficas no final da dissertação. Discursos 5, 7, 13, 15, 21, 27, 28, 33, 34, 35, 36, 38, 44 e 45.

³³ Discursos 19, 24 e 25.

³⁴ Discursos 5, 6, 7, 12, 13, 15, 16, 17, 21, 22, 29, 30, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 44 e 45.

³⁵ Discursos 5, 7, 9, 13, 19, 21, 24, 25, 34, 35, 38, 39, 44 e 45.

³⁶ Discursos 9, 26 e 39.

³⁷ Discursos 16, 18 e 22.

³⁸ Discurso 33.

³⁹ Discurso 27.

⁴⁰ Discursos 1,2 e 8.

⁴¹ Discursos 14, 20, 27 e 32.

⁴² Discursos 3 e 10.

7% (3 no total de 45), são dados em contexto simbólico, marcando a celebração de uma data importante, no caso específico a celebração do 60º aniversário do lançamento dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica⁴³, na celebração do 25º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre a China e Singapura⁴⁴ e no 50º aniversário da Restauração do lugar da China à mesa do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU)⁴⁵.

8.2 - O tom

No que concerne ao tom, de acordo com os dados avaliados, o mesmo varia entre um pendor assertivo, manifestado em todos os discursos analisados e a sua junção com um pendor positivo, que se revela em 33% dos discursos, ou seja, em 15 do total de 45⁴⁶. É, no entanto, vital frisar que a avaliação do tom é um aspeto complexo, uma vez que se assume que este consegue ser inferido pois o discurso em si, é, na sua totalidade, compreendido. Isto relaciona-se com o facto de todos os discursos elencados e escolhidos para avaliar estarem em inglês. Porém, pode existir uma versão traduzida dos mesmos que não esteja em referida língua, o que pode modificar o tom, dadas questões culturais ou linguísticas associadas. Também poderão haver aspetos dos discursos, mesmo estando estes na língua inglesa, que podem não ser totalmente entendidos. Tendo em conta o risco que esta avaliação comporta, nesta dissertação, faz-se fé na tradução para inglês existente e tenta-se inferir o tom com base nos critérios que foram identificados e definidos, confiando que os mesmos trazem o maior rigor possível à avaliação.

Como mencionado, em todos os discursos o tom é avaliado como sendo assertivo. Assertividade é definida como “qualidade do que é afirmativo ou positivo” ou “expressão de algo de forma convicta”. Nesta dissertação, como referido na Introdução, toma-se a manifestação da assertividade no discurso, pelo uso do modo verbal imperativo, como prova de demonstração de convicção e afirmação. Tendo isto em conta e avaliados os discursos, a assertividade é manifestada pelo uso de determinados verbos modais, mantendo a sua forma original em inglês, em referido modo verbal. Exemplos desses verbos modais são:

- “*should*”, utilizado em 69% dos discursos (31 do total de 45)⁴⁷;

⁴³ Discurso 4.

⁴⁴ Discurso 11.

⁴⁵ Discurso 45.

⁴⁶ Discursos 1, 2, 4, 10, 14, 15, 16, 17, 19, 21, 25, 27, 34, 35 e 38.

⁴⁷ Discursos 1, 2, 3, 4, 5, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 24, 25, 27, 29, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42 e 44.

- “*need to*”, utilizado em 64% dos discursos (29 do total de 45)⁴⁸;
- “*must*”, utilizado em 53% dos discursos (24 do total de 45)⁴⁹.

A assertividade no discurso também se manifesta pelo recurso ao imperativo para manifestar o compromisso da China com o desenvolvimento da Iniciativa e com os seus princípios, através de expressões como:

- compromisso com “cooperação de alta qualidade na *BR1*”, mencionada em 22% dos discursos (10 do total de 45)⁵⁰;
- compromisso com “uma estratégia de benefício mútuo e abertura”, mencionada em 13% dos discursos (6 do total de 45)⁵¹;
- compromisso com “o reforço de infraestruturas/facilitação de conectividade/investimento em infraestrutura”, mencionado em 13% dos discursos (6 do total de 45)⁵²;
- compromisso com a “consulta extensiva, contribuição conjunta e partilha de benefícios”, mencionado em 11% dos discursos (5 do total de 45)⁵³;
- compromisso com o aprofundamento/reforço da cooperação”, mencionado em 11% dos discursos⁵⁴;
- compromisso com a “facilitação do comércio e investimento”, mencionado em 8% dos discursos (4 do total de 45)⁵⁵;
- compromisso com a “contribuição conjunta para a conclusão da *BR1*”, mencionado em 6% dos discursos (3 do total de 45)⁵⁶;
- compromisso com a “partilha de oportunidades de desenvolvimento com outros países”, mencionado em 6% dos discursos⁵⁷;
- compromisso com a criação de “complementaridades entre estratégias de desenvolvimento”, mencionado em 4% dos discursos (2 do total de 45)⁵⁸;
- compromisso com a “manutenção de relações pacíficas”, mencionado em 2% dos discursos (1 do total de 45)⁵⁹;

⁴⁸ Discursos 1, 3, 4, 5, 9, 12, 13, 16, 17, 19, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 44 e 45.

⁴⁹ Discursos 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 13, 16, 17, 20, 21, 22, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 32, 37, 38, 39 e 40.

⁵⁰ Discursos 30, 32, 34, 35, 37, 40, 42, 43, 44 e 45.

⁵¹ Discursos 4, 19, 24, 28, 31 e 37.

⁵² Discursos 2, 6, 24, 34, 40 e 44.

⁵³ Discursos 7, 22, 30, 38 e 42.

⁵⁴ Discursos 8, 19, 25, 26 e 34.

⁵⁵ Discursos 19, 24, 36 e 37.

⁵⁶ Discursos 20, 23 e 31.

⁵⁷ Discursos 8, 28 e 34.

⁵⁸ Discursos 7 e 34.

⁵⁹ Discurso 2.

- compromisso de “apoiar financeiramente a *BRI*”, mencionado em 2% dos discursos⁶⁰;
- compromisso com a “transparência e governança verde”, mencionado em 2% dos discursos⁶¹;
- compromisso com a “contribuição para a prosperidade da Humanidade”, mencionado em 2% dos discursos⁶².

É também relevante frisar que a assertividade manifestada no tom avaliado, está também diretamente associada a determinadas questões securitárias e geopolíticas, que o Presidente Xi Jinping menciona nos seus discursos.

São essas questões, em primeiro lugar, aquilo que o Presidente chinês perceciona como “necessidades” que afirma terem que ser garantidas (daí a assertividade), não só para o cumprimento da *BRI*, mas de uma forma lata, nomeadamente:

- a necessidade de paz, mencionada em 55% dos discursos (25 do total de 45)⁶³;
- a necessidade de estabilidade, mencionada em 46% dos discursos (21 do total de 45)⁶⁴;
- a necessidade do estabelecimento de uma nova conceção de segurança efetivamente comum, universal, sustentável e cooperativa, mencionada em 27% dos discursos (12 do total de 45)⁶⁵, mas também mais alargada, no sentido em que deve incluir outras dimensões como a segurança energética, ideia mencionada em 4% dos discursos (2 do total de 45)⁶⁶ e alimentar, ideia mencionada em 6% dos discursos (3 do total de 45)⁶⁷.

Em segundo lugar, aquilo que o Presidente perceciona como sendo ameaças existentes mais uma vez à concretização da Iniciativa e de uma forma transversal. Ameaças essas que são caracterizadas como “tradicionais e não-tradicionais” e incluem o terrorismo, o separatismo, o extremismo, as alterações climáticas, a pobreza e a partir de 2020 a crise pandémica. As mesmas são mencionadas em 58% dos discursos (26 do total de 45)⁶⁸.

⁶⁰ Discurso 19.

⁶¹ Discurso 24.

⁶² Discurso 38.

⁶³ Discursos 1, 3, 8, 10, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 40, 41 e 43.

⁶⁴ Discursos 1, 3, 7, 8, 10, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 24, 27, 28, 33, 34, 35, 37, 38, 41 e 43.

⁶⁵ Discursos 18, 19, 21, 22, 24, 28, 31, 33, 37, 38, 40 e 41.

⁶⁶ Discursos 7 e 43.

⁶⁷ Discursos 7, 42 e 44.

⁶⁸ Discursos 1, 4, 5, 7, 8, 10, 12, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 24, 27, 28, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42 e 44.

Já no que diz respeito à positividade do tom, esta está associada ao uso de expressões que transmitam segurança, esperança e convicção na conclusão da *BRI* e da cooperação entre os seus membros. São essas expressões, também no seu formato original em inglês:

- “*hope*”, utilizada em 80% dos 15 discursos onde o tom é avaliado como positivo, o que corresponde a 12 discursos⁶⁹;
- “*trust*”, utilizada em 33% desses discursos, ou seja, 5 do total de 15⁷⁰.

Em todos os discursos onde o tom se manifestou como positivo, o mesmo coincidiu com um tom também assertivo, o que revela que a tendência no discurso da promoção da Iniciativa é sim, a assertividade. É relevante ainda apontar que a partir de 2019 o tom se manifesta como sendo praticamente sempre apenas assertivo, excetuando nos Discursos 25, 27 e 35, manifestando-se efetivamente sempre como assertivo, no ano de 2021. A prevalência de um tom assertivo demonstra que este existe independentemente do contexto dos discursos.

Outra nota relevante é a manutenção de um tom assertivo e positivo nos discursos referentes aos dois Fóruns da Iniciativa, nomeadamente no Discurso 19, de 2017 e no Discurso 25 de 2019, sendo o tom amplamente mais assertivo no Discurso 19, dada a menção extensiva por exemplo à expressão “*should*” (44 vezes), comparativamente à menção das expressões “*trust*” (somente uma vez) e “*hope*” (somente 3 vezes).

Dado que a intenção da narrativa é promover a *BRI*, ou seja uma nova política pública, em nenhum discurso se manifestou negatividade no tom, o que em si é significativo.

Tendo em conta a escala escolhida para a avaliação do tom e as inferências retiradas, não deixa de ser assinalável a questão de que a tendência e o padrão dos discursos é o tom assertivo. O que revela algum pragmatismo na forma como a narrativa estratégica da *BRI* é veiculada, bem como sinaliza algum sentido de urgência, na perspectiva do Presidente Xi Jinping, na aplicação da Iniciativa de forma prática desde a sua inepção. Isto são aspetos que ficam salientes pelos argumentos que o Presidente chinês utiliza.

⁶⁹ Discursos 4, 10, 14, 16, 17, 19, 21, 25, 27, 34, 35 e 38.

⁷⁰ Discursos 1, 2, 4, 19 e 27.

8.3 - Avaliação dos argumentos utilizados

8.3.1 - Argumentos focados na China em si

Já no que diz respeito aos argumentos utilizados, é possível através da avaliação dos mesmos compreender o que vem sendo desenvolvido até aqui. Dos 45 discursos avaliados, 40 dos mesmos, ou seja, 88%, utilizam argumentos focados na China (excetuando os Discursos 6, 11, 12, 25 e 29). Destes 40 discursos, são mencionadas as expressões “sociedade moderadamente próspera”, “país socialista moderno” ou “socialismo com características próprias” em metade⁷¹. Do mesmo modo, é mencionada a expressão “Sonho Chinês” ou “rejuvenescimento nacional” em 25% destes discursos (10 de 40)⁷².

Associados a estes conceitos e jargões ideológicos que pautam a forma como a China se posiciona internacionalmente, estão aspetos específicos que caracterizam esse mesmo posicionamento. Entre estes:

- a expressão “abertura e reforma”, mencionada em 38% dos discursos (15 do total de 40)⁷³;
- a expressão “provedora de bens públicos globais”, mencionada em 25% dos discursos (10 do total de 40)⁷⁴;
- a expressão “boas relações de vizinhança”, mencionada em 15% dos discursos (6 do total de 40)⁷⁵, todos em contexto regional;
- a ideia da China como “promotora de democracia”, que se relaciona diretamente com a menção à expressão “democracia” como argumento, mencionada em 12,5% dos discursos (5 do total de 40)⁷⁶;
- a expressão “política externa independente e de paz”, mencionada em 10% dos discursos (4 do total de 40)⁷⁷.

A adicionar a isto está um aspeto que importa salientar. É também mencionada a expressão “desenvolvimento pacífico” em cerca de 7,5% dos discursos (3 do total de 40)⁷⁸, bem como a expressão “novo paradigma de desenvolvimento” em cerca de 15% dos discursos (6 do total de 40)⁷⁹. A alteração na forma como discursivamente é promovida a ideia do desenvolvimento dá-se, cronologicamente, a partir de 2020, o que revela como em

⁷¹ Discursos 2, 3, 7, 9, 10, 14, 20, 21, 24, 26, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 41, 44 e 45.

⁷² Discursos 2, 4, 7, 8, 10, 13, 16, 21, 22 e 38.

⁷³ Discursos 14, 17, 21, 22, 23, 24, 27, 30, 31, 34, 38, 39, 41, 43 e 44.

⁷⁴ Discursos 5, 15, 17, 18, 32, 37, 38, 41, 43 e 44.

⁷⁵ Discursos 10, 18, 21, 28, 33 e 36.

⁷⁶ Discursos 4, 10, 18, 38 e 41.

⁷⁷ Discursos 2, 16, 17 e 41.

⁷⁸ Discursos 16, 19 e 24.

⁷⁹ Discursos 32, 34, 35, 36, 37 e 39.

determinada medida as implicações da crise sanitária da Covid-19 tiveram impacto nesta reconceptualização.

Outro ponto que também é vital para compreender a natureza destes argumentos é a menção extensiva de Xi Jinping - em cerca de 82,5% dos discursos, 33 do total de 40⁸⁰ - ao desejo de se constituir uma “comunidade de futuro/interesse partilhado”. Uma comunidade que, apesar de ser referida como uma “comunidade global”, é também ela uma “comunidade regional”, em contextos em que isso se aplica, exemplificado pela menção à ideia de “comunidade asiática de futuro partilhado” no Discurso 28, pela menção à ideia de “comunidade Ásia-Pacífico de futuro partilhado”, nos Discursos 35, 44 e 45 e pela menção à ideia de “comunidade China-ASEAN de futuro partilhado” no Discurso 36.

8.3.1.1 - A identidade chinesa

Essencial ainda notar no que concerne aos argumentos focados na China em si, a conceptualização feita por parte de Xi Jinping, daquela que este entende ser a identidade nacional chinesa. Em cerca de 15% dos discursos, 6 do total de 40⁸¹ a identidade da China é conceptualizada como sendo a de “país em desenvolvimento responsável”. Cronologicamente estes discursos estão dispersos, sendo três dos mesmos em 2014⁸² um em 2015⁸³ e outros dois em 2021⁸⁴. Além do mais, o contexto dos mesmos é também variado. Um deles é dado perante uma audiência internacional de um país em desenvolvimento⁸⁵; outro num contexto académico⁸⁶; outro num contexto simbólico⁸⁷ e outros três em contextos multilaterais, onde a temática é simultaneamente sustentabilidade e economia⁸⁸. Esta dispersão, quer em termos temporais, quer em termos de contexto comprova a ideia de que a identidade chinesa como “país em desenvolvimento” é veiculada de forma instrumental e circunstancial.

Do mesmo modo, a identidade da China é conceptualizada como sendo de “grande potência responsável” em cerca de 22,5% dos discursos (9 do total de 40)⁸⁹. Os discursos em que a identidade é conceptualizada desta forma surgem a partir do ano de 2017, no

⁸⁰ Discursos 1, 2, 4, 7, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 44 e 45.

⁸¹ Discursos 2, 3, 4, 13, 39 e 42.

⁸² Discursos 2,3 e 4.

⁸³ Discurso 13.

⁸⁴ Discursos 39 e 42.

⁸⁵ Discurso 2.

⁸⁶ Discurso 3.

⁸⁷ Discurso 4.

⁸⁸ Discursos 4, 13 e 19.

⁸⁹ Discursos 20, 21, 24, 28, 32, 38, 40, 42 e 43.

entanto a sua frequência é dispersa, sendo um dos mesmos nesse ano⁹⁰, um em 2018⁹¹, dois em 2019⁹², um em 2020⁹³ e quatro em 2021⁹⁴.

Além disso, tal como no que concerne à conceptualização de “país em desenvolvimento responsável”, o contexto em que existe a menção à identidade da China como “grande potência responsável”, é também ele disperso, embora exista um padrão específico. Esta conceção de identidade de “grande potência responsável” é mencionada num discurso cujo contexto é uma audiência doméstica⁹⁵ e em oito discursos cujo contexto é multilateral, onde a temática é a economia e o desenvolvimento⁹⁶. Importa salientar que há dois destes encontros multilaterais que se repetem, nomeadamente o Fórum Boao de 2018 e 2021 e a Expo Import-Export na China de 2020 e 2021. Associados a alguns destes discursos estão também menções a princípios que regulam o posicionamento internacional chinês. A expressão “provedora de bens globais” é mencionada em quatro destes discursos⁹⁷; a expressão “abertura e reforma” num discurso⁹⁸; a expressão “desenvolvimento pacífico” também num discurso⁹⁹ e a expressão “novo paradigma de desenvolvimento” também num discurso¹⁰⁰.

Do mesmo modo, a identidade da China também é definida como a de “líder de um modelo em desenvolvimento”, algo mencionado em 10% dos discursos (4 do total de 40)¹⁰¹. Somente num destes discursos (Discurso 32) é possível fazer a associação direta entre a assunção da identidade da China como “grande potência responsável” e “líder de um modelo de desenvolvimento”. No entanto, no que diz respeito a esta conceptualização, existe um padrão temporal mais evidente, sendo os quatro discursos do mesmo ano - 2020. Além disso, os quatro discursos também são dados num contexto semelhante, um contexto multilateral regional cuja temática é a economia¹⁰² e a segurança¹⁰³. Também a estes discursos estão associados conceitos respeitantes ao posicionamento internacional chinês. O conceito “nova filosofia/paradigma de desenvolvimento” é mencionado em dois destes discursos¹⁰⁴ e o de “provedora de bens públicos globais” num¹⁰⁵.

⁹⁰ Discurso 20.

⁹¹ Discurso 21.

⁹² Discursos 24 e 28.

⁹³ Discurso 32.

⁹⁴ Discursos 38, 40, 42 e 43.

⁹⁵ Discurso 20.

⁹⁶ Discursos 21, 24, 28, 32, 37, 38, 42 e 43.

⁹⁷ Discursos 32, 37, 38 e 43.

⁹⁸ Discurso 21.

⁹⁹ Discurso 24.

¹⁰⁰ Discurso 37.

¹⁰¹ Discursos 32, 33, 35 e 36.

¹⁰² Discursos 32, 35 e 36.

¹⁰³ Discurso 34.

¹⁰⁴ Discursos 35 e 36.

¹⁰⁵ Discurso 32.

Nesse sentido, e tendo em conta o desenvolvido no capítulo anterior, a identidade chinesa é conceptualizada de diversas formas e assume várias metamorfoses, adaptando-se a um determinado contexto e audiência. Isso é relevante pois um determinado entendimento de identidade convoca responsabilidades que outro não convoca. O que significa que são ativados e desativados aspetos relativos à identidade chinesa de forma racional, para servirem objetivos políticos distintos e particulares (Pu, 2017, p. 138).

Embora com a *BRI* o objetivo político derradeiro seja, como já desenvolvido, a aceitação desta pelos destinatários da narrativa, a forma como referido objetivo é promovido, varia consoante os interlocutores e a temática em questão, bem como as expectativas e significados entre e dentro destes. Desse modo, para atingir referido objetivo, existe a pré-disposição no caso chinês, à assunção de diferentes “possíveis eus” (Idem, p. 144; Andornino, 2018, p. 8). A natureza camaleónica da forma como é conceptualizada a identidade chinesa, revela como o valor desta reside, de facto, na sua adaptabilidade sendo este “mais do que simbólico, instrumental” (Pu, 2017, p. 138).

Assim, não existe uma conceptualização da identidade, como desenvolvido no capítulo anterior, como sendo exclusivamente a de “grande potência responsável”, estando associados a cada uma destas conceções distintas, princípios particulares que se relacionam com as mesmas, que são, no entanto, enquadrados numa conceção específica de posicionamento internacional que lhes é comum. Importa ainda denotar que estas conceções de identidade, apesar de diferentes encapsulam sempre a ideia de responsabilidade e como tal, a lógica de que Pequim está disposta a assumir uma postura desta natureza, independentemente do contexto e interlocutor, seja devido às expectativas dos outros, seja por vontade própria.

Também é vital salientar que em contextos similares, é assumida uma identidade distinta. Por exemplo em contextos em que a temática é o desenvolvimento, sustentabilidade e a economia, a China tanto assume a identidade de “grande potência responsável”, como a de “país em desenvolvimento responsável” e “líder de um modelo em desenvolvimento”. Tal vai ao encontro do que foi desenvolvido no capítulo anterior aquando da menção à ideia da promoção de um novo modelo de desenvolvimento, por Pequim, onde é referido que independentemente da identidade assumida no tópico referente ao desenvolvimento e invariavelmente à economia e sustentabilidade, a mesma encapsulava em si o desejo de Pequim ter um papel de maior preponderância e de liderança.

Deste modo os argumentos utilizados pelo Presidente Xi Jinping para caracterizar a China em si são a base na qual é definido um dos componentes da narrativa estratégica da *BRI*, o ator, dado que os mesmos assumem a forma que assumem.

8.3.2 - Argumentos referentes aos recursos de *soft power*: a menção à ideia de um novo modelo de desenvolvimento

No que diz respeito aos argumentos utilizados relativamente à ideia de um novo modelo de desenvolvimento, estes são algo que tem sido frequente no discurso relativamente à *BRI*, pois em cerca de 42 dos 45 discursos, ou seja, em 93%, (excetuando os Discursos 6, 14 e 20), existe uma menção a este novo modelo, sendo o relevo dado aos princípios e valores que o sustentam. Estes princípios, como será avaliado a jusante nos argumentos referentes à Ordem Internacional, são alternativos e díspares daqueles que, na perceção de Xi Jinping, prevalecem na atual Ordem Internacional.

Os princípios mencionados são os seguintes:

- inclusão”, mencionada em 76% dos discursos, (32 do total de 42)¹⁰⁶;
- “cooperação *win-win*”, mencionada em 71% dos discursos (30 do total de 42)¹⁰⁷, sendo adicionada a dimensão “sanitária” desta cooperação a partir de 2020;
- a defesa do “desenvolvimento de acordo com as condições nacionais”, mencionada em 60% dos discursos (25 do total de 42)¹⁰⁸ e enfatizada sobretudo entre 2013 e 2018;
- “abertura”, mencionada em 45% dos discursos, (19 do total de 42)¹⁰⁹, sendo que a partir de 2017, “abertura e inclusão” passam a ser dois conceitos mencionados de forma conjunta;
- a ideia da necessidade de “proteger os interesses dos países em desenvolvimento”, mencionada em 31% dos discursos (13 do total de 42)¹¹⁰ e sublinhada sobretudo a partir de 2020 e em contextos multilaterais, o que demonstra que a crise pandémica contribuiu para um reforço deste argumento;
- o respeito pelos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, mencionado em 29% dos discursos (12 do total de 42)¹¹¹;
- “harmonia sem uniformidade”, mencionado em 24% dos discursos (10 do total de 42)¹¹²;

¹⁰⁶ Discursos 1, 2, 4, 5, 7, 8, 10, 11, 15, 16, 18, 19, 21, 22, 24, 25, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 44 e 45.

¹⁰⁷ Discurso 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15, 17, 19, 21, 22, 27, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 37, 40, 41, 42, 43, 44 e 45.

¹⁰⁸ Discursos 1, 2, 3, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 18, 19, 21, 22, 24, 25, 28, 36, 37, 41 e 42.

¹⁰⁹ Discursos 18, 19, 24, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 44 e 45.

¹¹⁰ Discursos 2, 4, 15, 17, 19, 35, 37, 39, 40, 41, 42, 43 e 44.

¹¹¹ Discurso 1, 2, 3, 7, 8, 10, 18, 19, 28, 29, 37 e 42.

¹¹² Discursos 1, 3, 4, 5, 18, 19, 22, 27, 30 e 41.

- “solidariedade”, mencionada em 21% dos discursos (9 do total de 42)¹¹³, sendo que 8 dessas menções são feitas em discursos a partir de 2020, demonstrando mais uma vez o impacto da crise sanitária;
- “aprendizagem mútua”, mencionada em 21% dos discursos¹¹⁴;
- “consultação extensiva, contribuição conjunta e partilha de benefícios”, mencionados em 21% dos discursos¹¹⁵, tornando-se um aspeto frequente na narrativa da *BRI* a partir do primeiro Fórum da Iniciativa realizado em 2017;
- “diálogo Sul-Sul”, mencionado em 17% dos discursos (7 do total de 42)¹¹⁶;
- a oposição ao imperialismo e o apoio às lutas pela independência e descolonização, mencionados em 17% dos discursos¹¹⁷, frisados sobretudo entre 2013 e 2016, em contextos multilaterais essencialmente regionais.

Existem ainda outros conceitos referidos de forma menos frequente como:

- “amizade”, mencionada em 9,5 % dos discursos (4 do total de 42)¹¹⁸;
- “igualdade”, mencionada em 7% dos discursos (3 do total de 42)¹¹⁹;
- “sinceridade”, mencionada em 5% dos discursos (2 do total de 42)¹²⁰.

A adicionar a estes princípios e valores que sustentam esse modelo, é dada uma conceptualização muito particular daquilo que Xi Jinping entende como “desenvolvimento” em si. Essa conceptualização que inclui adjetivos como “aberto”, “inclusivo”, “partilhado”, “justo”, “equitativo”, “interconectado”, “coordenado”, “inovador”, “equilibrado”, “sustentável” e “sanitário” é dada em 52% dos discursos (22 do total de 42)¹²¹. Importa salientar que o enfoque na sustentabilidade desta caracterização de desenvolvimento começa a ser dado essencialmente a partir de 2015, a sua natureza sanitária e o enfoque na necessidade do mesmo ser comum e ter em conta aspetos sanitários é dada a partir de 2020, devido à crise pandémica. Esta conceptualização muito particular de “desenvolvimento” transfigura a ideia também já desenvolvida de que a mesma é ampla e visa ser aplicada em benefício universal, pois sustentada nos valores já mencionados.

Em suma, no que concerne aos argumentos referentes ao novo modelo de desenvolvimento e indo de encontro ao desenvolvido no capítulo anterior, os mesmos para

¹¹³ Discursos 1, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 44.

¹¹⁴ Discursos 3, 4, 5, 7, 8, 9, 19, 22 e 27.

¹¹⁵ Discursos 19, 21, 22, 24, 25, 30, 32, 34 e 38.

¹¹⁶ Discursos 4, 7, 8, 15, 39, 40 e 43.

¹¹⁷ Discursos 2, 4, 7, 8, 10, 16 e 23.

¹¹⁸ Discursos 5, 10, 13 e 17.

¹¹⁹ Discursos 1, 8 e 33.

¹²⁰ Discursos 10 e 11.

¹²¹ Discursos 9, 13, 11, 14, 15, 17, 18, 19, 24, 25, 26, 31, 32, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44 e 45.

além de serem algo bastante recorrente ao longo do tempo e insuscetíveis ao contexto do discurso em que são dados, concentram-se essencialmente na noção de que através da *BRI*, este novo modelo, assente numa conceção de desenvolvimento abrangente e em princípios justos, será posto em prática.

Assim, o discurso de Xi Jinping vai ao encontro da ideia de que de facto a *BRI*, embora de forma não assumida, é a principal bandeira da promoção de uma “nova marca de desenvolvimento”, encabeçada e protegida pela China (Sevilla, 2019, p. 196; Eisenman, 2017, p. 9). Uma nova marca, cujos valores na qual se sedimenta, visam substituir os valores pelos quais, na perceção do Presidente chinês, a Ordem Internacional se rege, e devido aos quais se perpetuam diferenças e desigualdades. Valores aos quais não é atribuído, por via do discurso, um responsável, mas que na teoria, se concebe ser os EUA. Este último ponto será clarificado adiante, aquando da avaliação dos argumentos referentes à Ordem Internacional, o que em conjunto com estes aspetos destrinçados, será essencial para a conceção do cenário e do enredo da narrativa.

8.3.3 - Argumentos referentes aos recursos de *soft power*: a cultura

Já no que diz respeito à utilização do outro recurso de *soft power*, a cultura, como argumento, essa é feita com o propósito de enfatizar aspetos ideacionais relativos à *BRI*. A cultura é utilizada, de uma forma geral como argumento em 47% dos discursos (21 do total de 45)¹²². Os argumentos referentes à cultura assumem cinco formas:

- (i) Para sublinhar o valor e relevância da cultura/civilização chinesa para a preservação do legado da Rota da Seda, através de expressões como:
 - “civilização antiga”, mencionada em 9,5% dos discursos (2 do total de 21)¹²³;
 - “*time honored civilization*”, mencionada em 5% dos discursos (1 do total de 21)¹²⁴;
 - “berço da Cultura Oriental”, mencionada em 5% dos discursos discurso¹²⁵;
 - “representação da essência da civilização Oriental”, mencionada em 5% dos discursos¹²⁶.

¹²² Discursos 1, 2, 3, 5, 7, 8, 10, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 24, 27, 28, 33, 37, 38, 40 e 41.

¹²³ Discursos 3 e 27.

¹²⁴ Discurso 1.

¹²⁵ Discurso 3.

¹²⁶ Discurso 17.

- (ii) Para caracterizar a Antiga Rota da Seda e projetar a sua metamorfose moderna como um reflexo de um espaço de interação cultural mitificado, através de expressões como:
- “plataforma de interação entre antigas culturas e civilizações”, mencionada em 9,5% dos discursos (2 do total de 21)¹²⁷;
 - “ponto de contacto histórico entre antigas culturas e civilizações”, mencionada em 9,5% dos discursos ¹²⁸;
 - “ponto de contacto entre o berço da cultura Oriental e Ocidental”, mencionada em 5% dos discursos (1 do total de 21)¹²⁹;
 - “ponte de amizade”, mencionada em 5% dos discursos¹³⁰;
 - “ponte de paz entre Oriente e Ocidente”, mencionada em 5% dos discursos¹³¹;
 - “espaço de envolvimento original entre Nações”, mencionada em 5% dos discursos¹³²;
 - “grande herança da civilização humana”, mencionada em 5% dos discursos¹³³;
 - “espaço de florescimento de trocas e desenvolvimento dos povos”, mencionada em 5% dos discursos¹³⁴.

É de notar que as quatro últimas expressões foram mencionadas no Discurso 19, o Discurso de abertura do primeiro Fórum da *BRI*, demonstrando um evidente realce da dimensão cultural na narrativa de Xi Jinping, até comparativamente ao discurso do segundo Fórum, o Discurso 24, muito mais focado em aspetos materiais, como se irá avaliar a montante. É também relevante fazer referência neste ponto às menções à ideia da existência de um “espírito da Rota da Seda”, feita em cerca de 2 discursos, nomeadamente o Discurso 19, do Primeiro Fórum da *BRI* e o Discurso 22 no Fórum de Cooperação entre China e os países árabes, uma vez que estas ajudam a cimentar a projeção destas “imagens-lugar” mitificadas da Rota da Seda em si.

¹²⁷ Discursos 1 e 3.

¹²⁸ Discurso 1 e 40.

¹²⁹ Discurso 3.

¹³⁰ Discurso 8.

¹³¹ Discurso 19.

¹³² Discurso 19.

¹³³ Discurso 19.

¹³⁴ Discurso 19.

(iii) Para caracterizar os recetores da narrativa e a relação a China com os mesmos, através de expressões como:

- “civilizações e culturas antigas, ricas e milenares”, mencionada em 33% dos discursos (7 do total de 21)¹³⁵;
- “amizade profunda e histórica”, mencionada em 9,5% dos discursos (2 do total de 21)¹³⁶;
- “civilização/família asiática”, mencionada em 9,5% dos discursos¹³⁷;
- “amizade tradicional” mencionada em 5% dos discursos (1 do total de 21)¹³⁸;
- “amizade duradoura” mencionada em 5% dos discursos¹³⁹;
- “amizade velha”, mencionada em 5% dos discursos¹⁴⁰;
- “família unida por contactos seculares”, mencionada em 5% dos discursos¹⁴¹;
- “co-criadores da Antiga Rota da Seda”, mencionada em 5% dos discursos¹⁴²;
- “afinidade através do tempo e espaço”, mencionada em 5% dos discursos¹⁴³;
- “parceiros naturais”, mencionada em 5% dos discursos¹⁴⁴.

Importa notar que neste último ponto, o contexto em que os discursos, é vital sendo as audiências essencialmente países asiáticos e árabes, demonstrando uma tendência no discurso neste sentido.

(iv) Para associar ao cumprimento daquilo que são determinados objetivos através da Rota da Seda moderna, particularmente:

- a criação de “entendimento/respeito mútuos”, mencionado em 57% dos discursos (12 do total de 21)¹⁴⁵;

¹³⁵ Discursos 1, 7, 8, 10, 16, 22 e 27.

¹³⁶ Discursos 2 e 8.

¹³⁷ Discursos 2 e 7.

¹³⁸ Discurso 1.

¹³⁹ Discurso 16.

¹⁴⁰ Discurso 22.

¹⁴¹ Discurso 22.

¹⁴² Discurso 22.

¹⁴³ Discurso 16.

¹⁴⁴ Discurso 22.

¹⁴⁵ Discursos 4, 8, 16, 17, 18, 19, 21, 25, 27, 28, 33 e 38.

- a “proteção da diversidade”, mencionada em 24% dos discursos (5 do total de 21)¹⁴⁶;
- a fomentação de “aprendizagem mútua”, mencionada em 19% dos discursos (4 do total de 21)¹⁴⁷;
- a criação de “amizade de pessoas para pessoas”, mencionada em 5% dos discursos (1 do total de 21)¹⁴⁸;
- a defesa da “igualdade de civilizações”, mencionada em 5% dos discursos¹⁴⁹;
- a promoção da “melhoria da relação de amizade entre os povos”, mencionada em 5% dos discursos¹⁵⁰;
- a criação de “harmonia civilizacional”, mencionada em 5% dos discursos¹⁵¹;
- a estimulação da “troca íntima de ideias”, mencionada em 5% dos discursos¹⁵².

É de salientar que a referência extensiva no Discurso 33 a estes objetivos diretamente relacionados com a cultura, um discurso dado num contexto multilateral regional cuja temática é a segurança, demonstra a importância da cultura também a esse nível e assim, simbolicamente, sublinha a ideia de que associada à preservação da segurança física e material, está também a dimensão da segurança ontológica, desenvolvida anteriormente.

(v) Para a supressão de determinadas necessidades através da Iniciativa *Belt and Road*, nomeadamente:

- a preservação do “diálogo intercivilizacional”, mencionada em 52% dos discursos (11 do total de 21)¹⁵³;
- a manutenção das “trocas culturais” mencionada em 33% dos discursos (7 do total de 21)¹⁵⁴;
- a potenciação de “trocas de pessoa para pessoa”, mencionada em 24% dos discursos (5 do total de 21)¹⁵⁵;

¹⁴⁶ Discursos 27, 28, 37, 38 e 41.

¹⁴⁷ Discursos 21, 27, 28 e 33.

¹⁴⁸ Discurso 33.

¹⁴⁹ Discurso 33.

¹⁵⁰ Discurso 33.

¹⁵¹ Discurso 41.

¹⁵² Discurso 5.

¹⁵³ Discursos 5, 7, 8, 16, 18, 21, 22, 27, 28, 38 e 41.

¹⁵⁴ Discursos 7, 8, 16, 18, 19, 21 e 27.

¹⁵⁵ Discursos 5, 12, 16, 19 e 28.

- a “partilha de valores”, mencionada em 5% dos discursos (1 do total de 21)¹⁵⁶.

Nesse sentido, argumentos relacionados com a cultura são utilizados por Xi Jinping com vista a projetar, como desenvolvido no capítulo do enquadramento teórico e no capítulo anterior, uma “imagem-lugar” mitificada da Rota da Seda Clássica, como espaço de interação entre culturas e civilizações. Essa mitificação, por sua vez sustentada no valor da própria cultura chinesa para criação de referido espaço, é transposta não somente para o presente, mas para o futuro. A atual *BRI*, como metamorfose da Rota da Seda Clássica, tem como prioridade a proteção do legado histórico e cultural desse antigo espaço, através da garantia do cumprimento de determinados objetivos e a supressão de necessidades particulares dos que dela fizerem parte. Essa garantia por sua vez é dada pelo facto de as relações que a China ter com os participantes, serem também elas relações de longa duração e como tal, sustentadas num passado comum, de “significados partilhados”.

O apelo a estes aspetos, até pela frequência com que é feito, revela como a cultura é percecionada pelo Presidente Xi Jinping, como um fator essencial para a aceitação da *BRI* por parte de outros Estados como um projeto benéfico, que promove a salvaguarda da sua identidade e ultimamente, a valorização dessa mesma identidade, porque partilhada num espaço comum, que é mitificado.

Este ponto é essencial para, primeiramente, compreender que através da cultura, de facto Xi Jinping quer conferir durabilidade à narrativa estratégica da *BRI*, como desenvolvido no capítulo anterior, ao projetar o presente e o futuro da Iniciativa, como ancorado numa “imagem-lugar” mitificada do passado e seguidamente, para expor que, de facto, a valorização destas questões é a tentativa de exercício de poder produtivo por parte do Presidente chinês, dado a ênfase na lógica da existência de significados partilhados. Por último este ponto será nuclear, para a definição do enredo da narrativa.

8.3.4 - Argumentos referentes à Ordem Internacional

Já no que diz respeito a argumentos referentes à Ordem Internacional, e como tal, argumentos que ajudam à construção do nível sistémico da narrativa, estes verificam-se em 80% dos discursos (36 do total de 45) e assumem essencialmente duas formas. Por um lado, na classificação desta Ordem internacional como desafiante, complexa e em rápida mudança, fruto de várias questões referidas como o terrorismo, a alterações climáticas, as

¹⁵⁶ Discurso 8.

crises migratórias e a instabilidade regional, algo mencionado em 83% destes 36 discursos, ou seja, em 30 discursos¹⁵⁷. Por outro, numa visão determinista sobre o futuro dessa Ordem, através da defesa da existência de “tendências imparáveis da História” como aspetos que irão moldar, a mesma, sendo essas tendências: a tendência para a globalização económica, para a diversidade cultural, para a multipolaridade, para a cooperação *win-win* e para o desenvolvimento, mencionadas em 58% dos destes discursos (21 do total de 36)¹⁵⁸.

Importa ainda evidenciar que em 16 destes 36 discursos, ou seja, em 44%¹⁵⁹ dos mesmos, existe uma menção a ambos os aspetos em conjunto. Também é necessário apontar que a utilização destes argumentos na narrativa da *BRI* tem sido uma constante desde a sua inepção, sendo os anos com mais referência aos mesmos 2015 com sete, 2019 com oito e 2021 também com oito. O contexto em que os mesmos são dados é também ele diverso, sendo essencialmente um contexto multilateral.

Se essa Ordem é entendida de determinada forma, também são referidos valores e princípios que a caracterizam, considerados por Xi Jinping, não só como antagónicos aos princípios pelos quais a China se rege, mas narrativamente rejeitados e criticados pelo Presidente desse país. São esses princípios e valores:

- o “protecionismo”, mencionado em 55% dos discursos (20 do total de 36)¹⁶⁰;
- o “unilateralismo”, mencionado em 41,6% dos discursos (15 do total de 36)¹⁶¹;
- “aspirações hegemónicas”, mencionada em 30,5% dos discursos (11 do total de 36)¹⁶²;
- “esferas/áreas de influência”, mencionado em 25% dos discursos (9 do total de 36)¹⁶³;
- “mentalidade de Guerra Fria”/“manobras geopolíticas datadas”, mencionados em 22% dos discursos (8 do total de 36)¹⁶⁴;
- “mentalidade soma-zero”, mencionado em 17% dos discursos (6 do total de 36)¹⁶⁵;
- “confrontação”, mencionado em 14% dos discursos (5 do total de 36)¹⁶⁶;

¹⁵⁷ Discursos 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 17, 19, 21, 23, 26, 27, 29, 32, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43 e 44.

¹⁵⁸ Discursos 2, 3, 4, 7, 18, 19, 21, 24, 27, 29, 30, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 40, 41, 43 e 44.

¹⁵⁹ Discurso 3, 4, 7, 19, 21, 27, 29, 32, 34, 36, 37, 38, 40, 41, 43 e 44.

¹⁶⁰ Discursos 3, 4, 6, 12, 13, 17, 18, 24, 25, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 41 e 43.

¹⁶¹ Discursos 3, 24, 25, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 41 e 43.

¹⁶² Discursos 4, 8, 10, 16, 17, 18, 21, 37, 38, 41 e 42.

¹⁶³ Discursos 1, 4, 16, 17, 18, 21, 37, 38 e 44.

¹⁶⁴ Discursos 2, 7, 17, 19, 21, 37, 38 e 44.

¹⁶⁵ Discursos 22, 28, 33, 35, 37 e 39.

¹⁶⁶ Discursos 19, 37, 38, 44 e 45.

- “blocos exclusivos/política de blocos”, mencionado em 11% dos discursos (4 do total de 36)¹⁶⁷;
- “desenho de linhas ideológicas”, mencionado em 6% dos discursos (2 do total de 36)¹⁶⁸;
- “imposição de acordos/vontade”, mencionado em 6% dos discursos¹⁶⁹.

Apesar de nunca mencionado de forma explícita por via do discurso, esta crítica é também ela, indo ao encontro do que foi desenvolvido no capítulo anterior, ao Consenso de Washington, e como tal aos Estados Unidos da América, que na percepção de Xi Jinping, são o ator mais responsável para a prevalência e perpetuação dos desafios e desigualdades que existem ao nível sistémico. O que enfatua o apelo emocional da narrativa, especificamente à rejeição por parte dos recetores da mesma, do *status quo* sistémico existente e dos valores que o regem. Curiosamente nenhuma destas referências é dada num contexto doméstico.

Não obstante, este entendimento da configuração da atual Ordem Internacional é a base na qual se sustenta a conceção do cenário da narrativa da *BRI* e a justificação para o enredo projetado por via desta.

8.3.5 - Argumentos referentes a questões securitárias/geopolíticas

No que concerne argumentos relacionados com questões geopolíticas e securitárias, como supramencionado, estes centram-se em torno de duas questões associadas a um tom mais assertivo no discurso de Xi Jinping, como já mencionado.

São essas questões, em primeiro lugar, aquilo que é percecionado por Xi Jinping como sendo determinadas nomeadamente:

- a necessidade de paz, mencionada em 55% dos discursos (25 do total de 45)¹⁷⁰;
- a necessidade de estabilidade, mencionada em 46% dos discursos (21 do total de 45)¹⁷¹ ;
- a necessidade do estabelecimento de uma nova conceção de segurança efetivamente comum, universal, sustentável e cooperativa, mencionada em

¹⁶⁷ Discursos 4, 5, 21 e 42.

¹⁶⁸ Discursos 42 e 44.

¹⁶⁹ Discursos 19 e 21.

¹⁷⁰ Discursos 1, 3, 8, 10, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 40, 41 e 43.

¹⁷¹ Discursos 1, 3, 7, 8, 10, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 24, 27, 28, 33, 34, 35, 37, 38, 41 e 43.

27% dos discursos (13 do total de 45)¹⁷², mas também mais alargada, no sentido em que deve incluir outras dimensões como a segurança energética (mencionada em 4% dos discursos, 2 do total de 45)¹⁷³ e alimentar (mencionada em 6% discursos, 3 do total de 45)¹⁷⁴.

Em segundo lugar aquilo que é percecionado como sendo ameaças existentes, caracterizadas como “tradicionais e não-tradicionais”, que incluem o terrorismo, o separatismo, o extremismo, as alterações climáticas, a pobreza e, a partir de 2020, a crise pandémica, mencionadas em 58% dos discursos, ou seja, em 26 do total de 45¹⁷⁵.

A utilização destes argumentos adensa ainda mais a conceção do cenário da narrativa, uma vez que a uma Ordem Internacional classificada como sendo de determinada maneira e regendo-se por determinados valores, também estão associadas determinadas ameaças. Completará esta conceção do cenário, os argumentos relacionados com o multilateralismo.

Além disso, a referência por parte de Xi Jinping à necessidade quer de paz, quer de segurança quer de estabilidade, como questões prioritárias, vai ao encontro da ideia desenvolvida no capítulo anterior de que a procura destes preceitos na cena internacional, é uma das atuais prioridades de ação da agenda do PCC.

8.3.6 - Argumentos referentes ao multilateralismo

Argumentos referentes ao multilateralismo são utilizados pelo Presidente Xi Jinping em cerca de 47% dos discursos (21 do total de 45)¹⁷⁶. Os mesmos estão centrados não apenas na referência ao multilateralismo, mas numa ideia comum a eles todos, a da necessidade de reforma do sistema multilateral vigente e da sua transformação num sistema mais justo, inclusivo, cooperativo e eficiente, sobretudo no que concerne à sua dimensão financeira e económica. O que reforça os argumentos referentes à Ordem Internacional e enfatiza a necessidade do estabelecimento e, sobretudo, da proteção multilateral de um novo modelo de desenvolvimento. É relevante notar que os mesmos têm particular incidência no ano de 2021, demonstrando mais uma vez o impacto da crise pandémica e são praticamente todos, excetuando dois (Discursos 3 e 41), dados em contexto multilateral.

¹⁷² Discursos 18, 19, 21, 22, 24, 28, 31, 33, 37, 38, 40 e 41.

¹⁷³ Discursos 7 e 43.

¹⁷⁴ Discurso 7, 42 e 44.

¹⁷⁵ Discursos 1, 4, 5, 7, 8, 10, 12, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 24, 27, 28, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42 e 44.

¹⁷⁶ Discursos 3, 15, 18, 19, 21, 22, 24, 27, 28, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43 e 45.

Estes argumentos, pela sua substância, acrescentam uma dimensão nova à crítica feita por Xi Jinping à Ordem Internacional e como tal, potenciam o entendimento do cenário da narrativa, num prisma distinto, no entanto complementar.

8.3.7 - Argumentos referentes a aspetos materiais

Já a utilização de argumentos relativos a aspetos materiais, essencialmente económicos, é feita em cerca de 41 discursos, 91% do total, (excetuando os Discursos 14, 20, 30 e 31), todos dados em contexto em que a audiência era doméstica (menos o Discurso 30), sendo a sua natureza diversa.

Existem cinco argumentos principais, nomeadamente:

- a defesa de que a *BRI* protege e providencia conectividade, quer *hard*, a nível de infraestruturas, quer *soft*, a nível da comunicação e coordenação de políticas públicas, mencionada em 78% dos discursos (32 do total de 41)¹⁷⁷;
- a defesa de que a *BRI* promove a “facilitação do investimento”, mencionada em 70% dos discursos (32 do total de 41)¹⁷⁸;
- a defesa que a *BRI* promove a “liberalização do comércio”, mencionada em 63% dos discursos (26 do total de 41)¹⁷⁹;
- a defesa que a *BRI* ajuda ao combate à pobreza a nível regional e global, ideia mencionada em 44% dos discursos (18 do total de 41)¹⁸⁰;
- a defesa de que a *BRI* potencia o crescimento económico “com base na inovação, na transferência e revolução tecnológica e na transformação digital”, mencionada em 41% dos discursos (17 do total de 41)¹⁸¹.

Outros argumentos utilizados são:

- a ideia de que a *BRI* ajuda à “proteção e estabilização das cadeias globais de fornecimento, valor e indústrias”, mencionada em 24% dos discursos (10 do total de 41), sendo todos, excetuando um, a partir de 2020¹⁸²;
- a ideia de que a pertença à *BRI* facilita a “promoção da alocação de recursos”, mencionada em 12% dos discursos (5 do total de 41)¹⁸³;

¹⁷⁷ Discursos 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 24, 25, 27, 28, 29, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 42, 43, 44 e 45.

¹⁷⁸ Discursos 1, 2, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 24, 25, 28, 32, 34, 35, 37, 39, 40, 43 e 44.

¹⁷⁹ Discursos 1, 4, 5, 6, 7, 8, 12, 13, 16, 17, 19, 21, 22, 24, 25, 27, 28, 29, 32, 34, 35, 36, 38, 39, 40 e 44.

¹⁸⁰ Discursos 4, 5, 12, 17, 19, 21, 24, 27, 28, 30, 33, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42 e 44.

¹⁸¹ Discursos 16, 17, 19, 22, 24, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44 e 45.

¹⁸² Discursos 24, 33, 34, 36, 37, 38, 40, 42, 43 e 44.

¹⁸³ Discursos 13, 19, 22, 29 e 44.

- a ideia de que a *BRI* potencia a “integração e o acesso a mercados”, mencionada em 10% dos discursos (4 do total de 41)¹⁸⁴;
- a ideia de que a *BRI* incentiva à “cooperação energética”, mencionada em 7% dos discursos (3 do total de 41)¹⁸⁵;
- a ideia de que a abordagem da *BRI* é uma “abordagem orientada para resultados”, mencionada em 5% dos discursos (2 do total de 41)¹⁸⁶, sendo ambos os discursos dados no Fórum da *BRI* de 2019.

Acresce a isto a menção a instituições e fundos particulares, capacitados em grande parte pela China, nos quais Xi Jinping advoga não somente, se sustentarem maior parte dos projetos e investimentos no âmbito da *BRI*, como sendo facilitadores dos mesmos, sendo de salientar:

- o *Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB)*, mencionado em 19,5% dos discursos (8 do total de 41)¹⁸⁷;
- o *Silk Road Fund*, mencionado em 12% dos discursos (5 do total de 41)¹⁸⁸;
- o *Asian Development Bank* mencionado em 2% dos discursos (1 do total de 41)¹⁸⁹.

Outro argumento material que é mencionado, especificamente a partir de 2020 é a ideia do “fornecimento de vacinas” como forma de cooperação e a sua transformação num bem público global, algo mencionado em 20% dos discursos, ou seja, 8 do total de 41. Destes, três são de 2020 (Discursos 33, 35 e 36) e cinco de 2021 (Discursos 38, 42, 43, 44 e 45). Importa salientar que o contexto destes discursos é sempre multilateral, sendo que nos três de 2020, esse contexto é um contexto multilateral regional. Além do mais, apesar de não ser mencionada sempre de forma diretamente associada à *BRI*, o fornecimento de vacinas é um argumento material amplamente utilizado e enfatizado nos discursos referidos.

Um outro aspeto relevante de apontar é o facto de, aos argumentos materiais estarem associadas de forma generalizada, ideias como “prosperidade partilhada”, mencionada em 73% dos discursos, (30 do total de 41)¹⁹⁰, bem como

¹⁸⁴ Discurso 3, 6, 12 e 13.

¹⁸⁵ Discursos 16, 39 e 44.

¹⁸⁶ Discurso 24 e 25.

¹⁸⁷ Discursos 5, 6, 7, 15, 16, 17, 19, 28.

¹⁸⁸ Discursos 5, 6, 7, 19 e 24.

¹⁸⁹ Discurso 5.

¹⁹⁰ Discursos 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 41 e 44.

“crescimento/desenvolvimento/integração económica” mencionada em 46% dos discursos (19 do total de 41)¹⁹¹.

Assim e até pela frequência com que estes tipos de argumentos são dados, é possível afirmar que a dimensão material da *BRI* é tida como um aspeto totalmente essencial na narrativa estratégica e como tal, na promoção da Iniciativa por parte do Presidente Xi Jinping. Embora não o seja feito de forma admitida, este realce notório da dimensão material, ajuda a consubstanciar os aspetos ideacionais já explicados e explanados, uma vez que permite aliar à promessa da proteção do sentimento de segurança ontológica, de confiança e de zelo pela diversidade e desenvolvimento universal, a promessa de dividendos materiais palpáveis, garantidos pela pertença à Iniciativa. Tal vai ao encontro da ideia desenvolvida no capítulo anterior de que a *BRI* é promovida através de uma estratégia de *smart power*, aliando a utilização dos recursos de *soft power* na narrativa estratégica de promoção da Iniciativa como forma de a tornar aliciante em termos ideacionais, com a promessa de ganhos materiais derivados da pertença à mesma.

Além do mais a promessa dos benefícios de pertença à Iniciativa é feita, por parte de Xi Jinping, com referência à sustentação dos mesmos em instituições e fundos, criados, não somente, mas prioritariamente, para o avançar do financiamento de projetos e investimentos nos países parte da *BRI*. Instituições e fundos esses que, apesar de Xi Jinping não o referir diretamente, que têm como um dos maiores potenciadores e impulsionadores, financeiramente, a própria China. O que demonstra que esses ganhos materiais são protegidos e garantidos, embora não o seja admitido por via do discurso, pelas próprias capacidades de *hard power* chinesas, que se traduzem sim no impulsionar destas instituições e fundos que sirvam esses preceitos.

8.3.8 - Argumentos referentes ao Egito e Irão

Para finalizar os argumentos utilizados, apenas o Egito é mencionado nos discursos avaliados, nomeadamente nos Discursos 16 e 27. No que concerne ao Discurso 16, um discurso dado num contexto multilateral em que a audiência é árabe, a menção específica ao Egito centra-se em argumentos materiais, nomeadamente no valor de um projeto específico no âmbito da *BRI*, a Zona Económica e Comercial do Suez, e especificamente no salientar da importância do mesmo para o comércio e para a criação de emprego na região.

¹⁹¹ Discursos 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 16, 19, 24, 25, 27, 34 e 40.

No entanto, essa menção também se centra em argumentos identitários associados à cultura, referindo-se Xi Jinping ao Egito como a “esperança de uma civilização renovada que carrega a missão de rejuvenescimento nacional”, assumindo desse modo, tendo em conta o já desenvolvido, uma similaridade entre a identidade egípcia e chinesa. Também são utilizados argumentos de natureza securitária, associados à promoção de um modelo de desenvolvimento, assumindo Xi o desejo de que o Egito se torne num “pilar de estabilidade e num modelo de desenvolvimento na sua região”. Já no Discurso 27, num contexto multilateral em que a audiência é asiática e a temática é a cultura, a menção ao Egito é feita no sentido de usar o país como um exemplo de civilização antiga, revelando mais uma vez a centralidade dos argumentos focados na cultura no que diz respeito à perspectiva de Xi Jinping relativamente ao Egito.

8.4 - O ator, enredo e cenário da narrativa

Tal como desenvolvido no enquadramento teórico, através de uma narrativa cria-se a ligação lógica entre um ator, enredo e cenário da mesma e é esta ligação lógica que justifica e denuncia qual a tónica e a intenção por trás da narrativa, visando ultimamente torná-la persuasiva. Por via da narrativa expõe-se como um ator, geralmente aquele que a veicula, se define e como consequentemente leva ou deseja levar, a cabo determinadas ações (enredo) dentro de um “mundo” ou ambiente, entendido e descrito de uma determinada forma (cenário) (Van Noort & Colley, 2020, p. 6). Pela explicitação destas componentes da narrativa, fica exposta a articulação existente entre a proposta de uma política pública por via de uma narrativa (*issue narrative*) e as conceções que existem sobre o Mundo e sobre si mesmo (narrativa sistémica que se manifesta pela conceção do cenário), feitas pelo ator que a veicula (narrativa biográfica que se manifesta pela conceção de ator).

Tendo em conta o que foi avaliado no que concerne o tom, contexto e, especificamente, os argumentos utilizados por Xi Jinping na projeção discursiva da narrativa estratégica da *BRI*, sabendo que os quatro argumentos mais utilizados são referentes à China em si, referentes à Ordem Internacional, referentes à defesa de um novo modelo de desenvolvimento e referentes a aspetos materiais, é possível inferir estas três componentes.

8.4.1 - Cenário

No que diz respeito ao cenário, este é explicitado pelos argumentos referentes à Ordem Internacional que vão sendo mencionados por Xi Jinping, tendo também em conta a assertividade generalizada no tom dos discursos em que estes são dados. Como supramencionado, esta Ordem é classificada como desafiante, complexa e em rápida mudança. Tal deriva, na perceção de Xi Jinping, da existência de diversas ameaças como o terrorismo, o separatismo, o extremismo, as alterações climáticas, as crises migratórias, a instabilidade regional e também, particularmente, a crise pandémica¹⁹², bem como da própria configuração da mesma, que potencia a permanência e perpetuação de práticas danosas, como o protecionismo, a imposição de vontade, a constituição de blocos exclusivos e o unilateralismo, que por sua vez também contribuem para o enfraquecimento do funcionamento da sua dimensão multilateral.

Este é um cenário que invariavelmente do contexto do discurso, é entendido da mesma forma - como necessitado de reforma – o que é determinante para compreender que o mesmo é, de facto, uma descrição determinista sobre o modo como Mundo se encontra estruturado e conseqüentemente, sobre as conseqüências disso mesmo, ou seja, uma macronarrativa (Roselle, Miskimmon & O’loughlin, 2014, p. 76). Este cenário, necessariamente condiciona a forma como as restantes componentes, o ator e o enredo, são concebidas e enquadradas.

8.4.2 - Ator

No que concerne ao ator, o mesmo não é Xi Jinping como indivíduo, mas como representante político máximo da RPC, dado que é Presidente do país e Secretário-Geral do PCC. Nesse sentido, apesar de ser impossível desvincular o indivíduo do país que este representa, dada a natureza do regime político chinês, o ator em si, é a China. Definem este “ator” os argumentos utilizados para o caracterizar, nomeadamente, e em primeiro lugar, o seu compromisso com determinados objetivos políticos que visam ser prosseguidos por via da *BRI*, como a concretização do “Sonho Chinês” e o cumprimento do “rejuvenescimento nacional” do país e em segundo, com a regulação do seu posicionamento internacional por princípios específicos como “abertura e reforma”; “política

¹⁹² A crise pandémica é uma ameaça mencionada em praticamente todos os argumentos, não podendo nunca ser descurada a sua importância na construção deste cenário por via da narrativa.

externa independente e de paz”; “boas relações de vizinhança”, a “promoção de democracia” e a procura de constituir uma “comunidade de futuro partilhado”.

Tal como desenvolvido anteriormente, a esta caracterização está associada uma determinada conceção de identidade que, como avaliado, varia essencialmente, tendo em conta o interlocutor e o contexto, entre uma identidade de “país em desenvolvimento responsável” e de “grande potência responsável”. Apesar destas conceções serem distintas, revelam uma ideia central, que lhes é comum, nomeadamente a de que a China está disposta a cumprir as responsabilidades que estas (auto)impõem. Como desenvolvido anteriormente, o facto de existirem conceptualizações diferentes da identidade chinesa, e como tal, o facto de esta ter uma natureza camaleónica, prende-se com o facto de esta ser entendida pelas lideranças políticas chinesas, como algo instrumental e necessariamente definido de acordo com o contexto e os interlocutores.

Relacionada com este ponto, está a ligação da identidade chinesa aos dois recursos de *soft power*. Por um lado, a identidade de “líder do mundo em desenvolvimento” que, como já desenvolvido, apenas se associa diretamente uma vez à assunção da identidade da China de “grande potência responsável, é associada à constituição de um novo modelo de desenvolvimento baseado em determinados princípios. Por outro há uma sustentação generalizada da identidade chinesa, numa mitificação histórica da imagem da China na Rota da Seda Clássica, sedimentada na cultura e demonstrada por expressões como “*time-honored civilization*” ou “berço da cultura Oriental”.

Percebendo a conceptualização da identidade e do posicionamento internacionais chineses por via dos argumentos demonstrados, consegue-se compreender como a definição da China como ator também tem em conta a rejeição de determinados aspetos e valores que, na ótica de Xi Jinping, caracterizam a atual Ordem Internacional. São esses aspetos a constituição de “esferas de influência”, a prevalência de uma “mentalidade de Guerra Fria/manobras geopolíticas datadas”, a constituição de “blocos exclusivos/política de blocos”, a existência de “aspirações hegemónicas, a prática do “unilateralismo” e do “proteccionismo” já mencionadas, o “desenho de linhas ideológicas, a “imposição de acordos/vontade”, a “confrontação” e a existência de “mentalidade soma-zero”.

Através da articulação daquilo que são os aspetos que caracterizam o ator, os valores com que se identifica, bem como aqueles que assume rejeitar, é criada a “narrativa biográfica” do mesmo, o que dá um enquadramento ideacional e identitário específico, à proposta de política pública que este visa promover.

8.4.3 - Enredo

Do mesmo modo, esta rejeição demonstra como o enredo da narrativa é entendido. Se o cenário é visto como não benéfico e com tendência a agravar-se e o ator assume querer desvincular-se dos valores e princípios que contribuem para a prevalência do mesmo, isso influencia como o enredo, sob a forma de soluções projetadas para a correção desse cenário neste caso específico, é entendido. A definição deste enredo tem em conta a ideia nuclear, também utilizada como argumento para caracterizar a Ordem Internacional, de que existem “tendências imparáveis da História”, como a tendência para a globalização económica, para a diversidade cultural, para a multipolaridade, para a cooperação *win-win* e para o desenvolvimento. Cabe ao “ator”, através de determinadas ações (enredo), cumprir a sua responsabilidade, ou assumir o seu papel, na contribuição para o estabelecimento efetivo destas tendências (alterar esse cenário).

Tal é feito, mais uma vez, através do relevo dado aos dois recursos de *soft power* no discurso, em particular a ideia do estabelecimento de um novo modelo de desenvolvimento, que regulado por princípios como: “cooperação *win-win*”; “desenvolvimento de acordo com as condições nacionais”, “proteção dos interesses dos países em desenvolvimento”, “diálogo Sul-Sul”; oposição ao imperialismo e o apoio às lutas pela independência e descolonização; “harmonia sem uniformidade”; respeito pelos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica; “abertura e inclusão” ; “solidariedade”; “aprendizagem mútua”; “consultação extensiva, contribuição conjunta e partilha de benefícios”; “igualdade” ; “entendimento/respeito mútuos” e “sinceridade”, promove uma efetiva mudança do cenário existente e a constituição de uma Ordem Internacional mais justa, equitativa, inclusiva, sustentável e aberta, pois baseada numa conceção de “desenvolvimento” também ela universalmente benéfica.

Também a cultura, o segundo recurso de *soft power*, é importante como argumento para caracterizar o enredo, pois Xi Jinping projeta a atual *BRI* como um espaço mitificado onde “antigas culturas e civilizações” com “amizades históricas” e “amizades profundas”, podem ver preservado o legado da Rota da Seda Clássica como uma “plataforma de interação entre antigas culturas e civilizações”, bem como um “ponto de contacto histórico entre antigas culturas e civilizações”, dado o mesmo é um espaço onde estas culturas, em cooperação na atualidade, podem prosperar, continuar a interagir e ser tratadas como iguais, vendo a sua segurança ontológica preservada.

Tal deve-se ao facto de, não somente a revitalização deste espaço estar ancorada em significados partilhados, mas também de se intender garantir determinadas

necessidades, nomeadamente a preservação do “diálogo intercivilizacional”, das “trocas culturais”, das “trocas de pessoa para pessoa” e da “partilha de valores” e cumprir determinados objetivos que possibilitem isso mesmo, como o “entendimento mútuo”, a “proteção da diversidade, a fomentação de “aprendizagem mútua”, a criação de “amizade de pessoas para pessoas”, a “igualdade de civilizações”, a promoção da “melhoria da relação de amizade entre os povos”, a criação de “harmonia civilizacional” e a estimulação da “troca íntima de ideias”¹⁹³.

Complementa substantivamente a projeção deste enredo, o foco dado aos potenciais benefícios materiais para aqueles daqueles que fizerem parte da Iniciativa, com particular destaque para o desenvolvimento de infraestruturas, o aumento do investimento e a incrementação do comércio. Nesse sentido, até pela regularidade com que argumentos de carácter material são referidos, não somente são aplicados os recursos de *soft power* ao discurso para criar atratividade na promoção da Iniciativa e assim aliciar os recetores da narrativa a compactuarem com o enredo projetado através da mesma, mas também é sublinhado constantemente o benefício substantivo em termos práticos dessa pertença.

O que coaduna com a ideia desenvolvida no capítulo anterior, de que a estratégia de promoção da Iniciativa, embora narrativamente se centre nos recursos de *soft power*, é uma estratégia que na sua globalidade é uma estratégia de *smart power*, combinando a aplicação ao discurso dos recursos referidos, com a garantia da existência de benefícios materiais, particularmente económicos, com a pertença à Iniciativa, sustentada por instituições e fundos, como o *AIB* ou o *Silk Road Fund*, orientados para esse propósito. Estas instituições e fundos, por sua vez, são capacitados, em larga medida, pelas capacidades de *hard power* chinesas, nomeadamente económicas e financeiras. É, no entanto, importante frisar que discursivamente Xi Jinping só enfatiza a importância destas instituições, não mencionando o contributo chinês, em termos substantivos, para estas, ou seja, não sublinhando de modo particular a importância das capacidades materiais de Pequim para o sucesso das mesmas.

Será desse modo relevante perceber como na receção da narrativa estratégica por parte dos dois estudos de caso seleccionados, estas ideias e argumentos são veiculados, se sequer o são.

¹⁹³ Simbolicamente, em termos de contexto, é importante voltar a sublinhar a ideia de que no primeiro Fórum da *BRI* estes aspetos relacionados com a cultura são amplamente mais salientados do que no segundo.

9 - A RECEÇÃO DISCURSIVA DA NARRATIVA ESTRATÉGICA DA *BRI* PELAS ELITES IRANIANAS E EGÍPCIAS

Como desenvolvido anteriormente, no seguinte capítulo serão avaliados os discursos¹⁹⁴ das elites iranianas e egípcias através da aplicação de um novo método de análise de discurso similar, mas não idêntico, ao aplicado para a avaliação da narrativa chinesa, centrado em duas categorias: o sentimento e os argumentos utilizados.

De relembrar que a escala para a avaliação do sentimento é a seguinte:

- muito negativo (se houver menções a palavras fortes como “ameaça”, “*debt-trap diplomacy*” ou “desafio”);
- parcialmente negativo (se houver menções a palavras como “cautela” e “prudência”);
- parcialmente positivo (se houver menções positivas ao tema, mas enquadrando-o dentro de outro(s) tido(s) como mais positivo(s) ainda);
- totalmente positivo (se não houver nenhuma menção negativa).

Já os argumentos avaliados serão os mesmos utilizados por Xi Jinping, argumentos referentes de forma particular aos dois países e argumentos verdadeiramente acrescentados.

Serão essenciais as inferências retiradas deste capítulo, para a posterior colocação de ambos os países dentro do “*Belt and Road buy-in framework*”, aquando das conclusões desta dissertação, por forma a dar resposta à pergunta de investigação.

9.1 - A receção da narrativa estratégica da Iniciativa pelas elites iranianas

No caso iraniano, serão avaliados cerca de 63 discursos¹⁹⁵, variando os mesmos entre discursos de elites políticas, diplomáticas, intelectuais e religiosas. Dos 63 discursos avaliados, 22 correspondem a elites políticas, incluindo vários Ministros do Governo iraniano, ou seja 35% do total; 5 ao próprio Presidente iraniano (8%), sendo 2 referentes ao

¹⁹⁵ Cfr. nos Anexos, Tabela 2 com a identificação das categorias criadas e a sua aplicação aos discursos analisados.

Presidente Hassan Rouhani (Discursos 39 e 54) e os restantes 3 ao Presidente Ebrahim Raisi (Discursos 59, 60 e 62); 23 a elites diplomáticas, contando entre estas Embaixadores (em particular o Embaixador iraniano em Pequim) e ex-Ministros dos Negócios Estrangeiros (37%); 7 ao Ministro dos Negócios Estrangeiros (MNE), ou seja, 11%; 1 ao Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros (Vice-MNE), ou seja 2%; 3 a elites económicas (5%); 2 a elites intelectuais (3%) e 1 ao Ayatollah Khamenei (2%). Destes 63 discursos, 2 são de 2015, 8 de 2016, 6 de 2017, 6 de 2018, 26 de 2019, 3 de 2020 e 10 de 2021.

9.1.1 - O sentimento relativamente à Iniciativa

Na grande maioria dos discursos (cerca de 55, 87% do total), de acordo com os argumentos utilizados e com a escala anteriormente apresentada, o sentimento é avaliado como “totalmente positivo”, não sendo de modo algum mencionados aspetos negativos relacionados com a *BRI*, nem mencionadas potências fraquezas ou ameaças na mesma, na perceção das elites iranianas. Em apenas 8 discursos do total de 63, ou seja, em 13% dos discursos (Discursos 21, 22, 43, 54, 58, 59, 61 e 63) - discursos esses situados entre 2019 e 2021 -, o sentimento é “parcialmente positivo”, pois a *BRI* é claramente enquadrada nos mesmos, como mais um eixo na relação em geral com a China, ou a China em si, é, de um modo geral, o foco desse discurso. Nesse sentido, o sentimento relativamente à *BRI* não é condicionado pela perspetiva quanto à Iniciativa em si, mas pela valorização superior, ou pelo foco mais concentrado, na relação em geral com a China e na cooperação bilateral entre ambos os países.

Algo que fica sintetizado por uma expressão utilizada no Discurso 59 pelo Presidente iraniano, onde este refere que a *BRI* “está alinhada com os interesses iranianos em geral” e com aquilo que Teerão procura na sua relação com Pequim. Dado o intervalo temporal no qual se situam os discursos com sentimento “parcialmente positivo”, de acordo com a avaliação feita, é possível afirmar que embora tal não fique explícito, a questão da pandemia, pode ser um fator a considerar na visão das elites iranianas, de que a cooperação com a China, é, de uma forma transversal, de vital importância para o país. É também um fator a ter em conta para o enquadramento destes discursos em referido intervalo temporal, o facto de a partir de 2021 ser alargada a Parceria Estratégica entre ambos os países.

9.1.2 - Argumentos focados na China em si

A utilização de argumentos que se referem diretamente à China em si, dá-se em 63% dos discursos (40 do total de 63)¹⁹⁶, dispersos temporalmente e variados em termos de ator veiculador, assumindo os mesmos diversas formas. Estes, ao invés de se referirem ao posicionamento internacional chinês e aos princípios que regulam esse posicionamento, têm uma configuração distinta, embora se relacionem diretamente com isso. O que é importante para perceber qual a percepção das elites iranianas sobre Pequim e conseqüentemente, sobre as intenções de Pequim com a *BRI*. O que também é importante para compreender como os aspetos materiais e ideacionais influenciam a visão que as elites iranianas têm sobre a China em si.

Em primeiro lugar, e expondo este último ponto de forma clara, os argumentos referentes à China são utilizados para caracterizar o próprio país na percepção das elites iranianas, e como tal, o entendimento que estas têm da identidade de Pequim. Entendimento esse que contém em si contendo aspetos ideacionais e materiais relacionados. A China é caracterizada como:

- “principal parceiro comercial iraniano” em 17,5 % dos discursos (7 do total de 40)¹⁹⁷;
- “país importante” para a promoção da paz e estabilidade regionais, em 12,5% dos discursos (5 do total de 40)¹⁹⁸;
- “civilização antiga” em 7,5% dos discursos (3 do total de 40)¹⁹⁹;
- “grande potência global política e econômica” em 5% dos discursos (2 do total de 40)²⁰⁰;
- “país grande e poderoso”, com muitas capacidades em diversas áreas, em 5% dos discursos²⁰¹;
- “país antigo e grande” em 5% dos discursos²⁰²;
- “potência equilibradora” em 2,5% dos discursos (1 do total de 40)²⁰³;
- “grande potência” em 2,5% dos discursos²⁰⁴;
- “maior potência econômica e militar” em 2,5% dos discursos²⁰⁵;

¹⁹⁶ Discursos 1, 2, 3, 5, 6, 12, 13, 15, 16, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 31, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62 e 63.

¹⁹⁷ Discursos 16, 26, 28, 41, 47, 56 e 63.

¹⁹⁸ Discursos 3, 6, 24, 29 e 54.

¹⁹⁹ Discursos 47, 48 e 49.

²⁰⁰ Discursos 53 e 61.

²⁰¹ Discursos 23 e 46.

²⁰² Discursos 22 e 31.

²⁰³ Discurso 24.

²⁰⁴ Discurso 3.

²⁰⁵ Discurso 55.

- país “comprometido com uma Ordem internacional justa, orientada para a proteção das pessoas e dos países em desenvolvimento” em 2,5% dos discursos²⁰⁶;
- “grande economia” em 2,5% dos discursos²⁰⁷;
- “milagre económico” em 2,5% dos discursos²⁰⁸;
- “grande mercado” em 2,5% dos discursos²⁰⁹;
- “promotora de segurança sanitária” em 2,5% dos discursos²¹⁰;
- “fundadora de uma grande civilização” em 2,5% dos discursos²¹¹;
- “antiga civilização com história e cultura ricas” em 2,5% dos discursos²¹²;
- “civilização asiática com muita experiência” em 2,5% dos discursos²¹³;
- “país importante com história longa” em 2,5% dos discursos²¹⁴;
- “país que não intende dominar o Irão e interferir no destino da Nação” em 2,5% dos discursos²¹⁵;
- “país com lugar especial na Política Externa iraniana” em 2,5% dos discursos²¹⁶;
- país com uma “experiência de desenvolvimento de sucesso” em 2,5% dos discursos²¹⁷;
- país com “percurso de desenvolvimento independente” também em 2,5 % dos discursos²¹⁸.

Em segundo, estes argumentos são utilizados para caracterizar as relações do Irão com a China, não somente numa perspectiva histórica, mas a sua projeção para o futuro. Irão e China são descritos como:

- “parceiros estratégicos” em 5% dos discursos (2 do total de 40)²¹⁹;
- “países complementares” em 5% dos discursos²²⁰;
- “amigos” em 2,5% dos discursos (1 do total de 40)²²¹;
- países com relações “longas” em 2,5% dos discursos²²²;

²⁰⁶ Discurso 62.

²⁰⁷ Discurso 58.

²⁰⁸ Discurso 44.

²⁰⁹ Discurso 13.

²¹⁰ Discurso 51.

²¹¹ Discurso 55.

²¹² Discurso 16.

²¹³ Discurso 38.

²¹⁴ Discurso 50.

²¹⁵ Discurso 31.

²¹⁶ Discurso 31.

²¹⁷ Discurso 1.

²¹⁸ Discurso 31.

²¹⁹ Discursos 2 e 11.

²²⁰ Discursos 24 e 29.

²²¹ Discurso 57.

²²² Discurso 52.

- países com relações “com significado” em 2,5% dos discursos²²³;
- países com relações “muito boas” em 2,5% dos discursos²²⁴;
- países com relações de “alta importância” e “não comparáveis às relações com qualquer outro país” em 2,5% dos discursos²²⁵;
- países com relações “historicamente sem manchas negras” em 2,5% dos discursos²²⁶;
- países com relações “que remontam há milhares de anos” em 2,5% dos discursos²²⁷;
- países com relações “geralmente pragmáticas” em 2,5% dos discursos²²⁸;
- países com relações “fortes no curso do tempo” em 2,5% dos discursos²²⁹.

Tendo isto em conta, é também enfatizada a importância estratégica destas relações em 12,5% dos discursos²³⁰, bem como referido o desejo de que estas se tornem cada vez mais sejam “extensivas” em 2,5% dos discursos²³¹, a vontade de “construir um futuro comum” através das mesmas, também em 2,5% dos discursos²³², e a ambição do reforço destas seja a nível de cooperação política, económica, cultural, tecnológica e securitária em 15% dos discursos²³³. Importa também sublinhar que não é mencionado pelas elites iranianas a ideia da “constituição de uma comunidade de futuro partilhado”, nem numa lógica sistémica, nem numa lógica regional, como feito por Xi Jinping na projeção da narrativa estratégica da *BRI*.

Como referido, quer a caracterização da China como ator, quer das relações do Irão com esta, tem em conta aspetos quer ideacionais, quer materiais, nunca dissociados entre si. Será importante ter em conta esta caracterização, para compreender como o ator e o enredo da narrativa são percecionados pelas elites iranianas.

²²³ Discurso 61.

²²⁴ Discurso 54.

²²⁵ Discurso 21.

²²⁶ Discurso 61.

²²⁷ Discurso 63.

²²⁸ Discurso 55.

²²⁹ Discurso 53.

²³⁰ Discursos 2, 11, 16, 21 e 39.

²³¹ Discurso 23.

²³² Discurso 38.

²³³ Discursos 5, 6, 15, 16 e 24.

9.1.3 - Argumentos referentes aos recursos de *soft power*: a menção à ideia de um novo modelo de desenvolvimento

No que concerne aos argumentos mencionando um novo modelo de desenvolvimento promovido pela China, estes verificam-se em cerca de 17 discursos do total de 63 (27%)²³⁴, sendo estes temporalmente dispersos, mas essencialmente concentrados no período entre 2019 e 2021. Os mesmos, dados por elites distintas e variadas, centram-se em dois aspetos.

Primeiramente no realçar da importância da Iniciativa para o estabelecimento de um efetivo novo modelo de desenvolvimento, uma ideia mencionada em 29% dos discursos²³⁵.

Seguidamente na menção aos princípios que regulam esse modelo e consequentemente, aos princípios que são promovidos e protegidos por via da Iniciativa, sendo de salientar:

- a “cooperação *win-win*” em 71% dos discursos (12 do total de 17)²³⁶;
- a “defesa da independência” em 18% dos discursos (3 do total de 17)²³⁷;
- a “solidariedade” em 6% dos discursos (1 do total de 17)²³⁸;
- a “igualdade soberana” em 6% dos discursos²³⁹;
- o “respeito mútuo” em 6% dos discursos²⁴⁰;
- os “resultados *win-win*” em 6% dos discursos²⁴¹.

Tendo estes aspetos em conta, é possível confirmar que na receção da narrativa estratégia da *BRI* por parte das elites iranianas, os argumentos utilizados mencionando a ideia de um novo modelo de desenvolvimento, secundam a forma como o mesmo é promovido por Xi Jinping, na sua própria narrativa estratégica. Tal verifica-se pelo facto de a *BRI* ser encarada como uma Iniciativa que efetivamente é importante para o estabelecimento de um novo modelo, que é visto como necessário e pela menção a determinados princípios reguladores desse modelo, também mencionados por Xi Jinping. Todavia, nunca é referido este modelo como sendo o Consenso de Pequim.

Quantitativamente é de realçar o facto de que o recurso a este tipo de argumentos só se dá em 27% dos discursos, não tendo desse modo uma frequência propriamente elevada.

²³⁴ Discursos 1, 12, 13, 20, 24, 27, 28, 29, 34, 35, 37, 51, 52, 54, 55, 61 e 62.

²³⁵ Discursos 1, 13, 28, 55 e 62.

²³⁶ Discursos 12, 13, 20, 27, 29, 34, 37, 51, 52, 54, 61 e 62.

²³⁷ Discursos 24, 29 e 51.

²³⁸ Discurso 12.

²³⁹ Discurso 29. De lembrar que este é um dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica

²⁴⁰ Discurso 29.

²⁴¹ Discurso 35.

9.1.4 - Argumentos referentes aos recursos de *soft power*: a cultura

No que concerne os argumentos referentes ao segundo recurso de *soft power*, a cultura, os mesmos são utilizados em cerca de 33 do total de 63 discursos, ou seja, em 52%²⁴² destes. Os anos de maior incidência são o ano de 2017, com 15% dos discursos, o ano de 2019, com 42% e o ano de 2021, com 21%. Além do mais os atores que veiculam estes argumentos, são também eles de natureza diversa. Os argumentos referentes à cultura assumem diversas formas, e como já sublinhado, são utilizados com o intuito de salientar aspetos mais ideacionais relacionados não só com a *BRI*, mas com a relação do Irão com a China, de uma forma transversal. A cultura é utilizada como argumento para:

- (i) categorizar o Irão em si de forma particular através de expressões como:
 - “grande país em termos de cultura”, utilizada em 3% dos discursos (1 do total de 33)²⁴³;
 - “herdeiro de uma civilização antiga e histórica”, utilizada em 3% dos discursos²⁴⁴;
 - “civilização rica”, utilizada em 3% dos discursos²⁴⁵.

- (ii) enfatizar uma “classificação comum” quer da China, quer do Irão, através de expressões como:
 - “países com amplas comunalidades culturais”, utilizada em 12% dos discursos (4 do total de 33)²⁴⁶;
 - “antigas civilizações com história e cultura ricas”, utilizada em 9% dos discursos (3 do total de 33)²⁴⁷;
 - “países ancestrais”, utilizada em 6% dos discursos (2 do total de 33)²⁴⁸;
 - “países com grande herança cultural”, utilizada em 3% dos discursos (1 do total de 33)²⁴⁹;
 - “duas civilizações antigas, com papel no progresso da cultura e civilização mundial”, utilizada em 3% dos discursos²⁵⁰;

²⁴² Discursos 1, 4, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 23, 24, 26, 29, 31, 32, 38, 39, 41, 43, 45, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 55, 56, 60, 61, 62 e 63.

²⁴³ Discurso 13.

²⁴⁴ Discurso 37.

²⁴⁵ Discurso 52.

²⁴⁶ Discursos 16, 23, 48 e 55.

²⁴⁷ Discursos 16, 47 e 48.

²⁴⁸ Discursos 49 e 52.

²⁴⁹ Discurso 47.

²⁵⁰ Discurso 1.

- “grandes e antigas nações do continente asiático”, utilizada em 3% dos discursos²⁵¹;
- “fundadores de grandes civilizações, utilizada em 3% dos discursos²⁵²;
- “civilizações antigas com muita experiência”, utilizada em 3% dos discursos²⁵³;
- “países importantes com história longa”, utilizada em 3% dos discursos²⁵⁴;
- como “coração da civilização asiática”, utilizada em 3% dos discursos²⁵⁵.

(iii) classificar as relações históricas entre ambos os países através de expressões como:

- “relações que remontam há milhares de anos”, utilizada em 3% dos discursos (1 do total de 33)²⁵⁶;
- “laços com 2500 anos”, utilizada em 3% dos discursos²⁵⁷;
- “longa história de amizade estabelecida na Rota da Seda Clássica”, utilizada em 3% dos discursos²⁵⁸;
- “parceiros tradicionais”, utilizada em 3% dos discursos²⁵⁹;
- “laços de longo prazo”, utilizada em 3% dos discursos²⁶⁰;
- “relações culturais extensivas”, utilizada em 3% dos discursos²⁶¹;
- “relações fortes no curso do tempo”, utilizada em 3% dos discursos²⁶²;
- “história rica de cooperação cultural”, utilizada em 3% dos discursos²⁶³.

(iv) caracterizar a Rota da Seda Clássica:

- “rede antiga de rotas comerciais”, expressão utilizada em 3% dos discursos (1 do total de 33)²⁶⁴.

²⁵¹ Discurso 31.

²⁵² Discurso 55.

²⁵³ Discurso 38.

²⁵⁴ Discurso 50.

²⁵⁵ Discurso 60.

²⁵⁶ Discurso 63.

²⁵⁷ Discurso 18.

²⁵⁸ Discurso 29.

²⁵⁹ Discurso 45.

²⁶⁰ Discurso 31.

²⁶¹ Discurso 41.

²⁶² Discurso 41.

²⁶³ Discurso 55.

²⁶⁴ Discurso 10

- (v) caracterizar a atual *BRI* com ênfase no passado da Rota da Seda Clássica através de expressões como:
- “ramo da Antiga Rota da Seda”, utilizada em 3% dos discursos (1 do total de 33)²⁶⁵;
 - “Iniciativa reminiscente da Rota da Seda Clássica”, utilizada em 3% dos discursos²⁶⁶;
 - “esforço moderno para o renascer da Rota da Seda Clássica”, utilizada em 3% dos discursos²⁶⁷;
 - “questão cultural”, utilizada em 3% dos discursos²⁶⁸.
- (vi) classificar o papel do país na Rota da Seda Clássica, por via de expressões como:
- “país importante”, mencionada em 6% dos discursos (2 do total de 32)²⁶⁹;
 - “passagem-chave”, mencionada em 3% dos discursos (1 do total de 32)²⁷⁰;
 - uma das “principais portas de entrada”, mencionada em 3% dos discursos²⁷¹;
 - país com “papel líder”, mencionada em 3% dos discursos²⁷²;
 - país com “papel histórico”, mencionada em 3% dos discursos²⁷³;
 - “parte da Rota da Seda desde tempos antigos”, utilizada em 3% dos discursos²⁷⁴.
- (vii) salientar e sublinhar aquilo que as elites políticas, diplomáticas e intelectuais iranianas entendem como necessidades que *BRI* colmata e objetivos que esta promove, tendo em conta que estes assumem uma dimensão bilateral e uma dimensão multilateral.

Em termos bilaterais são utilizadas expressões como:

²⁶⁵ Discurso 17

²⁶⁶ Discurso 37.

²⁶⁷ Discurso 58.

²⁶⁸ Discurso 37.

²⁶⁹ Discursos 13 e 14.

²⁷⁰ Discurso 45.

²⁷¹ Discurso 36.

²⁷² Discurso 42.

²⁷³ Discurso 30.

²⁷⁴ Discurso 14.

- "cooperação cultural bilateral" em 30% dos discursos (10 do total de 33)²⁷⁵;
- "valências culturais de ambos os países" em 3% dos discursos (1 do total de 33)²⁷⁶.

Em termos multilaterais, são utilizadas expressões como:

- "entendimento mútuo" em 12% dos discursos (4 do total de 33)²⁷⁷;
- "trocas/transições culturais" em 6% dos discursos (2 do total de 33)²⁷⁸;
- "diálogo intercivilizacional" em 6% dos discursos²⁷⁹;
- "civilização humana conjunta" em 6% dos discursos²⁸⁰;
- "proximidade cultural" em 3% dos discursos (1 do total de 33)²⁸¹;
- "respeito mútuo" em 3% dos discursos²⁸²;
- "aprendizagem mútua" em 3% dos discursos²⁸³;
- "cooperação entre certas culturas" em 3% dos discursos²⁸⁴;
- "introdução de grandes civilizações do Mundo umas às outras" em 3% dos discursos²⁸⁵;
- "regionalismo cultural" em 3% dos discursos²⁸⁶;
- "aprendizagem mútua" em 3% dos discursos²⁸⁷;
- partilha de "valores orientais" em 3% dos discursos²⁸⁸;
- "relações de pessoa para pessoa" em 3% dos discursos²⁸⁹.

Tendo tudo isto em conta e até a frequência que argumentos referentes à cultura como recurso de *soft power* são utilizados na narrativa das elites iranianas sobre a *BRI* (em 52% dos discursos), é possível afirmar que este aspeto é, não só comparativamente ao outro recurso de *soft power* muito mais salientado, mas um dos principais em termos do discurso em geral. Além do mais este tipo de argumentos é bastante relevante, em termos transversais, para a avaliação dos três componentes da narrativa: ator, cenário e enredo.

²⁷⁵ Discursos 4, 13, 15, 16, 24, 31, 43, 47, 60 e 62.

²⁷⁶ Discurso 26.

²⁷⁷ Discursos 10, 24, 37 e 61.

²⁷⁸ Discursos 10 e 48.

²⁷⁹ Discurso 18 e 37.

²⁸⁰ Discurso 37 e 48.

²⁸¹ Discurso 11.

²⁸² Discurso 29.

²⁸³ Discurso 38.

²⁸⁴ Discurso 11.

²⁸⁵ Discurso 32.

²⁸⁶ Discurso 60.

²⁸⁷ Discurso 38.

²⁸⁸ Discurso 32.

²⁸⁹ Discurso 38.

9.1.5 - Argumentos referentes à Ordem Internacional

No que concerne a argumentos referentes à Ordem Internacional, estes são dados em 21 discursos, 43% do total²⁹⁰. A sua incidência dá-se sobretudo a partir de 2019 e os mesmos são comuns a vários tipos de atores, sendo focados essencialmente na crítica e na rejeição dos princípios/práticas pelos quais a Ordem Internacional vigente, na percepção das elites iranianas, se rege, ecoando alguns dos princípios mencionados por Xi Jinping e acrescentando outros.

Princípios mencionados pelas elites iranianas e também por Xi Jinping são:

- “unilateralismo” em 71% dos discursos (15 do total de 21)²⁹¹;
- “aspirações hegemónicas” em 14% dos discursos (3 do total de 21)²⁹²;
- imposição de vontade em 5% dos discursos (1 do total de 21)²⁹³.

A estes são acrescentados não somente princípios e valores distintos, como a “ingerência nos assuntos internos/domínio externo de potências estrangeiras”, mencionado em 43% dos discursos (9 do total de 21)²⁹⁴ e o “totalitarismo”, mencionado em 5% dos discursos²⁹⁵, mas também é atribuída a culpa da permanência dos mesmos ao Ocidente, liderado pelos EUA. Este último ponto fica evidente quando ao avaliar as referências específicas ao unilateralismo como prática condenável, somente em dois discursos não se lhe é associada a ação dos EUA (Discursos 20 e 60)²⁹⁶. O que revela que, contrariamente à narrativa projetada por Xi Jinping da *BRI*, a crítica das elites iranianas a estes princípios tem um destinatário assumido e não sub-repticiamente dissimulado.

Acresce ainda que no que concerne a argumentos referentes à Ordem Internacional é também mencionada, apenas em 5% dos discursos²⁹⁷, a ideia de que a mesma vive uma “situação instável”, mas também é projetado o futuro da mesma sob o argumento de que haverá uma “transferência de poder do Ocidente para o Oriente” também em 5% dos discursos²⁹⁸, indo ao encontro da ideia de Xi Jinping que a Ásia terá um papel fundamental no futuro da Ordem Internacional. Contrariamente à narrativa estratégica chinesa, não há menção à defesa de “tendências imparáveis” que caracterizam o futuro da Ordem

²⁹⁰ Discursos 2, 10, 18, 20, 24, 32, 34, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 51, 54, 55, 59, 60 e 61.

²⁹¹ Discursos 18, 20, 24, 32, 34, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 44, 45, 46, 51, 54 e 60.

²⁹² Discursos 2, 24, 51.

²⁹³ Discurso 46.

²⁹⁴ Discursos 7, 13, 18, 24, 40, 42, 43, 44, 55, 59.

²⁹⁵ Discurso 10.

²⁹⁶ Mais argumentos desta natureza serão demonstrados a jusante, aquando da elencagem dos argumentos verdadeiramente acrescentados pelas elites iranianas.

²⁹⁷ Discurso 61.

²⁹⁸ Discurso 51.

Internacional, sendo a única projeção do futuro desta, a mencionada ideia de transferência de poder. Não obstante, esta menção, apesar de distinta, também comporta uma lógica determinista sobre o futuro da Ordem Internacional tal como projetado por Xi Jinping na narrativa estratégica da *BRI*.

Desta forma, os argumentos referentes à Ordem Internacional utilizados pelas elites iranianas centram-se particularmente na crítica das práticas e princípio pelos quais a Ordem atual se rege. Tal demonstra que a crítica ao *status quo* é algo feito de forma extensiva e expressiva pelas elites iranianas, é algo mais salientado do que o estabelecimento de um novo modelo de desenvolvimento particular, como já avaliado. Acresce ainda que o facto de essas práticas serem atribuídas a um ator particular, os EUA, apesar de nunca ser mencionada a ideia de Consenso de Washington, revela como este aspeto da narrativa estratégica, é ativado de forma mais emocional.

O abraçar de outros princípios e práticas, promovidos pela China e desenvolvidos nos argumentos referentes a um novo modelo de desenvolvimento diametralmente oposto do atual, revela como a aceitação da Iniciativa é, no caso iraniano, condicionada por estas questões. Isto vai de encontro à ideia desenvolvida no capítulo do enquadramento teórico, nomeadamente de que os interesses também são moldados pela dimensão mais emocional da narrativa, particularmente da associação da proposta desta nova política pública que é a *BRI*, a valores e princípios que o ator recetor da mesma, concebe como compatíveis com a sua identidade.

9.1.6 - Argumentos referentes a questões securitárias/geopolíticas

Argumentos de natureza securitária são mencionados em cerca de 25 do total de 63 discursos (40%)²⁹⁹. Estes têm incidência particular nos anos de 2019 e de 2021, sendo que neste último ano, a dimensão pandémica é uma questão com influência, embora a pandemia em si nunca seja referida como ameaça securitária. Os mesmos, dados por praticamente todo o tipo de elites, estão centrados em dois aspetos.

Primeiramente, na classificação daquilo que as elites iranianas consideram ser ameaças securitárias ao país, como:

- o terrorismo, mencionado em 36% dos discursos (9 do total de 25)³⁰⁰;
- a ingerência nos assuntos internos/domínio externo por parte de potências estrangeiras, mencionada em 36% dos discursos³⁰¹;

²⁹⁹ Discursos 1, 2, 3, 7, 10, 11, 13, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 29, 37, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 52, 54, 61 e 62.

³⁰⁰ Discursos 1, 2, 3, 10, 11, 13, 18, 39 e 54.

³⁰¹ Discursos 7, 13, 18, 24, 40, 42, 43, 44 e 55.

- o extremismo, mencionado em 24% dos discursos (6 do total de 25)³⁰²;
- o narcotráfico e o crime organizado, mencionados em 12% dos discursos (3 do total de 25)³⁰³;
- a pobreza, mencionada em 4% dos discursos (1 no total de 25)³⁰⁴;
- o subdesenvolvimento, mencionado em 4% dos discursos³⁰⁵.

Seguidamente, na defesa da necessidade de se estabelecer, particularmente a nível regional:

- a segurança, ideia mencionada em 32% dos discursos (8 do total de 25)³⁰⁶, sendo particularizada a necessidade de “segurança energética” em 8% dos discursos (2 do total de 25)³⁰⁷;
- a paz, ideia mencionada em 28% dos discursos (7 do total de 25)³⁰⁸;
- a estabilidade, ideia mencionada em 16% dos discursos (4 do total de 25)³⁰⁹.

Acresce ainda que é mencionado em 16% dos discursos que a própria *BRI* em si contribui para a garantia desta paz, segurança e estabilidade³¹⁰.

É então de notar que na questão dos argumentos securitários, os mesmos assemelham-se bastante aos utilizados por Xi Jinping na sua narrativa da *BRI*, não havendo uma menção a ameaças tradicionais e não tradicionais, mas sim uma menção direta às ameaças em si. Também é relevante apontar que estes são dados em mais de um terço dos discursos avaliados.

Assim, por estes argumentos serem bastante similares aos dados por Xi Jinping e relacionando os mesmos com os argumentos relativos à Ordem Internacional e a questão da dimensão emocional da narrativa, é também possível afirmar que o Irão se identifica com a China na questão da perceção das ameaças. O que significa que ambos os países concebem de forma bastante parecida aquilo que consideram serem as principais ameaças, não apenas à sua segurança ontológica, dadas as críticas aos valores que regem a atual Ordem Internacional, mas também à sua segurança física. Essa similaridade na perceção das ameaças revela em si uma proximidade ideacional entre ambos os países.

³⁰² Discursos 1, 2, 3, 10, 18 e 54.

³⁰³ Discursos 19, 20 e 21.

³⁰⁴ Discurso 13.

³⁰⁵ Discurso 13.

³⁰⁶ Discursos 1, 24, 37, 40, 42, 52 e 61.

³⁰⁷ Discursos 29 e 42.

³⁰⁸ Discursos 1, 18, 23, 24, 37, 52 e 61.

³⁰⁹ Discursos 18, 23, 24 e 61.

³¹⁰ Discursos 23, 37, 61 e 62.

9.1.7 - Argumentos referentes ao multilateralismo

Já no que diz respeito a argumentos referentes à ideia de multilateralismo estes são dados em cerca de 9 de 63 discursos, 14% do total³¹¹. Concentram-se essencialmente em 2019 e assumem três formas, sendo o seu conteúdo menos prospetivo que no caso da narrativa de Xi Jinping.

- (i) a *BRI* é elogiada como um exemplo de uma Iniciativa que promove o verdadeiro multilateralismo, uma ideia mencionada em 44% dos discursos (4 do total de 9)³¹².
- (ii) é enaltecido o potencial da Iniciativa como fomentadora de “cooperação regional e entendimento regionais”, ideia mencionada em 66% dos discursos (6 do total de 9)³¹³.
- (iii) é salientado o compromisso do Irão com o multilateralismo, essencialmente económico, ideia mencionada em 11% dos discursos (1 do total de 9)³¹⁴.

A natureza destes argumentos revela como a referência ao multilateralismo é feita de forma distinta na narrativa das elites iranianas, comparativamente à narrativa de Xi Jinping. Não são dados numa lógica sistémica como no caso da narrativa estratégica de Xi, em que é mencionada a necessidade de reforma do sistema multilateral global, mas sim numa lógica mais regional, tal como os argumentos de natureza securitária. São também centrados na *BRI* em si, através da referência à Iniciativa como exemplo de multilateralismo efetivo posto em prática e da projeção do seu potencial para a promoção da cooperação regional. Além do mais, este tipo de argumentos é dado por elites de natureza diversa, o que mostra novamente uma tendência padronizada e transversal para o uso destes, por parte das várias elites do país.

9.1.8 - Argumentos referentes a aspetos materiais

Argumentos de natureza material são dados em cerca de 49 discursos, 78% do total³¹⁵. Estes argumentos, dados sem um relevo particular em nenhum período temporal e

³¹¹ Discursos 2, 20, 27, 32, 34, 39, 45, 51, 61.

³¹² Discursos 2, 20, 27 e 51.

³¹³ Discursos 32, 34, 39, 45, 51 e 61.

³¹⁴ Discurso 60.

³¹⁵ Discursos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 41, 43, 44, 45, 47, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 62 e 63.

sem um enfoque específico de nenhum ator veiculador, e como tal, salientados de forma constante ao longo do tempo e por todo o tipo de elites, assumem cinco formas:

(i) relacionam-se com aquilo que é a percepção das elites iranianas do que a Iniciativa promove. Tal fica comprovado pelo uso de expressões como:

- o “desenvolvimento/crescimento económico”, ideia mencionada em 16% dos discursos (8 do total de 49)³¹⁶;
- a “conectividade”, ideia mencionada em 12% dos discursos (6 do total de 49)³¹⁷;
- a “criação de emprego”, ideia mencionada em 6% dos discursos (3 do total de 49)³¹⁸;
- o “crescimento do valor das moedas nacionais”, ideia mencionada em 4% dos discursos (2 do total de 49)³¹⁹;
- a “redução da pobreza”, ideia mencionada em 2% dos discursos (1 do total de 49)³²⁰;
- a “prosperidade”, ideia mencionada em 2% dos discursos³²¹;
- a “facilitação do uso de moedas nacionais para transações”, ideia em 2% dos discursos³²².

(ii) referem-se às expectativas e desejos das elites iranianas, de verem, por via da *BRI*:

- o aumento do financiamento de “projetos de infraestruturas”, ideia mencionada em 35% dos discursos (17 do total de 49)³²³, especificamente o reforço da rede de “transportes”, ideia mencionada em 16% dos discursos (8 do total de 49)³²⁴, em particular de: estradas, ideia mencionada em 10% dos discursos (5 do total de 49)³²⁵; redes ferroviárias, ideia mencionada em 8% dos discursos (4 do total de 49)³²⁶; portos, ideia mencionada em 2% dos discursos (1 do total de 49)³²⁷; aeroportos, ideia mencionada em 2% dos discursos³²⁸ bem

³¹⁶ Discursos 1, 13, 23, 32, 34, 44, 45 e 46.

³¹⁷ Discursos 1, 8, 13, 14, 17 e 21.

³¹⁸ Discursos 13, 17 e 57.

³¹⁹ Discursos 32 e 34.

³²⁰ Discurso 44.

³²¹ Discurso 24.

³²² Discurso 19.

³²³ Discursos 1, 2, 8, 9, 14, 23, 24, 28, 29, 33, 35, 37, 41, 44, 40, 54 e 57.

³²⁴ Discursos 13, 24, 26, 28, 36, 39, 50 e 57.

³²⁵ Discursos 26, 29, 33, 35 e 37.

³²⁶ Discursos 24, 26, 33 e 57.

³²⁷ Discurso 57.

³²⁸ Discurso 57.

como o projeto de ligação entre os portos de Gwadar e Chabahar, mencionado em 2% dos discursos³²⁹ e o redesenho do reator de Arak, mencionado em 2% dos discursos³³⁰

- o “reforço/expansão da cooperação económica” com a China, ideia mencionada em 32,5% dos discursos (16 do total de 49)³³¹;
- o reforço da “cooperação energética”, ideia mencionada em 30% dos discursos (15 do total de 49)³³² e sublinhada, sobretudo, em 2019;
- a intensificação da “cooperação tecnológica e científica”, ideia mencionada em 18% dos discursos (9 do total de 49)³³³;
- o aumento da “produção industrial” iraniana, ideia mencionada em 16% dos discursos (8 do total de 49)³³⁴;
- o reforço da “cooperação financeira”, ideia mencionada em 10% dos discursos (5 do total de 49)³³⁵;
- o aumento das “exportações de petróleo e gás natural”, ideia mencionada em 8% dos discursos (4 do total de 49)³³⁶;
- o aumento do “turismo”, ideia mencionada em 6% dos discursos (3 do total de 49)³³⁷;
- o aumento da “produção agrícola”, ideia mencionada em 2% dos discursos (1 do total de 49)³³⁸.

(iii) aludem também às expectativas das elites iranianas sobre o que a cooperação no âmbito da *BR/* pode trazer ao nível da relação bilateral com a China, através de expressões como:

- a intensificação das “relações comerciais/comércio” com a China”, ideia mencionada em 28,5% dos discursos (14 do total de 49)³³⁹ e enfatizada a partir de 2018;
- o aumento do “investimento” chinês, ideia mencionada em 26,5% dos discursos (13 do total de 49)³⁴⁰;

³²⁹ Discurso 21.

³³⁰ Discurso 41.

³³¹ Discursos 3, 4, 5, 13, 14, 16, 24, 26, 27, 30, 31, 43, 47, 53, 54 e 62.

³³² Discursos 9, 13, 18, 19, 21, 24, 28, 29, 33, 35, 36, 39 e 50.

³³³ Discursos 1, 13, 19, 23, 28, 29, 43, 55 e 56.

³³⁴ Discursos 4, 17, 19, 26, 29, 33, 39 e 55.

³³⁵ Discursos 9, 14, 25, 29 e 30.

³³⁶ Discursos 25, 26, 29 e 33.

³³⁷ Discurso 25, 39 e 47.

³³⁸ Discurso 8.

³³⁹ Discursos 2, 4, 6, 17, 18, 19, 26, 29, 31, 36, 41, 55, 59 e 63.

³⁴⁰ Discursos 4, 6, 8, 13, 14, 17, 19, 26, 28 e 33.

- o reforço das relações bancárias com a China, ideia mencionada em 10% dos discursos (5 do total de 49)³⁴¹;
- o desenvolvimento da indústria de armamento iraniana, mencionado em 6% dos discursos (3 do total de 39)³⁴²;
- a efetivação do papel do país como “provedor energético” de Pequim, mencionada em 4% dos discursos (2 do total de 49)³⁴³;
- o aumento da cooperação bilateral na área da energia nuclear, mencionado em 4% dos discursos³⁴⁴;
- a “expansão da cooperação bilateral”, mencionada em 2% dos discursos (1 do total de 49)³⁴⁵;
- a abertura de “um novo capítulo de cooperação bilateral”, mencionada em 2% dos discursos³⁴⁶;
- o estabelecimento de uma “relação de longo-termo”, mencionada em 2% dos discursos³⁴⁷.

(iv) assinalam as oportunidades que a participação na *BRI* pode trazer para o seu país, nomeadamente:

- a capitalização da sua “posição/localização estratégica”, mencionada em 20% dos discursos (10 do total de 49)³⁴⁸;
- a transformação efetiva do Irão num “país de trânsito importante” mencionada em 8% dos discursos (4 do total de 49)³⁴⁹ e enfatizada sobretudo a partir de 2019.

(v) dão a perspetiva das elites iranianas sobre o papel do país na atual *BRI*, apelidada de “projeto do século” em 2% dos discursos (1 do total de 49)³⁵⁰ e de Iniciativa com “importância estratégica e internacional” também em 2% dos discursos³⁵¹, através de ideias como:

³⁴¹ Discursos 9, 14, 19, 26 e 30.

³⁴² Discursos 19, 20 e 21.

³⁴³ Discursos 28 e 29.

³⁴⁴ Discurso 3 e 5.

³⁴⁵ Discurso 29.

³⁴⁶ Discurso 12.

³⁴⁷ Discurso 25.

³⁴⁸ Discursos 8, 13, 18, 33, 38, 41, 52, 55, 57 e 58.

³⁴⁹ Discursos 41, 44, 45 e 50.

³⁵⁰ Discurso 35.

³⁵¹ Discurso 52.

- “posição especial”, mencionada em 2% dos discursos³⁵²;
- “posição espetacular e ideal”, mencionada em 2% dos discursos³⁵³;
- “posição excelente”, mencionada em 2% dos discursos³⁵⁴;
- “país-chave”, mencionada em 2% dos discursos³⁵⁵.

(vi) demonstram o reconhecimento da importância de determinadas instituições para a facilitação e garantia do financiamento de projetos e consubstanciação de investimentos no âmbito da *BRI*, sendo de salientar a menção apenas ao *AIB* em 4% dos discursos (2 do total de 49)³⁵⁶.

Neste sentido, aos argumentos materiais projetados por Xi Jinping na narrativa estratégica da *BRI*, são acrescentados uma série de outros, mais particulares, como a ideia do aumento da capacidade de produção agrícola, do turismo, do desenvolvimento da indústria militar, do desenvolvimento da cooperação nuclear e também da importância da efetuação de transações internacionais com moedas nacionais. No entanto, a ênfase é dada também a aspetos que Xi Jinping enfatiza no seu discurso, nomeadamente a conectividade - em especial a *hard*, a nível de construção de diversas infraestruturas -, o aumento do investimento e do comércio. É também importante salientar a ênfase dada às oportunidades e expectativas que a participação na Iniciativa tem na perceção das elites iranianas, em termos da afirmação do papel do seu país em determinadas áreas, sobretudo a energética e em termos da potencialidade que a participação nesta Iniciativa traz para a cooperação bilateral do país com a China, de uma forma geral. Aliado a isto está também o reconhecimento da importância da existência de determinadas instituições para o financiamento de projetos no âmbito da *BRI*. Nesse sentido, são reconhecidos pelas elites iranianas vários tipos de incentivos materiais para a participação do seu país na Iniciativa.

Dada a extensão com que argumentos de natureza material são dados pelas elites iranianas, em cerca de 78% dos discursos, é possível afirmar que este é o aspeto enfatizado mais vezes em relação à *BRI*.

³⁵² Discurso 30.

³⁵³ Discurso 14.

³⁵⁴ Discurso 35.

³⁵⁵ Discurso 55.

³⁵⁶ Discursos 6 e 14.

9.1.9 - Argumentos referentes à democracia

Não existe menção nenhuma em algum discurso ao princípio da democracia, nem enquadrado como um princípio regulador do posicionamento internacional de Teerão, ou mesmo de Pequim. O que distingue os argumentos das elites iranianas dos dados por Xi Jinping.

9.1.10 - Argumentos referentes ao Irão em si

É também relevante ter em conta aqueles que são os argumentos, dados pelas elites políticas, diplomáticas e intelectuais iranianas, referindo-se particularmente ao Irão em si, bem como à sua perspectiva sobre a *BRI*, para avaliar o modo como é recebida a narrativa da Iniciativa. Estes são dados em 15 discursos, 24% do total³⁵⁷. Têm particular incidência nos anos de 2017 e 2019 e são dados por todo o tipo de elites, assumindo quatro formas.

- (i) caracterizam, de uma forma geral, o Irão como país, ou seja, a caracterização da identidade do país, através de expressões como:
- “grande produtor de energia”, mencionada em 40% dos discursos (6 do total de 15)³⁵⁸;
 - “herdeiro de uma antiga civilização”, mencionada em 13% dos discursos (2 do total de 15)³⁵⁹;
 - país com “grande capacidade geográfica e geopolítica”, mencionada em 13% dos discursos³⁶⁰;
 - “potência económica”, mencionada em 13% dos discursos³⁶¹;
 - “país grande”, mencionada em 7% dos discursos (1 do total de 15)³⁶²;
 - “potência significativa na Ásia”, mencionada em 7% dos discursos³⁶³;
 - “potência transregional”, mencionada em 7% dos discursos³⁶⁴;
 - país “mais estável do Médio Oriente”, mencionada em 7% dos discursos³⁶⁵;
 - país “grande culturalmente”, mencionada em 7% dos discursos³⁶⁶.

³⁵⁷ Discursos 3, 5, 6, 13, 16, 17, 18, 22, 29, 31, 37, 53, 55, 60 e 61.

³⁵⁸ Discursos 3, 5, 18, 29, 55 e 60.

³⁵⁹ Discursos 16 e 37.

³⁶⁰ Discursos 22 e 55.

³⁶¹ Discursos 6 e 13.

³⁶² Discurso 17.

³⁶³ Discurso 53.

³⁶⁴ Discurso 61.

³⁶⁵ Discurso 18.

³⁶⁶ Discurso 13.

- (ii) elencam aquilo que são alguns dos princípios internacionais pelos quais a Política Externa iraniana se rege, nomeadamente:
- o estabelecimento de “boas relações de vizinhança”, mencionado em 20% dos discursos (3 do total de 15)³⁶⁷;
 - o “desejo de relações pacíficas”, mencionado em 13% dos discursos (2 do total de 15)³⁶⁸;
 - o compromisso com o “multilateralismo económico”, mencionado em 7% dos discursos (1 do total de 15)³⁶⁹.

Estes argumentos por sua vez serão parte importante na conceção do ator feita pelas elites iranianas. Um aspeto que irá ser detalhado mais à frente.

9.1.11 - Argumentos acrescentados

Para além da reformulação já mencionada de alguns dos argumentos da narrativa estratégia da *BRI* projetada por Xi Jinping, outros argumentos foram acrescentados em cerca de 28 discursos, 44% do total³⁷⁰.

Um exemplo de argumentos acrescentados é a associação direta dos EUA a determinadas práticas já mencionadas, consideradas reprováveis pelo país e o conseqüente apelo à cooperação bilateral com a China, no âmbito da *BRI*, para contrariar estas mesmas práticas e postura. Algumas dessas práticas, incluindo as já referidas, são:

- o “unilateralismo americano” mencionada em 46% dos discursos (13 do total de 28)³⁷¹;
- a “ingerência nos assuntos internos” e “domínio” sobre outros países”, mencionada em 21% dos discursos (6 do total de 28)³⁷²;
- as “intenções hegemónicas do Ocidente liderado pelos EUA”, mencionada em 11% dos discursos (3 do total de 28)³⁷³;
- as “políticas/táticas danosas dos EUA”, mencionadas em 11% dos discursos³⁷⁴;

³⁶⁷ Discursos 22, 31 e 61.

³⁶⁸ Discurso 18 e 22.

³⁶⁹ Discurso 60.

³⁷⁰ Discursos 2, 3, 4, 5, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 26, 27, 28, 32, 34, 38, 39, 40, 41, 42, 45, 46, 51, 54, 59 e 63.

³⁷¹ Discursos 18, 24, 32, 34, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 51 e 54.

³⁷² Discursos 18, 24, 40, 42, 43 e 59.

³⁷³ Discursos 2, 24 e 50.

³⁷⁴ Discursos 22, 27 e 28.

- a “avareza” americana, mencionada em 7% dos discursos (2 do total de 28)³⁷⁵;
- o “monopólio financeiro” americano, mencionada em 4% dos discursos (1 do total de 28)³⁷⁶;
- a “abordagem hostil” dos EUA, mencionada em 4% dos discursos³⁷⁷;
- as “políticas de *bullying*” americanas, mencionada em 4% dos discursos³⁷⁸;
- a contribuição americana para a instabilidade regional, mencionada em 4% dos discursos³⁷⁹.

Como se pode confirmar, a maior parte destes discursos situa-se temporalmente entre 2019 e 2020, período logo após a retirada unilateral dos EUA do Acordo Nuclear e a aplicação de sanções unilaterais reforçadas por parte da então Administração Trump a Teerão (Landler, 2018).

Outro argumento utilizado é o da energia nuclear, de duas formas. Por um lado, é enaltecido o papel da China na supervisão e na tentativa de preservação das prerrogativas do Acordo Nuclear, também conhecido por *Joint Comprehensive Plan of Action (JCPOA)*, como um exemplo do alinhamento dos interesses entre Teerão e Pequim e do papel construtivo do segundo, algo mencionado em 39% dos discursos³⁸⁰, essencialmente por elites diplomáticas, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Irão e o Presidente iraniano, que como se confere, são dispersos temporalmente. Por outro, é salientado o potencial para a cooperação entre os dois países, no âmbito da *BRI*, no que concerne à energia nuclear, mencionado em 7% dos discursos³⁸¹, curiosamente do mesmo ano, 2016 e algo já apondo. O que mostra como precocemente, e aquando do alargamento da cooperação de ambos os países e da sua Parceria Estratégica, esta já seria uma das intenções da cooperação no âmbito da *BRI* por parte das elites políticas e diplomáticas iranianas.

Um outro argumento ainda utilizado, é o de que as elites iranianas, sejam políticas ou diplomáticas, acreditarem que a pertença à *BRI* potenciará a cooperação ao nível securitário e militar com a China, algo mencionado em 21% dos discursos³⁸², sendo especificado para além do desenvolvimento da indústria de armamento iraniana e de exercícios militares conjuntos, o combate ao narcotráfico e ao crime organizado, mencionado em 11% dos discursos³⁸³. Como se pode conferir, este aspeto é

³⁷⁵ Discursos 32 e 34.

³⁷⁶ Discurso 34.

³⁷⁷ Discurso 63.

³⁷⁸ Discurso 46.

³⁷⁹ Discurso 54.

³⁸⁰ Discursos 2, 4, 18, 20, 24, 38, 39, 41, 51, 54 e 59.

³⁸¹ Discurso 3 e 5.

³⁸² Discursos 2, 3, 5, 15, 16 e 20.

³⁸³ Discursos 19, 20 e 21.

essencialmente salientado no período entre 2015 e 2018, o que revela como numa fase primordial da cooperação entre ambos os países no âmbito da *BRI*, esta seria uma prioridade para as elites iranianas.

9.2 - A receção da narrativa estratégica da Iniciativa pelas elites egípcias

No caso egípcio serão avaliados cerca de 25 discursos³⁸⁴, um muito menor número de discursos do que o Irão, devido sobretudo à inacessibilidade à página do Ministério dos Negócios Estrangeiros egípcio, à inexistência de mais informação fidedigna e à barreira linguística. Destes discursos, 12 correspondem ao Presidente Abdul El-Sisi, ou seja, 56% dos discursos, 6 a elites políticas (24%); 4 ao Ministro dos Negócios Estrangeiros (16%) e 1 ao Primeiro-Ministro, às elites diplomáticas e às elites intelectuais, sendo cada caso, 4% do total de discursos. Destes 25 discursos, 1 é de 2015, 1 de 2016, 4 de 2017, 4 de 2018, 7 de 2019, 3 de 2020 e 4 de 2021.

9.2.1 - O sentimento relativamente à Iniciativa

No que concerne o sentimento, semelhantemente ao caso iraniano, no caso egípcio, na maioria dos discursos, o sentimento demonstrado é um sentimento “totalmente positivo” (em 17 discursos, 68% do total). Excetuam 8 discursos, onde o sentimento foi avaliado como “parcialmente positivo”, nomeadamente Discursos 10, 12, 16, 18, 22, 23, 24 e 25 (32% do total de discursos). Estas exceções - sendo importante referir que 4 dos discursos referidos são do ano de 2021 e não correspondem a um ator veiculador em particular -, prendem-se com a ideia de que a *BRI* é apenas parte da cooperação com a China, sendo essencialmente valorizada, num plano mais elevado, esta cooperação de uma forma geral.

Assim, tal como no caso iraniano, o sentimento “parcialmente positivo” deriva de alguma crítica apontada à Iniciativa em si, mas de uma valorização ainda maior da relação bilateral em geral com a China, ou de um realçar mais particular dentro de determinado discurso, de outros aspetos na relação com a China, que não apenas a Iniciativa. O que significa que não são apontadas críticas, nem mencionadas potenciais ameaças ou fraquezas à Iniciativa, para a atribuição desta categorização ao sentimento.

³⁸⁴ Cfr. nos Anexos, Tabela 3 com a identificação das categorias criadas e a sua aplicação aos discursos analisados.

O facto de o ano de 2021 ter particular saliência, pode estar relacionado, hipoteticamente falando, uma vez que nada está explicitado pelo discurso em si, com o agudizar da situação pandémica ao nível global e como tal, no estímulo dado por fatores externos, para uma visão mais geral e holística da relação com a China como um todo, por parte das elites egípcias.

9.2.2 - Argumentos focados na China em si

No que diz respeito aos argumentos referentes à China em si utilizados pelas elites políticas egípcias, estes, tal como no caso iraniano, são argumentos de natureza muito particular, relacionando entre si aspetos quer ideacionais, quer materiais. Os mesmos são dados em 80% dos discursos (20 do total de 25)³⁸⁵, dispersos temporalmente e comuns a vários tipos de elite. Assumem três formas.

Numa primeira instância são utilizados para oferecer uma caracterização da China em si, similarmente ao caso iraniano, através da utilização de expressões como:

- país com “modelo/experiência de desenvolvimento de sucesso” em 30% dos discursos (6 do total de 20)³⁸⁶;
- país “justo nos assuntos regionais do Médio Oriente” em 15% dos discursos (3 do total de 20)³⁸⁷, todos feitos pelo Presidente egípcio;
- “prioridade da política externa egípcia” em 15% dos discursos³⁸⁸;
- país com “credibilidade junto dos países em crescimento e em desenvolvimento” em 5% dos discursos (1 do total de 20)³⁸⁹;
- país com “laços fortes com parceiros internacionais distintos” em 5% dos discursos³⁹⁰;
- país sem “registo de implicações negativas na sua relação com os outros, relacionadas com hegemonia e imperialismo” em 5% dos discursos³⁹¹;
- país que “estende a mão à cooperação e não à confrontação” em 5% dos discursos³⁹²;
- “maior parceiro comercial do Egito” em 5% dos discursos³⁹³;

³⁸⁵ Discursos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 14, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25.

³⁸⁶ Discursos 5, 11, 19, 20, 24 e 25.

³⁸⁷ Discursos 2, 8 e 20.

³⁸⁸ Discursos 2,4 e 11.

³⁸⁹ Discurso 5.

³⁹⁰ Discurso 5.

³⁹¹ Discurso 5.

³⁹² Discurso 21.

³⁹³ Discurso 7.

- “parceiro com valor” em 5% dos discursos³⁹⁴;
- “parceiro de confiança”, pelo Presidente egípcio, em 5% dos discursos³⁹⁵;
- “verdadeiro amigo”, pelo Presidente egípcio, em 5% dos discursos³⁹⁶;
- “parceiro tradicional dos países árabes e africanos”, em 5% dos discursos³⁹⁷.

Numa segunda, para caracterizar a relação do Egito com a China em particular, seja no passado, seja no presente, através de expressões como:

- país com o qual o Egito tem uma “coordenação em determinados assuntos internacionais, cooperação conjunta forte e postura similar”, mencionada em 20% dos discursos (4 do total de 20)³⁹⁸;
- “relação sólida e profunda”, mencionada pelo Presidente egípcio, em 10% dos discursos (2 do total de 20)³⁹⁹;
- “amizade tradicional”, mencionada, pelo Presidente egípcio, em 10% dos discursos⁴⁰⁰;
- “relação histórica”, mencionada em 5% dos discursos (1 do total de 20)⁴⁰¹;
- “parceria com alto nível de confiança mútua”, mencionada em 5% dos discursos⁴⁰²;
- “laços profundos”, mencionada em 5% dos discursos⁴⁰³;
- “laços fortes”, mencionada em 5% dos discursos⁴⁰⁴;
- “relação em crescendo”, mencionada em 5% dos discursos⁴⁰⁵;
- “apoio de longo prazo”, mencionada em 5% dos discursos⁴⁰⁶.

A distinção deste aspeto para o caso iraniano, é que não há uma caracterização desta relação, tal como irá ser explanado aquando dos argumentos das elites egípcias relacionados com a cultura, no âmbito da Rota da Seda Clássica de forma tão clara e extensiva. No entanto, fica também patente o impacto da perceção de comunalidades ideacionais, pela caracterização em geral feita a esta relação por via de adjetivos como “tradicional”, “sólida”, “profunda” e “histórica”.

³⁹⁴ Discurso 1.

³⁹⁵ Discurso 24.

³⁹⁶ Discurso 24.

³⁹⁷ Discurso 4.

³⁹⁸ Discursos 3, 4, 8 e 14.

³⁹⁹ Discursos 14 e 22.

⁴⁰⁰ Discursos 8 e 12.

⁴⁰¹ Discursos 16 e 23.

⁴⁰² Discurso 8.

⁴⁰³ Discurso 11.

⁴⁰⁴ Discurso 23.

⁴⁰⁵ Discurso 22.

⁴⁰⁶ Discurso 20.

Numa terceira, para salientar aquilo que as elites egípcias entendem como sendo aspirações para o futuro da relação do seu país com a China, através de ideias como:

- “reforço da Parceria Estratégica Abrangente”, referida em 55% dos discursos (11 do total de 20)⁴⁰⁷;
- “reforço da relação no âmbito da *Belt and Road Initiative*”, referida em 40% dos discursos (8 do total de 20)⁴⁰⁸;
- reforço da coordenação ao nível bilateral no combate à pandemia, ideia mencionada a partir de 2021 e em 15% dos discursos (3 do total de 20)⁴⁰⁹, todos eles protagonizados pelo Presidente egípcio;
- “reforço da relação África-China”, mencionada pelo Presidente egípcio, em 10% dos discursos (2 do total de 20)⁴¹⁰;
- “reforço das relações parlamentares bilaterais”, mencionada em 5% dos discursos (1 do total de 20)⁴¹¹;
- “reforço da cooperação *win-win*”, mencionada pelo Presidente egípcio, em 5% dos discursos⁴¹²;
- “reforço da cooperação pragmática”, mencionada pelo Presidente egípcio em 5% dos discursos⁴¹³;
- aprofundamento da coordenação das estratégias de desenvolvimento e desejo de “concretização do sonho de rejuvenescimento nacional egípcio, em coordenação com o sonho de rejuvenescimento nacional chinês”, mencionadas pelo Presidente egípcio, em 5% dos discursos⁴¹⁴;
- “reforço da relação da China com os países árabes”, mencionada em 5% dos discursos⁴¹⁵.

Apesar deste enfoque no desejo do reforço da relação bilateral com Pequim, em discurso algum é mencionada a ideia de desejo de constituição de uma “comunidade de futuro partilhado”, tal como no caso iraniano.

De forma mais notória que no caso iraniano, há uma menção, ainda que curta, a conceitos que norteiam o posicionamento internacional chinês - particularmente da ideia da concretização do “Sonho Chinês” - mas de forma ligada àquilo que também é a perceção das elites egípcias, dos princípios que regulam o posicionamento do seu país. Sendo a

⁴⁰⁷ Discursos 2, 4, 8, 11, 12, 14, 19, 22, 23, 24 e 25.

⁴⁰⁸ Discursos 3, 4, 6, 7, 9, 14, 23 e 24.

⁴⁰⁹ Discursos 22, 24 e 25.

⁴¹⁰ Discursos 9 e 12.

⁴¹¹ Discurso 16.

⁴¹² Discurso 20.

⁴¹³ Discurso 20.

⁴¹⁴ Discurso 11.

⁴¹⁵ Discurso 12.

maioria dos argumentos dados pelo próprio Presidente, pode-se dizer que há ao mais alto nível dentro as esferas de poder egípcias, a internalização de alguns destes princípios. Há uma incorporação por exemplo da ideia da procura do “rejuvenescimento nacional” num discurso protagonizado pelo Presidente El-Sisi, em referência ao próprio Egito. O que vai ao encontro da referência de Xi Jinping ao Egito de que o país é a “esperança de uma civilização renovada que carrega a missão de rejuvenescimento nacional”. Estes paralelismos na linguagem utilizada para fazer veicular esta ideia, demonstram a semelhança, em teoria, em termos ideacionais e de conceções político/filosóficas sobre “posicionamento internacional”, a proximidade entre os dois países.

Importa também salientar que comparativamente ao caso iraniano, as expressões utilizadas para caracterizar a China e a sua identidade, são feitas mais numa lógica de paridade do que de hierarquia. Enquanto que no caso iraniano são utilizadas expressões como “maior potência económica e militar” ou “grande potência”, no caso egípcio são utilizadas expressões como “parceiro de confiança”, “parceiro com valor” e “verdadeiro amigo”. Um aspeto relevante para explicar como através da linguagem a perceção da relação de ambos os países com a China, é projetada pelo discurso das elites. Não obstante, essa perceção, apesar de distinta encapsula uma inferência comum a ambos os casos – que a identidade que a China projeta de si mesma, é concebida como compatível com a identidade quer do Egito, quer do Irão.

9.2.3 - Argumentos referentes aos recursos de *soft power*: a menção à ideia de um novo modelo de desenvolvimento

No que diz respeito a argumentos relacionados com a ideia de um novo modelo de desenvolvimento, estes verificam-se em 13 discursos, 52% do total⁴¹⁶, compreendidos entre 2017 e 2021, mas dispersos pelas várias elites. Os mesmos, centram-se em dois aspetos.

Primeiramente, e de forma menos extensiva que no caso iraniano, para caracterizar a *BRI* como uma Iniciativa promotora da conceção de desenvolvimento que caracteriza este novo modelo, através do recurso a expressões como:

- a *BRI* é “complementar com os esforços de desenvolvimento do Egito” em 23% dos discursos (3 do total de 13)⁴¹⁷;

⁴¹⁶ Discursos 5, 7, 8, 9, 11, 13, 14, 16, 18, 19, 20, 21 e 22.

⁴¹⁷ Discursos 5, 7 e 13

- a filosofia da *BRI* é o desenvolvimento” em 15% dos discursos (2 no total de 13)⁴¹⁸;
- a *BRI* é uma das “ferramentas promotoras do desenvolvimento mais importantes do Mundo” em 8% dos discursos (1 do total de 13)⁴¹⁹;
- a *BRI* é “complementar com a Agenda de Desenvolvimento para África de 2063” em 8% dos discursos⁴²⁰;
- a *BRI* promove “o desenvolvimento abrangente” em 8% dos discursos⁴²¹;
- a *BRI* promove o “desenvolvimento sustentável” em 8% dos discursos⁴²²;
- a *BRI* permite avançar o “esforço de desenvolvimento nacional” do Egito em 8% dos discursos⁴²³;
- a *BRI* promove o progresso em “áreas que também são prioridade na Visão 2030”, documento estratégico nacional direcionado para o desenvolvimento, mencionada em 8% dos discursos⁴²⁴.

Através dos adjetivos referidos, fica claro como as elites egípcias, não só recebem a ideia de desenvolvimento abrangente projetada na narrativa estratégica da *BRI*, mas também como internalizam essa ideia, ao assumirem que o desenvolvimento é o *ethos* da Iniciativa e que tal é compatível e complementar da ideia de desenvolvimento que o Egito tem para si.

Seguidamente, e tal como no caso das elites iranianas, para referir os princípios que regulam este modelo e conseqüentemente, são promovidos e protegidos por via da Iniciativa. São exemplos desses princípios:

- a ideia de que a *BRI* promove/protege a cooperação bilateral, multilateral e internacional referida em 54% dos discursos (7 do total de 13)⁴²⁵;
- a “partilha de benefícios” referida em 15% dos discursos (2 do total de 13)⁴²⁶;
- a “dignidade” referida pelo Presidente egípcio em 8% dos discursos (1 do total de 13)⁴²⁷;
- a “cooperação entre países em desenvolvimento” referida pelo Presidente egípcio em 8% dos discursos⁴²⁸;

⁴¹⁸ Discursos 5 e 14.

⁴¹⁹ Discurso 21.

⁴²⁰ Discurso 9.

⁴²¹ Discurso 14.

⁴²² Discurso 21.

⁴²³ Discurso 18.

⁴²⁴ Discurso 14.

⁴²⁵ Discursos 5, 8, 11, 14, 16, 20 e 22.

⁴²⁶ Discursos 9 e 10.

⁴²⁷ Discurso 17.

⁴²⁸ Discurso 17.

- a “cooperação Sul-Sul” referida pelo Presidente egípcio, em 8% dos discursos⁴²⁹;
- a “confiança mútua” referida pelo Presidente egípcio em 8% dos discursos⁴³⁰;
- a concretização dos “programas de desenvolvimento nacionais”, referida pelo Presidente egípcio em 8% dos discursos⁴³¹;
- a “dignidade” referida pelo Presidente egípcio em 8% dos discursos⁴³²;
- a “consulta” em 8% dos discursos, proferido pelo Presidente egípcio⁴³³;
- o apoio à “tutela dos governos dos seus próprios programas de desenvolvimento nacionais referida pelo Presidente egípcio em 8% dos discursos⁴³⁴;
- o “respeito e interesses mútuos” referida em 8% dos discursos⁴³⁵;
- a “coordenação de estratégias de desenvolvimento” referida em 8% dos discursos⁴³⁶;
- a “união dos membros da Iniciativa por desafios e denominadores comuns” referida em 8% dos discursos⁴³⁷;
- a “abertura” referida em 8% dos discursos⁴³⁸.

Tendo estes aspetos em consideração, é possível confirmar que a narrativa estratégica das elites egípcias relativamente à *BRI*, embora de forma menos extensiva, incorpora alguns dos argumentos referentes a um novo modelo de desenvolvimento também utilizados por Xi Jinping na sua narrativa, à semelhança da narrativa das elites iranianas, incluindo a ideia central de que a *BRI* ajudará ao estabelecimento do mesmo. É de salientar a menção extensiva ao desejo do reforço, através da Iniciativa da “cooperação bilateral, regional e multilateral”, uma menção que sublinha um aspeto que será transversalmente notório em praticamente todos os argumentos dados pelas elites egípcias: o de que o seu país deve desempenhar um papel de liderança a nível regional e envolver-se em Iniciativas que potenciem isso mesmo. No caso particular da ideia da promoção de um novo modelo de desenvolvimento, no qual o Egito quer assumir papel de líder, a mesma também é mencionada por Xi Jinping num dos discursos⁴³⁹ avaliados sobre

⁴²⁹ Discurso 17.

⁴³⁰ Discurso 17.

⁴³¹ Discurso 17.

⁴³² Discurso 17.

⁴³³ Discurso 17.

⁴³⁴ Discurso 17.

⁴³⁵ Discurso 19.

⁴³⁶ Discurso 11.

⁴³⁷ Discurso 14.

⁴³⁸ Discurso 5.

⁴³⁹ Discurso 16.

a narrativa estratégica da *BRI*, em que este assume ser seu desejo que o Egito se torne num “modelo de desenvolvimento na sua região”.

Quantitativamente falando, a percentagem de discursos das elites egípcias onde é abordado este novo modelo é maior (52%) que a dos discursos das elites iranianas (27%), tendo em consideração que o número de discursos em si seja, em termos absolutos, menor. Isto revela uma maior incidência por parte das elites egípcias, na menção ao novo modelo de desenvolvimento.

Não obstante, apesar da diferença em termos quantitativos, em ambos os casos o discurso manifesta uma clara identificação das elites destes países com os princípios deste modelo promovido pela China, o que articulado com a rejeição de outros princípios e práticas do atual modelo, que serão mencionadas a jusante, será particularmente importante para primeiramente, perceber a conceção do cenário apresentada e seguidamente, o enquadramento de ambos os estudos de casos, em termos ideacionais, no “*Belt and Road buy-in framework*”. Temporalmente no caso iraniano a menção a este tipo de argumentos é mais circunscrita (entre 2019 e 2021) do que no caso egípcio (entre 2017 e 2021).

9.2.4 - Argumentos referentes aos recursos de *soft power*: a cultura

No que diz respeito aos argumentos referentes ao segundo recurso de *soft power*, a cultura, os mesmos são utilizados em cerca de 10 discursos, 40% do total⁴⁴⁰, situados temporalmente entre 2016 e 2021 e dispersos por várias elites. Estes são aplicados, ainda que numa amplitude mais reduzida do que no caso iraniano, mas num espectro temporal mais alargado, para salientar quatro aspetos, que como já referidos, se relacionam não somente com a *BRI* moderna, mas com a relação do Egito com a China em si.

- (i) a caracterização da relação histórica entre Pequim e Cairo que, contrariamente ao caso iraniano, nunca é algo enquadrado de forma explícita, seja metafórica ou fisicamente, na Rota da Seda Clássica. Tal é feito através do recurso a ideias como:
 - “amizade tradicional” utilizada pelo Presidente egípcio em 20% dos discursos (2 do total de 10)⁴⁴¹;
 - “relação sólida e profunda” utilizada pelo Presidente egípcio em 20% dos discursos⁴⁴²;

⁴⁴⁰ Discursos 2, 7, 8, 11, 12, 14, 16, 23 e 24.

⁴⁴¹ Discursos 8 e 12.

⁴⁴² Discurso 14 e 22.

- “relação histórica” em 20% dos discursos⁴⁴³;
 - “laços profundos” em 10% dos discursos (1 do total de 10)⁴⁴⁴;
 - “laços fortes” em 10% dos discursos⁴⁴⁵.
- (ii) a caracterização histórica do Egito e da China dada de uma forma conjunta, e não da sua relação em si, por via de expressões como:
- “duas das civilizações mais antigas do Mundo”, mencionada em 10% dos discursos (1 do total de 10)⁴⁴⁶;
 - “duas civilizações com grande história”, mencionada em 10% dos discursos⁴⁴⁷.
- (iii) a caracterização da Rota da Seda Clássica e a projeção da mesma para o presente, por via de ideias como:
- espaço que criou uma “ligação íntima” entre países árabes e China, que “ainda hoje se faz sentir”, mencionada em 10% dos discursos (1 do total de 10)⁴⁴⁸;
 - a existência de uma “responsabilidade comum de revitalizar a outrora grandiosa Rota da Seda Clássica”, referida em 10% dos discursos⁴⁴⁹.

Através destes argumentos fica salientada a importância dada, em termos ideacionais, pelas elites egípcias, à Rota da Seda como espaço histórico de interação entre o seu país e a China, mas também entre todo o mundo árabe unido por uma cultura comum, com a China também.

- (iv) o entendimento na perspetiva das elites egípcias, das necessidades que a *BRI* colmata e objetivos que esta promove, tais como:
- o reforço do “diálogo intercivilizacional”, apontada em 10% dos discursos (1 do total de 10)⁴⁵⁰, sendo este proferido pelo Presidente egípcio;
 - o estímulo à “cooperação cultural” bilateral, apontada em 10% dos discursos, sendo este proferido pelo Presidente egípcio⁴⁵¹;

⁴⁴³ Discursos 16 e 23.

⁴⁴⁴ Discurso 11.

⁴⁴⁵ Discurso 23.

⁴⁴⁶ Discurso 14.

⁴⁴⁷ Discurso 11.

⁴⁴⁸ Discurso 7.

⁴⁴⁹ Discurso 7.

⁴⁵⁰ Discurso 11.

⁴⁵¹ Discurso 11.

- o “aumento das trocas culturais”, apontada em 10% dos discursos⁴⁵².

Assim, contrariamente aos argumentos utilizados pelas elites iranianas, não há uma enfatização do papel do Egito na Rota da Seda Clássica, não é feita uma categorização da relação histórica de Egito e China no âmbito da mesma. Deste modo, no caso egípcio não há uma saliência tão evidente nestes aspetos, na forma como é recebida a narrativa estratégica da *BRI*. Não obstante, no caso egípcio, até pelas expressões utilizadas e a conceção feita da Rota da Seda Clássica, como espaço histórico de interação entre o seu país e a China, mas também entre o mundo árabe e Pequim, o discurso das elites transparece uma internalização da “imagem-lugar” da Rota da Seda Clássica, que no caso iraniano não transparece tanto, dado que este espaço é somente classificado, pelas elites do segundo país, como “rede de antigas rotas comerciais”.

Todavia, apesar de ser dado um enquadramento distinto à relação com a China, em ambos os casos o futuro da mesma⁴⁵³ é visto como ancorado na existência de um passado com significado partilhado em que “antigas” e “grandes” civilizações” mantiveram “relações históricas” ou “laços profundos”, ao longo do tempo. Algo que será essencial para o entendimento do ator e enredo essencialmente.

Quantitativamente, aspetos relacionados com a cultura são mencionados também mais vezes, percentualmente falando e em termos absolutos, no caso dos discursos das elites iranianas (52%), que no caso dos discursos das elites egípcias (40%). Já temporalmente, há uma maior dispersão no caso egípcio, dado que estes argumentos são dados em discursos compreendidos entre 2016 e 2021, do que no caso iraniano, cujos discursos estão compreendidos entre 2017 e 2019. O facto de no caso iraniano os discursos estarem compreendidos entre estes dois anos, coincide com a cúspide simbólica da promoção internacional da Iniciativa, os dois Fóruns da *BRI* e como tal, no apelo a estes aspetos, de uma forma mais vincada durante este período.

9.2.5 - Argumentos referentes à Ordem Internacional

Argumentos que dizem respeito à classificação da Ordem Internacional são dados em apenas 2 discursos, 8% do total⁴⁵⁴, sendo um deles feito por uma elite intelectual e outro pelo Presidente egípcio e estando estes situados temporalmente, entre 2017 e 2018. Os mesmos assumem, ainda que de forma isolada e não como padrão, duas configurações,

⁴⁵² Discurso 14.

⁴⁵³ Sendo no caso egípcio não somente o futuro da relação do país com a China, mas também o futuro da relação dos países árabes e africanos com Pequim.

⁴⁵⁴ Discursos 5 e 9.

sendo essencialmente importantes para compreender o entendimento das elites egípcias do cenário e enredo projetados por Xi Jinping na narrativa estratégica da *BRI*.

Primeiramente estão centrados na conotação negativa de algumas práticas como hegemonia e imperialismo e a rejeição consequente de que as mesmas se aplicam à China, secundando o próprio discurso de Xi, ideia mencionada no Discurso 5.

Segundamente, são utilizados classificar a *BRI* como:

- “Iniciativa integrada no Sistema Internacional atual” e não como “Iniciativa que visa gerar conflito no cerne do mesmo”, ideia mencionada no Discurso 5;
- Iniciativa que ajuda a “combater o protecionismo comercial”, ideia mencionada no Discurso 9.

Tendo isto em conta, não há como no caso iraniano uma menção, nem ampla, nem ténue, a algumas práticas como o unilateralismo, o totalitarismo ou a ideia de imposição de vontade. Práticas essas, que são atribuídas pelas elites iranianas a um ator, os EUA. Contudo, a dissociação de outras práticas e princípios considerados reprováveis, a conceção da *BRI* como uma Iniciativa que combate essas práticas, ainda que feita em apenas dois discursos e a consequente aceitação de outras práticas e princípios considerados mais justos e adequados, clarificada nos argumentos referentes a um novo modelo de desenvolvimento, revelam como no caso egípcio, tal como no caso iraniano, estes aspetos condicionam a forma como o país concebe a *BRI* e o desenvolvimento da mesma.

Apesar de no caso egípcio não ficar por demais evidente a atribuição das referidas práticas reprováveis a um ator específico, como no caso iraniano, manifesta-se a mesma situação desenvolvida no enquadramento teórico: de que os interesses dos Estados recetores de uma narrativa estratégica referente a uma nova política pública, são também moldados pelos valores que na sua perceção, esta política pública promove e pelos valores dos quais se distancia, sendo aceites aqueles valores e práticas que os atores recetores concebem como compatíveis com a sua identidade e, assim, com a sua segurança ontológica.

É também relevante frisar que não há como no caso iraniano e no caso de Xi Jinping, uma projeção determinista do futuro desta Ordem Internacional veiculada pelo discurso das elites egípcias.

Quantitativamente a diferença é notória. Este tipo de argumentos foi dado em 43% dos discursos avaliados das elites iranianas, em comparação com os 8% dado nos discursos avaliados das elites egípcias.

9.2.6 - Argumentos referentes a questões securitárias/geopolíticas

Argumentos referentes a aspetos geopolíticos e securitários são mencionados em 9 discursos, 26% do total⁴⁵⁵, dispersos entre vários atores veiculadores e temporalmente situados entre 2017 e 2021. Estes, tal como no caso das elites iranianas, centram-se em dois aspetos.

Por um lado, em ameaças securitárias identificadas. Algumas delas também mencionadas pelas elites iranianas, como:

- o terrorismo, referido em 67% dos discursos (6 do total de 9)⁴⁵⁶;
- o extremismo, referido pelo Presidente egípcio em 44% dos discursos (4 do total de 9)⁴⁵⁷;
- a pobreza, referida em 11% dos discursos (1 do total de 9)⁴⁵⁸;

outras dessas acrescentadas às mencionadas pelas elites iranianas, mas que são aludidas pelo Presidente Xi Jinping como:

- a pandemia, referida pelo Presidente egípcio em 22% dos discursos (2 do total de 9)⁴⁵⁹;
- o crime organizado, referido pelo Presidente egípcio em 11% dos discursos (1 do total de 9)⁴⁶⁰;
- a doença, referida pelo Presidente egípcio em 11% dos discursos⁴⁶¹;
- o protecionismo comercial, referido pelo Presidente egípcio em 11% dos discursos⁴⁶².

Por outro, na ideia de que é necessário o estabelecimento, a nível regional de:

- paz e estabilidade, ideias mencionadas em 44% dos discursos (4 do total de 9)⁴⁶³;
- segurança, ideia mencionada pelo Presidente egípcio em 22% dos discursos (2 do total de 9)⁴⁶⁴.

Todavia existe uma distinção relativamente aos argumentos dados pelas elites iranianas. No caso das elites egípcias, apesar de ser mencionado em 33% dos discursos

⁴⁵⁵ Discursos 5, 9, 13, 14, 18, 19, 20, 24 e 25.

⁴⁵⁶ Discursos 9, 13, 18, 20, 24 e 25.

⁴⁵⁷ Discursos 9, 20, 24 e 25.

⁴⁵⁸ Discurso 9.

⁴⁵⁹ Discursos 24 e 25.

⁴⁶⁰ Discurso 9.

⁴⁶¹ Discurso 9.

⁴⁶² Discurso 9.

⁴⁶³ Discursos 5, 14, 19 e 24.

⁴⁶⁴ Discursos 14 e 24.

(3 do total de 9)⁴⁶⁵ que a *BRI* colmata a necessidade de paz e estabilidade regionais, bem como a cooperação no âmbito da Iniciativa ajuda ao combate das diversas ameaças em 11% dos discursos⁴⁶⁶, tal como no caso das elites iranianas, é enfatizada do mesmo modo, a importância específica da cooperação ao nível bilateral, no âmbito da Iniciativa e além desta, entre Cairo e Pequim, para estes efeitos. Especificamente para:

- o combate ao terrorismo e extremismo, ideia mencionada em 44% dos discursos (4 do total de 9)⁴⁶⁷;
- o combate à pandemia, ideia mencionada pelo Presidente egípcio em 22% dos discursos (2 do total de 9)⁴⁶⁸;
- a “promoção” de paz e estabilidade regionais, ideia mencionada em 11% dos discursos (1 do total de 9)⁴⁶⁹.

Esta ênfase na dimensão bilateral sinaliza como na percepção das elites egípcias, o seu país tem um papel fulcral e uma responsabilidade acrescida a nível regional, no combate a estas ameaças e na garantia das referidas necessidades, em cooperação próxima com um ator, que considera a região, essas ameaças, necessidades e a própria responsabilidade do Egito da mesma forma. No que diz respeito a este último ponto, fica por demais relevante salientar a ideia que foi referida aquando da avaliação dos argumentos referentes ao Egito dados por Xi Jinping, na projeção da narrativa estratégica da *BRI*, em que este menciona o país africano como um necessário “ pilar de estabilidade”⁴⁷⁰ na região.

É também relevante acrescentar que contrariamente às elites iranianas, as elites egípcias elencam a pandemia como uma ameaça. Em termos quantitativos há, no entanto, uma grande similaridade, percentualmente entre o número de discursos onde são usados argumentos de natureza securitária, sendo 36% no caso dos discursos das elites egípcias e 35% no caso dos discursos das elites iranianas.

Assim, apesar da distinção na forma como este tipo de argumentos são dados no caso egípcio, comparativamente ao caso iraniano, existe na mesma uma similaridade com os argumentos desta natureza dados por Xi Jinping na narrativa estratégica da *BRI*. No caso egípcio, não somente há uma elencagem mais extensiva das ameaças percebidas (sendo referidas algumas ameaças que no caso iraniano não são, mas que Xi Jinping

⁴⁶⁵ Discursos 5, 14 e 19.

⁴⁶⁶ Discurso 9.

⁴⁶⁷ Discursos 13, 18, 20 e 25.

⁴⁶⁸ Discursos 24 e 25.

⁴⁶⁹ Discurso 24.

⁴⁷⁰ Discurso 16 do capítulo 8.

refere, como a pandemia), como é assumida maior responsabilidade do país no estabelecimento de paz e segurança a nível regional, em concordância com a própria vontade da China, o que motiva o desejo de uma maior cooperação a este nível com a China, seja dentro do *framework* da *BRI* ou além deste.

Estas questões demonstram como no caso egípcio, ainda de forma mais saliente que no caso iraniano, existe uma aproximação com a China em matérias securitárias e geopolíticas. Algo que não se prende somente com a questão das ameaças percecionadas, mas também com a postura que as elites egípcias desejam que o seu país assuma, em cooperação com a própria China.

Não obstante, este enquadramento sempre numa escala regional da supressão de determinadas necessidades, como o estabelecimento de paz, segurança e estabilidade, tal como feito pelas elites iranianas, é uma reformulação importante dos argumentos securitários dados por Xi Jinping, uma vez que altera a forma como as elites destes países concebem o “cenário” da narrativa relativamente ao caso do Presidente chinês.

9.2.7 - Argumentos referentes ao multilateralismo

Já no que diz respeito a argumentos referentes à ideia de multilateralismo, estes são dados em cerca de 8 discursos, 32% do total⁴⁷¹, entre 2017 e 2021 e dispersos entre várias elites. Os mesmos assumem essencialmente duas formas, sendo comum a estes, o facto de serem centrados no Egito em si.

Em primeiro lugar, no salientar que é vontade do Egito contribuir para o reforço da cooperação ao nível regional e multilateral, de forma geral, por via da *BRI*. O que é referido em 62,5% dos discursos (5 do total de 8)⁴⁷². Em segundo no sublinhar do desejo de reforço da cooperação de Cairo, em termos multilaterais, com Pequim, por via da *BRI*, ideia mencionada também em 62,5% dos discursos⁴⁷³.

Assim tal como no caso iraniano, os argumentos referentes ao multilateralismo dados pelas elites egípcias distanciam-se um pouco dos dados por Xi Jinping, não se centrando numa classificação da *BRI* nesses termos, nem enquadrados numa lógica sistémica. No entanto, também se distinguem dos argumentos dados pelas elites iranianas, na medida em que se centram no Egito em si e não na Iniciativa apenas, de uma forma lata. Assim, se no caso dos discursos das elites iranianas é sublinhada a importância e reconhecidas as

⁴⁷¹ Discursos 5, 8, 9, 12, 14, 18, 21 e 25.

⁴⁷² Discursos 5, 8, 9, 12 e 14.

⁴⁷³ Discursos 8, 12, 18, 21 e 25.

valências da *BRI* para a promoção do multilateralismo a este nível, no caso dos discursos das elites egípcias, é notório que na sua percepção, o seu país tem e deve chamar a si a responsabilidade de ser líder na promoção da cooperação ao nível regional e multilateral, sendo a *BRI* uma plataforma tida como preferencial para o fomentar, em paralelo, com a cooperação com a China. Tais inferências vão de encontro ao desenvolvido no que concerne aos argumentos de natureza securitária e referentes à Ordem Internacional.

Percentualmente estes argumentos são mais vezes utilizados no caso dos discursos das elites egípcias (32%), do que nos discursos das elites iranianas (14%), sendo mais condensados no período entre 2017 e 2021 no caso egípcio e no ano de 2019, no caso iraniano. A dispersão temporal no caso do Egito, também demonstra como os argumentos referentes ao multilateralismo têm sido algo constante e recorrente no discurso das elites políticas do país sobre a *BRI*.

9.2.8 - Argumentos referentes a aspetos materiais

O uso de argumentos de natureza material é dado em cerca de 21 discursos, 84% dos discursos avaliados⁴⁷⁴, espalhados temporalmente e em termos do ator que os veicula. Estes são simultaneamente parecidos e distintos daqueles dados pelas elites iranianas.

- (i) Similarmente aos argumentos dados pelas elites iranianas, parte dos argumentos de natureza material dados pelas elites egípcias e pelo Presidente egípcio referem-se àquilo, que na sua percepção, a *BRI* promove, nomeadamente:
- a “liberalização do comércio”, mencionada em 38% dos discursos (8 do total de 21)⁴⁷⁵;
 - o “desenvolvimento de infraestruturas”, mencionado em 38% dos discursos⁴⁷⁶, sendo de salientar dentro deste argumento: a construção de infraestruturas relacionadas com a energia, ideia mencionada em 14% dos discursos (3 do total de 21)⁴⁷⁷; a construção de portos, ideia mencionada em 14% dos discursos⁴⁷⁸; o desenvolvimento do setor dos transportes, ideia mencionada em 14% dos discursos⁴⁷⁹, a construção de estradas, ideia mencionada em 9,5% dos discursos (2 do total de

⁴⁷⁴ Discursos 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 24 e 25.

⁴⁷⁵ Discursos 1, 6, 9, 14, 15 e 16.

⁴⁷⁶ Discursos 1, 2, 5, 7, 14, 17, 24 e 25.

⁴⁷⁷ Discursos 18, 24 e 25.

⁴⁷⁸ Discursos 7, 10 e 13.

⁴⁷⁹ Discursos 7, 14 e 16.

- 21)⁴⁸⁰; o desenvolvimento de redes ferroviárias, ideia mencionada em 5% dos discursos (1 do total de 21)⁴⁸¹ bem como a referência projetos específicos como a Zona Económica do Suez, mencionada em 48% dos discursos (10 do total de 21)⁴⁸²;
- o “aumento de investimento e financiamento”, mencionado em 19% dos discursos (4 do total de 21)⁴⁸³;
 - a “cooperação financeira entre os membros da Iniciativa”, mencionada em 14% dos discursos⁴⁸⁴;
 - a “cooperação ao nível da ciência e tecnologia”, mencionada em 14% dos discursos⁴⁸⁵;
 - a “cooperação energética/construção de projetos relacionados com a energia”, mencionada em 14% dos discursos⁴⁸⁶;
 - a “prosperidade”, mencionada em 9,5% dos discursos ⁴⁸⁷;
 - a “concessão de empréstimos”, mencionada especificamente por uma elite intelectual em 5% dos discursos (1 do total de 21)⁴⁸⁸;
 - a coordenação de políticas públicas, mencionada especificamente por uma elite intelectual em 5% dos discursos (1 do total de 21)⁴⁸⁹;
 - a “inovação”, mencionada especificamente pelo Presidente egípcio em 5% dos discursos (1 do total de 21)⁴⁹⁰;
 - a criação de emprego, mencionada especificamente pelo Presidente egípcio em 5% dos discursos⁴⁹¹;
 - a “industrialização”, mencionada em, 5% dos discursos⁴⁹²;
 - o desenvolvimento do “setor imobiliário”, mencionada em 5% dos discursos⁴⁹³;
 - o “crescimento económico”, mencionada em 5% dos discursos⁴⁹⁴;

⁴⁸⁰ Discursos 7 e 10.

⁴⁸¹ Discurso 10.

⁴⁸² Discursos 5, 7, 9, 10, 13, 14, 15, 17, 18 e 25.

⁴⁸³ Discursos 5, 10, 13 e 16.

⁴⁸⁴ Discursos 5, 6 e 14.

⁴⁸⁵ Discursos 6, 14 e 15.

⁴⁸⁶ Discursos 6, 10 e 14.

⁴⁸⁷ Discurso 9 e 21.

⁴⁸⁸ Discurso 5

⁴⁸⁹ Discurso 5.

⁴⁹⁰ Discurso 9.

⁴⁹¹ Discurso 9.

⁴⁹² Discurso 14.

⁴⁹³ Discurso 10.

⁴⁹⁴ Discurso 14.

(ii) Também, à semelhança do caso iraniano é enfatizado aquilo que as elites egípcias concebem como expectativas derivadas da participação do seu país na Iniciativa, por via de expressões como:

- a capitalização da sua “localização estratégica”, utilizada em 14% dos discursos (3 do total de 21)⁴⁹⁵;
- a transformação do país num “líder regional na área da economia digital”, utilizada em 9,5% dos discursos (2 do total de 21)⁴⁹⁶;
- a transformação do país num centro de produção e reexportação de produtos, utilizada em 5% dos discursos (1 do total de 21)⁴⁹⁷;
- a transformação do país num “centro regional de fornecimento de energia”, utilizada em 5% dos discursos⁴⁹⁸;
- a transformação do país num “provedor de energia”, utilizada em 5% dos discursos⁴⁹⁹,
- o desenvolvimento da sua “capacidade produtiva”, utilizada em 5% dos discursos⁵⁰⁰;
- a constituição do país como “centro de transporte marítimo global”, utilizada em 5% dos discursos⁵⁰¹.

(iii) Para além disto, são também mencionados, tal como no caso das elites iranianas, aspetos que as elites egípcias consideram que através da *BRI* são potenciados ao nível da sua relação bilateral com Pequim, como:

- o aumento do “investimento” chinês em solo egípcio, ideia mencionada em 28,5% dos discursos (6 do total de 21)⁵⁰²;
- comércio” bilateral, ideia mencionada em 14% dos discursos (3 do total de 21)⁵⁰³;
- a “transferência tecnológica” bilateral, ideia mencionada especificamente pelo Presidente egípcio em 14% dos discursos⁵⁰⁴, todos dados no ano de 2021;

⁴⁹⁵ Discursos 7, 17 e 18.

⁴⁹⁶ Discursos 15 e 17.

⁴⁹⁷ Discurso 14.

⁴⁹⁸ Discurso 17.

⁴⁹⁹ Discurso 16.

⁵⁰⁰ Discurso 16.

⁵⁰¹ Discurso 16.

⁵⁰² Discursos 2, 6, 11, 16, 22 e 25.

⁵⁰³ Discursos 5, 7 e 18.

⁵⁰⁴ Discurso 22, 24 e 25.

- o aumento do fornecimento chinês de vacinas, ideia mencionada especificamente pelo Presidente egípcio em 14% dos discursos⁵⁰⁵;
- reforço da coordenação ao nível bilateral no combate à pandemia, ideia mencionada em 14% dos discursos e a partir de 2021;
- o desenvolvimento do setor agrícola egípcio, ideia mencionada em 9,5% dos discursos (2 do total de 21)⁵⁰⁶;
- o reforço da “cooperação” em geral, mencionado em 9,5% dos discursos⁵⁰⁷;
- o “reforço da cooperação económica em geral com a China”, mencionada em 5% dos discursos (1 do total de 21)⁵⁰⁸;
- o crescimento do setor do turismo egípcio, ideia mencionada em 5% dos discursos⁵⁰⁹;
- o “diversificar os *frameworks* de cooperação com a China”, mencionado em 5% dos discursos⁵¹⁰;
- o estímulo da “cooperação bilateral, mencionado em 5% dos discursos⁵¹¹;
- o “aproximar-se cada vez mais da China”, mencionado em 5% dos discursos⁵¹².

(iv) Acresce ainda que estes argumentos referem-se, tal como no caso iraniano, à perspetiva das elites egípcias sobre a Iniciativa, que é apelidada de “plano ambicioso”⁵¹³ e “injeção de vigor à relação bilateral entre Egito e China”⁵¹⁴. No entanto, não se referem diretamente à posição do país dentro da mesma como no caso das elites iranianas, mas ao nível de apoio dado pelas elites egípcias à mesma. Tal fica demonstrado pelo uso de expressões como:

- “apoio firme”, referida em 5% dos discursos (1 do total de 21)⁵¹⁵;
- “entusiasmo”, referida em 5% dos discursos⁵¹⁶;
- “perspetiva positiva”, referida em 5% dos discursos⁵¹⁷;

⁵⁰⁵ Discursos 22, 24 e 25.

⁵⁰⁶ Discursos 6 e 11.

⁵⁰⁷ Discursos 5 e 8.

⁵⁰⁸ Discurso 6.

⁵⁰⁹ Discurso 18.

⁵¹⁰ Discurso 16.

⁵¹¹ Discurso 16.

⁵¹² Discurso 19.

⁵¹³ Discurso 10.

⁵¹⁴ Discurso 10.

⁵¹⁵ Discurso 20.

⁵¹⁶ Discurso 1.

⁵¹⁷ Discurso 11.

- a menção ao facto do Egito ser “um dos primeiros países” a apoiar a Iniciativa, referida em 9,5% dos discursos (2 do total de 21)⁵¹⁸;
- a menção também à ideia de que o Egito é um país comprometido com a aceleração do “processo de construção da *BRI*”, referida em 5% dos discursos⁵¹⁹.
- a referência à ideia de que o país quer ser “parceiro-chave na promoção da Iniciativa”, mencionado em 5% dos discursos⁵²⁰;
- a referência também à ideia de que o país ambiciona “continuar a cooperar dentro do *framework* da *BRI*, para atingir interesses comuns de desenvolvimento e progresso”, mencionada em 5% dos discursos⁵²¹.

(v) Para finalizar, os mesmos também são utilizados para expor que na perceção das elites egípcias, a cooperação dentro da *BRI* pode ser benéfica não somente para o país, mas de uma forma generalizada, em termos regionais. Tal fica comprovado pelo recurso a ideias como:

- a cooperação em geral com a China e em particular dentro da *BRI* é bastante importante para “a criação de emprego, o reforço da infraestrutura continental, o progresso da liberdade comercial e a diversificação do sistema económico africano”, mencionada em 5% dos discursos (1 do total de 21)⁵²²;
- a cooperação dentro da *BRI* pode ser um catalisador para a concretização de determinados projetos de construção de infraestruturas ao nível regional construção de determinados projetos a nível regional como a Estrada Cabo-Cairo e o Projeto de Ligação
- a participação na *BRI* pode contribuir para:
 - a “diversificação do sistema económico africano”, mencionada em 5% dos discursos⁵²³;
 - a “integração económica entre a China e os países árabes”, mencionada em 5% dos discursos⁵²⁴.

⁵¹⁸ Discurso 7 e 11.

⁵¹⁹ Discurso 12.

⁵²⁰ Discurso 20.

⁵²¹ Discurso 22.

⁵²² Discurso 9.

⁵²³ Discurso 9.

⁵²⁴ Discurso 6.

- (vi) Por fim, é dado o reconhecimento da importância de determinadas instituições para a facilitação e garantia do financiamento de projetos e consubstanciação de investimentos no âmbito da *BRI*, sendo de salientar a menção apenas ao *AIB* em 9,5% dos discursos (2 do total de 21)⁵²⁵.

Neste sentido, tendo em conta os argumentos apresentados pelas elites egípcias, é possível conferir que para aos argumentos materiais apresentados por Xi Jinping na narrativa estratégica *BRI*, são acrescentados uma série de outros, mais particulares e similares aos dados pelas elites iranianas, como a ideia da cooperação ao nível da agricultura, do turismo, da energia, da criação de emprego. É de particular interesse conferir que o termo “conectividade” nunca é de forma alguma mencionado, apesar de, quer a coordenação de políticas públicas (conectividade *soft*) quer a construção de infraestruturas (conectividade *hard*), o serem.

Para além deste aspeto, no caso egípcio existe similaridade ao caso iraniano, pelo facto de também serem mencionadas as expectativas de reforço da relação bilateral com a China numa série de áreas sendo de particular saliência a questão do combate à pandemia e o fornecimento de vacinas, bem como a referência à perspetiva do país sobre a *BRI* e ao reconhecimento da importância de determinadas instituições, neste caso o *AIB* para o financiamento de projetos e garantia de investimentos no âmbito da Iniciativa. Contudo, existem três distinções importantes relativamente ao discurso das elites iranianas.

Em primeiro lugar, ao invés dessa perspetiva ser enquadrada na referência ao papel do país dentro da Iniciativa, é feita pela manifestação do nível de apoio das elites egípcias à Iniciativa em si.

Em segundo, ao contrário das elites iranianas, cujo discurso se centra muito numa lógica prospetiva de que é seu desejo, através da participação na Iniciativa, o seu país ver reforçadas uma série de áreas e aspetos de natureza material, existe uma perceção mais expressiva de que a Iniciativa já promove, no presente, uma série de benefícios materiais. O que transparece que na perceção das elites egípcias, já existem dividendos materiais retirados da participação do país na Iniciativa, ao contrário da perceção das elites iranianas, que veicula a ideia de que esses benefícios podem eventualmente ainda vir. Isto vai ao encontro do desenvolvido na Introdução onde, ao comparar projetos e investimentos específicos já existentes no âmbito da *BRI* em ambos os países, se concluiu que no caso egípcio os mesmos são mais extensos e substantivos, sendo de salientar a construção de infraestruturas, o aumento do comércio e os investimentos.

⁵²⁵ Discursos 2 e 5.

Em terceiro, para além dos benefícios que as elites egípcias reconhecem já derivar ou que potencialmente podem derivar da participação do seu país na Iniciativa, estas também referem os benefícios que a mesma pode trazer a nível regional e continental. Algo que não é feito de forma alguma pelas elites iranianas e expõe novamente a ideia de que o Egito é, na perceção das suas elites, um país que está e quer continuar a estar comprometido com Iniciativas que promovam a prosperidade, se possível sustentada num papel de preponderância do país, à escala regional.

Assim de uma forma geral, existe o reconhecimento por parte das elites egípcias de que existem amplos incentivos materiais aliciantes para a participação do seu país na *BRI*. Quantitativamente, embora haja uma distinção, uma vez que este tipo de argumentos é dado em 84% dos discursos no caso do Egito e em 78% no caso do Irão, são salientados aspetos bastante similares por ambos os lados, não significando esta discrepância, uma maior ênfase nestes argumentos no discurso em si, por parte do Egito.

9.2.9 - Argumentos referentes à democracia

Não existe menção nenhuma em algum discurso ao princípio da democracia, nem enquadrado como um princípio regulador do posicionamento internacional de Cairo, ou mesmo de Pequim. O que distingue os argumentos das elites iranianas dos dados por Xi Jinping.

9.2.10 - Argumentos referentes ao Egito

Já no que concerne argumentos referentes ao Egito, estes manifestam-se em 88% dos discursos, excetuando 3⁵²⁶. Os mesmos centram-se em várias questões.

Primeiramente, são utilizados para caracterizar aquilo que é a identidade do país de uma forma geral, não de forma individualizada, mas sim por via de paralelismos com a China, algo exemplificado por expressões como:

- “civilizações com grande História”, mencionada em 4,5% dos discursos (1 do total de 22)⁵²⁷;
- “duas das civilizações mais antigas do Mundo”, mencionada em 4,5% dos discursos⁵²⁸.

⁵²⁶ Discursos 3, 6 e 23

⁵²⁷ Discurso 20.

⁵²⁸ Discurso 14.

Seguidamente para explicitar os princípios que guiam o posicionamento internacional egípcio, que para além de serem semelhantes aos princípios que Xi Jinping utiliza para definir o posicionamento internacional chineses, referem-se, ao contrário dos princípios mencionados pelas elites iranianas, à China em si. São exemplos desses princípios:

- o “estabelecimento de relações equilibradas com parceiros internacionais”, utilizado em 4,5% dos discursos (1 do total de 22)⁵²⁹;
- a “intervenção constante no reforço da coordenação e cooperação entre países em desenvolvimento”, utilizado pelo Presidente egípcio em 4,5% dos discursos⁵³⁰;
- o compromisso com a “cooperação Sul-Sul”, utilizado pelo Presidente egípcio em 4,5% dos discursos⁵³¹;
- o compromisso com “plataformas de cooperação trilateral”, utilizado pelo Presidente egípcio em 4,5% dos discursos⁵³²;
- a manutenção de uma “atitude construtiva com todos os países vizinhos”, utilizado pelo Presidente egípcio em 4,5% dos discursos⁵³³;
- o “respeito mútuo utilizado pelo Presidente egípcio em 4,5% dos discursos⁵³⁴;
- a “não ingerência nos assuntos internos de outros Estados”, utilizado pelo Presidente egípcio em 4,5% dos discursos⁵³⁵;
- a “promoção de ações construtivas a nível continental”, utilizado pelo Presidente egípcio em 4,5% dos discursos⁵³⁶;
- o apoio à “*One China policy*” e aos “esforços chineses para salvaguardar a soberania nacional, a segurança e estabilidade”, utilizado pelo Presidente egípcio em 4,5% dos discursos⁵³⁷.

Por fim, para manifestar aquilo são expetativas das elites egípcias quanto à influência da participação do seu país na *BRI*, para o reforço do seu papel ao nível regional. Tal é feito por via de ideias como:

- a *BRI* potencia o papel do Egito como país que quer continuar a “implementar consensos”, mencionada em 4,5% dos discursos (1 do total de 22)⁵³⁸;

⁵²⁹ Discurso 4.

⁵³⁰ Discurso 9.

⁵³¹ Discurso 9.

⁵³² Discurso 9.

⁵³³ Discurso 16.

⁵³⁴ Discurso 16.

⁵³⁵ Discurso 16.

⁵³⁶ Discurso 16.

⁵³⁷ Discurso 24.

⁵³⁸ Discurso 12.

- a *BRI* permite ao país continuar na sua procura de “criar um Mundo mais justo”, mencionado em 4,5% dos discursos⁵³⁹;
- a *BRI* amplia a capacidade de “coordenação de relações bilaterais”, mencionada em 4,5% dos discursos⁵⁴⁰;
- a *BRI* amplia a capacidade de “coordenação de relações com o continente africano”, mencionada em 4,5% dos discursos⁵⁴¹;
- a *BRI* amplia a capacidade de “coordenação de relações com os países árabes”, mencionada em 4,5% dos discursos⁵⁴²;
- a *BRI* auxilia à “liderança egípcia da União Africana”, mencionada em 4,5% dos discursos⁵⁴³.

Deste modo, e comparativamente ao caso iraniano, existe uma classificação da identidade do país, bem como uma menção aos princípios internacionais pelos quais este se rege. Não obstante, há distinções nestes aspetos. Primeiramente a conceptualização da identidade do Egito é feita numa lógica de paralelismo com a identidade chinesa, tal como no caso iraniano, mas sem uma conceptualização feita também de forma singularizada. O que demonstra que por via do discurso, as elites egípcias tentam enquadrar aquilo que percecionam como sendo a identidade do seu país em paridade com a China, incluindo Pequim na conceptualização dessa identidade e simultaneamente, elevar o seu país ao estatuto da China⁵⁴⁴.

Seguidamente, e sustentando esta ideia anterior, os princípios internacionais da política externa mencionados, apesar de serem praticamente idênticos aos princípios que regulam o posicionamento internacional chinês, como no caso iraniano, são mencionados de forma mais extensiva e associados de forma direta à China em si. O que manifesta a importância da China para a política externa egípcia e revela a aceitação da forma como esta se posiciona internacionalmente, pois há uma internalização clara dos princípios pelos quais esse posicionamento se rege.

Por fim, a referência particular às expectativas das elites egípcias quanto ao potencial que a participação do seu país na *BRI*, traz ao nível de influência regional, para além de coadunarem com esta lógica de que o Egito se vê num patamar similar à China, pois Pequim também deseja ter um papel preponderante na sua própria região, vão de encontro à ideia transversalmente presente no discurso das elites egípcias de que o Egito tem e quer

⁵³⁹ Discurso 9.

⁵⁴⁰ Discurso 16.

⁵⁴¹ Discurso 16.

⁵⁴² Discurso 16.

⁵⁴³ Discurso 16.

⁵⁴⁴ De relembra que Xi Jinping menciona num dos Discursos avaliados (Discurso 27) que o Egito é também, à semelhança da China, uma “antiga civilização”. O que coaduna e reforça com esta ideia desenvolvida.

continuar a ter um papel de líder ao nível regional. A *BRI* é encarada como uma Iniciativa capaz de efetivar esse papel, sinalizando aos países árabes e africanos o elevado nível de compromisso do Egito com o mesmo.

9.2.11 - Argumentos acrescentados

De uma forma geral, no caso específico do Egito, não são acrescentados argumentos aos utilizados por Xi Jinping na projeção da narrativa estratégica da *BRI*. Existe, sim, como visto até agora apenas alguma reformulação dos argumentos já existentes. No entanto é salientado um aspeto distinto, que já tem vindo a ser apontado. Aspeto esse que como já referido, é transversal a praticamente todos os argumentos supramencionados, nomeadamente a ideia de que na perceção das elites egípcias, o seu país tem um papel líder ao nível regional, quer em termos culturais, por ser um país árabe, quer em termos continentais, por ser um país africano. Esta perceção condiciona a perspetiva dessas elites quanto ao valor da cooperação com a China, dentro e fora da *BRI*, não só para o seu país, mas sobretudo para a região em geral.

Uma série de argumentos mais particulares, de natureza ideacional e material, referindo-se a isto já têm vindo a ser explanados, no entanto é importante salientar algumas ideias-chave sobre a perspetiva das elites egípcias relativamente à importância da cooperação com a China, particularmente dentro da *BRI*, para a região e para um papel líder do seu país nesta. Tais ideias são:

- a cooperação dentro da *BRI* pode ser um catalisador para a concretização de determinados projetos de construção de infraestruturas ao nível regional como a Estrada Cabo-Cairo e o Projeto de Ligação Marítima entre o Lago Vitória e o Mediterrâneo, mencionada pelo Presidente egípcio em 8% dos discursos (2 do total de 25)⁵⁴⁵;
- “a integração económica entre China e países árabes é muito importante”, mencionada em 4% dos discursos (1 do total de 25)⁵⁴⁶;
- “a cooperação com a China é necessária”, mencionada em 4% dos discursos⁵⁴⁷;
- a *BRI* potencia o “progresso da cooperação entre África e China”, mencionada em 4% dos discursos⁵⁴⁸;

⁵⁴⁵ Discursos 14 e 17.

⁵⁴⁶ Discurso 6.

⁵⁴⁷ Discurso 9.

⁵⁴⁸ Discurso 8.

- a cooperação em geral com a China e em particular dentro da *BRI* é bastante importante para “a criação de emprego, o reforço da infraestrutura continental, o progresso da liberdade comercial e a diversificação do sistema económico africano”, mencionada em 4% dos discursos⁵⁴⁹;
- a cooperação em geral com a China, e dentro da *BRI* em particular, permite ao Egito promover a “integração de iniciativas de desenvolvimento regional”, mencionada em 4% dos discursos⁵⁵⁰;
- existe uma ligação coerente entre a Agenda 2063 da União Africana e a *BRI*, em termos de objetivos, metas e princípios, mencionada em 4% dos discursos⁵⁵¹.

Estes argumentos específicos juntam-se aos restantes argumentos já avaliados, onde fica por demais saliente esta perceção dual das elites egípcias do valor da Iniciativa em si em termos regionais, mas também do valor da Iniciativa para o seu próprio país conseguir assumir o desejado papel de liderança a esse nível. Assim, a pertença à Iniciativa e a cooperação em geral com a China são projetadas, por parte das elites egípcias como benéficas, não somente para o Egito em si, mas para o continente africano e para os países árabes também, acentuando, por via destes argumentos os benefícios materiais comuns e alargados que esta cooperação traz em termos regionais, pois sustentada numa base ideacional sólida.

9.3 - A comparação do sentimento e argumentos utilizados

Tendo em conta a avaliação individual feita em cada um dos casos relativamente ao sentimento e aos argumentos utilizados, é possível traçar a comparação entre estes elementos em ambos os casos. Tal será essencial, especialmente a questão dos argumentos, por forma a depois se poder definir como estes concebem o cenário, ator e enredo da narrativa e ultimamente colocar os mesmos no “*Belt and Road buy-in framework*” e dar resposta à pergunta de investigação.

⁵⁴⁹ Discurso 9.

⁵⁵⁰ Discurso 9.

⁵⁵¹ Discurso 9.

9.3.1 - O sentimento manifestado

No que concerne o sentimento relativamente à *BRI*, existem similaridades e distinções entre ambos os casos. Similarmente, nunca o sentimento foi avaliado, quer nos discursos das elites iranianas, quer nos discursos das elites egípcias, como sendo “totalmente” nem “parcialmente” negativo. O que demonstra que não existem, de forma constante ao longo do tempo, menções negativas de alguma natureza à *BRI*. O que por si só, constitui um dado bastante relevante, dado que sinaliza que a Iniciativa é vista de forma positiva sempre em ambos os casos.

Também, de forma similar, em ambos os casos o sentimento foi avaliado das duas outras formas: como sendo “totalmente” ou “parcialmente” positivo. A classificação do sentimento desta forma, como já explicado, prende-se não com o facto de serem apontadas algumas ameaças ou riscos que, na perceção das elites destes países, a *BRI* acarreta, mas de ser valorizada de forma mais evidente a relação em geral com a China, ou o foco dos discursos em si, ser na China de uma forma mais alargada e além da *BRI*. Além do mais, em ambos os casos, a avaliação do sentimento como “parcialmente positivo” manifesta-se, sobretudo, no ano de 2021, sendo essencialmente “totalmente positivo” ao longo do tempo. Sendo no caso iraniano, 62,5% dos discursos avaliados com este sentimento correspondentes a este ano e no caso egípcio 50% dos discursos, correspondendo os restantes aos anos de 2018 e 2019 em ambos os casos.

Tal, embora tal não fique totalmente explicitado por via dos discursos, pode estar relacionado com o facto de as elites de ambos os países começarem a conceber a pandemia como um fator determinante para uma perspetiva mais transversal e global da sua relação com a China. No caso particular do Irão, existe ainda um outro fator que pode ser apontado para estes resultados, nomeadamente a questão de o ano de 2021, corresponder ao ano em que a Parceria Estratégica do país com Pequim se viu alargada e reforçada.

Já no que diz respeito à existência de discursos no ano de 2018 e 2019 avaliados com este sentimento em ambos os casos, tal, mais uma vez apesar de não ficar explicitado pelo discurso em si, pode dever-se ao facto, no caso iraniano, do início da política de pressão máxima imposta pela Administração Trump ao país, através da retirada dos EUA do Acordo Nuclear e o reforço extensivo das sanções impostas a Teerão e no caso egípcio esta fase temporal coincidir com o reforço da parceria com a China em vários espetros além da *BRI*.

Em termos de distinções, as mesmas existem sobretudo, em termos quantitativos. Apesar do padrão temporal ser similar na questão do sentimento, o número percentual de discursos em que o sentimento é avaliado como “parcialmente positivo”, é bastante mais avolumado no caso Egípcio (32%) do que no caso iraniano (13%), sendo a restante percentagem, 87% no caso iraniano e 68% no caso egípcio, o sentimento avaliado sempre como “totalmente positivo”. Esta diferença quantitativa sinaliza uma tendência maior das elites egípcias para a valorização da relação bilateral do seu país com a China de uma forma mais abrangente, do que no caso das elites iranianas. Algo que pelos argumentos acaba por ficar cristalizado, como irá ser destrinchado a jusante.

Tendo isto em conta, em relação ao sentimento não existe propriamente uma alteração ao longo do tempo do mesmo em ambos os casos, oscilando este a partir de 2018 entre “totalmente positivo” e “parcialmente positivo”, manifestando-se um enfoque mais particular na sua avaliação como “parcialmente positivo”, sobretudo no ano de 2021.

9.3.2 - Os argumentos utilizados

No que diz respeito ao enfoque dos argumentos utilizados é possível afirmar que no caso iraniano este encontra-se sobretudo nos argumentos materiais (dados em 78% dos discursos), argumentos relacionados com a China em si (63%), argumentos referentes à cultura (52%), argumentos referentes à Ordem Internacional (43%) e argumentos de natureza securitária (40%). Já no caso das elites egípcias, o enfoque está sobretudo em argumentos de natureza material (80% dos discursos), em argumentos relativos à China em si (80%), referentes ao modelo de desenvolvimento (52%) e à cultura (42%).

Sendo que em ambos os casos, quer argumentos de natureza material, quer argumentos referentes à China em si, são os argumentos que percentualmente são mais vezes dados, os mesmos também são os argumentos que, temporalmente, se encontram mais dispersos. Nesse sentido, e sobretudo no que diz respeito aos argumentos de natureza material, há, ao longo do tempo, uma constância na perceção da existência de benefícios materiais de pertença à *BRI* no discurso das elites de ambos os países.

Já no que diz respeito aos restantes, no caso iraniano há uma concentração particular de praticamente todos os restantes argumentos, sejam referentes ao modelo de desenvolvimento, à cultura, à Ordem Internacional, de natureza securitária e associados ao multilateralismo, no ano de 2019, ou no período compreendido entre 2019 e 2021. Tal concentração, explicitada pelos argumentos em si, deve-se ao facto de 2019 coincidir com o pico de antagonização entre Irão e EUA, sendo cada vez mais enfatizada a crítica das

elites iranianas à postura americana e por consequência, valorizada a *BRI* e a cooperação com a China, como alternativa compatível com o sentimento de segurança ontológica e com a sensação de segurança física *per se*. Além do mais, a partir de 2020, com a Covid-19, surge um novo fator que condiciona a perspectiva das elites iranianas sobre todas estas questões, contribuindo para uma referência mais extensiva aos argumentos referidos.

No que concerne as elites egípcias, também há uma concentração particular de todos estes argumentos num período de tempo específico - entre 2017 e 2021. Tendo em conta que em 2016 é firmada a Parceria Estratégica entre Egito e China que é alargada nos anos subsequentes, e que a maior parte destes argumentos tem uma característica em comum - o sublinhar das elites egípcias que é seu desejo o seu país desempenhar um papel de liderança ao nível regional e o apontar que é sua vontade firme, ver reforçada a cooperação entre Cairo e Pequim, para atingir estes preceitos -, torna-se evidente o porquê da concentração dos mesmos neste período temporal.

Há também o acrescentar de argumentos particulares em ambos os casos, sendo estes de natureza material e ideacional, e sendo estes importantes para a conceção particular de cenário, ator e enredo, feita em ambos os casos. É de sublinhar no caso iraniano, a utilização de argumentos diretamente relacionados com os EUA, relacionados com cooperação nuclear e cooperação militar, estando sobretudo estes terceiros dentro da dimensão material e os outros dois dentro da dimensão ideacional. No caso egípcio é de realçar a utilização de argumentos particulares de natureza quer material, quer ideacional, onde fica salientada a importância da *BRI* e da cooperação com a China em geral, para a capacitação do potencial do país de se afirmar como líder regional e para a região e o continente de uma forma ampla.

Tendo em consideração isto e as hipóteses apresentadas na Introdução, existe em ambos os casos, dispersão temporal na utilização de determinados argumentos, nomeadamente argumentos referentes à China e argumentos de natureza material, e concentração temporal na utilização dos restantes, sendo a mesma no caso iraniano entre 2019 e 2021 e no caso egípcio entre 2017 e 2021, de grosso modo. É possível também afirmar, tendo em conta o avaliado que apesar dos argumentos de natureza material serem, nos dois casos, os argumentos mais dados em termos quantitativos, também há um enfoque particular e relativamente substantivo nas duas situações, nos argumentos de natureza ideacional, até demonstrado pelos argumentos acrescentados.

Todavia, dado que é objetivo desta dissertação avaliar as perceções das elites dos dois estudos de caso pelo modo como recebem a narrativa estratégica da *BRI*, esta distinção quantitativa apesar de dever ser assinalada, não é, de todo a questão mais importante. Para atingir esse preceito, é sim relevante apreciar a dimensão qualitativa

destes argumentos, sejam de natureza material ou ideacional, em articulação com o sentimento manifestado relativamente à Iniciativa, que já se sabe ser um sentimento positivo. Esta apreciação por sua vez, é o que permite definir o modo como, em ambos os estudos de caso, é concebido o cenário, ator e enredo da narrativa e assim, é o que dará a colocação dos mesmos no *“Belt and Road buy-in framework”* e, em última instância, oferecerá a resposta à pergunta de investigação.

Desse modo, e tendo em conta estes dois aspetos, argumentos e sentimento, é necessário definir como cenário, ator e enredo são definidos em ambos os casos, comparando com a conceção destas três componentes feita por Xi Jinping.

9.4 - O cenário, ator e enredo

9.4.1 - O cenário

No que concerne ao cenário, este é essencialmente explicitado pelos argumentos referentes à Ordem Internacional, a aspetos securitários e ao multilateralismo, dados em ambos os casos. Este é entendido de forma quer similar, quer distinta entre os dois estudos de caso e relativamente ao cenário projetado por Xi Jinping.

9.4.1.1 - A configuração da Ordem Internacional

Em ambos os casos, tal como projetado por Xi Jinping, há uma crítica à configuração da Ordem Internacional atual, que é vista como uma configuração potenciadora da permanência de determinadas práticas danosas, que são rejeitadas. São mencionadas diversas práticas que contribuem para essa “natureza negativa”, sendo essencialmente salientado no caso iraniano o unilateralismo e no caso egípcio a hegemonia. Também de forma comum a ambos os casos, mas de forma contrária ao feito por Xi Jinping, não há uma referência à existência de “tendências imparáveis” que ajudarão a uma reformulação desta Ordem como existe. Mesmo tendo isso em consideração, no caso das elites iranianas, apesar de não haver referência literal a estas tendências, existe a menção à ideia de que no futuro, a Ordem Internacional verá uma “transferência de poder do Ocidente para o Oriente”, o que por um lado, revela uma projeção determinista do futuro da mesma e por outro, transparece a ideia também desenvolvida por Xi Jinping de que a Ásia desempenhará um papel epicentral no futuro desta.

No caso iraniano há ainda uma distinção totalmente essencial⁵⁵² a apontar, que é a ideia de que na percepção das elites deste país, a responsabilidade primária da atual configuração da Ordem Internacional e invariavelmente, da permanência das referidas práticas que a caracterizam, é de um ator em particular, os EUA⁵⁵³. Desta forma, os argumentos referentes à Ordem Internacional utilizados pelas elites iranianas centram-se particularmente na crítica das práticas e princípios pelos quais a Ordem atual se rege. Tal demonstra que a crítica ao *status quo* é algo feito de forma extensiva e expressiva pelas elites iranianas, é algo mais salientado do que o estabelecimento de um novo modelo de desenvolvimento particular, como já avaliado.

Já no caso egípcio não há uma atribuição destas práticas a nenhum ator em concreto, nem uma referência, a algumas práticas como o totalitarismo ou a ideia de imposição de vontade, que também são mencionadas no caso iraniano. Também não há uma categorização da configuração da atual Ordem Internacional como no caso iraniano, onde a mesma é classificada como vivendo uma “situação instável”. Em contrapartida, no caso das elites egípcias é mencionado que a *BRI* ajuda ao combate a estas práticas consideradas danosas e como tal, a Iniciativa é envolvida diretamente na utilização de argumentos referentes à Ordem Internacional, algo que não é feito no caso dos discursos das elites iranianas. É também sublinhado o desejo do Egito desempenhar um papel líder ao nível regional no combate a estas práticas em colaboração com a China, à semelhança do que Xi Jinping projeta na narrativa estratégica da *BRI*.

Assim, apesar de no caso iraniano ficar mais evidente a rejeição de determinadas práticas consideradas incompatíveis ontologicamente com a identidade do país, pois consideradas danosas, dado que são praticadas por um ator percebido como inimigo, no caso do Egito, a *BRI* é projetada como parte da solução, em conjunto com a cooperação com a China em geral, para a substituição de referidas práticas, que, não sendo associadas a um ator em particular, são também tidas como antagónicas à identidade do país, danosas para a sua segurança ontológica e como tal, rejeitadas.

9.4.1.2 - As ameaças existentes

Essa Ordem, por sua vez, impõe diversas ameaças, que em ambos os casos, são concebidas de forma bastante similar às ameaças mencionadas por Xi Jinping, embora no caso egípcio essa conceção seja mais idêntica do que no caso iraniano. Isso deve-se ao

⁵⁵² Distinção quer da narrativa de Xi Jinping, quer das elites egípcias.

⁵⁵³ Isto é um argumento que não reformula apenas os argumentos relativos à Ordem Internacional dados por Xi Jinping, como é um argumento, como já mencionado, verdadeiramente acrescentado pelas elites iranianas.

facto de para além de ameaças como o terrorismo, o extremismo, o narcotráfico e a pobreza, também referidas pelas elites de Teerão, serem apontadas outras, sendo de realçar a pandemia. Tendo em conta as ameaças percecionadas, tal como Xi Jinping identicamente aponta, em ambos os estudos de caso, as elites referem existir uma necessidade premente do estabelecimento de paz, segurança e estabilidade. Porém, ao invés de enquadrarem essa carência numa escala global, como Xi Jinping faz, enquadram numa escala regional. O que revela uma maior limitação do contexto, na forma como estas necessidades são concebidas.

Dentro deste contexto, a *BRI* é entendida como uma Iniciativa que ajuda a colmatar as mesmas e a combater as ameaças percecionadas. No entanto, mais uma vez, no caso egípcio há uma ênfase particular, tal como já referido, na importância específica da cooperação ao nível bilateral, no âmbito da Iniciativa e além desta, entre Cairo e Pequim, para o cumprimento destes propósitos. Esta tónica na dimensão bilateral, sinaliza como na perceção das elites egípcias, o seu país tem um papel fulcral e uma responsabilidade acrescida a nível regional relativamente a estes preceitos, em cooperação próxima com um ator, que considera essas ameaças, referidas necessidades e o papel que o Egito deseja desempenhar da mesma forma, embora enquadre isso tudo, numa escala maior. Desse modo no caso das elites egípcias há uma semelhança maior com a China, em termos de postura, não somente em termos de conceção das ameaças em si.

9.4.1.3 - A dimensão multilateral

Do mesmo modo, em ambos os estudos de caso, a dimensão multilateral da conceção desta Ordem Internacional é feita também numa escala regional e não sistémica, centrada na *BRI* em si. Contrariamente aos argumentos utilizados por Xi Jinping na projeção da narrativa estratégica da *BRI*, que se centram na ideia de que existe necessidade de reforma do sistema multilateral atual e de transformação do mesmo num sistema mais justo e propício à construção de um modelo de desenvolvimento efetivo e universal, nos discursos dos estudos de caso avaliados, tal não se verifica.

No caso do Irão, argumentos referentes ao multilateralismo são centrados na *BRI* em si, através do elogio da mesma como Iniciativa promotora do verdadeiro multilateralismo e fomentadora da cooperação ao nível regional, apesar de também ser salientado o compromisso do país com práticas multilaterais *per se*. No caso do Egito, a menção ao multilateralismo é, tal como no caso dos argumentos referentes à Ordem Internacional e securitários, centrada no país em si e centrada na ideia de que este por um lado quer cooperar com a China ao nível multilateral e por outro, quer envolver-se em arranjos

multilaterais que fomentem a cooperação multilateral à escala regional - sendo a *BRI* um exemplo disso mesmo.

Tendo isto em conta, em ambos os casos, apesar de algumas particularidades, o cenário projetado por Xi Jinping é reconfigurado. O mesmo, com desafios constantes derivados de ameaças securitárias particulares, e desigualdades permanentes, resultantes de práticas danosas que tendem a permanecer, é redimensionado à escala regional. A *BRI* é entendida como um potencial catalisador para a alteração do mesmo, sobretudo na perspetiva egípcia, e como tal é assumida, como uma Iniciativa potenciadora do estabelecimento da paz, segurança e estabilidade, à escala referida. Há, no entanto, no caso egípcio ainda um enfoque especial no papel que o país em si visa, e deseja, desempenhar no âmbito da alteração deste cenário, por via da menção recorrente à ideia de que o país quer, e deve ter, uma postura de liderança ao nível regional e que o seu envolvimento na *BRI* e a sua cooperação com a China além da Iniciativa, promovem essa liderança. Esse é não somente um argumento que reconfigura os argumentos referentes ao cenário apresentados por Xi Jinping, mas um argumento acrescentado de forma clara pelas elites egípcias.

Este enquadramento dado à *BRI* como parte da solução para estas questões identificadas, demonstra em ambos os casos como o sentimento “totalmente positivo” relativamente à Iniciativa se manifesta na conceção do cenário. Contudo, por haver uma ênfase maior do Egito neste aspeto, e por haver uma menção à já mencionada omnipresente ideia de que o país quer assumir papel de líder e cooperar com a China, dentro e fora da *BRI*, para o cumprimento destes objetivos, é possível afirmar que no caso das elites egípcias, se manifesta de forma mais evidente na conceção do cenário, não somente o sentimento “totalmente positivo” em relação à Iniciativa, como também “parcialmente positivo”.

9.4.2 - O ator

Já no que diz respeito ao ator, ou seja, ao entendimento que as elites destes países têm sobre a China em si e, por consequência, da *BRI* como um projeto promovido pelo mesmo, este é feito com base num enfoque em aspetos materiais e ideacionais, centrados tanto no passado, como no presente, porém, conectados pela ideia de que os mesmos são essenciais para a projeção do futuro.

No que concerne a dimensão material, esta é tida como um aspeto que na perceção das elites políticas destes países não pode ser descurado, quer seja para o presente, quer

seja para o futuro das relações dos mesmos, com Pequim. Isso é manifestado pelo reconhecimento da China como grande economia ou grande parceiro comercial com o qual querem aprofundar relações, e como tal, pelo enaltecimento das capacidades materiais de Pequim e do reconhecimento dessa influência no desenvolvimento das referidas relações. Especificamente, no que diz respeito a esta dimensão, no caso iraniano são mencionadas expressões para caracterizar a China como: “milagre económico”, “principal parceiro comercial” do país e “grande mercado”. No caso do Egito são utilizadas expressões como: “parceiro de valor” e “maior parceiro comercial” do país.

A dimensão material é também tida como relevante na projeção da própria identidade dos países em si, uma vez que esta é vista como uma garantidora de credenciais para o aprofundamento das relações destes com a China. No caso iraniano isso fica por demais evidente e salientado, pelo uso de expressões para caracterizar o país como, “grande provedor de energia” ou “potência económica”, uma vez que se centram em aspetos, sobretudo a questão da energia, que visam tornar aliciente, dadas as necessidades chinesas, a cooperação de Pequim com o país. Isto é algo que não se verifica no caso egípcio.

Já no que concerne à dimensão ideacional, esta desempenha um papel ainda mais saliente na clarificação do entendimento que estes países têm sobre a China como ator. Esta é definida de forma geral em ambos os casos como uma “cultura” ou “civilização antiga”, com a qual estes países têm “uma amizade tradicional” e uma “relação histórica”⁵⁵⁴. Por sua vez, as elites destes países também classificam a sua identidade atual de forma similar, ou seja, numa lógica de reminiscência sustentada num passado glorioso, em articulação e paralelo com a China.

No caso iraniano são usadas expressões que exemplificam isto mesmo como: “países com amplas comunicações culturais”, “antigas civilizações com história e cultura ricas”, “países ancestrais”, “países com grande herança cultural”, “duas civilizações antigas, com papel no progresso da cultura e civilização mundial”, “grandes e antigas nações do continente asiático”, “fundadores de grandes civilizações e “civilizações antigas com muita

⁵⁵⁴ É de apontar, contudo, o uso de outras expressões que sinalizam este mesmo ponto. No caso iraniano são mencionadas expressões como: “país antigo e grande”; “fundadora de uma grande civilização”; “civilização asiática com muita experiência”; “país importante com história longa” e “antiga civilização com história e cultura ricas”, sendo as relações entre Teerão e Pequim caracterizadas como: “longas”, “com significado”, “muito boas”, de “alta importância”, “não comparáveis às relações com qualquer outro país” e “historicamente sem manchas negras”.

No caso egípcio são utilizadas expressões como: país sem “registo de implicações negativas na sua relação com os outros, relacionadas com hegemonia e imperialismo”; país que “estende a mão à cooperação e não à confrontação” e “verdadeiro amigo”. A relação entre Cairo e Pequim é caracterizada como sendo: “sólida e profunda”, “histórica”, movida por uma “amizade tradicional” e sustentada em “laços fortes” e “profundos”.

experiência”. No caso egípcio também, através de caso expressões como: “civilizações com grande História” ou “duas das civilizações mais antigas do Mundo”.

Não obstante, no caso iraniano a identidade do país também é definida, dentro do plano ideacional, de uma forma individualizada, por via de expressões como “herdeiro de uma antiga civilização”, “potência significativa na Ásia” e “país grande culturalmente”, algo que não se verifica no caso egípcio. Para além destes aspetos, importa também sublinhar uma outra distinção, mais relevante, nomeadamente o facto de haver uma diferenciação na caracterização que as elites de ambos os países fazem da China em si. Para caracterizar Pequim, as elites egípcias utilizam expressões como “parceiro de confiança”, “parceiro com valor” e “verdadeiro amigo”. Já as elites iranianas utilizam expressões como “maior potência económica e militar” ou “grande potência”.

O uso destas expressões demonstra, que no caso do discurso das elites egípcias, a China é caracterizada mais numa lógica de paridade e no caso das elites iranianas, mais numa lógica de assimetria. O que também se relaciona com o aspeto já mencionado, de que o Egito se vê a si, tal como a China se vê a si mesma, como um país com responsabilidade acrescida ao nível regional e como um país com preponderância particular.

Mesmo tendo em conta esta distinção, o enfoque nestas classificações demonstra como em ambos os casos há uma ênfase clara na existência de comunalidades culturais e civilizacionais, que potenciaram o estabelecimento de relações ao longo do tempo e a criação de confiança com Pequim, que permanece até aos dias de hoje. Tal é tido como essencial para a projeção do aprofundamento⁵⁵⁵ da futura relação bilateral destes países com a China, no âmbito da *BRI* e além desta, pois essa relação é encarada como seguindo uma lógica de continuidade, enquadrada numa narrativa histórica comum. O que por sua vez demonstra a importância do recurso da cultura como recurso de *soft power* particular, para esta perceção específica sobre a China.

Do mesmo modo, as elites de ambos os casos também elogiam a forma como a China se posiciona internacionalmente, atribuindo à China vários aspetos que caracterizam a sua identidade e conseqüentemente condicionam esse posicionamento, na perspetiva das elites destes países. Pequim é apelidada de “potência equilibradora”, país “comprometido

⁵⁵⁵ Isto fica demonstrado pelo facto de em ambos os casos a China ser definida como prioridade de política externa e particularmente pelo uso de expressões que sinalizam este desejo vontade de reforço de relações no futuro. As elites egípcias utilizam expressões como: o “reforço da Parceria Estratégica Abrangente”; o “reforço das relações parlamentares bilaterais”; o “reforço da cooperação *win-win*”; o “reforço da cooperação pragmática”; o aprofundamento da “coordenação das estratégias de desenvolvimento” e o desejo de “concretização do sonho de rejuvenescimento nacional egípcio, em coordenação com o sonho de rejuvenescimento nacional chinês”. Já as elites iranianas manifestam o desejo de que as relações com Pequim se tornem “extensivas”, referindo a vontade de “construir um futuro comum” através das mesmas, além de ser salientada a importância estratégica destas e manifestada a vontade do reforço, no âmbito das mesmas em geral e em particular da *BRI*, da cooperação política, económica, cultural, tecnológica e securitária ao nível bilateral.

com uma Ordem internacional justa, orientada para a proteção das pessoas e dos países em desenvolvimento”, “potência promotora de segurança sanitária”⁵⁵⁶ e “país importante” para a promoção da paz e estabilidade regionais, no caso iraniano e de país sem “registro de implicações negativas na sua relação com os outros, relacionadas com hegemonia e imperialismo”, país com “modelo/experiência de desenvolvimento de sucesso” país que “estende a mão à cooperação e não à confrontação, país com “credibilidade junto dos países em crescimento e em desenvolvimento”, país “justo nos assuntos regionais do Médio Oriente” e país com “laços fortes com parceiros internacionais distintos”, no caso egípcio. É de sublinhar de forma particular no caso iraniano o elogio à postura internacional da China numa matéria em específico, nomeadamente a questão do Acordo Nuclear. É enaltecido o compromisso chinês com a preservação das prerrogativas desse Acordo, como um exemplo do alinhamento dos interesses entre Teerão e como uma manifestação de confiança na relação entre ambos os países⁵⁵⁷.

Tal elogio ao posicionamento internacional de Pequim, pelas caracterizações feitas ao país, apelidado de país importante e de confiança, pela referência a este como essencial na garantia da estabilidade e paz ao nível regional, que como já visto é um aspeto relevante na perceção em ambos os casos do cenário, revela, não apenas, que as elites dos dois estudos de caso consideram esse posicionamento positivo em si, mas também compatível com os interesses e aspirações dos seus próprios países. Este último ponto fica revelado pelo modo como os princípios que regem o posicionamento internacional de Pequim, são incorporados nos discursos das elites de ambos os casos, acerca do posicionamento internacional do seu próprio país.

No caso iraniano, esse posicionamento é apresentado por princípios também mencionados por Xi Jinping como o estabelecimento de “boas relações de vizinhança”, o “desejo de relações pacíficas” e o compromisso com o “multilateralismo económico”. No caso egípcio para além da menção a esses princípios também existir, a mesma é mais extensiva que no caso iraniano e referidos princípios estão associados diretamente à China em si. São exemplos destes princípios o “estabelecimento de relações equilibradas com parceiros internacionais”, a “intervenção constante no reforço da coordenação e cooperação entre países em desenvolvimento”, o compromisso com a “cooperação Sul-Sul”; a manutenção de uma “atitude construtiva com todos os países vizinhos”, o “respeito mútuo”, a “não ingerência nos assuntos internos de outros Estados”, a “promoção de ações construtivas a nível continental”, o apoio à “*One China policy*” e aos “esforços chineses para

⁵⁵⁶ O reconhecimento da China como “potência promotora de segurança sanitária”, demonstra como no caso das elites iranianas, há uma valorização do papel de Pequim no combate à pandemia, apesar de como já visto, a pandemia não ser reconhecida como ameaça no discurso de referidas elites.

⁵⁵⁷ Outro argumento que é verdadeiramente acrescentado pelas elites iranianas.

salvaguardar a soberania nacional, a segurança e estabilidade”. Em ambos os casos nunca a Democracia é mencionada como um princípio regulador do seu posicionamento internacional, ao contrário do que Xi Jinping menciona, aquando da menção aos princípios que regulam o posicionamento internacional chinês.

Acresce no caso egípcio a menção particular, que não é feita no caso iraniano, à ideia concretização do “Sonho Chinês de rejuvenescimento nacional”, dada num discurso do Presidente egípcio, El-Sisi. No entanto, mais do que uma menção há um assumido abraçar deste jargão político-ideológico condutor do posicionamento internacional do país - o da procura do “rejuvenescimento nacional” do próprio Egito, como um aspeto regulador do seu próprio posicionamento internacional. Um paralelismo linguístico que sublinha a ideia de que, não somente existe um reconhecimento da procura chinesa pelo “rejuvenescimento nacional”, mas como esse é também um propósito das elites egípcias para o seu país, indo ao encontro do que Xi Jinping mencionou quando se referiu ao Egito como a “esperança de uma civilização renovada que carrega a missão de rejuvenescimento nacional” (Discurso 27 do capítulo 8).

Esta questão da similaridade dos princípios e elogio ao posicionamento internacional chinês demonstra, aliado à já mencionada classificação das relações com a China numa lógica mais de paridade, como o Egito se vê a si mesmo, ou seja, concebe a sua identidade, como um país especial, com desejo de ter um papel líder ao nível regional, em semelhança ao papel que a China também deseja ter.

Tendo em conta estas distinções e especificidades, é apresentada a conceção pelas elites de ambos os países da China. Contrariamente à conceptualização feita pelo Presidente Xi Jinping da China como ator, ou seja, da identidade do país, em nenhum dos casos o país é classificado como “país em desenvolvimento responsável”, “líder de um modelo para o mundo em desenvolvimento” ou como “grande potência responsável”, estando desse modo a noção de responsabilidade desvinculada dessa classificação. Importa ressaltar que essa não menção à China como “líder de um novo modelo de desenvolvimento”, não desvirtua o valor do novo modelo que o país tenta promover, baseado na sua própria experiência, na perspetiva das elites dos estudos de caso. Tal fica particularmente sublinhado no discurso das elites egípcias, onde não somente é elogiada essa experiência, como a China é apelidada de país com credibilidade junto dos países em crescimento e em desenvolvimento. Esta ideia torna também nuclear sublinhar que em ambos os estudos de caso, as elites sublinham o valor dessa mesma experiência e abraçam, como irá ser avaliado a montante, os princípios do referido modelo que a China diz promover.

Apesar de tudo isto, há um entendimento da identidade chinesa com base em aspetos históricos e culturais, tal como feito por Xi Jinping. Contudo, tal entendimento não é feito como também irá ser explicado mais à frente, com base num enquadramento na lógica da Rota da Seda Clássica como o Presidente chinês faz, mas com base numa perceção mais holística da sua relação com a China. Desse modo, dados os argumentos apresentados, a definição do ator e dos aspetos que o caracterizam, por ser feita em paralelo com a definição dos aspetos, que na perceção das elites destes países caracterizam os seus próprios países e por ser sustentada numa lógica mais generalista, onde a Iniciativa não é diretamente envolvida, revela como em ambos os casos, no que diz respeito a esta componente da narrativa estratégica, o sentimento manifestado é um sentimento “parcialmente positivo”.

9.4.3 - O enredo

Tendo em conta que em ambos os casos, a Ordem Internacional é entendida, assim como Xi Jinping, como uma Ordem Internacional onde, devido à sua configuração, determinadas práticas danosas para os países em desenvolvimento tendem a prevalecer, o cenário que existe é entendido, de uma forma transversal, como necessitado de alterações. Embora esse cenário seja entendido numa escala regional nos dois estudos de caso, existe um elogio ao papel da China para a alteração do mesmo e uma concordância com aquilo que são as soluções projetadas por Xi Jinping, ou seja o enredo, para a potencial alteração deste, como um todo. Sendo que essa concordância, que por sua vez, se manifesta quer em termos ideacionais, quer em termos materiais, é enquadrada quer dentro da *BRI*, quer fora da mesma.

Tal como desenvolvido anteriormente, o Presidente Xi Jinping, para projetar referido enredo na sua narrativa estratégica da *BRI*, serve-se dos dois recursos de *soft power* como modo de aliciar aqueles que recebem a narrativa, e consequentemente a Iniciativa, como sendo um projeto compatível com o seu sentimento de segurança ontológica. Ou seja, como um projeto com o qual estes se possam identificar.

9.4.3.1 - O novo modelo de desenvolvimento

O primeiro destes recursos é a promoção de um novo modelo de desenvolvimento, que visa ser verdadeiramente inclusivo e universal, pois sustentado em determinados valores. De acordo com a avaliação feita dos argumentos referentes a este novo modelo, em ambos os estudos de caso, existe uma parecença acentuada nos discursos das elites

e os aspetos mencionados por Xi Jinping na projeção da narrativa estratégica da *BRI*. Embora de forma muito menos extensiva em termos quantitativos no caso iraniano (27% dos discursos comparado aos 52% do caso egípcio), há uma menção generalizada nos dois estudos de caso à ideia de que a *BRI* promove o desenvolvimento efetivo e uma menção aos princípios que regulam essa conceção de desenvolvimento, sendo particularmente salientado no caso iraniano, o princípio da cooperação *win-win*⁵⁵⁸ e no caso egípcio, a cooperação bilateral, regional e multilateral.

É de salientar que no caso egípcio, a menção a este princípio específico enquadra-se na lógica já explanada, de que o país vê a Iniciativa como uma plataforma onde quer mostrar as suas credenciais como líder regional e onde pode fomentar uma relação mais aprofundada com a China em termos bilaterais, dentro e fora da *BRI*, pois a China é encarada como um parceiro natural e um país que encara o Egito como um futuro “modelo de desenvolvimento”⁵⁵⁹ para a sua região.

É também relevante sublinhar que no caso egípcio, até pelos princípios referidos e identificados em nota de rodapé, existe uma maior tónica na ideia de desenvolvimento que no caso iraniano, através de ideias como a de que a *BRI* promove a cooperação entre países em desenvolvimento, facilita a concretização dos programas de desenvolvimento nacionais e ajuda à coordenação de estratégias de desenvolvimento entre os seus membros.

Acresce que, nos argumentos referentes a este modelo, são acrescentadas afirmações que complementam estas ideias como: a *BRI* é “complementar com os esforços de desenvolvimento do Egito”, a filosofia da *BRI* é o desenvolvimento”, a *BRI* é uma das “ferramentas promotoras do desenvolvimento mais importantes do Mundo”, a *BRI* é “complementar com a Agenda de Desenvolvimento para África de 2063”, a *BRI* promove “o desenvolvimento abrangente” e a *BRI* promove o “desenvolvimento sustentável”. Todos estes aspetos demonstram como na perceção das elites egípcias, o desenvolvimento é o real *ethos* da Iniciativa e o principal motivo, pelo qual as mesmas se identificam com a mesma e a percebem como sendo compatível com o seu sentimento de segurança ontológica.

Já no caso iraniano, apesar de existir uma valorização do modelo em si, essa valorização é essencialmente sustentada pelo facto de este ser uma alternativa ao

⁵⁵⁸ São igualmente salientados outros princípios em ambos os casos, embora de forma quantitativamente menos substantiva. No caso iraniano são apontados: a defesa da “independência”, a “solidariedade”, a “igualdade soberana”, o “respeito mútuo” e os “resultados *win-win*”. No caso egípcio, essa lista é muito mais extensa, sendo mencionados, além do princípio referido outros como: a “partilha de benefícios”, a “dignidade”, a “cooperação entre países em desenvolvimento”, a “cooperação Sul-Sul”, a “confiança mútua”, a “concretização dos programas de desenvolvimento nacionais”, a “consulta”, o “apoio à tutela dos governos dos seus próprios programas de desenvolvimento nacionais”, o “respeito e interesses mútuos”, a “coordenação de estratégias de desenvolvimento”, a “união dos membros da Iniciativa por desafios e denominadores comuns” e a “abertura”.

⁵⁵⁹ Ideia também mencionada no Discurso 16 do capítulo 8.

existente. Como já referido, as críticas à atual configuração da Ordem Internacional, vista como danosa e prejudicial para o país e outros similares, são sobretudo direcionadas, no discurso das elites iranianas, aos EUA. A este ator é atribuída a maior quota parte de responsabilidade pela permanência desta configuração, uma atribuição, baseada na própria experiência recente do Irão com referido ator.

A anuência com outros princípios e práticas, promovidos pela China e desenvolvidos nos argumentos referentes a um novo modelo de desenvolvimento diametralmente oposto do atual, revela como a aceitação da Iniciativa por parte das elites iranianas, é condicionada por estes aspetos. As elites iranianas encaram a *BRI* de forma positiva muito particularmente, devido ao facto de perceberem o potencial impacto desta para a promoção de valores, princípios e práticas totalmente distintos e mais justos dos existentes. Como tal encaram a *BRI* como uma potencial correção e compensação da Ordem Internacional atual, que se sustenta e que reflete uma postura norte-americana vista como condenável e reprovável, uma vez que aos EUA são atribuídas “intenções hegemónicas”, o “monopólio financeiro” do mundo e a permanência de uma “abordagem hostil” e de “políticas de *bullying*”.

Isto vai de encontro à ideia desenvolvida no capítulo do enquadramento teórico de que os interesses também são moldados pela dimensão mais emocional da narrativa, particularmente da associação da proposta desta nova política pública que é a *BRI*, a valores e princípios que o ator recetor da mesma, concebe como compatíveis com a sua identidade e segurança ontológica. Quantitativamente isto também é corroborado pelo facto de argumentos referentes à Ordem Internacional no caso iraniano, que como visto são sobretudo relacionados com a crítica à mesma sustentada nos aspetos supramencionados, serem mais utilizados que argumentos referentes ao próprio modelo de desenvolvimento (43% vs 27%).

Nesse sentido e tendo em conta isto mesmo, em ambos os casos, a forma como este aspeto do enredo é recebido, por via dos argumentos apresentados, manifesta um sentimento “totalmente positivo” relativamente à Iniciativa, mas por motivos diferentes. Enquanto que no caso das elites egípcias este sentimento deriva do elogio à *BRI* como uma Iniciativa promotora de um verdadeiro modelo de desenvolvimento, estando o foco dos argumentos no valor do desenvolvimento em si, no caso das elites iranianas a Iniciativa é elogiada, sobretudo pelo facto de oferecer, mais do que outra coisa, um modelo alternativo ao modelo existente, promovendo práticas, valores e princípios distintos destes, apesar de haver uma valorização dos princípios *per se*. Assim no caso iraniano, o reconhecimento do valor do novo modelo de desenvolvimento que Pequim visa promover por via da Iniciativa

é feito mais numa lógica de alteridade e de forma relativa, pois é em relação a outro, do que em termos absolutos.

9.4.3.2 - A cultura

Já o segundo destes recursos, refere-se ao uso da cultura como forma de projetar a atual *BRI* como uma metamorfose adaptada aos tempos modernos da Rota da Seda Clássica, um espaço de interação mitificado, onde grandes culturas e civilizações interagiram e criaram fortes laços entre si. Através da *BRI*, Xi Jinping advoga duas coisas essencialmente. Primeiramente que esse legado histórico é protegido, pois são colmatadas determinadas necessidades e cumpridos determinados objetivos que ajudam a tal e secundamente, que a própria existência do mesmo, potencia a cooperação entre culturas que desejam continuar a interagir, dado que se sustenta em significados partilhados. Através destas ideias procura o exercício de poder produtivo sobre os recetores da narrativa.

No que concerne este recurso, existem algumas similaridades e distinções nos argumentos dados por ambos os casos, não somente para os argumentos projetados por Xi Jinping, mas também entre si. Similarmente a Xi Jinping, as elites de ambos os países servem-se de argumentos centrados neste recurso de *soft power* para classificar a sua relação histórica com a China⁵⁶⁰, oferecer uma caracterização conjunta da China e dos seus países⁵⁶¹ (como já visto na conceção do ator), para caracterizar a Antiga Rota da Seda e para mencionar aquilo que consideram serem objetivos e necessidades que a *BRI* atual promove e protege⁵⁶², sendo de sublinhar que estes objetivos e necessidades são enquadrados quer numa lógica bilateral, quer multilateral, sendo a menção aos mesmos mais extensiva no caso das elites iranianas, como pode ser confirmado na nota de rodapé referente a esses aspetos, desenvolvida à frente.

Além do mais, apesar de apenas no caso iraniano e de forma bastante ténue⁵⁶³, a classificação das relações históricas com a China ser diretamente enquadrada no espaço da Rota da Seda Clássica, existe uma clara tónica no valor das comunalidades culturais e

⁵⁶⁰ No caso iraniano são utilizadas expressões como: relações que remontam há milhares de anos”, “laços com 2500 anos” e “parceiros tradicionais”. Já no caso egípcio são utilizadas expressões como: “amizade tradicional”, “relação sólida e profunda” e “relação histórica”.

⁵⁶¹ No caso iraniano são mencionadas expressões como: “países ancestrais”, “países com grande herança cultural” e “duas civilizações antigas, com papel no progresso da cultura e civilização mundial”. Já no caso egípcio são dadas expressões como: “duas civilizações com grande história” e “duas das civilizações mais antigas do Mundo”.

⁵⁶² No caso iraniano são utilizadas expressões como: “cooperação cultural bilateral”, potenciação das “valências culturais de ambos os países”, “entendimento mútuo”, “trocas/transições culturais”, “diálogo intercivilizacional” a promoção de uma “civilização humana conjunta”, a “proximidade cultural” e o “respeito mútuo”. Já no caso egípcio são utilizadas expressões como: o reforço do “diálogo intercivilizacional”, o estímulo à “cooperação cultural bilateral” e o “aumento das trocas culturais”.

⁵⁶³ Tal fica demonstrado pelo uso da expressão “longa história de amizade estabelecida na Rota da Seda Clássica” em apenas um discurso (Discurso 29), para classificar essas relações.

civilizacionais para, em primeira instância a sua existência e em segunda, a sua permanência, em ambos os casos. O que ajuda a reforçar a ideia já desenvolvida de que para as elites destes países, o presente e o futuro da cooperação destes países com a China, é percebido como necessariamente ancorado num passado partilhado e com significado, pois estes também são antigas e gloriosas civilizações, em semelhança com a China, partilhando desse modo um aspeto identitário comum.

Tal “São mencionadas ideias como: a cooperação em geral com a China e em particular dentro da *BRI* é bastante importante para “a criação de emprego, o reforço da infraestrutura continental, o progresso da liberdade comercial e a diversificação do sistema económico africano”; a cooperação dentro da *BRI* pode ser um catalisador para a concretização de determinados projetos de construção de infraestruturas ao nível regional construção de determinados projetos a nível regional como a Estrada Cabo-Cairo e o Projeto de Ligação e a participação na *BRI* pode contribuir para a “diversificação do sistema económico africano” e a “integração económica entre a China e os países árabes”.

Nesse sentido a *BRI* é encarada pelas elites egípcias como uma Iniciativa capaz de promover o desenvolvimento económico e prosperidade para os países que dela quiserem fazer parte, sendo particularizado o exemplo do continente africano, bem como do mundo árabe, pois são esses os contextos em que o Egito se insere. Não obstante, este enquadramento numa escala regional, também se relaciona com a extensamente referida perspetiva das elites egípcias, de que o seu país tem, e deve fomentar de forma constante, um papel de liderança ao nível regional. São mencionadas ideias como: a cooperação em geral com a China e em particular dentro da *BRI* é bastante importante para “a criação de emprego, o reforço da infraestrutura continental, o progresso da liberdade comercial e a diversificação do sistema económico africano”; a cooperação dentro da *BRI* pode ser um catalisador para a concretização de determinados projetos de construção de infraestruturas ao nível regional construção de determinados projetos a nível regional como a Estrada Cabo-Cairo e o Projeto de Ligação e a participação na *BRI* pode contribuir para a “diversificação do sistema económico africano” e a “integração económica entre a China e os países árabes”.

Nesse sentido a *BRI* é encarada pelas elites egípcias como uma Iniciativa capaz de promover o desenvolvimento económico e prosperidade para os países que dela quiserem fazer parte, sendo particularizado o exemplo do continente africano, bem como do mundo árabe, pois são esses os contextos em que o Egito se insere. Não obstante, este enquadramento numa escala regional, também se relaciona com a extensamente referida perspetiva das elites egípcias, de que o seu país tem, e deve fomentar de forma constante, um papel de liderança ao nível regional. Esta percepção da existência de uma identidade

partilhada, é o que potencia a interação em várias plataformas e “sistemas de significado” considerados mutuamente benéficos, sendo a *BRI* atual, um exemplo importante disso mesmo. No caso egípcio, para além desta valorização de um passado partilhado numa lógica de relações bilaterais com a China, também há um enquadramento da importância do mesmo ao nível regional e continental. O mesmo não permite apenas que o Egito possa continuar a “implementar consensos” e continuar na sua procura de “criar um Mundo mais justo”, mas também ajuda a potenciar a “coordenação de relações com o continente africano” e a “coordenação de relações com os países árabes”. Além do mais, esse passado partilhado também é percecionado pelas elites egípcias, como a pedra basilar na qual se podem vir a sustentar os eventuais benefícios de cooperação dos países africanos e árabes com a China na atualidade e no futuro.

Referida ideia fica comprovada pelos argumentos realmente acrescentados pelas elites egípcias aos argumentos dados por Xi Jinping, onde é defendido que a cooperação entre a China e estes países é intuitiva e natural, pois há uma ligação ideacional íntima entre ambas as partes, dado que a China é uma “parceira tradicional” destes e devido à existência de uma “ligação íntima” que a Rota da Seda Clássica ajudou também a criar entre as partes, que na perceção das elites egípcias, “ainda hoje se faz sentir”. Esta proximidade ideacional histórica, deve ser capitalizada, na perceção das elites egípcias para fomentar a “integração económica” entre a China e estes países” e o avançar de determinados projetos e iniciativas ao nível continental, dado também que a “cooperação com a China é necessária”.

Para além destas distinções mais específicas, existem outras que importam apontar. Primeiramente, nos argumentos dados pelas elites egípcias existe uma aproximação maior aos argumentos dados por Xi Jinping, no que concerne à projeção da Rota da Seda Clássica como um espaço mitificado de interação, onde a cultura chinesa teve, e tem, um papel central. Tal fica comprovado pelo uso de expressões como: a Rota da Seda Clássica foi um espaço que promoveu a “ligação íntima entre os países árabes e a China”, foi um “espaço cuja influência ainda hoje se faz sentir” e sobretudo a ideia de existe uma “responsabilidade comum de revitalizar a outrora grandiosa Rota da Seda Clássica”. Estas ideias demonstram, não apenas, que no caso das elites egípcias há uma internalização mais clara da “imagem-lugar” da Rota da Seda Clássica, demonstrando como o exercício do poder produtivo por parte de Xi Jinping através desta ideia, se manifesta de forma mais evidente no caso egípcio, como salientam ainda mais a ideia de que o Egito, como cultura e civilização antiga, também quer chamar a si responsabilidades na revitalização deste espaço de interação histórico.

Em contrapartida, no caso iraniano a Rota da Seda Clássica é somente caracterizada como um “espaço de trocas comerciais”. Aquilo que fica salientado sim pelas elites iranianas é o seu entendimento da *BRI* atual como uma fénix, simbólica e física, desse “espaço”, o que fica comprovado pelo uso de expressões como: a *BRI* é um “ramo da Rota da Seda Clássica”, uma “Iniciativa remanescente da Rota da Seda Clássica”, o “esforço moderno para o renascer da Rota da Seda Clássica” e uma “questão cultural”.

Seguidamente, no caso dos argumentos dados pelas elites egípcias, não há uma ênfase do papel do Egito⁵⁶⁴ na antiga Rota da Seda como feito no caso iraniano, onde são utilizadas expressões como: “país importante”, “passagem-chave”, uma das “principais portas de entrada”, país com “papel líder” e país com “papel histórico”.

Não obstante, como já mencionado, apesar das distinções, em ambos os casos a cultura é tida como um aspeto fundamental para a aceitação da *BRI* como um projeto benéfico. Sobretudo porque existe um entendimento comum, quer às elites egípcias, quer às iranianas, que a atual *BRI* é a efetiva revitalização de um antigo espaço, onde cooperação abundava. Um espaço cuja existência apoiam, e cuja importância em termos culturais e civilizacionais reconhecem, seja para os seus próprios países, seja em termos multilaterais, seja no presente seja para o futuro.

Assim, a utilização da cultura como argumento manifesta um sentimento quer “parcialmente positivo”, quer “totalmente positivo” em ambos os casos. “Parcialmente positivo” pois, mais do que enfatizado o valor da *BRI* ou da Rota da Seda Clássica a este nível, é valorizada de uma forma geral a proximidade identitária destes Estados com a China como a fundação ideacional para a criação de confiança ao longo do tempo, a criação de significados partilhados e a interação em várias plataformas, sendo a Rota da Seda Clássica e a atual *BRI*, apenas exemplo disso mesmo. É importante, no entanto apontar que no caso das elites egípcias, a Rota da Seda Clássica é definida como um espaço essencial para a criação desta proximidade, sobretudo ao nível continental e regional, embora não sendo o único. Além do mais essa proximidade é também enquadrada como positiva e construtiva para o futuro, pelas elites egípcias, quer ao nível bilateral, quer ao nível continental e regional.

“Totalmente positivo”, pois em ambos os casos a *BRI* é vista como uma Iniciativa que tem significado e é importante, pois está ancorada nesse passado de significados partilhados. A *BRI* é encarada em ambos os casos como uma Iniciativa que de facto ajuda à promoção de determinados objetivos e à supressão de necessidades específicas relacionados com estes aspetos, seja a nível bilateral ou multilateral, que primam pela

⁵⁶⁴ Algo que no caso das elites iranianas é feito, o que fica demonstrado pelo recurso a ideias como: “país importante”, “passagem-chave”, uma das “principais portas de entrada”, país com “papel líder” e país com “papel histórico”.

valorização da diversidade e a criação de entendimento entre culturas e civilizações. Acresce a isto o facto de, no caso das elites egípcias, ser referida a ideia de que existe uma “responsabilidade comum de revitalizar a outrora grandiosa Rota da Seda Clássica”, um espaço concebido como potenciador da criação de “ligações íntimas” e da cooperação entre os que fizeram parte do mesmo.

9.4.3.3 - Aspetos materiais

Como já desenvolvido no capítulo 8, a projeção do enredo da narrativa e, como tal, o processo de aliciação de Estados a coadunarem com a mesma e aceitar a Iniciativa prende-se quer com aspetos ideacionais, quer com aspetos materiais. Ao recorrer aos dois recursos de *soft power* no discurso, Xi Jinping pretende que os atores ao qual a narrativa é dirigida se consigam identificar com a mesma e a encará-la como um projeto que não prejudica a sua segurança ontológica. Como já conferido, tal verifica-se. No entanto, a adicionar a isto e a sustentar realmente esse processo de aliciação, está a projeção dos benefícios materiais que a pertença à Iniciativa traz e pode vir a trazer. Seja em termos do aumento de investimentos, seja em termos do incrementar do volume de comércio, seja em termos de construção de infraestruturas, entre outros aspetos, que na introdução já foram especificados para cada estudo de caso.

Esses benefícios, por sua vez são alicerçados nas próprias capacidades materiais da China e como tal, são potenciados pelas capacidades de *hard power* do país. Estas capacidades são aplicadas através da contribuição extensiva em termos de financiamento de Pequim, para o desenvolvimento de instituições e fundos que são orientados para sustentar, garantir e facilitar os investimentos e construção de projetos no âmbito da *BRI*, sendo de particular importância o *AIIB* e o *Silk Road Fund*. Nesse sentido, a estratégia de promoção da *BRI* e como tal, a forma como o enredo da narrativa é projetado, é uma estratégia de *smart power*, onde se articula a aplicação dos recursos de *soft power* ao discurso por forma a criar atratividade, gerir perceções e minimizar os sentimentos de desconfiança relativamente à Iniciativa, com a garantia de que a pertença à mesma comportará efeitos materiais benéficos e palpáveis, dos quais os que dela não fizerem parte ficam alheados.

Como verificado pela avaliação da projeção da narrativa estratégica, embora Xi Jinping reconheça o valor das referidas instituições e fundos para a sustentação de dividendos materiais para aqueles que desejem participar na Iniciativa, nunca o faz através da valorização das próprias capacidades materiais de Pequim, nomeadamente em termos económicos e financeiros, para o funcionamento e existência dos mesmos.

Não obstante, no que diz respeito à forma como a narrativa estratégica da *BRI* é recebida, em ambos os estudos de caso, verificam-se estes dois aspetos. Por um lado, como já assinalado, em ambos os casos, a China é caracterizada como um Estado com muitas capacidades materiais, sendo definida como “grande mercado”, “grande economia” ou “maior parceiro comercial”, o que revela o reconhecimento do potencial económico do país e das suas capacidades de *hard power* a este nível, de uma forma transversal. Por outro, é enaltecida a importância de uma instituição em particular, o *AIIIB*, para o avançar e concretizar de projetos e investimentos no âmbito da Iniciativa e, como tal, para a garantia de que a pertença à mesma traz ganhos materiais, apesar de não ser associada a esta diretamente a capacidade de *hard power* chinesa.

Acresce naturalmente a isto, o reconhecimento das elites iranianas e egípcias de que há, de facto, benefícios materiais para os seus Estados, com a sua participação na *BRI*, seja no presente ou no futuro. Tal perceção desses benefícios e incentivos é dada de diversas formas.

Em primeiro lugar, e de forma comum as elites iranianas e egípcias mencionam benefícios materiais que estas consideram que a *BRI* já promove. No caso iraniano são mencionados: o “desenvolvimento/crescimento económico, a “conectividade”, a “criação de emprego”, o “crescimento do valor das moedas nacionais”, a “redução da pobreza”, a “prosperidade” e a “facilitação do uso de moedas nacionais para transações.

No caso egípcio são mencionados: a “liberalização do comércio”, o desenvolvimento de infraestruturas, particularmente de: infraestruturas relacionadas com a energia, portos, estradas, redes ferroviárias e transportes, bem como de projetos específicos como a Zona Económica do Suez, mas também o “aumento de investimento e financiamento”, a “cooperação financeira entre os membros da Iniciativa”, a “cooperação ao nível da ciência e tecnologia”, a “cooperação energética/construção de projetos relacionados com a energia”, a “concessão de empréstimos”, a “coordenação de políticas públicas”, a “inovação”, a “criação de emprego”, a “industrialização”, o desenvolvimento do “setor imobiliário”, a “prosperidade”, o “crescimento económico”, o “reforço da cooperação económica em geral com a China” e o “estabelecimento de novas parcerias e o reforço das já existentes”.

Uma característica exclusiva ao discurso das elites iranianas é a referência a aspetos e áreas que estas percecionam como algo que a *BRI* pode ainda vir a promover, sendo esses: o aumento do financiamento de “projetos de infraestruturas”, especificamente o reforço da rede de “transportes”, em particular de: estradas, redes ferroviárias, portos, aeroportos, bem como o projeto de ligação entre os portos de Gwadar e Chabahar, além do “reforço/expansão da cooperação económica” com a China, o reforço da “cooperação

energética, a intensificação da “cooperação tecnológica e científica”, o aumento da “produção industrial” iraniana, o reforço da “cooperação financeira”, o aumento das “exportações de petróleo e gás natural”, o aumento do “turismo” e o aumento da “produção agrícola”.

Como se pode conferir, em ambas as situações, são sublinhados aspetos também mencionados por Xi Jinping, como o reforço de investimento, o aumento do volume comercial, a prosperidade, o desenvolvimento económico, e, sobretudo, a construção de infraestruturas. No âmbito deste último ponto, são mencionados projetos específicos, alguns iniciados e outros não, em ambos os casos, sendo de particular realce a menção extensiva no caso egípcio à Zona de Cooperação do Canal do Suez, e no caso iraniano, ao projeto de ligação entre os portos de Gwadar e Chabahar e ao projeto de redesenho do reator de Arak. Também são adicionados aspetos que o Presidente Xi Jinping não projeta por via da narrativa estratégica da *BRI*, como a ideia de que através da Iniciativa ambos os países visam o reforço da cooperação ao nível da agricultura e do turismo, bem como esperam que a pertença à mesma ajude à criação de emprego. Em termos de aspetos materiais enfatizados de forma particular a partir de um período temporal, é essencial destacar, no caso do Irão, os investimentos chineses, particularmente a partir de 2018, e no caso do Egito, o fornecimento de vacinas a partir de 2021.

No caso iraniano, juntamente com a menção ao desejo de que a cooperação dentro da *BRI* facilite a realização de transações com moedas nacionais, a ênfase nestas questões revela como a Iniciativa é vista como uma real alternativa aos entraves e limitações impostos à economia iraniana pela então Administração Trump, por via da aplicação de sanções extensivas e da sua política de “máxima pressão” na economia iraniana. É de realçar também, no caso do Egito, que o enfoque das elites na questão das vacinas, demonstra como a pandemia e a emergência no combate à mesma, são tidas não apenas, como aspetos particularmente relevantes, dentro da dimensão material da *BRI* na atualidade, mas como a *BRI* é encarada, em si, como uma plataforma preferencial no qual o país visa cumprir estes desígnios.

Não obstante, a principal diferença é a forma como o tempo verbal do discurso transmite a ideia dos benefícios materiais. Embora estes sejam reconhecidos em ambos os casos, o discurso das elites egípcias transmite de forma evidente a ideia de que esses benefícios já se fazem sentir, em diversas áreas e a vários níveis, no país. Já no caso das elites iranianas, pela orientação do discurso para o futuro e pelo seu enquadramento de uma forma mais prospetiva, manifesta-se a ideia de que, apesar de haver reconhecimento de benefícios materiais, estes são ainda, na sua maioria, potenciais, sobretudo ao nível de infraestruturas, dado que é o argumento mais vezes utilizado, e como tal o impacto palpável

dos mesmos, ainda não se faz sentir. Tal inferência ajuda a compreender como por via do discurso, é corroborada e afirmada a ideia apresentada na Introdução de que no caso do Egito o número de projetos já iniciados e cujos dividendos já se sentem, é bastante mais vasto do que no caso iraniano.

Em segundo lugar e de forma similar, em ambos os casos, são mencionadas as expetativas quanto aos efeitos positivos que a cooperação dentro da *BRI* pode vir a trazer para a cooperação bilateral, em geral, com a China. No caso iraniano são mencionadas ideias como: a efetivação do papel do país como “provedor energético” de Pequim, expansão da cooperação bilateral”, o “reforço das relações bancárias” bilaterais, “a abertura de “um novo capítulo de cooperação bilateral” e o estabelecimento de uma “relação de longo-termo”. Ao que acresce as ideias do reforço da cooperação nuclear bilateral no âmbito da *BRI* e o desejo do incremento da cooperação militar e securitária com Pequim, sendo especificado para além do desenvolvimento da indústria de armamento iraniana e de exercícios militares conjuntos, o combate ao narcotráfico e ao crime organizado.

No caso egípcio são mencionados: a “transferência tecnológica” bilateral, o aumento do “investimento” chinês em solo egípcio, o “comércio” bilateral, o desenvolvimento do setor agrícola egípcio, o crescimento do setor do turismo egípcio, o fornecimento chinês de vacinas, o reforço da coordenação ao nível bilateral no combate à pandemia o “diversificar os *frameworks* de cooperação com a China”, o reforço da “cooperação” em geral, o estímulo da “cooperação bilateral e o “aproximar-se cada vez mais da China”.

Neste tipo de argumentos ficam salientes algumas particularidades a este nível que ambos os Estados vêm como valências que podem tornar ainda mais privilegiada a sua relação com Pequim, sobretudo no caso iraniano a questão da energia, atendendo às necessidades específicas que a China tem neste campo e no caso egípcio a questão de uma cooperação generalizada noutra tipo de plataformas. A menção a estas expetativas vai de encontro ao pressuposto de que ambos os Estados vêm a China como um país com fortes capacidades materiais. A *BRI* é deste modo enquadrada como uma plataforma que pode vir a impulsionar a retirada de determinados benefícios materiais, de uma relação mais alargada e sólida com a China, no futuro.

Em terceiro e último lugar, são também mencionadas as expetativas quanto ao papel de ambos os países dentro da Iniciativa, com base na perspetiva que as elites têm sobre a mesma. No caso das elites Iranianas esta é apelidada de “projeto do século” e de “Iniciativa com importância internacional”, sendo referido que o país visa usufruir da sua participação da mesma para capitalizar a sua “posição/localização estratégica” e para se transformar efetivamente a transformação efetiva do Irão num “país de trânsito importante”. Tais expetativas derivam da perceção das elites iranianas de que a posição do seu país dentro

da Iniciativa é uma “posição especial”, “espetacular e ideal”, “excelente”, podendo o mesmo afirmar-se como “país-chave” dentro desta.

Já no que diz respeito ao caso das elites egípcias, estas utilizam argumentos que também se referem à sua perspectiva egípcias sobre a *BRI*, que é apelidada de “plano ambicioso” e “injeção de vigor à relação bilateral entre Egito e China”. No entanto, não se referem diretamente à posição do país dentro da mesma como no caso das elites iranianas, mas ao nível de apoio à mesma. Tal fica demonstrado pelo uso de expressões como: “apoio firme”, “entusiasmo”, “perspetiva positiva”, pela menção ao facto de o Egito ser “um dos primeiros países” a apoiar a Iniciativa, de ser um país comprometido com a aceleração do “processo de construção da *BRI*”, de querer ser “parceiro-chave na promoção da Iniciativa” e de ambicionar “continuar a cooperar dentro do *framework* da *BRI*, para atingir interesses comuns de desenvolvimento e progresso”.

Por sua vez, é esta perspetiva positiva que cria determinadas expectativas, sendo de salientar a capitalização da “localização estratégica” do país, a transformação do país num “líder regional na área da economia digital”, a transformação do país num centro de produção e reexportação de produtos, a transformação do país num centro regional de fornecimento de energia”, a transformação do país num “provedor de energia”, o desenvolvimento da sua “capacidade produtiva” e a constituição do país como “centro de transporte marítimo global”.

Em ambos os casos, fica assim saliente o desejo da capitalização da posição estratégica, bem como a transformação destes países, em países de trânsito importantes. O que demonstra que a Iniciativa é percebida como potencialmente ampliadora da sua preponderância individual em termos materiais, não só no seio, mas além desta, demonstrando desse modo a existência de diversas expectativas quanto à participação na mesma.

É, no entanto, também importante constatar que no caso egípcio, para além desta manifesta vontade de ver afirmada a sua preponderância como país ao nível regional, bem como a vontade de ver a cooperação com a China alargada por via da cooperação no âmbito da *BRI*, também são projetados potenciais benefícios para a região e para o continente. São mencionadas ideias como: a cooperação em geral com a China e em particular dentro da *BRI* é bastante importante para “a criação de emprego, o reforço da infraestrutura continental, o progresso da liberdade comercial e a diversificação do sistema económico africano”; a cooperação dentro da *BRI* pode ser um catalisador para a concretização de determinados projetos de construção de infraestruturas ao nível regional construção de determinados projetos a nível regional como a Estrada Cabo-Cairo e o

Projeto de Ligação e a participação na *BRI* pode contribuir para a “diversificação do sistema económico africano” e a “integração económica entre a China e os países árabes”.

Nesse sentido a *BRI* é encarada pelas elites egípcias como uma Iniciativa capaz de promover o desenvolvimento económico e prosperidade para os países que dela quiserem fazer parte, sendo particularizado o exemplo do continente africano, bem como do mundo árabe, pois são esses os contextos em que o Egito se insere. Não obstante, este enquadramento numa escala regional, também se relaciona com a extensamente referida perspectiva das elites egípcias, de que o seu país tem, e deve fomentar de forma constante, um papel de liderança ao nível regional. Pelo seu próprio exemplo, pode incentivar outros Estados a participarem na Iniciativa e contribuir construtivamente no âmbito desta, para que estes retirem benefícios materiais dessa participação. Uma perspectiva que é outro aspeto que distingue a forma como os argumentos materiais são veiculados pelas elites egípcias, em comparação com as elites iranianas.

Assim, no que se relaciona com este aspeto do enredo da narrativa, em ambos os estudos de caso o sentimento manifestado relativamente à *BRI* é, claramente, “totalmente positivo”. As elites de ambos os países reconhecem que há benefícios materiais a serem ou já a ser retirados, pelos seus países, com a sua participação na *BRI*, dado que a Iniciativa é promovida por um país com altas capacidades a esse nível e que a maior parte dos investimentos e financiamentos são feitos por via de instituições que asseguram a sua concretização. Adiciona a isto que, em ambos os casos, primeiramente é salientado o valor da Iniciativa nesta dimensão e mencionadas as expectativas quanto ao papel que as elites destes países querem ver o seu país desempenhar dentro desta e, seguidamente é manifestada, a vontade de, através da cooperação nesta dimensão dentro da *BRI*, verem alargada a sua cooperação bilateral de uma forma geral com a China e capitalizadas as suas valências específicas.

É, contudo, importante salientar que no caso egípcio, a *BRI* é enaltecida como uma iniciativa capaz de trazer dividendos materiais também para o continente africano e para a região.

10 - CONCLUSÕES

Tendo em conta a avaliação da forma como a narrativa estratégica é projetada discursivamente por parte do Presidente da RPC, Xi Jinping, e a avaliação da forma como esta é recebida pelas elites dos dois estudos de caso selecionados, Irão e Egito, é então possível enquadrar os mesmos no “*Belt and Road buy-in framework*” e assim dar resposta à pergunta de investigação: “Qual o impacto da projeção da narrativa estratégica chinesa da Iniciativa *Belt and Road* na sua aceitação pelos Estados destinatários?”.

10.1 - A projeção da narrativa estratégica

10.1.1 - A avaliação das categorias

A avaliação da forma como a narrativa estratégica da *BRI* é projetada nos 45 discursos escolhidos de Xi Jinping entre o período de 2013 e 2021 é feita através do estabelecimento de três categorias: o tom manifestado relativamente à Iniciativa (se assertivo, se positivo ou se negativo); o contexto em que o discurso particular é dado (se multilateral, bilateral, doméstico, simbólico ou académico e os argumentos utilizados. No que diz respeito aos últimos, foram estabelecidos vários tipos de argumentos: argumentos centrados na China em si, argumentos relacionados com os dois recursos de *soft power* (o novo modelo de desenvolvimento e a cultura), argumentos associados ao conceito de multilateralismo, argumentos referentes à Ordem Internacional, argumentos securitários ou geopolíticos, argumentos referentes à ideia de democracia, argumentos referentes especificamente ao Egito e o Irão e argumentos de natureza material.

Em termos de tom, este é assertivo na totalidade dos discursos, sendo essa assertividade misturada com alguma positividade, apenas em alguns discursos, de destacar neste último ponto, os dois discursos nos Fóruns da *BRI* (Discursos 19 e 27). A assertividade como padrão manifesta-se pelo uso extensivo do modo verbal imperativo, por via de expressões como “*must*”, “*should*” e “*need to*”, para manifestar o compromisso da China com o desenvolvimento da Iniciativa e com os seus princípios e pela referência a diversas ameaças securitárias. Já a positividade está associada a expressões que transmitem esperança e convicção na conclusão da *BRI* e da possibilidade de cooperação entre os seus membros, como “*hope*” e “*trust*”. Temporalmente, o tom manifesta-se como sendo apenas assertivo em todos os discursos a partir de 2019, excetuando apenas três

(Discursos 25, 27 e 35). Nunca o tom é avaliado como sendo negativo, o que se revela algo lógico, dado que a intenção da narrativa é promover a *BRI*.

No que refere o contexto, a grande maioria dos discursos é dada no domínio multilateral (73% do total de 45), sendo as temáticas desses contextos variadas (economia, segurança, desenvolvimento, política e sustentabilidade). Os restantes discursos são dados nos outros contextos referidos, sendo 7% no bilateral, 8% no nacional em que a audiência é doméstica, 2% no académico e 7% no simbólico. O contexto dos discursos mesmo sendo variado não condiciona de forma particular os argumentos utilizados nem o tom manifestado, excetuando essencialmente os argumentos referentes à China em si, sobretudo os centrados na definição da identidade do país, que se alteram consoante o mesmo.

Já os argumentos mais vezes utilizados no cômputo geral são argumentos relativos a um novo modelo de desenvolvimento (em 93% dos discursos), argumentos referentes a aspetos materiais (em 91%), argumentos focados na China em si (em 88%) e argumentos referentes à Ordem Internacional (80%).

10.1.2 - As características gerais da narrativa projetada

Como visto, a narrativa estratégica da *BRI* é uma *issue narrative* ou uma narrativa em torno de um problema específico, neste caso a proposta de uma política pública nova. Por ser uma narrativa relativa a uma proposta de política pública, é simultaneamente enquadrada numa narrativa sistémica, ou seja, numa determinada conceção do Sistema Internacional e articulada com uma narrativa biográfica/nacional diretamente relacionada com uma conceção particular da identidade chinesa. Tal significa que a mesma relaciona os três níveis de uma narrativa. Esta é projetada por Xi Jinping, por via de um enfoque em argumentos de natureza quer ideacional, quer material, de forma constante ao longo do tempo, independentemente do contexto e num tom manifestamente assertivo. O que também se relaciona com o facto de a narrativa da *BRI* ser uma narrativa em torno de uma proposta de política pública, pois, tomando em consideração o recorrido por Van Noort e Colley no seu artigo "*How do strategic narratives shape policy adoption? Responses to China's Belt and Road Initiative*", é impossível dissociar a relação entre a dimensão ideacional e material na promoção de uma política pública nova.

Além disso, pelo facto de esta política pública particular ter uma dimensão e escala, em termos de investimentos e projetos, sem precedentes, essa impossibilidade de dissociação torna-se ainda mais evidente. Nesse sentido, estas duas dimensões são

discursivamente articuladas na forma como a Iniciativa é promovida, procurando tornar a comunicação da mesma persuasiva para os que a recebem. Uma persuasão tida como essencial para, mais do que fazer terceiros coadunarem com a narrativa estratégica projetada, criar atratividade para sua aceitação da *BRI*.

A relação entre a dimensão material e ideacional fica revelada pela concepção das três componentes da narrativa, nomeadamente o cenário, o ator e o enredo, inferidas a partir dos argumentos utilizados por Xi Jinping, tendo simultaneamente em conta o contexto e o tom dos diferentes discursos avaliados. A dimensão ideacional é central na definição destas três componentes e a dimensão material toma um papel fulcral na mais importante das mesmas, o enredo.

Em seu turno, as três componentes são especialmente relevantes pois são elas que justificam o valor da narrativa e ajudam ao cumprimento dos objetivos da mesma, dado que um ator, geralmente aquele que veicula a narrativa, define-se de determinada maneira e leva ou deseja levar a cabo determinadas ações (enredo) dentro de um “mundo” ou ambiente, entendido e descrito de uma determinada forma (cenário) (Van Noort & Colley, 2020, p. 6). As mesmas também expõem a articulação existente entre a proposta de uma política pública por via de uma narrativa (narrativa relativamente a um problema específico) e as concepções que existem sobre o Mundo e sobre si mesmo (narrativa sistémica que se manifesta pela concepção do cenário), feitas pelo ator que a veicula (narrativa biográfica/nacional que se manifesta pela concepção de ator). Relacionam desse modo os três níveis de narrativa: o sistémico, o nacional e o associado a um problema específico.

Neste caso, o ator, a China, que concebe a sua identidade de forma camaleónica, dependendo do contexto e do interlocutor, procura alterar um cenário, ou seja, a Ordem Internacional. Na perspetiva chinesa, esta é concebida como desigual, desafiante e necessitada de reforma e essa alteração é proposta através de um enredo que consiste essencialmente numa estratégia de *smart power*, onde é articulada uma dimensão mais ideacional e outra mais material.

Dentro da dimensão ideacional é vital salientar a importância específica dos recursos de *soft power*: a cultura e o novo modelo de desenvolvimento. Por via da utilização da cultura na narrativa, Xi Jinping visa projetar uma “imagem-lugar” mitificada da Rota da Seda Clássica, sustentando-a no próprio valor da cultura chinesa para a criação desta. O Presidente chinês procura, conseqüentemente, promover a atual *BRI* como a revitalização de um espaço próspero, de cooperação histórica entre civilizações e culturas, onde o entendimento e o diálogo são potenciados e onde as diferentes identidades são respeitadas, pois existem significados partilhados preservados ao longo do tempo, tendo a China um papel central, impulsionador e importante nesse mesmo espaço.

Veiculando através da linguagem estas ideias, Xi Jinping tem dois propósitos essenciais. Em primeiro lugar, o de conferir durabilidade à narrativa estratégica da *BRI*, ao projetar o presente e o futuro da Iniciativa como ancorado numa “imagem-lugar” mitificada do passado, que espera que os recetores da narrativa aceitem e reconheçam. Em segundo lugar, o de exercer poder produtivo sobre esses mesmos recetores, sobretudo através da ênfase dada à existência de significados partilhados e da saliência dos mesmos como os pilares ideacionais fundacionais do entendimento, cooperação e interação entre as várias culturas e civilizações parte da *BRI*.

Por via da ideia de que à *BRI* está associada a promoção de um novo modelo de desenvolvimento, Xi Jinping pretende promover a Iniciativa como uma alternativa mais justa ao modelo de desenvolvimento atual, o comumente conhecido Consenso de Washington. O Secretário-Geral do PCC sublinha que a mesma se rege por princípios que primam pelo benefício universal e proteção dos mais desfavorecidos, ao contrário do referido modelo vigente, que, por promover o unilateralismo, o protecionismo e a confrontação, amplia as desigualdades existentes entre países e povos. Sendo a maioria dos Estados recetores países em desenvolvimento, ao associar a *BRI* a uma nova marca de desenvolvimento, Xi Jinping procura moldar os seus interesses, na medida em que pretende que estes aceitem esta marca, ou modelo, como realmente justo e verdadeiramente benéfico, porque é ancorado em valores e princípios compatíveis com a sua identidade e segurança ontológica. O Presidente chinês pretende igualmente que estes rejeitem o modelo atual, tomando e aceitando a ideia de que o mesmo é destrutivo e orientado para servir apenas os mais poderosos. Apesar de ficar bem patente a crítica e a rejeição do modelo de desenvolvimento *status quo* no discurso de Xi Jinping, este nunca responsabiliza explicitamente nenhum Estado em particular, apesar de sub-repticiamente se perceber que se refere aos EUA.

O valor destes recursos de *soft power* não reside apenas no seu significado em si, mas na sua contribuição para as componentes da narrativa, particularmente o enredo e o ator. Por um lado, ao utilizá-los, a intenção de Xi Jinping é tornar o enredo atrativo e, como tal, a proposta da política pública em si, aliciante. Tal é feito por via de uma estratégia global de *smart power*, em que estes recursos que salientam a relevância da dimensão ideacional, se aliam à promessa de ganhos materiais apenas para aqueles que quiserem aderir à *BRI*, sustentada, na prática, nas próprias capacidades de *hard power* da China, expostas na criação de instituições e fundos específicos para o financiamento de projetos no âmbito da Iniciativa. Por outro, estes recursos também são essenciais para a conceção do ator e para o cumprimento de um outro objetivo já referido – a gestão das perceções internacionais daqueles que recebem a narrativa sobre o ator em si e sobre o enredo que este procura

que os mesmos aceitem. Essa concepção, por sua vez, é feita através da aplicação destes recursos, mas também dos princípios pelos quais o ator rege o seu posicionamento internacional, bem como uma definição contextual e instrumental da sua identidade que, variando entre “grande potência responsável”, “país em desenvolvimento responsável”, “líder de um modelo em desenvolvimento”, “berço da cultura Oriental” e “*time honored civilization*” consoante o interlocutor e contexto particular a que o discurso se dirige, confere flexibilidade para o cumprimento do objetivo apontado.

Desse modo, e em forma de síntese, as três componentes da narrativa expõem a relação entre aspetos de natureza material e ideacional. O cenário (i.e. a Ordem Internacional) é entendido por Xi Jinping como sendo desafiante, em consequência da sua configuração e da existência de ameaças. A China, como ator com um posicionamento internacional particular decorrente da sua identidade, rejeita o cenário existente e procura alterá-lo. Para tal, propõe um novo enredo, através da narrativa, de forma a que os demais Estados se alinhem com a sua estratégia de *smart power*, no sentido de modificar a Ordem Internacional.

O facto de o tom da narrativa ser essencialmente assertivo como referido, sinaliza a firmeza da convicção de Xi Jinping na concepção que este apresenta destas três componentes; demonstra também algum sentido de urgência, na perspetiva do Presidente chinês, na concretização da Iniciativa e na correção da Ordem Internacional atual, uma vez que, das três componentes, onde fica mais saliente esta assertividade no tom, é no cenário.

10.2 - A receção da narrativa estratégica

10.2.1 - A avaliação das categorias

Ter em consideração as motivações, a forma e a substância da narrativa projetada é essencial para a avaliação do modo como a mesma é recebida pelas elites dos dois estudos de caso, Irão e Egito, tendo sido selecionados para avaliar essa receção 63 discursos para o caso iraniano e 25 para o caso egípcio, compreendidos entre 2015 e 2021.

Na avaliação da receção da narrativa, foram aplicadas duas categorias: o sentimento e os argumentos apresentados. Para o sentimento, foi estabelecida uma escala com quatro gradações: “muito negativo” (se houver menções a palavras fortes como “ameaça”, “*debt-trap diplomacy*” ou “desafio”); “parcialmente negativo” (se houver menções a palavras como “cautela” e “prudência”); “parcialmente positivo” (se houver menções positivas ao tema, mas enquadrando-o dentro de outro(s) tido(s) como mais positivo(s) ainda) e “totalmente positivo

“(se não houver nenhuma menção negativa). Já para os argumentos avaliados, com o intuito de compreender se estes eram ou não similares aos utilizados por Xi Jinping e se foram alterados, foram escolhidos os mesmos tipos de argumentos utilizados no caso da projeção da narrativa estratégica, além de ser também tido em conta se novos argumentos, de natureza ideacional e material, que não se enquadrem nestes tipos, foram acrescentados.

A avaliação individual destas categorias, bem como a sua conexão uma com a outra, esclarece qual a concepção que as elites destes países têm das três componentes da narrativa e como se colocam dentro do “*Belt and Road buy-in framework*”.

Primeiramente, no que diz respeito ao sentimento em relação à Iniciativa, este oscila em ambos os casos entre um sentimento “totalmente positivo” e um sentimento “parcialmente positivo”. Nos discursos onde o sentimento foi avaliado como “totalmente positivo”, há uma valorização de forma clara do potencial e do valor da Iniciativa, sendo a esta o foco desses mesmos discursos. Nos discursos onde o sentimento foi avaliado como “parcialmente positivo” pode encontrar-se um maior destaque ou na relação em geral destes países com a China, ou na cooperação com a China para além do mero âmbito da *BRI*. Tomando isto em consideração, a avaliação do sentimento como “parcialmente positivo” não se prende com a existência de críticas ou com a identificação de ameaças e riscos relativos à *BRI*; prende-se com uma perspetiva mais holística, como explicado, e, dada a escala apresentada para a avaliação do sentimento, da relação destes países com a China. Nunca o sentimento foi avaliado como “parcialmente” ou “totalmente” negativo, o que por si só constitui também um dado significativo.

Segundo, no que diz respeito aos argumentos, quantitativamente os mais mencionados em ambos os casos são os de natureza material (em 78% dos discursos no Irão e em 84% no Egito). No entanto, são também extensivamente referidos argumentos de natureza ideacional, tais como os referentes à China em si (em 63% dos discursos no Irão e em 80% dos discursos no Egito) e a menção extensiva de forma individual, no caso egípcio, a argumentos referentes ao modelo de desenvolvimento (em 52% dos discursos) e à cultura (em 40%); no caso iraniano, argumentos referentes à cultura (em 52%) e à Ordem Internacional (em 43%).

Além do mais, quer elites iranianas quer elites egípcias também acrescentam argumentos novos tanto de natureza material como, de natureza ideacional, aos utilizados por Xi Jinping. No caso das elites iranianas, são acrescentados argumentos centrados nos EUA e na crítica à postura americana, bem como argumentos referentes à cooperação nuclear e militar com a China, dentro da *BRI*. No caso das elites egípcias, são apresentados

argumentos focados na ênfase de uma ideia específica: a de que a cooperação dentro da *BRI* e a cooperação com a China em geral, são tidas como importantes para a capacitação do potencial do país de se afirmar como líder regional, bem como para o desenvolvimento da região e do continente, de uma forma ampla.

Mesmo tendo isto em conta, dado que o objetivo desta dissertação é avaliar as percepções das elites dos dois estudos de caso, pelo modo como recebem a narrativa estratégica da *BRI*, a questão quantitativa associada aos argumentos mais utilizados, apesar de ser apontada, não é a questão mais relevante. Para atingir esse preceito, é relevante apreciar a dimensão qualitativa destes argumentos, sejam de natureza material ou ideacional, em articulação com o sentimento manifestado relativamente à Iniciativa, que já se sabe ser um sentimento positivo. Esta apreciação, por sua vez, é o que permite definir o modo como, em ambos os estudos de caso, é concebido o cenário, ator e enredo da narrativa e, assim, é o que dará a colocação dos mesmos no “*Belt and Road buy-in framework*”.

10.2.2 - A conceção de cenário, ator e enredo

Estas componentes são, em ambos os casos, reconfiguradas, não como resposta, em forma de crítica, à definição apresentada por Xi Jinping das mesmas, mas sim, como uma manifestação da percepção particular destas elites políticas relativamente à Iniciativa que, inevitavelmente, é influenciada por aspetos que são singulares, a si e aos seus países.

O cenário é entendido pelas elites de ambos os estudos de caso de forma similar a Xi Jinping, como sendo uma Ordem Internacional composta por desafios constantes, derivados de ameaças securitárias e desigualdades permanentes, resultantes de práticas danosas que tendem a permanecer e que contribuem para uma ordenação desigual e injusta da mesma. Por sua vez, estes aspetos que a caracterizam são entendidos de forma *sui generis* em cada caso. Dentro deste entendimento, é de salientar que as elites iranianas atribuem de uma forma clara e assumida a responsabilidade primária da configuração do mesmo a um ator específico- os EUA, algo que não é feito nem por Xi Jinping, nem pelas elites egípcias.

Acresce a isto que este cenário é, no que lhe concerne, redimensionado à escala regional pelas elites de ambos os países, sendo a *BRI* entendida, sobretudo no caso das elites egípcias, como um potencial catalisador para a alteração do mesmo, sobretudo no que concerne à supressão de carências como a paz, a estabilidade e a segurança. Há, no entanto, uma distinção entre os dois estudos de caso, bastante relevante no entendimento

destas questões: as elites egípcias, ao contrário das iranianas, se centrarem extensivamente na ideia de que o seu país deve desempenhar um papel central na alteração de referido cenário, através da manifestação assumida de que é sua vontade que o Egito tenha uma postura de liderança ao nível regional e da referência ao desejo de que esta postura deve ser promovida por via de um envolvimento ativo na *BRI* e por via da cooperação com a China além da Iniciativa.

O enquadramento dado à *BRI* como parte da solução para estas questões identificadas demonstra, como em ambos os casos, o sentimento “totalmente positivo” relativamente à Iniciativa se manifesta na conceção do cenário. Contudo, por haver uma ênfase maior do Egito neste aspeto e por haver uma menção à ideia de que o país quer assumir papel de líder e cooperar com a China, dentro e fora da *BRI*, para o cumprimento destes objetivos, é possível afirmar que, no caso das elites egípcias, se manifesta de forma mais evidente na conceção do cenário, não somente o sentimento “totalmente positivo” em relação à Iniciativa, como também o sentimento “parcialmente positivo”.

Já o ator, a China, é definido como poderoso em termos materiais e como similar em termos ideacionais, em ambos os casos. Estas duas dimensões são tidas como fundamentais, na projeção feita pelas elites iranianas e egípcias do futuro das relações dos seus países com Pequim, dentro e fora da *BRI*. A dimensão ideacional é particularmente relevante para compreender o entendimento que as elites de ambos os casos têm do Estado chinês ator. A China é definida, de uma forma geral, como uma “cultura” ou “civilização antiga”, com a qual estes países têm “uma amizade tradicional” e uma “relação histórica”. Acresce que nos dois estudos de caso, a identidade destes países é definida, pelas suas próprias elites, em termos similares, sendo de salientar que no caso das elites egípcias essa definição é feita mais numa lógica de paridade com a China do que no caso das elites iranianas, onde a mesma é feita, mais numa lógica de assimetria. O que sinaliza mais uma vez a ideia de que as primeiras, veem o seu país como um com particular importância e relevância.

Em ambos os casos, também são apresentadas definições da identidade do Estado chinês mais gerais e orientadas para o presente. No caso iraniano, a China é classificada como “grande potência política e económica”, Estado “grande e poderoso”, “potência equilibradora”, “grande potência” e “maior potência económica e militar” e no caso egípcio como Estado com “modelo/experiência de desenvolvimento de sucesso”, Estado com “laços fortes com parceiros internacionais distintos”, Estado sem “registro de implicações negativas na sua relação com os outros, relacionadas com hegemonia e imperialismo” e Estado que “estende a mão à cooperação e não à confrontação”.

Não obstante estas diferenças no entendimento da identidade do ator, existem semelhanças em ambos os casos. Em primeiro lugar, a existência de comunalidades culturais e civilizacionais entre estes países e a China é tida como essencial pelas elites dos mesmos para o estabelecimento de relações ao longo do tempo com este Estado, para a criação de confiança dos seus países com a China e para projetar o futuro das suas relações bilaterais, dentro e fora da *BRI*. Estes aspetos culturais e civilizacionais comuns potenciam a existência de uma lógica de continuidade, ancorada em significados partilhados e numa narrativa histórica comum. O reconhecimento disto, vai ao encontro dos objetivos de Xi Jinping. Em segundo lugar, nunca em nenhum dos casos a identidade da China como ator é definida como a de “grande potência responsável”, “país em desenvolvimento responsável” ou “líder de um modelo em desenvolvimento”, ao contrário do que faz Xi Jinping na projeção da narrativa estratégica da *BRI* – o que sinaliza a desvinculação da noção de responsabilidade nas definições da identidade da China feitas pelas elites destes países e demonstra uma interpretação bastante particular daquele que é o seu entendimento específico sobre essa mesma identidade. Todavia, em ambos os casos, é valorizada a questão do desenvolvimento e elogiado o papel da China como promotora do mesmo.

A dimensão ideacional no entendimento do ator fica ainda mais sublinhada pelo facto de, para além dos aspetos supramencionados, ser ainda elogiado o posicionamento internacional chinês, os princípios pelo qual este é conduzido e seu valor para estes Estados. Complementa este elogio o facto de que, em referência aos princípios internacionais que regem o posicionamento internacional de Irão e Egito, as próprias elites destes países demonstrarem, por via do discurso, como os mesmos são bastante similares aos princípios que regem o posicionamento internacional chinês. Mais uma vez, neste aspeto, é de salientar o caso do Egito, onde não somente os princípios mencionados são mais extensos que no caso iraniano, como se referem de forma direta à China em si, por via de ideias como o apoio à “*One China policy*” e aos “esforços chineses para salvaguardar a soberania nacional, a segurança e estabilidade”. Acresce a isto que as elites egípcias também admitem a adoção de determinados conceitos político-filosóficos reguladores destes princípios e, conseqüentemente, do posicionamento internacional do seu país, idênticos aos referidos por Xi Jinping, como o conceito de “rejuvenescimento nacional”.

Desse modo, dados os argumentos apresentados relativamente ao ator, sustentados numa lógica mais generalista⁵⁶⁵, onde a Iniciativa não é diretamente envolvida, quer no

⁵⁶⁵ Uma lógica generalista onde fica salientada a proximidade das elites dos dois estudos de caso com a formulação de posicionamento internacional da China e com os princípios que orientam essa formulação.

exemplo do Irão, quer no exemplo do Egito, no que diz respeito a esta componente da narrativa estratégica, o sentimento manifestado é um sentimento “parcialmente positivo”.

No que se relaciona com o enredo, é importante voltar a sublinhar que este é a componente mais importante, visto que é através dele que Xi Jinping visa aliciar os destinatários da narrativa estratégica a aceitarem a Iniciativa. Este, tal como as duas outras componentes, apesar de readaptado em ambos os casos, é aceite de forma transversal.

A ideia de que à *BRI* está associado um novo modelo de desenvolvimento é claramente aceite nos dois casos, embora na situação das elites iranianas tal seja mais visível devido ao facto de ser um modelo distinto e alternativo ao atual, em contrapartida ao caso das elites egípcias, que valorizam o mesmo pela noção de desenvolvimento que percecionam que este, de facto, promove e protege. O que também demonstra que as perceções das elites de ambos os casos relativamente a este modelo, apesar de diferentes, vão ao encontro dos objetivos de Xi Jinping.

A cultura é reconhecida em ambos os casos, e pelas respetivas elites também, como um aspeto fundamental na aceitação da *BRI*. Tal deve-se, por um lado, pelo facto de entenderem que, através desta, conseguiram criar uma relação ao longo do tempo com a China, estando essa relação agremiada por aspetos ideacionais comuns (referidos na componente do ator), sedimentada na confiança mútua e tida como essencial para a projeção do futuro das suas relações com Pequim em várias plataformas, sendo a *BRI* exemplo de uma delas. Por outro, pela ideia de que a cultura é um aspeto fundamental para a aceitação da *BRI* como um projeto benéfico, sobretudo porque existe um entendimento comum, quer às elites egípcias, quer às iranianas, que a atual *BRI* é a efetiva revitalização de um antigo espaço, onde a cooperação abundava. Um espaço cuja existência apoiam e cuja importância em termos culturais e civilizacionais reconhecem, pois entendem que através deste o entendimento, o respeito e o diálogo entre culturas e civilizações podem ser promovidos, o que por sua vez, permite a valorização da sua identidade particular e a preservação do seu sentimento de segurança ontológica.

Não obstante, há discrepâncias em ambos os casos que importam apontar, embora as mesmas não desvirtuem estas conclusões. Em primeiro lugar, no caso das elites iranianas, há um enquadramento, ainda que subtil das relações históricas do país com a China dentro da Rota da Seda Clássica, dado pela expressão “longa história de amizade estabelecida na Rota da Seda Clássica”, bem como uma menção ao papel do país na mesma - algo que não é feito pelas elites egípcias. Já no caso destas, não somente há uma internalização mais evidente da “imagem-lugar” mitificada da Rota da Seda Clássica que Xi Jinping projeta pela narrativa estratégica, exposta por expressões como espaço que promoveu a “ligação íntima entre os países árabes e a China”, “espaço cuja influência ainda

hoje se faz sentir” e sobretudo a ideia de existe uma “responsabilidade comum de revitalizar a outrora grandiosa Rota da Seda Clássica”, como há um enquadramento da importância da cultura para a afirmação do papel do Egito como líder a nível continental e regional e para o reforço da cooperação da China com os países árabes e africanos.

Já no que diz respeito aos aspetos materiais, quer as elites iranianas, quer as elites egípcias reconhecem o potencial da pertença dos seus países à Iniciativa nestes termos. Essa valorização não é somente enquadrada no presente, sob a forma de dividendos imediatos que os países já retiram da *BRI*, sendo por demais evidente no caso das elites egípcias que esses dividendos já se fazem sentir de forma mais notória do que no caso das elites iranianas, mas também é projetada para o futuro. Tal projeção é feita seja a nível da capitalização das valências específicas destes países, seja a nível do reforço da sua relação bilateral com Pequim e seja a nível do benefício que os mesmos podem trazer ao nível continental e regional, no caso egípcio.

Do mesmo modo, também é enaltecida em ambos os casos a importância de determinadas instituições financeiras, particularmente do *AIB*, para a facilitação do financiamento de projetos no âmbito da *BRI* e, como tal, para o incremento do potencial da retirada de benefícios materiais derivados da participação na Iniciativa para os Estados que dela quiserem fazer parte. Isto, em articulação com a influência que os dois recursos de *soft power* têm na criação de atratividade da Iniciativa, como já visto, confirma que a estratégia de *smart power* de Pequim, utilizada na procura de aliciar os destinatários da narrativa estratégica a aceitarem a *BRI*, é eficaz nestes dois estudos de caso em concreto.

Tomando em consideração tudo isto, é possível afirmar que o sentimento relativo ao enredo, varia consoante o Estado e os aspetos específicos. No que diz respeito ao modelo de desenvolvimento, o sentimento manifestado em ambos os casos é um sentimento “totalmente positivo”, mas por motivos distintos. Enquanto no caso das elites egípcias este sentimento deriva do elogio à *BRI* como uma Iniciativa promotora de um verdadeiro modelo de desenvolvimento, estando o foco dos argumentos no valor do desenvolvimento em si, no caso das elites iranianas a Iniciativa é elogiada, sobretudo pelo facto de oferecer, mais do que outra coisa, um modelo alternativo ao modelo existente, promovendo práticas, valores e princípios distintos dos deste.

No que concerne a cultura, há uma manifestação de um sentimento quer “parcialmente positivo” quer “totalmente positivo” em ambos os casos. “Parcialmente positivo”, pois, mais do que enfatizado o valor da *BRI* ou da Rota da Seda Clássica a este nível, é reconhecida, de uma forma geral, a proximidade identitária destes Estados com a China, como a base ideacional para a criação de confiança ao longo do tempo, a criação de significados partilhados e a interação em várias plataformas, sendo a Rota da Seda

Clássica e a atual *BRI*, exemplo disso mesmo. “Totalmente positivo”, pois em ambos os casos a *BRI* é vista como uma Iniciativa que tem significado e é importante, pois está ancorada nesse passado de significados partilhados. A *BRI* é encarada como uma Iniciativa que de facto ajuda à promoção de determinados objetivos e à supressão de necessidades específicas relacionados com estes aspetos, seja a nível bilateral ou multilateral, que primam pela valorização da diversidade e a criação de entendimento entre culturas e civilizações.

Já no que diz respeito a questões materiais, o sentimento manifestado em ambos os casos, é “totalmente positivo. Há o reconhecimento de benefícios materiais a ser retirados ou já existentes, com a participação na Iniciativa; é salientado o valor acrescentado da *BRI* na dimensão material; são mencionadas expectativas quanto ao papel dos dois países na mesma e é manifestada a vontade de, através da cooperação nesta dimensão dentro da *BRI*, estes Estados verem alargada a sua cooperação bilateral de uma forma geral com a China e capitalizadas as suas valências específicas.

10.3 - A colocação dos dois estudos de caso no “*Belt and Road buy-in framework*” e a resposta à pergunta de investigação

Tomando em consideração os aspetos supramencionados, em ambos os casos há uma aceitação da *BRI*, de acordo com as categorias do “*Belt and Road buy-in framework*”, visto que a Iniciativa é percecionada como benéfica em termos materiais e como compatível com a sua segurança ontológica. Isso, para além de se revelar nos argumentos utilizados, fica reforçado pelo sentimento manifestado por parte das elites dos dois países.

Dado que a *BRI* é aceite, confirma-se que, em ambos os casos, a narrativa estratégica projetada tem um grande impacto nessa mesma aceitação, sendo a contestação à mesma praticamente inexistente, mesmo tendo em conta que, na forma como as elites iranianas e egípcias recebem a narrativa, esta seja algo reconfigurada e alterada, quer seja pelos argumentos apresentados, quer seja pela conceção das três componentes da mesma. Contudo, tal reconfiguração surge não como forma de crítica ou objeção à narrativa projetada por Xi Jinping, mas sim como consequência das perceções particulares destas elites que invariavelmente condicionam a forma como recebem a narrativa. Desse modo, e mesmo havendo referida interpretação singular por parte das elites iranianas e egípcias, os objetivos que Xi Jinping associa à *BRI* são cumpridos nestes dois estudos de caso, sendo assim atingida a finalidade da narrativa estratégica. Assume-se assim indutivamente que

para outros estudos de caso, ou seja, para outros destinatários, não obstante a particularidade das suas relações bilaterais, num sentido lato, com a China e o seu papel específico dentro da *BRI*, aplicando o mesmo modelo, a narrativa poderá potencialmente ter o mesmo impacto.

É ainda assim relevante salientar as questões mais importantes associadas à mencionada interpretação singular, seja em ambos os casos, seja apenas num deles. Uma dessas é a de a *BRI* ser encarada, quer por elites iranianas, quer por elites egípcias, como um dos eixos mais importantes da sua cooperação em geral com a China, sendo os benefícios materiais dessa cooperação e a proximidade ideacional com o Estado chinês entendidos como fatores essenciais para a existência da mesma - mas essencialmente para a sua continuidade e eventual reforço. Outra é a ideia salientada recorrentemente no discurso das elites egípcias de que o seu país quer ser líder a nível regional e de que a sua cooperação, dentro e fora da *BRI*, com a China, um ator que não apenas quer ter essa mesma postura no seu contexto, mas que também vê o Egito em referido papel, é importante para o cumprimento desse fim. É adicionada a isto a valorização da cooperação com a China, também no âmbito da *BRI* e além deste, para o continente e para a região. Uma outra questão que é vital apontar é o destaque dado pelas elites iranianas no seu discurso aos EUA, algo absolutamente determinante para compreender, quer a aceitação destas da *BRI* como uma iniciativa promotora de um novo modelo de desenvolvimento alternativo ao atual, quer as ameaças identificadas e a conceção da Ordem Internacional feita pelas mesmas.

Assim, e em suma, com esta dissertação, foi possível destacar a dimensão discursiva de uma narrativa em torno de uma política pública particular ao demonstrar cinco coisas. Primeiramente, que as narrativas são, de facto, constitutivas da ação estatal, sendo arquitetadas estrategicamente por forma a irem ao encontro do cumprimento de um objetivo político específico - neste caso o de promover a *BRI*, uma nova política pública. Em segundo lugar, que a linguagem tem um papel determinante na perseguição desse objetivo, pois se é através desta que os atores políticos concebem a realidade que os rodeia, é também por via da mesma que estes tentam convencer terceiros que o cumprimento de referido objetivo também é proveitoso e benéfico para si – tal é feito através da projeção da narrativa. Em terceiro lugar, que o apelo às identidades como elementos mobilizadores para o cumprimento de mencionado propósito, feito pela aplicação dos dois recursos de *soft power* ao discurso e pela utilização de outros argumentos de natureza ideacional, é um fator essencial, não só para a promoção efetiva e persuasiva desta proposta de política pública nova, mas sobretudo para a sua aceitação, uma vez que interfere com o sentimento de segurança ontológica dos recetores da mesma. Em quarto lugar, que numa narrativa em

torno de uma proposta de política pública nova, tendo em conta o que Van Noort e Colley desenvolveram, a colocação dos dois estudos de caso no “*Belt and Road buy-in framework*” e a já referida estratégia de *smart power* perseguida por Xi Jinping, é impossível desvincular a ligação entre as dimensões material e ideacional. Para além da promoção discursiva da *BRI* ser feita através de um enfoque nas duas dimensões, também a forma como a narrativa é recebida é, necessariamente, condicionada por uma articulação entre as mesmas, sendo, conseqüentemente, a *BRI* aliciante pelo facto de ser percebida como benéfica em ambas. Em quinto lugar, que a receção da narrativa estratégica em torno de uma política pública nova é influenciada pelas percepções, circunstâncias e características da audiência que a recebe. Tais condicionantes, sendo explicitadas pelo discurso dessa audiência recetora, demonstram a relevância da subjetividade, da unicidade e da particularidade de cada caso, pois as mesmas são totalmente determinantes para a aceitação dessa política pública. Por último lugar, é importante apontar uma derradeira conclusão: dado que é sobre esta narrativa que a proposta da *BRI* se tem assentado, será importante conferir como a mesma pode vir a ser alterada no futuro ou readaptada como forma de resposta a dificuldades, objeções e obstáculos que possam vir a ser encontrados pela China com a implementação da Iniciativa.

A resistência da narrativa implica o acautelamento de potenciais respostas negativas à mesma. De facto, tal como já foi mencionado, através da utilização da referida estratégia de *smart power* e da articulação em geral de aspetos de natureza material e ideacional, Xi Jinping tem tentado aliciar outros Estados a aceitar a Iniciativa ao longo do tempo, assim como tem procurado moldar positivamente as percepções internacionais sobre as intenções da China. Como conferido, nestes dois estudos de caso, em ambos estes eixos, Pequim tem tido sucesso. Tal pode não se verificar noutros. Numa primeira instância, porque existem objeções veementes à Iniciativa já desde a sua inepção, encabeçadas sobretudo pelas elites políticas, económicas e diplomáticas de países como os EUA ou a Índia que veem a *BRI* como a mais acérrima e perniciosa tentativa chinesa de conquista de supremacia global e de avanço de determinados objetivos estratégicos. Na sua ótica, a Iniciativa não está em nada associada à vontade benevolente de promover o desenvolvimento e prosperidade, nem ao impulso histórico de revitalizar um antigo espaço de entendimento e cooperação mútuas, sendo na verdade motivada pelo desejo maquiavélico de enclausuramento de Estados mais vulneráveis sob a forma de dívida e pela vontade de criação de múltiplas formas de dependência. Numa segunda instância, porque essas objeções vêm-se, no presente, reforçadas não somente pela crescente vocalização da oposição das elites de referidos Estados à Iniciativa, mas também pelo surgimento de críticas e pelo reconhecimento de dificuldades e obstáculos por parte de

outras elites – sendo algumas destas de Estados que fazem parte da *BRI*. A instabilidade económica de alguns Estados-parte da Iniciativa como o Paquistão e o Bangladesh; o bloqueio à continuação de investimentos chineses, por medo de acumulação de dívida em outros como a Nigéria e o Afeganistão; a oposição interna crescente e generalizada à finalização de determinados projetos no âmbito da *BRI* em outros ainda como a Roménia, a Lituânia, a Eslovénia e a República Checa; a insustentabilidade comprovada e pública da política de empréstimos das instituições bancárias e financeiras criadas e orientadas para a Iniciativa e um eventual enfraquecimento e abrandamento generalizado do crescimento económico chinês, constituem alguns desafios à implementação e ao sucesso vindouro da *BRI*.

Cumulativamente, os cada vez mais agravados danos na reputação internacional chinesa, influenciados por uma série de razões como a adoção de uma postura diplomaticamente assertiva e ameaçadoramente belicista em relação à questão da reunificação com Taiwan; a alegada violação contínua dos Direitos Humanos de minorias religiosas e étnicas a residir em território chinês e a manutenção de uma postura inflexível no que concerne a partilha de informação relativamente à gestão da pandemia Covid-19, também podem enfraquecer o desenvolvimento futuro da *BRI*.

Será, nesse sentido, bastante importante para a continuidade desta investigação, avaliar se a forma como a narrativa estratégica da *BRI* é discursivamente projetada se altera, se é reconfigurada ou se permanece igual, face a estes novos entraves, à potencial ampliação de outros e ao eventual surgimento de mais vozes opositoras relativamente à implementação da Iniciativa, sejam elas de elites, sejam da opinião pública doméstica dos países destinatários da *BRI*. Será, por consequência, essencial na mesma medida, perceber como e em que situações e estudos de caso, o modo como a narrativa da *BRI* é recebida, transparece e transmite estas questões, avaliando por exemplo, se as elites de Estados que a aceitaram inicialmente reverterem essa posição, se as elites de outros a criticam e estão a reforçar ainda mais essa postura e se há distinções nas perspetivas quanto a esta entre Estados desenvolvidos e Estados em desenvolvimento.

11 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

11.1 - Bibliografia

- Andornino, G. B. (2017). The Belt and Road Initiative in China's Emerging Grand Strategy of Connective Leadership. *China & World Economy*, 25(5), 4-22. <https://doi.org/10.1111/cwe.12211>. Consultado a 20 de janeiro de 2022.
- Auerbach, Y. (2010). National Narratives in a Conflict of Identity. Barriers to peace in the Israeli-Palestinian conflict. In Y. Bar-Siman-Tov (Ed.), *Barriers to Peace in the Israeli-Palestinian Conflict* (pp. 99-134). The Jerusalem Institute for Israel Studies. Consultado a 3 de janeiro de 2022.
- Banerjee, S. (2015). Rules, agency, and international structuration. *International Studies Review*, 17(2), 274-297. <https://doi.org/10.1111/misr.12221>. Consultado a 28 de dezembro de 2021.
- Bakken, B. (2002). Norms, values and cynical games with party ideology. *The Copenhagen Journal of Asian Studies*, 16, 106-137. <https://doi.org/10.22439/cjas.v16i0.7>. Consultado a 16 de maio de 2022.
- Barnett, M. & Duvall, R. (2005). Power in international politics. *International organization*, 59(1), 39-75. <https://doi.org/10.1017/S0020818305050010>. Consultado a 19 de dezembro de 2021.
- Berenskoetter, F. (2014). Parameters of a national biography. *European journal of international relations*, 20(1), 262-288. <https://doi.org/10.1177/1354066112445290>. Consultado a 17 de novembro de 2021.
- Bevan, L. D., Colley, T & Workman, M. (2020). Climate change strategic narratives in the United Kingdom: emergency, extinction, effectiveness. *Energy Research & Social Science*, 69, 101580. <https://doi.org/10.1016/j.erss.2020.101580>. Consultado a 18 de dezembro de 2021.
- Braga, P. & Sangar, K. (2020). Strategy Amidst Ambiguity: the Belt and Road and China's Foreign Policy Approach to Eurasia. *The Journal of Cross-Regional Dialogues/La Revue de dialogues inter-régionaux*. doi:10.25518/2593-9483.132. Consultado a 20 de Janeiro de 2022.
- Breslin, S. (2009). Understanding China's regional rise: interpretations, identities and implications. *International Affairs*, 85(4), 817-835. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2346.2009.00829.x>. Consultado a 3 de fevereiro de 2022.
- Casebeer, W. D. & Russell, J. A. (2005). Storytelling and terrorism: towards a comprehensive "counter-narrative strategy". *Strategic Insights*, 4(3), 1-17. <https://apps.dtic.mil/sti/citations/ADA521449>. Consultado a 13 de dezembro de 2021.

- Chen, Y., Fan, Z., Zhang, J. & Mo, M. (2019). Does the connectivity of the Belt and Road Initiative contribute to the economic growth of the Belt and Road countries? *Emerging Markets Finance and Trade*, 55(14), 3227-3240. <https://doi.org/10.1080/1540496X.2019.1643315>. Consultado a 29 de novembro de 2021.
- Cho, Y. N. & Jeong, J. H. (2008). China's soft power: Discussions, resources, and prospects. *Asian survey*, 48(3), 453-472. <https://doi.org/10.1525/as.2008.48.3.453>. Consultado a 28 de janeiro de 2022.
- Clarke, M. (2018). The Belt and Road Initiative: Exploring Beijing's motivations and challenges for its new Silk Road. *Strategic Analysis*, 42(2), 84-102. <https://doi.org/10.1080/09700161.2018.1439326>. Consultado a 18 de novembro de 2021.
- Clemens, M. (2015). The Maritime Silk Road and the PLA. *China Brief*, 15(6), 7-10. https://www.cna.org/cna_files/pdf/maritime-silk-road.pdf. Consultado a 21 de janeiro de 2021.
- Coticchia, F. (2015). Effective strategic narratives? Italian public opinion and military operations in Iraq, Libya, and Lebanon. *Italian Political Science Review/Rivista Italiana di Scienza Politica*, 45(1), 53-78. <https://doi.org/10.1017/ipo.2015.1>. Consultado a 18 de dezembro de 2021.
- Deng, Y. (2014). China: the post-responsible power. *The Washington Quarterly*, 37(4), 117-132. <https://doi.org/10.1080/0163660X.2014.1002159>. Consultado a 18 de janeiro de 2022.
- Ding, S. (2008). To build a "harmonious world": China's soft power wielding in the global south. *Journal of Chinese Political Science*, 13(2), 193-213. <https://doi.org/10.1007/s11366-008-9023-9>. Consultado a 30 de janeiro de 2022.
- Duggan, N. (2020). China - The Champion of the Developing World: A Study of China's new Development Model and its Role in Changing Global Economic Governance. *Politics & Policy*, 48(5), 836-858. <https://doi.org/10.1111/polp.12377>. Consultado a 3 de fevereiro de 2022.
- Ehizuelen, M. M. O. & Abdi, H. O. (2018). Sustaining China-Africa relations: Slotting Africa into China's One Belt, One Road initiative makes economic sense. *Asian Journal of Comparative Politics*, 3(4), 285–310. <https://doi.org/10.1177/2057891117727901>. Consultado a 10 de novembro de 2021.
- Eisenman, J. (2018). Contextualizing China's belt and road initiative. In *Testimony before the US-China Economic and Security Review Commission, US Congress* (Vol. 19). https://www.uscc.gov/sites/default/files/Eisenman_USCC%20Testimony_20180119.pdf. Consultado a 2 de fevereiro de 2022.
- Etzioni, A. (2011). Is China a responsible stakeholder? *International Affairs*, 87(3), 539- 553. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2346.2011.00989.x>. Consultado a 18 de janeiro de 2022.

- Feldman, C. (2001). Narratives of national identity as group narratives: Patterns of interpretive cognition. In J. Brockmeier & D. A. Carbaugh (Eds.), *Narrative and Identity: Autobiography, Self and Culture* (pp. 129-143). Studies in Autobiography, Self and Culture. Consultado a 20 de janeiro de 2022.
- Ferdinand, P. (2016). Westward ho—the China dream and ‘one belt, one road’: Chinese foreign policy under Xi Jinping. *International Affairs*, 92(4), 941-957. <https://doi.org/10.1111/1468-2346.12660>. Consultado a 13 de janeiro de 2022.
- Finnemore, M. (1996). *National interests in international society*. Cornell University Press. Consultado a 30 de dezembro de 2021.
- Fukuyama, F. (2018). *Identity: The demand for dignity and the politics of resentment*. Farrar, Straus and Giroux. Consultado a 23 de dezembro de 2021.
- Fulton, J. (2017). The GCC Countries and China’s Belt and Road Initiative (BRI): Curbing Their Enthusiasm. *Middle East Institute*, 17. https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/54739280/The_G.C.C._Countries_and_China_s_Belt_and_Road_Initiative_BRI__Curbing_Their_Enthusiasm____Middle_-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1639500013&Signature=Tkt0QObfNIHxjLHRPxNZQx4boZBnuDBo27FbKO1xE1-4KJTLJ9BmsKxZvJQsvmtN8IXM1vTum-1p5K3vmRxf2kVlbcO2uKkegGyKnxoVYbsByUu7VxdC2SMW9U6KZA4q5oUbQez39oRPavjlb5zvuWshi0WtS9NH~5tPfa~zTZfxg5hsnxevEPjrRLiJtce0ypdgdgA54BH~Gupg8f3NnQ7dHs27VH5RAZAnpUU1z5ISzt8-L43LGsTo2fYxLGTFIODTZlyRMd~dyudz~8zxbvr8pD3ERc9sejklAYqzDcvVlCpewgnZCZSJCxagro4QXuGelZWkRY~xw~IFqPGQ__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Consultado a 1 de novembro de 2021.
- Gaddis, J. L. (2017). *A Grande Estratégia*. Alfragide-PT: Publicações Dom Quixote. Consultado a 23 de janeiro de 2022.
- Garrard, G. & Murphy, J. B. (2021). *Como pensar politicamente – Sábios, académicos e estadistas cujas ideias moldaram o mundo*. Temas e Debates: Círculo de Leitores. Consultado a 23 de janeiro de 2022.
- Gill, B. & Huang, Y. (2006). Sources and limits of Chinese ‘soft power’. *Survival*, 48(2), 17-36. <https://doi.org/10.1080/00396330600765377>. Consultado a 29 de janeiro de 2022.
- Glaser, B. S. & Murphy, M. E. (2009). Soft power with Chinese characteristics. In C. McGiffert (Ed.), *Chinese soft power and its implications for the United States* (pp. 10-26). CSIS Smart Power Initiative. Consultado a 26 de janeiro de 2022.
- Goldstein, A. (1998). Great expectations: interpreting China's arrival. *International Security*, 22(3), 36-73. <https://doi.org/10.1162/isec.22.3.36>. Consultado a 17 de janeiro de 2022.
- Gurevitch, M., Coleman, S. & Blumler, J. G. (2009). Political communication—Old and new media relationships. *The Annals of the American Academy of Political and Social*

- Science*, 625(1), 164-181. <https://doi.org/10.1177/0002716209339345>. Consultado a 23 de dezembro de 2021.
- Hammack, P. L. & Pilecki, A. (2012). Narrative as a root metaphor for political psychology. *Political Psychology*, 33(1), 75-103. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9221.2011.00859.x>. Consultado a 2 de janeiro de 2021.
- Harnisch, S. (2011). *Role theory: operationalization of key concepts*. Routledge. Consultado a 20 de novembro de 2021.
- Hart, J. (1992). Cracking the code: Narrative and political mobilization in the Greek resistance. *Social Science History*, 16(4), 631-667. <https://doi.org/10.1017/S0145553200016680>. Consultado a 6 de outubro de 2021.
- Hayden, C. (2012). *The rhetoric of soft power: Public diplomacy in global contexts*. Lexington Books. Consultado a 1 de dezembro de 2021.
- Holsti, K. J. (1970). National role conceptions in the study of foreign policy. *International studies quarterly*, 14(3), 233-309. <https://doi.org/10.2307/3013584>. Consultado a 17 de janeiro de 2022.
- Hopf, T. (1998). The promise of constructivism in international relations theory. *International security*, 23(1), 171-200. <https://doi.org/10.1162/isec.23.1.171>. Consultado a 30 de dezembro de 2021.
- Hu, H., Wang, S. & He, J. L. (2020). Comparative advantages of free trade port construction in shanghai under the belt and road initiative. *International Journal of Financial Studies*, 8(1), 6. <https://doi.org/10.3390/ijfs8010006>. Consultado a 22 de maio de 2022.
- lida, M. (2020). Xi Jinping's diplomacy and the rise of his political authority. *Journal of Contemporary East Asia Studies*, 9(2), 127-143. <https://doi.org/10.1080/24761028.2020.1843217>. Consultado a 14 de janeiro de 2022.
- Ikenberry, G. (2008). The rise of China and the future of the west. *Foreign Affairs*, 87(1), 23-37. <http://www.jstor.org/stable/20020265>. Consultado a 18 de janeiro de 2022.
- Jarzabkowski, P., Sillince, J. A. & Shaw, D. (2010). Strategic ambiguity as a rhetorical resource for enabling multiple interests. *Human relations*, 63(2), 219-248. <https://doi.org/10.1177/0018726709337040>. Consultado a 23 de janeiro de 2022.
- Jisi, W. (2011). China's search for a grand strategy: A rising great power finds its way. *Foreign Affairs*, 90(2), 68-79. <http://www.jstor.org/stable/25800458>. Consultado a 18 de janeiro de 2022.
- Kaminski, G. (2019) Tianxia and Chinese Foreign Policy. *Asian Issues*, 5(1), 7-27. https://www.ias.rs/_files/ugd/a1421c_a8d1b8bfac4741a4b4f4af824b03255e.pdf#page=8. Consultado a 16 de maio de 2022.

- Kennedy, S. (2010). The myth of the Beijing Consensus. *Journal of contemporary China*, 19(65), 461-477. <https://doi.org/10.1080/10670561003666087>. Consultado a 2 de fevereiro de 2022.
- Khan, H. U. & Khalid, I. (2018). New Delhi Response to Beijing's *BRI* project: A Lucid connection with Chinese" String of Pearls". *Journal of Political Studies*, 25(1), 243-254. http://pu.edu.pk/images/journal/pols/pdf-files/18_25_1_18.pdf. Consultado a 23 de maio de 2022.
- Knoblauch, H. (2013). Communicative constructivism and mediatization. *Communication Theory*, 23(3), 297-315. <https://doi.org/10.1111/comt.12018>. Consultado a 10 de dezembro de 2021.
- Lams, L. (2018). Examining strategic narratives in Chinese official discourse under Xi Jinping. *Journal of Chinese Political Science*, 23(3), 387-411. <https://doi.org/10.1007/s11366-018-9529-8>. Consultado a 16 de novembro de 2021.
- Lilleker, D. G. (2015). Re-imagining the meaning of participation for a Digital Age. In A. Frame & G. Brachotte (Eds.), *Citizen participation and political communication in a digital world* (pp. 109- 124). Routledge. Consultado a 12 de dezembro de 2021.
- Liu, W., Dunford, M. & Gao, B. (2018). A discursive construction of the Belt and Road Initiative: From neo-liberal to inclusive globalization. *Journal of Geographical Sciences*, 28(9), 1199-1214. <https://doi.org/10.1007/s11442-018-1520-y>. Consultado a 21 de maio de 2022.
- Ly, B. (2021). China Quest for global governance overhaul. *Cogent Social Sciences*, 7(1), 1932031. <https://doi.org/10.1080/23311886.2021.1932031>. Consultado a 20 de janeiro de 2022.
- McGee, M. C. & Nelson, J. S. (1985). Narrative reason in public argument. *Journal of Communication*, 35(4), 139-155. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1985.tb02978.x>. Consultado a 2 de Janeiro de 2022.
- McLuhan, M. (1994). *Understanding media: The extensions of man*. MIT Press. Consultado a 7 de dezembro de 2021.
- Mehrish, B. N. (1985). Indian National Congress and non-alignment: the quest for peace and a New World Order. *The Indian Journal of Political Science*, 46(4), 506-514. <http://www.jstor.org/stable/41855202>. Consultado a 22 de maio de 2022.
- Miao, J.T. (2015). Expectations and realities: managing the risks of the" Belt and Road" Initiative. *China Quarterly of International Strategic Studies*, 1(03), 497-522. <https://doi.org/10.1142/S2377740015500244>. Consultado a 26 de janeiro de 2022.
- Miao, J. T. (2021). Understanding the soft power of China's Belt and Road Initiative through a discourse analysis in Europe. *Regional Studies, Regional Science*, 8(1), 162-177. <https://doi.org/10.1080/21681376.2021.1921612>. Consultado a 10 de dezembro de 2021.

- Michalski, A. & Pan, Z. (2017). Role Dynamics in a Structured Relationship: The EU-China Strategic Partnership: Role Dynamics in the EU-China Strategic Partnership. *Journal of Common Market Studies*, 55(3), 611-627. <https://doi.org/10.1111/jcms.12505>. Consultado a 18 de janeiro de 2022.
- Mingjiang, L. (2015). China's "one belt, one road" initiative: new round of opening up. *RSIS Comment*, 1(15), 1-2. https://www.rsis.edu.sg/wp-content/uploads/2015/04/CMS_Bulletin0015.pdf. Consultado a 14 de janeiro de 2022.
- Miskimmon, A., O'loughlin, B. & Roselle, L. (2014). *Strategic narratives: Communication power and the new world order*. Routledge. Consultado a 6 de outubro de 2021.
- Mitzen, J. (2006). Ontological security in world politics: State identity and the security dilemma. *European journal of international relations*, 12(3), 341-370. <https://doi.org/10.1177/1354066106067346>. Consultado a 20 de dezembro de 2021.
- Mohan, G. & Power, M. (2008). New African Choices? The Politics of Chinese Engagement. *Review of African Political Economy*, 35(115), 23-42. <https://doi.org/10.1080/03056240802011394>. Consultado a 29 de janeiro de 2022.
- Nye, J. S. (1990). Soft power. *Foreign policy*, (80), 153-171. <https://doi.org/10.2307/1148580>. Consultado a 30 de novembro de 2021.
- Ohashi, H. (2018). The Belt and Road Initiative (BRI) in the context of China's opening-up policy. *Journal of Contemporary East Asia Studies*, 7(2), 85-103. <https://doi.org/10.1080/24761028.2018.1564615>. Consultado a 17 de maio de 2022.
- Onuf, N. G. (2013). *World of our making: rules and rule in social theory and international relations*. Routledge. Consultado a 24 de março de 2022.
- Pedersen. R. (2019). All under heaven: Understanding the drivers of Chinese grand strategy. *Columbia University Journal of Politics & Society*, 29(2), 104-136. https://www.helvidius.org/_files/ugd/0f9541_6f99696eba51490e8d56c6e43eb3dcef.pdf#page=104. Consultado a 26 de maio de 2022.
- Poh, A. & Li, M. (2017). A China in transition: The rhetoric and substance of Chinese foreign policy under Xi Jinping. *Asian Security*, 13(2), 84-97. <https://doi.org/10.1080/14799855.2017.1286163>. Consultado a 13 de janeiro de 2022.
- Pu, X. (2017). Controversial identity of a rising China. *The Chinese Journal of International Politics*, 10(2), 131-149. <https://doi.org/10.1093/cjip/pox004>. Consultado a 13 de janeiro de 2022.
- Rae, J. D. & Wang, X. (2016). Placing race, culture, and the state in Chinese national identity: Han, Hua, or Zhongguo? *Asian Politics & Policy*, 8(3), 474-493. <https://doi.org/10.1111/aspp.12263>. Consultado a 16 de maio de 2022.

- Ringsmose, J. & Børgeesen, B. K. (2011). Shaping public attitudes towards the deployment of military power: NATO, Afghanistan and the use of strategic narratives. *European security*, 20(4), 505-528. <https://doi.org/10.1080/09662839.2011.617368>. Consultado a 18 de dezembro de 2021.
- Rolland, N. (2017). *China's Eurasian century? Political and Strategic Implications of the Belt and Road Initiative*. The National Bureau of Asian Research. Consultado a 15 de janeiro de 2022.
- Roselle, L. (2006). *Media and the politics of failure: Great powers, communication strategies, and military defeats*. Springer. Consultado a 20 de novembro de 2021.
- Roselle, L., Miskimmon, A. & O'loughlin, B. (2014). Strategic narrative: A new means to understand soft power. *Media, war & conflict*, 7(1), 70-84. <https://doi.org/10.1177/1750635213516696>. Consultado a 7 de outubro de 2021.
- Rowley, J. (2002). Using case studies in research. *Management research news* 25(1), 16-27. <https://doi.org/10.1108/01409170210782990>. Consultado a 10 de dezembro de 2021.
- Rumelili, B. (2015). Identity and desecuritisation: the pitfalls of conflating ontological and physical security. *Journal of international relations and development*, 18(1), 52-74. <https://doi.org/10.1057/jird.2013.22>. Consultado a 21 de dezembro de 2021.
- Schafer, M. & Walker, S. (Eds.). (2006). *Beliefs and leadership in world politics: Methods and applications of operational code analysis*. Springer. Consultado a 22 de novembro de 2021.
- Schmitt, O. (2018). When are strategic narratives effective? The shaping of political discourse through the interaction between political myths and strategic narratives. *Contemporary Security Policy*, 39(4), 487-511. <https://doi.org/10.1080/13523260.2018.1448925>. Consultado a 12 de dezembro de 2021.
- Serée-Chaussinand, C. (2015). "I show-off, therefore I am": the politics of the selfie. In Frame & G. Brachotte (Eds.), *Citizen participation and political communication in a digital world* (pp. 95- 108). Routledge. Consultado a 12 de dezembro de 2021
- Sevilla, H. A. (2019). The Turbulent Middle East: Analysing Security Issues facing China's Belt and Road Initiative towards the Region. *Asian Journal of Middle Eastern and Islamic Studies*, 13(2), 195-210. <https://doi.org/10.1080/25765949.2019.1605567>. Consultado a 3 de fevereiro de 2022.
- Shafer, M. & Walker, G. S. (2006). *Beliefs and Leadership in Word Politics: Methods and applications of operational code analysis*. Palgrave Macmillan. Consultado a 20 de janeiro de 2022.
- Skonieczny, A. (2001). Constructing NAFTA: Myth, representation, and the discursive construction of US foreign policy. *International Studies Quarterly*, 45(3), 433-454. <https://doi.org/10.1111/0020-8833.00208>. Consultado a 28 de dezembro de 2021.

- Skonieczny, A. (2020). Identities as tactics: exposing relational foreign policy as story In B. J. Steele, H. D. Gould & O. Kessler (Eds.), *Tactical constructivism, method, and International Relations* (pp. 63- 74). Routledge. Consultado a 17 de dezembro de 2021.
- Steele, B. J. (2008). *Ontological security in international relations: Self-identity and the IR state*. Routledge. Consultado a 23 de dezembro de 2021.
- Sun, D. & Zoubir, Y. H. (2015). China's Economic Diplomacy towards the Arab Countries: challenges ahead? *Journal of Contemporary China*, 24(95), 903-921. <https://doi.org/10.1080/10670564.2015.1013379>. Consultado a 30 de janeiro de 2022.
- Subotic, J. (2020). Narrative analysis as a tactical *bridge*. In B. J. Steele, H. D. Gould & O. Kessler (Eds.), *Tactical constructivism, method, and International Relations* (pp. 63-74). Routledge. Consultado a 14 de outubro de 2021.
- Subotić, J. (2016). Narrative, ontological security, and foreign policy change. *Foreign policy analysis*, 12(4), 610-627. <https://doi.org/10.1111/fpa.12089>. Consultado a 6 de dezembro de 2021.
- Swaine, M. D. (2015). Xi Jinping's address to the central conference on work relating to foreign affairs: Assessing and advancing major-power diplomacy with Chinese characteristics. *China Leadership Monitor*, 46(1), 10-11. https://carnegieendowment.org/files/Michael_Swaine_CLM_46.pdf. Consultado a 13 de janeiro de 2022.
- Taylor, I. & Zajontz, T. (2020). In a fix: Africa's place in the Belt and Road Initiative and the reproduction of dependency. *South African Journal of International Affairs*, 27(3), 277–295. <https://doi.org/10.1080/10220461.2020.1830165>. Consultado a 11 de novembro de 2021.
- Tella, O. (2016). Wielding soft power in strategic regions: an analysis of China's power of attraction in Africa and the Middle East. *Africa Review*, 8(2), 133-144. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1080/09744053.2016.1186868>. Consultado a 28 de janeiro de 2022.
- Thies, C. (2010). Role theory and foreign policy. *Oxford Research Encyclopedia of International Studies*. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190846626.013.291>. Consultado a 18 de janeiro de 2022.
- Tingyang, Z. (2009). A Political World Philosophy in terms of All-under-heaven (Tian-xia). *Diogenes*, 56(1), 5-18. <https://doi.org/10.1177/0392192109102149>. Consultado a 16 de maio de 2022.
- Tsui, S., Wong, E., Chi, L. & Tiejun, W. (2017). One belt, one road. China's strategy for a new global financial order. *Monthly Review*, 68(8), 36-45. Consultado a 26 de maio de 2022.

- Tsygankov, A. P. (2017). The dark double: The American media perception of Russia as a neo-Soviet autocracy, 2008–2014. *Politics*, 37(1), 19-35. <https://doi.org/10.1177/0263395715626945>. Consultado a 28 de dezembro de 2021.
- Van Noort, C. (2020). Strategic narratives of the past: an analysis of China's new silk road communication. *Global Society*, 34(2), 186-205. <https://doi.org/10.1080/13600826.2019.1674251>. Consultado a 29 de outubro de 2021.
- Van Noort, C. (2020). Strategic narratives, visibility and infrastructure in the digital age: the case of China's Maritime Silk Road Initiative. *Cambridge Review of International Affairs*, 33(5), 734-751. <https://doi.org/10.1080/09557571.2020.1741513>. Consultado a 18 de outubro de 2021.
- Van Noort, C. & Colley, T. (2021). How do strategic narratives shape policy adoption? Responses to China's Belt and Road Initiative. *Review of International Studies*, 47(1), 39-63. <https://doi.org/10.1017/S0260210520000388>. Consultado a 1 de outubro de 2021.
- Vuving, A. (2009). How soft power works. *Asia-Pacific Center for Security Studies*, 1-19. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1466220>. Consultado a 24 de maio de 2022.
- Xiaoming, Z. (2015). China Dream: A New Chinese Way in International Society? In D. Kerr (Ed.), *China's Many Dreams* (pp. 226-245). Palgrave Macmillan, London. Consultado a 15 de janeiro de 2022.
- Yağci, M. (2018). Rethinking soft power in light of China's Belt and Road Initiative. *Uluslararası İlişkiler Dergisi*, 15(57), 67-78. <https://doi.org/10.33458/uidergisi.518043>. Consultado a 18 de maio de 2022.
- Yan, X. (2014). From keeping a low profile to striving for achievement. *The Chinese Journal of International Politics*, 7(2), 153-184. <https://doi.org/10.1093/cjip/pou027>. Consultado a 14 de janeiro de 2022.
- Yang, Y. E. (2021). China's strategic narratives in global governance reform under Xi Jinping. *Journal of Contemporary China*, 30(128), 299-313. <https://doi.org/10.1080/10670564.2020.1790904>. Consultado a 12 de dezembro de 2021.
- Wang, H. & Lu, Y. C. (2008). The conception of soft power and its policy implications: A comparative study of China and Taiwan. *Journal of contemporary China*, 17(56), 425-447. <https://doi.org/10.1080/10670560802000191>. Consultado a 24 de janeiro de 2022.
- Wang, Z. (2014). The Chinese dream: Concept and context. *Journal of Chinese Political Science*, 19(1), 1-13. <https://doi.org/10.1007/s11366-013-9272-0>. Consultado a 15 de maio de 2022.

- Wei, L. (2020). Striving for achievement in a new era: China debates its global role. *The Pacific Review*, 33(3-4), 413-437. <https://doi.org/10.1080/09512748.2020.1728572>. Consultado a 13 de janeiro de 2022.
- Weissmann, M. (2015). Chinese foreign policy in a global perspective: a responsible reformer striving for achievement. *Journal of China and International relations*, 3(1), 151-166. <https://doi.org/10.5278/ojs.jcir.v3i1.1150>. Consultado a 16 de janeiro de 2022.
- Wendt, A. (1992). Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. *International organization*, 46(2), 391-425. <https://doi.org/10.1017/S0020818300027764>. Consultado a 2 de dezembro de 2021.
- Wuthnow, J. (2008). The concept of soft power in China's strategic discourse. *Issues & Studies*, 44(2), 1-28. <https://indianstrategicknowledgeonline.com/web/Concept%20of%20Soft%20Power%20in.pdf>. Consultado a 28 de janeiro de 2022.
- Zalman, A. & Clarke, J. (2009). The global war on terror: A narrative in need of a rewrite. *Ethics & International Affairs*, 23(2), 101-113. <https://doi.org/10.1111/j.1747-7093.2009.00201.x>. Consultado a 15 de novembro de 2021.
- Zeng, J. (2019). Chinese views of global economic governance. *Third World Quarterly*, 40(3), 578-594. <https://doi.org/10.1080/01436597.2018.1552828>. Consultado a 22 de janeiro de 2022.
- Zeng, J. (2019). Narrating China's belt and road initiative. *Global Policy*, 10(2), 207-216. <https://doi.org/10.1111/1758-5899.12662>. Consultado a 22 de janeiro de 2022.
- Zeng, J. (2019). Towards a New Sino-centric World Order? How China Views Global Order. 1-4. https://www.swp-berlin.org/publications/products/projekt_papiere/BCAS_2019_Zeng_Sino-centric_World.pdf. Consultado a 22 de janeiro de 2022.
- Zeng, J., Xiao, Y. & Breslin, S. (2015). Securing China's core interests: the state of the debate in China. *International Affairs*, 91(2), 245-266. <https://doi.org/10.1111/1468-2346.12233>. Consultado a 22 de janeiro de 2022.
- Zhang, M. (2009). China's new international financial strategy amid the global financial crisis. *China & World Economy*, 17(5), 22-35. <https://doi.org/10.1111/j.1749-124X.2009.01164>. Consultado a 18 de janeiro de 2022.
- Zhao, K. (2019). The China model of public diplomacy and its future. *The Hague Journal of Diplomacy*, 14(1-2), 169-181. <https://doi.org/10.1163/1871191X-14101033>. Consultado a 22 de Janeiro de 2022.
- Zheng, C. (2016). China debates the non-interference principle. *The Chinese Journal of International Politics*, 9(3), 349-374. <https://doi.org/10.1093/cjip/pow010>. Consultado a 22 de janeiro de 2022.

- Zheng, Y. & Tok, S. K. (2007). Harmonious society and harmonious world: China's policy discourse under Hu Jintao. *Briefing Series*, 26, 1-12. <https://www.nottingham.ac.uk/iaps/documents/cpi/briefings/briefing-26-harmonious-society-and-harmonious-world.pdf>. Consultado a 30 de janeiro de 2022.
- Zhimin, C. (2005). Nationalism, internationalism and Chinese foreign policy. *Journal of Contemporary China*, 14(42), 35-53. <https://doi.org/10.1080/1067056042000300772>. Consultado a 16 de janeiro de 2022.
- Zhongping, F., & Jing, H. (2014). China's strategic partnership diplomacy: engaging with a changing world', European Strategic Partnership Observatory Working Paper No 8. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2459948. Consultado a 24 de junho de 2022.
- Zhou, W. & Esteban, M. (2018). Beyond balancing: China's approach towards the belt and road initiative. *Journal of Contemporary China*, 27(112), 487-501. <https://doi.org/10.1080/10670564.2018.1433476>. Consultado a 21 de maio de 2022.
- ZiroMwatela, R. & Changfeng, Z. (2016). Africa in China's 'One Belt, One Road' Initiative: A Critical Analysis. *IOSR Journal of Humanities and Social Science*, 21(12), 10-21. <https://doi.org/10.9790/0837-2112011021>. Consultado a 18 de janeiro de 2022.

11.2 - Webografia

- Achieving Rejuvenation Is the Dream of the Chinese People*. (29 de novembro de 2012). Retirado a 12 de janeiro de 2022, de The National People's Congress of the People's Republic of China: <http://www.npc.gov.cn/englishnpc/c23934/202006/32191c5bbdb04cbab6df01e5077d1c60.shtml>.
- Action plan on the Belt and Road Initiative*. (3 de março de 2015). Retirado a 24 de janeiro de 2022, de State Council of the People's Republic of China: http://english.www.gov.cn/archive/publications/2015/03/30/content_281475080249035.htm.
- AIIB. (31 de dezembro de 2019). *2019 AIIB Annual Report and Financials*. Retirado a 31 de maio de 2022, de Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB): <https://www.aiib.org/en/news-events/annual-report/2019/our-investments/index.html>.
- Al-Youm, A.M. (3 de setembro de 2018). *Egypt, China sign 3 contracts at \$1 bn investment*. Retirado a 24 de agosto de 2022, de Egypt Independent: <https://egyptindependent.com/egypt-china-sign-3-contracts-at-1-bn-investment/>.

- Banco Mundial (29 de março de 2018). *Belt and Road Initiative*. Retirado a 29 de setembro de 2022, de Banco Mundial: <https://www.worldbank.org/en/topic/regional-integration/brief/belt-and-road-initiative>.
- Belt and Road Initiative. (2021). *Belt and Road Initiative*. Retirado a 14 de novembro de 2021, de Belt and Road Initiative: <https://www.beltroad-initiative.com/belt-and-road/>.
- China Council for International Cooperation on Environment and Development. (30 de outubro de 2013). *Important Speech of Xi Jinping at Peripheral Diplomacy Work Conference*. Retirado a 13 de janeiro de 2022, de China Council for International Cooperation on Environment and Development: http://www.cciced.net/cciceden/NEWSCENTER/LatestEnvironmentalandDevelopmentNews/201310/t20131030_82626.html.
- Consulate-General of the People's Republic of China in Kuching. (9 de janeiro de 2020). *Chinese FM calls for promoting Sino-Egyptian comprehensive strategic partnership to higher level*. Retirado a 14 de agosto de 2022, de Consulate-General of the People's Republic of China in Kuching: <https://www.mfa.gov.cn/ce/cgkuching//eng/news/t1730452.htm>.
- Christoph, N. (8 de setembro de 2022). *Countries of the Belt and Road Initiative*. Retirado a 12 de setembro de 2022, de Shanghai, Green Finance & Development Center: <https://greenfdc.org/countries-of-the-belt-and-road-initiative-bri/>.
- Devonshire-Ellis, C. (20 de junho de 2022). *China Links Belt & Road Initiative Expenditure To Egypt's 2030 Vision Development Plan*. Retirado a 24 de agosto de 2022, de Silk Road Briefing: <https://www.silkroadbriefing.com/news/2022/06/20/china-links-belt-road-initiative-expenditure-to-egypts-2030-vision-development-plan/>.
- Editors of Encyclopaedia Britannica (20 de novembro de 2020). *Arab League*. *Encyclopedia Britannica*. Retirado a 19 de agosto de 2022, de Encyclopedia Britannica: <https://www.britannica.com/topic/Arab-League>.
- Egypt Today (14 de março de 2022). *First phase of El-Salam – 10th of Ramadan electric train to operate within days*. Retirado a 25 de agosto de 2022, de Egypt Today: <https://www.egypttoday.com/Article/1/113794/First-phase-of-El-Salam-%E2%80%93-10th-of-Ramadan-electric>.
- Egypt Today. (18 de fevereiro de 2020). *How successful was Egypt's leadership of the African Union?* Retirado a 19 de agosto de 2022, de Egypt Today: <https://www.egypttoday.com/Article/1/81780/How-successful-was-Egypt-s-leadership-of-the-African-Union>.
- El-Said , M. (2018, março 14). *Egypt is important country in China's One Belt One Road Initiative*. Retirado a 31 de agosto de 2022, de Daily News Egypt: <https://dailynewsegypt.com/2018/03/14/egypt-important-country-chinas-one-belt-one-road-initiative/>.
- El-Sheikh , S. (24 de julho de 2022). *Transport Minister orders accelerating work in remaining phases of high-speed rail line*. Retirado a 25 de agosto de 2022, de Daily

News Egypt: <https://dailynewsegypt.com/2022/07/24/transport-minister-orders-accelerating-work-in-remaining-phases-of-high-speed-rail-line/>.

Global Construction Review (25 de junho de 2018). *Chinese consortium to build world's largest coal-fired power plant in Egypt*. Retirado a 24 de agosto de 2022, de Global Construction Review: <https://www.globalconstructionreview.com/chinese-consortium-build-worlds-largest-coal-fired/>.

Graham-Harrison, E. (1 de outubro de 2019). *China celebrates 70th anniversary as Xi warns 'no force can shake great nation'*. Retirado a 25 de maio de 2022, de The Guardian: <https://www.theguardian.com/world/2019/oct/01/china-celebrates-70-years-military-parade-xi-jinping-hong-kong>.

Hong, Y. (2021, abril 21). *China-Iran deal complements the BRI, but faces Iranian domestic opposition and US sanctions*. Retirado a 31 de agosto de 2022, de Think China: <https://www.thinkchina.sg/china-iran-deal-complements-bri-faces-iranian-domestic-opposition-and-us-sanctions>.

Hutchison Ports (17 de dezembro de 2020). *Hutchison Ports to build a new terminal in Egypt*. Retirado a 24 de agosto de 2022, de Hutchison Ports: <https://hutchisonports.com/media/stories/hutchison-ports-to-build-new-terminal-in-egypt/>.

Islamic Republic News Agency. (29 de agosto de 2022). *Zarif says Iran never yields to intimidation*. Retirado a 11 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/83456982/Zarif-says-Iran-never-yields-to-intimidation>.

Jiechi, H. Y. (2 de novembro de 2013). *China's Diplomacy At a New Historical Starting Point*. Retirado a 12 de janeiro de 2022, de Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/201311/t20131104_678085.html.

Mearsheimer, J. J. (dezembro de 2021). *The Inevitable Rivalry: America, China, and the Tragedy of Great-Power Politics*. Retirado a 15 de dezembro de 2021, de Foreign Affairs: <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2021-10-19/inevitable-rivalry-cold-war>.

Nuclear Threat Initiative (2022). *Arak Nuclear Complex*. Retirado a 22 de agosto de 2022, de Nuclear Threat Initiative: <https://www.nti.org/education-center/facilities/arak-nuclear-complex/>.

Nyabiage, J. (1 de janeiro de 2022). *China buckles in its belt and road ambitions with Suez investments*. Retirado a 24 de agosto de 2022, de South China Morning Post: <https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3161705/china-buckles-its-belt-and-road-ambitions-suez-investments>.

Presidente Xi Jinping. (8 de setembro de 2013). *Promote Friendship Between Our People and Work Together to Build a Bright Future*. Retirado a 23 de maio de 2022, de Embassy of the People's Republic of China in the Kingdom of Belgium: <https://www.fmprc.gov.cn/ce/cebel/eng/zxxx/t1078088.htm>.

- Reuters. (27 de março de 2019). *China Development Bank provides over \$190 billion for Belt and Road projects*. Retirado a 18 de maio de 2022, de Reuters: <https://www.reuters.com/article/us-china-finance-cdb-bri-idUSKCN1R8095>.
- Reuters. (20 de abril de 2017). *Chinese, Iranian firms to sign first nuclear plant redesign contracts*. Retirado a 23 de agosto de 2022, de Reuters: <https://www.reuters.com/article/us-iran-nuclear-china-idUSKBN17M0XS>
- Rogers, D. (4 de outubro de 2016). *Chinese developer signs up to \$20bn development deal for Egypt's new capital*. Retirado a 24 de agosto de 2022, de Global Construction Review: <https://www.globalconstructionreview.com/chinese-developer-sig7ns-20bn-develo7pment-d7eal/>
- Shepard, W. (19 de outubro de 2017). *Why The Ambiguity Of China's Belt And Road Initiative Is Perhaps Its Biggest Strength*. Retirado a 15 de janeiro de 2022, de Forbes: <https://www.forbes.com/sites/wadeshepard/2017/10/19/what-chinas-belt-and-road-initiative-is-really-all-about/?sh=289b64ffe4de>.
- Stanway, D. (29 de setembro de 2021). *China's Belt and Road plans losing momentum as opposition, debt mount -study*. Retirado a 3 de dezembro de 2021, de Reuters: <https://www.reuters.com/world/china/chinas-belt-road-plans-losing-momentum-opposition-debt-mount-study-2021-09-29/>.
- Tianyang, L. (25 de janeiro de 2019). *Belt & Road Initiative expands China-Iran cooperation*. Retirado a 23 de agosto de 2022, de China Daily: <http://www.chinadaily.com.cn/a/201901/25/WS5c4aa81da3106c65c34e6912.html>.
- Vohra, A. (1 de fevereiro de 2021). *Xi Jinping Has Transformed China's Middle East Policy*. Retirado a 1 de fevereiro de 2022, de Foreign Policy: <https://foreignpolicy.com/2022/02/01/xi-jinping-has-transformed-chinas-middle-east-policy/>.
- Xinhua. (24 de janeiro de 2021). *Five years on, Suez flagship project tells story of dynamic China-Egypt cooperation*. Retirado a 24 de agosto de 2022, de Xinhua: http://www.xinhuanet.com/english/2021-01/24/c_139693564.htm.
- Xinhua. (1 de julho de 2021). *Full Text: Speech by Xi Jinping at a ceremony marking the centenary of the CPC*. Retirado a 30 de maio de 2022, de Xinhua: http://www.xinhuanet.com/english/special/2021-07/01/c_1310038244.htm.
- Xinhua. (22 de agosto de 2022). *Feature: Chinese-constructed CBD project in Egyptian capital boosts local development*. Retirado a 22 de agosto de 2022, de Xinhua: <https://english.news.cn/africa/20220822/cb26e35b393145068a53558c7932fda5/c.html>.
- Winter, T. (29 de março de 2016). *One Belt, One Road, One Heritage: Cultural Diplomacy and the Silk Road*. Retirado a 25 de janeiro de 2022, de The Diplomat: One Belt, One Road, One Heritage: Cultural Diplomacy and the Silk Road.

Zawya. (4 de setembro de 2018). *Chinese firms to invest \$1bln in Suez Canal*. Retirado a 24 de agosto de 2022, de Zanywa: <https://www.zawya.com/en/economy/chinese-firms-to-invest-1bln-in-suez-canal-k4b4hq7s>.

11.3 - Discursos Capítulo 8

Discurso 1: Presidente Xi Jinping. (7 de setembro de 2013). *Promote Friendship Between Our People and Work Together to Build a Bright Future*. Retirado a 9 de junho de 2022, de Embassy of the People's Republic of China in the Kingdom of Belgium: <https://www.fmprc.gov.cn/ce/cebel/eng/zxxx/t1078088.htm>.

Discurso 2: Presidente Xi Jinping. (2 de outubro de 2013). *Speech by Chinese President Xi Jinping to Indonesian Parliament*. Retirado a 9 de junho de 2022, de ASEAN-China Center: http://www.asean-china-center.org/english/2013-10/03/c_133062675.htm.

Discurso 3: Presidente Xi Jinping. (1 de abril de 2014). *Speech at the College of Europe*. Retirado a 9 de junho de 2022, de Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/201404/t20140404_678155.html.

Discurso 4: Presidente Xi Jinping. (28 de junho de 2014). *Carry Forward the Five Principles of Peaceful Coexistence To Build a Better World Through Win-Win Cooperation*. Retirado a 10 de junho de 2022, de Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/201407/t20140701_678184.html.

Discurso 5: Presidente Xi Jinping. (8 de novembro de 2014). *Speech at the Dialogue on Strengthening Connectivity Partnership*. Retirado a 10 de junho de 2022, de Silk Road Fund: <http://www.silkroadfund.com.cn/enweb/23809/23814/27087/index.html>.

Discurso 6: Presidente Xi Jinping. (15 de novembro de 2014). *Promoting Innovative Development Achieving Interconnected Growth*. Retirado a 10 de junho de 2022, de Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/201501/t20150105_678247.html.

Discurso 7: Presidente Xi Jinping. (28 de março de 2015). *Full text of Chinese President's speech at Boao Forum for Asia*. Retirado a 10 de junho de 2022, de Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/201503/t20150331_678290.html.

Discurso 8: Presidente Xi Jinping. (21 de abril de 2015). *Building a China-Pakistan Community of Shared Destiny to Pursue Closer Win-Win Cooperation*. Retirado a 10 de junho de 2022, de Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China:

mprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/201504/t20150423_678306.html

Discurso 9: Presidente Xi Jinping. (26 de setembro de 2015). *Remarks by Chinese President Xi Jinping at UN Sustainable Development Summit*. Retirado a 10 de junho de 2022, de Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China: <https://www.mfa.gov.cn/ce/ceie//eng/zltt/2d2/t1321132.htm>.

Discurso 10: Presidente Xi Jinping. (7 de novembro de 2015). *Xi Jinping's speech at National University of Singapore*. Retirado a 10 de junho de 2022, de Culture Development Institute of Yunan University: <http://www.whcy.ynu.edu.cn/info/1128/1275.htm>.

Discurso 11: Presidente Xi Jinping. (7 de novembro de 2015). *Build on Past Achievements to Create a Bright Future For China-Singapore Relations*. Retirado a 10 de junho de 2022, de Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/201512/t20151229_678418.html.

Discurso 12: Presidente Xi Jinping. (16 de novembro de 2015). *Innovative Growth That Benefits All. Remarks on the World Economy by H.E. Xi Jinping President of the People's Republic of China at Session I of the 10th G20 Summit*. Retirado a 11 de junho de 2022, de Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/201511/t20151116_678422.html.

Discurso 13: Presidente Xi Jinping. (18 de novembro de 2015). *Speech by President Xi Jinping at APEC CEO Summit*. Retirado a 11 de junho de 2022, de Embassy of the People's Republic of China in Ireland: <https://www.mfa.gov.cn/ce/ceie//eng/zltt/2d2/t1321119.htm>.

Discurso 14: Presidente Xi Jinping. (31 de dezembro de 2015). *Chinese President Xi Jinping's 2016 New Year Message*. Retirado a 11 de junho de 2022, de Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/201601/t20160115_678473.html.

Discurso 15: Presidente Xi Jinping. (16 de janeiro de 2016). *Address by President Xi Jinping of China At the Opening Ceremony of the Asian Infrastructure Investment Bank*. Retirado a 11 de junho de 2022, de Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/201601/P020210525404125058174.pdf.

Discurso 16: Presidente Xi Jinping. (21 de janeiro de 2016). *Work Together for a Bright Future of China-Arab Relations: Speech by H.E. Xi Jinping President of the People's Republic of China At the Arab League Headquarters*. Retirado a 11 de

junho de 2022, de China Daily:
https://www.chinadaily.com.cn/world/2016xivisitmiddleeast/2016-01/22/content_23191229.htm.

Discurso 17: Presidente Xi Jinping. (3 de setembro de 2016). *Keynote Speech by H.E. Xi Jinping, President of the People's Republic of China, at the Opening Ceremony of the B20 Summit: A New Starting Point for China's Development A New Blueprint for Global Growth*. Retirado a 11 de junho de 2022, de Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/201609/t20160909_678573.html.

Discurso 18: Presidente Xi Jinping. (18 de janeiro de 2017). *Work Together to Build a Community of Shared Future for Mankind: Speech by H.E. Xi Jinping President of the People's Republic of China At the United Nations Office at Geneva*. Retirado a 12 de junho de 2022, de Embassy of the People's Republic of China in the Republic of Iraq: <https://www.mfa.gov.cn/ce/ceiq/eng/zygx/t1432869.htm>.

Discurso 19: Presidente Xi Jinping. (14 de maio de 2017). *Work Together to Build the Silk Road Economic Belt and The 21st Century Maritime Silk Road: Speech by H.E. Xi Jinping President of the People's Republic of China At the Opening Ceremony of The Belt and Road Forum for International Cooperation*. Retirado a 12 de junho de 2022, de Belt and Road Portal: <https://eng.yidaiyilu.gov.cn/home/rolling/13299.htm>.

Discurso 20: Presidente Xi Jinping. (31 de dezembro de 2017). *Full text of President Xi's New Year address*. Retirado a 12 de junho de 2022, de CGTN: https://news.cgtn.com/news/3063444d35637a6333566d54/share_p.html.

Discurso 21: Presidente Xi Jinping. (11 de abril de 2018). *Transcript: President Xi Addresses the 2018 Boao Forum for Asia in Hainan*. Retirado a 12 de junho de 2022, de US-China Perception Monitor: <https://uscnpm.org/2018/04/11/transcript-president-xi-addresses-2018-boao-forum-asia-hainan/>.

Discurso 22: Presidente Xi Jinping. (10 de julho de 2018). *Joining Hands to Advance Sino-Arab Strategic Partnership in the New Era : Speech by H.E. Xi Jinping President of the People's Republic of China At the Opening Ceremony of the Eighth Ministerial Conference of the China-Arab States Cooperation Forum*. Retirado a 12 de junho de 2022, de Embassy of the People's Republic of China in the Arab Republic of Egypt: <https://www.mfa.gov.cn/ce/ceegy/eng/zxxx/t1576249.htm>.

Discurso 23: Presidente Xi Jinping. (31 de dezembro de 2018). *Full text: 2019 New Year Speech by President Xi Jinping*. Retirado a 13 de junho de 2022, de CGTN: <https://america.cgtn.com/2018/12/31/full-text-2019-new-year-speech-by-president-xi-jinping>.

Discurso 24: Presidente Xi Jinping. (26 de abril de 2019). *Working Together to Deliver a Brighter Future For Belt and Road Cooperation Keynote Speech by H.E. Xi Jinping President of the People's Republic of China At the Opening Ceremony of the Second Belt and Road Forum for International Cooperation*. Retirado a 13 de junho de 2022, de Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China:

https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/201904/t20190426_678729.html.

Discurso 25: Presidente Xi Jinping. (27 de abril de 2019). *Promoting High-Quality Development of Belt and Road Cooperation: Opening Remarks by H.E. Xi Jinping President of the People's Republic of China At the Leaders' Roundtable of The Second Belt and Road Forum for International Cooperation*. Retirado a 13 de junho de 2022, de Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/201904/t20190429_678733.html.

Discurso 26: Presidente Xi Jinping. (28 de abril de 2019). *Working Together for a Green and Better Future for All: Remarks by H.E. Xi Jinping President of the People's Republic of China At the Opening Ceremony of The International Horticultural Exhibition 2019 Beijing China*. Retirado a 13 de junho de 2022, de Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/201904/t20190429_678735.html.

Discurso 27: Presidente Xi Jinping. (15 de maio de 2019). *Deepening Exchanges and Mutual Learning Among Civilizations For an Asian Community with a Shared Future: Keynote Speech by H.E. Xi Jinping President of the People's Republic of China At the Opening Ceremony of The Conference on Dialogue of Asian Civilizations*. Retirado a 14 de junho de 2022, de Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/201905/t20190516_678737.html.

Discurso 28: Presidente Xi Jinping. (15 de junho de 2019). *Working Together for New Progress of Security and Development in Asia: Remarks by H.E. Xi Jinping At the Fifth Summit of the Conference on Interaction and Confidence-Building Measures in Asia*. Retirado a 14 de junho de 2022, de Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/201906/t20190615_678751.html.

Discurso 29: Presidente Xi Jinping. (28 de junho de 2019). *Working Together to Build a High-Quality World Economy: Remarks by H.E. Xi Jinping President of the People's Republic of China On Global Economy and Trade at the G20 Summit*. Retirado a 14 de junho de 2022, de Ministry of Foreign Affairs of the Peoples Republic of China: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/201906/t20190628_678756.html.

Discurso 30: Presidente Xi Jinping. (5 de novembro de 2019). *Openness and Cooperation for a Shared Future: Keynote Speech by H.E. Xi Jinping President of the People's Republic of China at the Opening Ceremony of the Second China International Import Expo*. Retirado a 14 de junho de 2022, de Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/201911/t20191105_678812.html.

- Discurso 31: Presidente Xi Jinping. (31 de dezembro de 2019). *Full text: Chinese President Xi Jinping's 2020 New Year speech*. Retirado a 14 de junho de 2022, de CGTN: <https://news.cgtn.com/news/2019-12-31/Full-text-Chinese-President-Xi-Jinping-s-2020-New-Year-speech--MSnhLaJmIE/index.html>
- Discurso 32: Presidente Xi Jinping. (4 de novembro de 2020). *Keynote Speech by H.E. Xi Jinping President of the People's Republic of China At the Opening Ceremony of The Third China International Import Expo*. Retirado a 14 de junho de 2022, de Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/202011/t20201104_678920.html.
- Discurso 33: Presidente Xi Jinping. (10 de novembro de 2020). *Carrying Forward the Shanghai Spirit and Deepening Solidarity and Collaboration for a Stronger Community with a Shared Future: Remarks by H.E. Xi Jinping President of the People's Republic of China At the 20th Meeting of the Council of Heads of State of T*. Retirado a 14 de junho de 2022, de Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/202011/t20201110_678924.html.
- Discurso 34: Presidente Xi Jinping. (10 de novembro de 2020). *Fostering a New Development Paradigm and Pursuing Mutual Benefit and Win-win Cooperation: Keynote Address by H.E. Xi Jinping President of the People's Republic of China At the APEC CEO Dialogues*. Retirado a 14 de junho de 2022, de Xinhua: http://www.xinhuanet.com/english/2020-11/19/c_139527192.htm.
- Discurso 35: Presidente Xi Jinping. (20 de novembro de 2020). *Working Together for an Asia-Pacific Community with A Shared Future: Remarks by H.E. Xi Jinping President of the People's Republic of China At the 27th APEC Economic Leaders' Meeting*. Retirado a 14 de junho de 2022, de Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/202011/t20201120_678940.html.
- Discurso 36: Presidente Xi Jinping. (2020, november 27). *Remarks by H.E. Xi Jinping President of the People's Republic of China At the Opening Ceremony of the 17th China-ASEAN Expo and China-ASEAN Business and Investment Summit*. Retirado a 3 de julho de 2022, de Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/202011/t20201127_678946.html.
- Discurso 37: Presidente Xi Jinping. (25 de janeiro de 2021). *Let the Torch of Multilateralism Light up Humanity's Way Forward: Special Address by H.E. Xi Jinping President of the People's Republic of China At the World Economic Forum Virtual Event of the Davos Agenda*. Retirado a 15 de junho de 2022, de Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/202101/t20210125_678968.html

Discurso 38: Presidente Xi Jinping. (20 de abril de 2021). *Pulling Together Through Adversity and Toward a Shared Future for All: Keynote Speech by H.E. Xi Jinping President of the People's Republic of China At the Boao Forum for Asia Annual Conference 2021*. Retirado a 15 de junho de 2022, de Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/202104/t20210421_9170540.html.

Discurso 39: Presidente Xi Jinping. (22 de abril de 2021). *For Man and Nature: Building a Community of Life Together: Remarks by H.E. Xi Jinping President of the People's Republic of China At the Leaders Summit on Climate*. Retirado a 15 de junho de 2022, de Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/202104/t20210422_9170542.html.

Discurso 40: Presidente Xi Jinping. (14 de outubro de 2021). *Staying Connected with the World and Abreast with the Times And Making Big Strides on the Path of Sustainable Development: Keynote Speech by H.E. Xi Jinping At the Opening Ceremony of The Second United Nations Global Sustainable Transport Conference*. Retirado a 15 de junho de 2022, de Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/202110/t20211015_9550773.html.

Discurso 41: Presidente Xi Jinping. (14 de outubro de 2021). *Staying Connected with the World and Abreast with the Times And Making Big Strides on the Path of Sustainable Development: Keynote Speech by H.E. Xi Jinping At the Opening Ceremony of The Second United Nations Global Sustainable Transport Conference*. Retirado a 15 de junho de 2022, de Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/202110/t20211015_9550773.html.

Discurso 42: Presidente Xi Jinping. (30 de outubro de 2021). *Acting in Solidarity for a Shared Future: Remarks by H.E. Xi Jinping President of the People's Republic of China At Session I of the 16th G20 Leaders' Summit*. Retirado a 15 de junho de 2022, de Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/202111/t20211103_10440577.html.

Discurso 43: Presidente Xi Jinping. (4 de novembro de 2021). *Let the Breeze of Openness Bring Warmth to the World: President of the People's Republic of China at the Opening Ceremony of the Fourth China International Import Expo*. Retirado a 4 de julho de 2022, de China International Import Expo: <https://www.ciie.org/zbh/en/news/highlights/20211104/30424.html>.

Discurso 44: Presidente Xi Jinping. (11 de novembro de 2021). *Pursuing Sustainable Development in a Concerted Effort To Build an Asia-Pacific Community with a Shared Future: Keynote Speech by H.E. Xi Jinping President of the People's Republic of China At the APEC CEO Summit*. Retirado a 15 de junho de 2022, de

Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China:
https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/202111/t20211111_10447069.html.

Discurso 45: Presidente Xi Jinping. (12 de novembro de 2021). *Opening a New Chapter Together For Asia-Pacific Economic Cooperation: Remarks by H.E. Xi Jinping President of the People's Republic of China At the 28th APEC Economic Leaders' Meeting*. Retirado a 15 de junho de 2022, de Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/202111/t20211112_10447571.html.

11.4 - Discursos Capítulo 9: Irão

Discurso 1: Islamic Republic News Agency. (24 de setembro de 2015). *Iran welcomes promotion of China role in world: Economy minister*. Retirado a 8 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/81771589/Iran-welcomes-promotion-of-China-role-in-world-Economy-minister>.

Discurso 2: Islamic Republic News Agency. (12 de novembro de 2015). *Ambassador Mousavian on Iranian foreign policy and its challenges*. Retirado a 8 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/81836291/Ambassador-Mousavian-on-Iranian-foreign-policy-and-its-challenges>.

Discurso 3: Islamic Republic News Agency. (19 de janeiro de 2016). *Envoy: Tehran sees bigger role for China in Mideast*. Retirado a 8 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/81926904/Envoy-Tehran-sees-bigger-role-for-China-in-Mideast>.

Discurso 4: Islamic Republic News Agency. (21 de janeiro de 2016). *Iran, China to sign joint comprehensive cooperation document*. Retirado a 8 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/81930076/Iran-China-to-sign-joint-comprehensive-cooperation-document>.

Discurso 5: Sharafedin, B. (23 de janeiro de 2016). *Iran's leader says never trusted the West, seeks closer ties with China*. Retirado a 8 de agosto de 2022, de Reuters: <https://www.reuters.com/article/us-iran-china-idUSKCN0V109V>.

Discurso 6: Islamic Republic News Agency. (23 de janeiro de 2016). *Iran, China relations beyond simple economic ties: Dy Minister*. Retirado a 8 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/81932544/Iran-China-relations-beyond-simple-economic-ties-Dy-Minister>.

Discurso 7: Islamic Republic News Agency. (23 de janeiro de 2016). *Larijani: Majlis supports development of ties with China*. Retirado a 8 de agosto de 2022, de Islamic

Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/81932569/Larijani-Majlis-supports-development-of-ties-with-China>.

Discurso 8: Islamic Republic News Agency. (15 de fevereiro de 2016). *Iran welcomes arrival of first Silk Road train*. Retirado a 8 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/81964519/Iran-welcomes-arrival-of-first-Silk-Road-train>.

Discurso 9: Islamic Republic News Agency. (17 de agosto de 2016). *Iran, China stress promotion of mutual cooperation*. Retirado a 8 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/82191644/Iran-China-stress-promotion-of-mutual-cooperation>.

Discurso 10: Islamic Republic News Agency. (20 de setembro de 2016). *Culture minister calls for tackling extremism across the globe*. Retirado a 8 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/82237017/Culture-minister-calls-for-tackling-extremism-across-the-globe>

Discurso 11: Islamic Republic News Agency. (6 de janeiro de 2017). *Iran envoy in China warns against spread of extremist ideologies*. Retirado a 8 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/82376673/Iran-envoy-in-China-warns-against-spread-of-extremist-ideologies>.

Discurso 12: Islamic Republic News Agency. (11 de maio de 2017). *Minister welcomes idea of reviving Silk Road*. Retirado a 8 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/82526012/Minister-welcomes-idea-of-reviving-Silk-Road>.

Discurso 13: Islamic Republic News Agency. (13 de maio de 2017). *China Silk Road plan boosting UN goals: Envoy*. Retirado a 8 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/82527205/China-Silk-Road-plan-boosting-UN-goals-Envoy>.

Discurso 14: Financial Tribune. (16 de maio de 2017). *Iran's Role in New Silk Road Emphasized*. Retirado a 8 de agosto de 2022, de Financial Tribune: <https://financialtribune.com/articles/economy-business-and-markets/64638/iran-s-role-in-new-silk-road-emphasized>.

Discurso 15: Islamic Republic News Agency. (25 de maio de 2017). *DFM: Iran to broaden, bolster strategic ties with China*. Retirado a 8 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/82544744/DFM-Iran-to-broaden-bolster-strategic-ties-with-China>.

Discurso 16: Islamic Republic News Agency. (4 de setembro de 2017). *Iran, China cultural meetings tools for joint research: Envoy*. Retirado a 8 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/82654663/Iran-China-cultural-meetings-tools-for-joint-research-Envoy>.

Discurso 17: Islamic Republic News Agency. (30 de março de 2018). *Grounds prepared for Iran to play major role in Silk Road*. Retirado a 9 de agosto de 2022, de Islamic

Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/82874576/Grounds-prepared-for-Iran-to-play-major-role-in-Silk-Road>.

Discurso 18: Islamic Republic News Agency. (11 de abril de 2018). *Tehran, Beijing to boost nuclear cooperation: Diplomat*. Retirado a 9 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/82883573/Tehran-Beijing-to-boost-nuclear-cooperation-Diplomat>.

Discurso 19: Islamic Republic News Agency. (11 de junho de 2018). *Iran, China to use national currencies for trade: Min*. Retirado a 9 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/82939693/Iran-China-to-use-national-currencies-for-trade-Min>.

Discurso 20: Islamic Republic News Agency. (11 de junho de 2018). *Zarif underlines SCO support for JCPOA*. Retirado a 9 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/82940302/Zarif-underlines-SCO-support-for-JCPOA>.

Discurso 21: Islamic Republic News Agency. (11 de setembro de 2018). *Common policies paving ground for developing Tehran-Beijing ties*. Retirado a 9 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/83030255/Common-policies-paving-ground-for-developing-Tehran-Beijing-ties>.

Discurso 22: Islamic Republic News Agency. (11 de setembro de 2018). *Islamic Republic News Agency*. Retirado a 9 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/83029839/Former-Iranian-FM-calls-for-strategic-ties-with-China>.

Discurso 23: Islamic Republic News Agency. (2 de janeiro de 2019). *Beijing, Tehran ties flourishing*. Retirado a 9 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/83156862/Beijing-Tehran-ties-flourishing>.

Discurso 24: Islamic Republic News Agency. (2 de fevereiro de 2019). *Iran ambassador calls for warmer ties with China*. Retirado a 9 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/83193441/Iran-ambassador-calls-for-warmer-ties-with-China>.

Discurso 25: Islamic Republic News Agency. (11 de março de 2019). *OBOR project, beginning of Iran's long-term cooperation with China*. Retirado a 9 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/83239876/OBOR-project-beginning-of-Iran-s-long-term-cooperation-with>.

Discurso 26: Islamic Republic News Agency. (18 de março de 2019). *Minister says nothing to restrict Iran-China relations*. Retirado a 10 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/83248227/Minister-says-nothing-to-restrict-Iran-China-relations>.

Discurso 27: Islamic Republic News Agency. (18 de março de 2019). *Iran, China discuss bilateral trade, joint investment*. Retirado a 10 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/83248092/Iran-China-discuss-bilateral-trade-joint-investment>.

- Discurso 28: Islamic Republic News Agency. (20 de março de 2019). *Iran 'rolls out red carpet' for investors*. Retirado a 10 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/83250038/Iran-rolls-out-red-carpet-for-investors>.
- Discurso 29: Islamic Republic News Agency. (22 de abril de 2019). *Iran envoy: Tehran supporting Belt-Road Initiative*. Retirado a 10 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/83287648/Iran-envoy-Tehran-supporting-Belt-Road-Initiative>.
- Discurso 30: Islamic Republic News Agency. (23 de abril de 2019). *MP: Iran, China prioritize developing trade ties*. Retirado a 10 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/83288358/MP-Iran-China-prioritize-developing-trade-ties>.
- Discurso 31: Islamic Republic News Agency. (23 de abril de 2019). *Iran looking for strategic ties with China*. Retirado a 10 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/83289401/Iran-looking-for-strategic-ties-with-China>.
- Discurso 32: Islamic Republic News Agency. (26 de abril de 2019). *Regional cooperation only way of confronting US unilateralism: Official*. Retirado a 10 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/83292361/Regional-cooperation-only-way-of-confronting-US-unilateralism>.
- Discurso 33: Islamic Republic News Agency. (27 de abril de 2019). *Iran presents over 300 investment projects in Belt & Road meet*. Retirado a 10 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/83293820/Iran-presents-over-300-investment-projects-in-Belt-amp-Road>.
- Discurso 34: Islamic Republic News Agency. (27 de abril de 2019). *'One Belt-One Road' opportunity for judicial cooperation*. Retirado a 10 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/83294105/One-Belt-One-Road-opportunity-for-judicial-cooperation>.
- Discurso 35: Islamic Republic News Agency. (28 de abril de 2019). *Chinese investment in Iran to bring win-win outcome*. Retirado a 10 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/83294148/Chinese-investment-in-Iran-to-bring-win-win-outcome>.
- Discurso 36: Islamic Republic News Agency. (28 de abril de 2019). *China's BRI opportunity for Iran to attract investors: Official*. Retirado a 10 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/83295100/China-s-BRI-opportunity-for-Iran-to-attract-investors-Official>.
- Discurso 37: Islamic Republic News Agency. (20 de maio de 2019). *Collective efforts way to counter global challenges: Envoy*. Retirado a 10 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/83320374/Collective-efforts-way-to-counter-global-challenges-Envoy>.

- Discurso 38: Islamic Republic News Agency. (22 de maio de 2019). *Iranian envoy decries US extrajudicial approach to JCPOA*. Retirado a 10 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/83323791/Iranian-envoy-decries-US-extrajudicial-approach-to-JCPOA>.
- Discurso 39: Islamic Republic News Agency. (14 de junho de 2019). *Iran urges resistance against US*. Retirado a 10 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/83352878/Iran-urges-resistance-against-US>.
- Discurso 40: Islamic Republic News Agency. (26 de agosto de 2019). *Iran, China discuss bilateral, int'l issues*. Retirado a 10 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/83452387/Iran-China-discuss-bilateral-int-l-issues>.
- Discurso 41: Islamic Republic News Agency. (26 de agosto de 2019). *Iran envoy: Zarif to discuss bilateral, regional, int'l issues in China*. Retirado a 10 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/83452026/Iran-envoy-Zarif-to-discuss-bilateral-regional-int-l-issues>.
- Discurso 42: Islamic Republic News Agency. (27 de agosto de 2019). *Zarif highlights similarity of US policy about China and Iran*. Retirado a 10 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/83453649/Zarif-highlights-similarity-of-US-policy-about-China-and-Iran>.
- Discurso 43: Islamic Republic News Agency. (27 de agosto de 2019). *China: Iran should enjoy JCPOA implementation reward*. Retirado a 11 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/83453072/China-Iran-should-enjoy-JCPOA-implementation-reward>.
- Discurso 44: Islamic Republic News Agency. (29 de agosto de 2019). *Zarif says Iran never yields to intimidation*. Retirado a 4 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/83456982/Zarif-says-Iran-never-yields-to-intimidation>.
- Discurso 45: Islamic Republic News Agency. (30 de agosto de 2019). *Zarif says US seeking to break int'l system*. Retirado a 11 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/83458382/Zarif-says-US-seeking-to-break-int-l-system>.
- Discurso 46: Islamic Republic News Agency. (12 de outubro de 2019). *Iran Envoy: Developing relations, priorities of Iran and China*. Retirado a 11 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/83513587/Iran-Envoy-Developing-relations-priorities-of-Iran-and-China>.
- Discurso 47: Islamic Republic News Agency. (30 de novembro de 2019). *Iran calls for Chinese investment in tourism industry*. Retirado a 11 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/83573928/Iran-calls-for-Chinese-investment-in-tourism-industry>.
- Discurso 48: Islamic Republic News Agency. (30 de novembro de 2019). *Iran ready for further engagement in One Belt, One Road initiative*. Retirado a 11 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/83573928/Iran-calls-for-Chinese-investment-in-tourism-industry>.

2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/83575147/Iran-ready-for-further-engagement-in-One-Belt-One-Road-initiative>.

Discurso 49: Islamic Republic News Agency. (28 de dezembro de 2019). *Silk Road plan strengthens Iran-China ties: Ambassador*. Retirado a 11 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/83611292/Silk-Road-plan-strengthens-Iran-China-ties-Ambassador>.

Discurso 50: Islamic Republic News Agency. (5 de setembro de 2020). *Iran stresses boosting ties among Silk Road member states*. Retirado a 11 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/84028067/Iran-stresses-boosting-ties-among-Silk-Road-member-states>.

Discurso 51: Islamic Republic News Agency. (8 de setembro de 2020). *Iranian's strong resistance gives US historic defeat: Iran envoy*. Retirado a 8 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/84030704/Iranian-strong-resistance-gives-US-historic-defeat-Iran-envoy>.

Discurso 52: Islamic Republic News Agency. (6 de novembro de 2020). *Diplomat: Silk Road helps boost Iran-China trade*. Retirado a 11 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/84100689/Diplomat-Silk-Road-helps-boost-Iran-China-trade>.

Discurso 53: Islamic Republic News Agency. (16 de fevereiro de 2021). *Zarif hails significant growth in Tehran-Beijing ties*. Retirado a 12 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/84231255/Zarif-hails-significant-growth-in-Tehran-Beijing-ties>.

Discurso 54: Islamic Republic of Iran's Presidency Website. (27 de março de 2021). *Ties with China strategic for Iran/ Accelerating implementation of the two countries' agreements on infrastructure projects/ Emphasis on deepening ties with Beijing*. Retirado a 12 de agosto de 2022, de Islamic Republic of Iran's Presidency Website: <https://www.president.ir/en/120390/printable>.

Discurso 55: Islamic Republic News Agency. (28 de março de 2021). *Iran-China document: A comprehensive cooperation*. Retirado a 12 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/84276298/Iran-China-document-A-comprehensive-cooperation>.

Discurso 56: Islamic Republic News Agency. (2 de junho de 2021). *Envoy: Tehran-Beijing cooperation in BRI embodied*. Retirado a 12 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/84353303/Envoy-Tehran-Beijing-cooperation-in-BRI-embodied>.

Discurso 57: Islamic Republic News Agency. (13 de junho de 2021). *Official describes Iran-China cooperation in BRI beneficial*. Retirado a 12 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/84364852/Official-describes-Iran-China-cooperation-in-BRI-beneficial>.

Discurso 58: Islamic Republic News Agency. (4 de agosto de 2021). *China, Iran enjoy political will to expand long-term ties*. Retirado a 12 de agosto de 2022, de Islamic

Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/84426044/China-Iran-enjoy-political-will-to-expand-long-term-ties>.

Discurso 59: Islamic Republic News Agency. (18 de agosto de 2021). *Pres. Raisi calls expanding ties with China a foreign policy priority*. Retirado a 12 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/84442116/Pres-Raisi-calls-expanding-ties-with-China-a-foreign-policy>.

Discurso 60: Islamic Republic News Agency. (17 de setembro de 2021). *Raisi terms SCO as possible driving force for multilateralism*. Retirado a 12 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/84473966/Raisi-terms-SCO-as-possible-driving-force-for-multilateralism>.

Discurso 61: Islamic Republic News Agency. (18 de setembro de 2021). *Asefi: Current developments in world increased importance of Beijing-Tehran ties*. Retirado a 12 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/84475296/Asefi-Current-developments-in-world-increased-importance-of>.

Discurso 62: Islamic Republic News Agency. (3 de outubro de 2021). *President: Iran, China lasting trust to stabilize regional cooperation*. Retirado a 12 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/84492255/President-Iran-China-lasting-trust-to-stabilize-regional-cooperation>.

Discurso 63: Islamic Republic News Agency. (16 de novembro de 2021). *Iran-China relations ready to surge: Iranian official*. Retirado a 12 de agosto de 2022, de Islamic Republic News Agency: <https://en.irna.ir/news/84543157/Iran-China-relations-ready-to-surge-Iranian-official>.

11.5 - Discursos Capítulo 9: Egito

Discurso 1: Xinhua. (2 de setembro de 2015). *Xi meets Egypt President Sisi*. Retirado a 13 de agosto de 2022, de People's Daily Online: <http://en.people.cn/n/2015/0902/c90883-8945054.html>.

Discurso 2: Xinhua. (22 de janeiro de 2016). *China, Egypt agree to boost cooperation under Belt and Road Initiative*. Retirado a 13 de agosto de 2022, de People's Daily Online: <http://en.people.cn/n3/2016/0122/c90000-9007570.html>.

Discurso 3: Xinhua. (25 de abril de 2017). *China, Egypt eye Belt and Road cooperation*. Retirado a 13 de agosto de 2022, de People's Daily Online: <http://en.people.cn/n3/2017/0425/c90000-9207119.html>.

Discurso 4: Egypt Today (25 de abril de 2017). *Egyptian Chinese partnership in Belt and Road Initiative*. Retirado a 13 de agosto de 2022, de Egypt Today:

<https://www.egypttoday.com/Article/1/4291/Egyptian-Chinese-partnership-in-Belt-and-Road-Initiative>.

Discurso 5: Xinhua. (11 de maio de 2017). *Interview: Belt and Road Initiative benefits Egypt-China cooperation: expert*. Retirado a 13 de agosto de 2022, de People's Daily Online: <http://en.people.cn/n3/2017/0511/c90000-9213560.html>.

Discurso 6: Egypt Today (6 de setembro de 2017). *Egypt keen on expanding economic cooperation with China*. Retirado a 13 de agosto de 2022, de Egypt Today: <https://www.egypttoday.com/Article/3/21262/Egypt-keen-on-expanding-economic-cooperation-with-China>.

Discurso 7: Jie, J. (7 de setembro de 2017). *Egypt ready to strengthen cooperation with China under 'Belt and Road'*. Retirado a 13 de agosto de 2022, de People's Daily Online: <http://en.people.cn/n3/2017/0907/c90000-9265895.html>.

Discurso 8: Xinhua. (2 de setembro de 2018). *China, Egypt to advance comprehensive strategic partnership*. Retirado a 13 de agosto de 2022, de People's Daily Online: <http://en.people.cn/n3/2018/0902/c90000-9496276.html>.

Discurso 9: Presidente Abdel Fattah El-Sisi. (5 de setembro de 2018). *Speech by H.E. President Abdel Fattah El Sisi to Forum on China-Africa Cooperation (FOCAC) Summit*. Retirado a 14 de agosto de 2022, de State Information Service: [https://www.sis.gov.eg/Story/135007/Speech-by-H.E.-President-Abdel-Fattah-El-Sisi-to-Forum-on-China-Africa-Cooperation-\(FOCAC\)-Summit?lang=en-us](https://www.sis.gov.eg/Story/135007/Speech-by-H.E.-President-Abdel-Fattah-El-Sisi-to-Forum-on-China-Africa-Cooperation-(FOCAC)-Summit?lang=en-us).

Discurso 10: Davies, E., & Nangoy, F. (14 de outubro de 2018). *Egypt minister sees no threats attached to China investment*. Retirado a 14 de agosto de 2022, de Reuters: <https://www.reuters.com/article/us-imf-worldbank-egypt-china-idUSKCN1MO0B0>.

Discurso 11: Xinhua. (29 de outubro de 2018). *China, Egypt agree to boost development cooperation*. Retirado a 14 de agosto de 2022, de People's Daily Online: <http://en.people.cn/n3/2018/1029/c90000-9512541.html>.

Discurso 12: Xinhua. (17 de janeiro de 2019). *China, Egypt agree to promote pragmatic cooperation in all fields*. Retirado a 14 de agosto de 2022, de People's Daily Online: <http://en.people.cn/n3/2019/0117/c90000-9538856.html>.

Discurso 13: Egypt Today. (26 de março de 2019). *Sisi, Wei Fenghe talk 'Belt and Road Initiative'*. Retirado a 14 de agosto de 2022, de Egypt Today: <https://www.egypttoday.com/Article/1/67536/Sisi-Wei-Fenghe-talk-Belt-and-Road-Initiative>.

Discurso 14: Presidente Abdel Fattah El-Sisi. (25 de abril de 2019). *President's Speeches: Belt and Road Initiative*. Retirado a 3 de agosto de 2022 de: Presidency of the Arab Republic of Egypt: <https://www.presidency.eg/en/%D8%A7%D9%84%D8%B1%D8%A6%D8%A7%D8%B3%D8%A9/%D8%AE%D8%B7%D8%A8-%D8%A7%D9%84%D8%B1%D8%A6%D9%8A%D8%B3/%D8%AE%D8%B7%D8%A8%D8%A9-%D8%A7%D9%84%D8%B1%D8%A6%D9%8A%D8%B3->

%D8%B9%D8%A8%D8%AF-
%D8%A7%D9%84%D9%81%D8%AA%D8%A7%D8%AD-%D8%A7%D9.

Discurso 15: Ministry of Communications and Information Technology. (25 de abril de 2019). *ICT Minister Delivers Speech at Second BRF 2019*. Retirado a 14 de agosto de 2022, de Ministry of Communications and Information Technology: https://mcit.gov.eg/en/Media_Center/Press_Room/Press_Releases/32208.

Discurso 16: Egypt Today. (25 de abril de 2019). *Sisi, China's CPCC chairman talk enhancing ties, encouraging investment*. Retirado a 14 de agosto de 2022, de Egypt Today: <https://www.egypttoday.com/Article/1/68815/Sisi-China-s-CPCC-chairman-talk-enhancing-ties-encouraging-investment>

Discurso 17: El-Tawil, N. (27 de abril de 2019). *Egypt seeks to become regional digital hub: Sisi*. Retirado a 14 de agosto de 2022, de Egypt Today: <https://www.egypttoday.com/Article/1/68873/Egypt-seeks-to-become-regional-digital-hub-Sisi>.

Discurso 18: Egypt Today (29 de outubro de 2019). *Senior MP lauds Egypt's deeply-rooted ties with China*. Retirado a 14 de agosto de 2022, de Egypt Today: <https://www.egypttoday.com/Article/1/76298/Senior-MP-lauds-Egypt-s-deeply-rooted-ties-with-China>.

Discurso 19: Egypt Today. (8 de janeiro de 2020). *Egypt, China highlight cooperation in Belt and Road Initiative*. Retirado a 14 de agosto de 2022, de Egypt Today: <https://www.egypttoday.com/Article/1/79473/Egypt-China-highlight-cooperation-in-Belt-and-Road-Initiative>.

Discurso 20: Consulate-General of the People's Republic of China in Kuching. (9 de janeiro de 2020). *Chinese FM calls for promoting Sino-Egyptian comprehensive strategic partnership to higher level*. Retirado a 14 de agosto de 2022, de Consulate-General of the People's Republic of China in Kuching: <https://www.mfa.gov.cn/ce/cgkuching//eng/news/t1730452.htm>.

Discurso 21: Xinhua. (10 de janeiro de 2020). *Egypt, China officials hold forum on governance, sustainable development*. Retirado a 14 de agosto de 2022, de People's Daily Online: <http://en.people.cn/n3/2020/0110/c90000-9647583.html>.

Discurso 22: Egypt Today. (22 de fevereiro de 2021). *Xi Jinping tells Sisi China ready to secure Egypt's coronavirus vaccine needs*. Retirado a 14 de agosto de 2022, de Egypt Today: <https://www.egypttoday.com/Article/1/98925/Xi-Jinping-tells-Sisi-China-ready-to-secure-Egypt-s>.

Discurso 23: Xinhua. (26 de junho de 2021). *Chinese, Egyptian FMs hold phone talks over ties*. Retirado a 14 de agosto de 2022, de People's Daily Online: <http://en.people.cn/n3/2021/0626/c90000-9865567.html>.

Discurso 24: State Information Service. (18 de julho de 2021). *President El-Sisi Receives China's Minister of Foreign Affairs*. Retirado a 14 de agosto de 2022, de State Information Service: <https://www.sis.gov.eg/Story/158302/President-El-Sisi-Receives-China%E2%80%99s-Minister-of-Foreign-Affairs?lang=en-us>.

Discurso 25: Xinhua. (19 de julho de 2021). *China, Egypt reaffirm commitment to strengthen strategic partnership*. Retirado a 14 de agosto de 2022, de People's Daily Online: <http://en.people.cn/n3/2021/0719/c90000-9873474.html>.

ANEXOS:

Tabela 1
A narrativa projetada: análise de conteúdo

Disc.	Ano	Contexto	Tom			Argumentos									
			Pos	Ass	Neg	China	Md	Cult	Mat	OI	Sec	Mult	Dem	Egito	Irão
Disc.1	2013	Bilateral	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓				
Disc.2	2013	Bilateral	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓					
Disc.3	2014	Acadêmico		✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓				
Disc.4	2014	Simbólico	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓		
Disc.5	2014	MultEcD/A*		✓		✓	✓		✓	✓					
Disc.6	2014	MultEc*		✓					✓	✓					
Disc.7	2015	MultEcD/A		✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓				
Disc.8	2015	Bilateral		✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓				
Disc.9	2015	MultSustD*		✓		✓	✓		✓	✓					
Disc.10	2015	Acadêmico	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓		
Disc.11	2015	Simbólico		✓			✓		✓	✓					
Disc.12	2015	MultEc		✓			✓		✓	✓					
Disc.13	2015	MultEc/DA		✓		✓	✓		✓	✓					
Disc.14	2015	Nacional	✓	✓		✓									
Disc.15	2016	MultEc/A*	✓	✓		✓	✓		✓			✓			
Disc.16	2016	MultPE/A*	✓	✓		✓	✓	✓	✓		✓			✓	

Disc.17	2016	MultEc	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓				
Disc.18	2017	MultP*		✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		
Disc.19	2017	Fórum <i>BRI</i>	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓			
Disc.20	2017	Nacional		✓		✓						✓			
Disc.21	2018	MultEcD/A	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓				
Disc.22	2018	MultPEc/A		✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓				
Disc.23	2018	Nacional		✓		✓	✓		✓	✓					
Disc.24	2019	Fórum <i>BRI</i>		✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓			
Disc.25	2019	Fórum <i>BRI</i>	✓	✓					✓			✓			
Disc.26	2019	MultSus*		✓		✓	✓		✓	✓		✓			
Disc.27	2019	MultCul/A*	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓			✓	
Disc.28	2019	MultPEc/A		✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓				
Disc.29	2019	MultEc		✓		✓	✓		✓	✓					
Disc.30	2019	MultEc		✓		✓	✓		✓	✓		✓			
Disc.31	2019	Nacional		✓		✓	✓								
Disc.32	2020	MultEc		✓		✓	✓		✓	✓	✓	✓			
Disc.33	2020	MultSec/A*		✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓			
Disc.34	2020	MultEcD/A	✓	✓		✓	✓		✓	✓	✓				
Disc.35	2020	MultEcD/A	✓	✓		✓	✓		✓		✓	✓			
Disc.36	2020	MultEc/A		✓		✓	✓		✓	✓	✓				
Disc.37	2021	MultEc		✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓			
Disc.38	2021	MultEcD/A	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		
Disc.39	2021	MultSustD		✓		✓	✓		✓	✓	✓	✓			
Disc.40	2021	MultSustD		✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓			
Disc.41	2021	Simbólico		✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		
Disc.42	2021	MultEc		✓		✓	✓		✓	✓		✓			
Disc.43	2021	MultEc		✓		✓	✓		✓	✓	✓	✓			
Disc.44	2021	MultEcD/A		✓		✓	✓		✓	✓	✓				
Disc.45	2021	MultEcD/A		✓	✓	✓	✓		✓			✓			

Legenda:

Pos: Positivo

Ass: Assertivo

Neg: Negativo

Md: Modelo de desenvolvimento

Cult: Cultura

Mat: Materiais
OI: Ordem Internacional
Sec: Securitários
Mult: Multilateralismo
Dem: Democracia
MultEcD/A: Multilateral económico desenvolvimento / asiático
MultEc: Multilateral económico
MultSustD: Multilateral sustentabilidade desenvolvimento
MultEc/A: Multilateral económico / asiático
MultPEc/A: Multilateral político económico / árabe
MultP: Multilateral político
MultSus: Multilateral sustentabilidade
MultCul/A: Multilateral cultural/asiático
MultSec/A: Multilateral securitário/asiático

Tabela 2:

Receção da narrativa Irão: análise de conteúdo

Disc.	Ano	Ator Veiculador	Sentimento				Argumentos										Argumentos novos		
			MN	PN	PP	MP	China	Md	Cult	Mat	OI	Sec	Multi	Dem	Irão	EUA	AN/CN	CM	
Disc.1	2015	Elite política				✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓							
Disc.2	2015	Elite diplomática				✓	✓		✓	✓	✓	✓				✓	✓	✓	
Disc.3	2016	Elite diplomática				✓	✓		✓		✓						✓	✓	
Disc.4	2016	Elite diplomática				✓		✓	✓								✓		
Disc.5	2016	Ayatollah				✓	✓		✓							✓		✓	
Disc.6	2016	Elite política				✓	✓		✓							✓			
Disc.7	2016	Elite política				✓				✓	✓								
Disc.8	2016	Elite política/eco				✓			✓							✓			
Disc.9	2016	Elite política				✓			✓										
Disc.10	2016	Elite política				✓		✓		✓	✓								
Disc.11	2017	Elite diplomática				✓		✓			✓								
Disc.12	2017	Elite política				✓	✓	✓								✓			
Disc.13	2017	Elite diplomática				✓	✓	✓	✓	✓	✓					✓			
Disc.14	2017	Elite política				✓		✓	✓							✓			
Disc.15	2017	Vice-MNE				✓	✓	✓	✓							✓		✓	
Disc.16	2017	Elite diplomática				✓	✓	✓	✓							✓		✓	
Disc.17	2018	Elite intelectual				✓		✓	✓							✓			
Disc.18	2018	Elite diplomática				✓		✓	✓	✓	✓					✓	✓		
Disc.19	2018	Elite política				✓			✓		✓							✓	
Disc.20	2018	MNE				✓		✓		✓	✓	✓					✓	✓	
Disc.21	2018	Elite diplomática			✓		✓	✓	✓		✓							✓	
Disc.22	2018	Elite diplomática			✓		✓									✓			
Disc.23	2019	Elite diplomática				✓	✓	✓	✓		✓								
Disc.24	2019	Elite diplomática				✓	✓	✓	✓	✓	✓					✓	✓		
Disc.25	2019	Elite política				✓	✓		✓							✓			
Disc.26	2019	Elite política				✓	✓	✓	✓							✓			
Disc.27	2019	Elite diplomática				✓		✓	✓			✓				✓			
Disc.28	2019	Elite política				✓	✓	✓	✓							✓			

Disc.29	2019	Elite diplomática				✓	✓	✓	✓	✓		✓			✓			
Disc.30	2019	Elite política				✓			✓						✓			
Disc.31	2019	Elite política				✓	✓		✓	✓					✓			
Disc.32	2019	Elite política				✓			✓	✓	✓		✓			✓		
Disc.33	2019	Elite política				✓			✓						✓			
Disc.34	2019	Elite política				✓		✓	✓	✓		✓				✓		
Disc.35	2019	Elite política				✓		✓	✓						✓			
Disc.36	2019	Elite política				✓			✓						✓			
Disc.37	2019	Elite diplomática				✓		✓	✓			✓			✓			
Disc.38	2019	Elite diplomática				✓	✓		✓	✓					✓		✓	
Disc.39	2019	Presidente				✓	✓		✓	✓	✓	✓				✓	✓	
Disc.40	2019	MNE				✓	✓			✓	✓					✓		
Disc.41	2019	Elite diplomática				✓	✓		✓	✓	✓				✓	✓	✓	
Disc.42	2019	MNE				✓				✓	✓				✓	✓		
Disc.43	2019	MNE		✓			✓		✓	✓	✓	✓						
Disc.44	2019	MNE				✓	✓			✓	✓	✓			✓			
Disc.45	2019	MNE				✓			✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓		
Disc.46	2019	Elite diplomática				✓	✓				✓					✓		
Disc.47	2019	Elite política				✓	✓		✓	✓								
Disc.48	2019	Elite política				✓	✓		✓									
Disc.49	2019	Elite diplomática				✓	✓		✓									
Disc.50	2020	Elite diplomática				✓	✓		✓	✓					✓			
Disc.51	2020	Elite diplomática				✓		✓			✓		✓			✓	✓	
Disc.52	2020	Elite diplomática				✓	✓	✓	✓			✓			✓			
Disc.53	2021	MNE				✓	✓		✓	✓					✓			
Disc.54	2021	Presidente		✓			✓	✓		✓	✓	✓				✓	✓	
Disc.55	2021	Elite intelectual				✓	✓	✓	✓	✓	✓				✓			
Disc.56	2021	Elite diplomática				✓	✓		✓	✓								
Disc.57	2021	Elite económica				✓	✓			✓					✓			
Disc.58	2021	Elite económica		✓			✓			✓					✓			
Disc.59	2021	Presidente		✓			✓									✓	✓	
Disc.60	2021	Presidente				✓		✓			✓		✓		✓			
Disc.61	2021	Elite diplomática		✓			✓		✓		✓	✓			✓			
Disc.62	2021	Presidente				✓	✓	✓	✓	✓		✓						
Disc.63	2021	Elite política		✓			✓		✓	✓						✓		

Legenda:

MN: Muito negativo

PN: Parcialmente negativo

MP: Muito positivo

PP: Parcialmente positivo

Md: Modelo de desenvolvimento

Cult: Cultura

Mat: Materiais

OI: Ordem Internacional

Sec: Securitários

Mult: Multilateralismo

Dem: Democracia

NA/CN: Acordo Nuclear / Cooperação nuclear

CM: Cooperação militar

**Tabela 3:
Receção da narrativa Egito: análise de conteúdo**

Disc.	Ano	Ator veiculador	Sentimento				Argumentos										Argumentos novos	
			MN	PN	PP	MP	China	Md	Cult	Mat	OI	Sec	Mult	Dem	Egito	Pa	Paf	
Disc.1	2015	Presidente				✓	✓		✓						✓			
Disc.2	2016	Presidente				✓	✓		✓						✓	✓		
Disc.3	2017	MNE				✓	✓											
Disc.4	2017	MNE				✓	✓								✓	✓	✓	
Disc.5	2017	Elite int				✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓			✓			
Disc.6	2017	Elite política				✓	✓		✓							✓		
Disc.7	2017	Elite política				✓	✓	✓	✓						✓	✓		
Disc.8	2018	Presidente				✓	✓	✓	✓				✓		✓		✓	
Disc.9	2018	Presidente				✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓			✓		✓	
Disc.10	2018	Elite política			✓			✓	✓						✓			
Disc.11	2018	Presid. e PM				✓	✓	✓	✓						✓			
Disc.12	2019	Presidente			✓		✓		✓				✓		✓			
Disc.13	2019	Presidente				✓		✓	✓			✓			✓			
Disc.14	2019	Presidente				✓	✓	✓	✓			✓	✓		✓		✓	
Disc.15	2019	Elite política				✓			✓						✓			
Disc.16	2019	Presidente			✓		✓	✓	✓						✓	✓	✓	
Disc.17	2019	Presidente				✓			✓						✓		✓	
Disc.18	2019	Elite política			✓	✓		✓	✓			✓	✓		✓			
Disc.19	2020	MNE				✓	✓	✓				✓			✓			
Disc.20	2020	Presidente				✓	✓	✓				✓			✓			
Disc.21	2020	Elite pol/dip				✓	✓	✓	✓				✓		✓			
Disc.22	2021	Presidente			✓		✓	✓	✓						✓			
Disc.23	2021	MNE			✓		✓		✓									
Disc.24	2021	Presidente			✓		✓		✓			✓			✓			
Disc.25	2021	Presidente			✓		✓		✓			✓	✓					

Legenda:

Elite int: Elite intelectual

Presid e PM: Presidente e Primeiro-Ministro

MN: Muito negativo

PN: Parcialmente negativo

MP: Muito positivo

PP: Parcialmente positivo

Md: Modelo de desenvolvimento

Cult: Cultura

Mat: Materiais

OI: Ordem Internacional

Sec: Securitários

Mult: Multilateralismo

Dem: Democracia

Pa: Países árabes

Paf: Países africanos